

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO 84 Nº 115 ESPECIAL 2025

ISSN 0020-3890

EXPEDIENTE

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 1949, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 1973.

Representante do Brasil na Comissão
Internacional de História Militar

Presidente do IGHMB

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

Diretor e editor da Revista do IGHMB

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Secretário do IGHMB

Cel Cláudio Luiz de Oliveira

Conselho Editorial

Dr. Sebastião Amoêdo de Barros
Dr. Manoel Rolph de Viveiros Cabaceiras
Cel Dr. Carlos Roberto Carvalho Daróz
Dr. Daniel Mata Roque

Sede no Clube Militar
Av. Rio Branco, 251 – Centro
20040-009 Rio de Janeiro-RJ
Brasil

ighmb.org.br
revista@ighmb.org.br



SUMÁRIO

2 – Editorial

- 4 – Dos campos da fronteira Oeste aos salões do Catete: a trajetória política de Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Batista Luzardo com Getúlio Vargas

Gen José Alberto Leal

- 32 – Os desdobramentos militares da Revolução de 1930 no Pará

Lucas Camevale Machado

- 44 – O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército

Marcos Luiz Bretas

- 85 – A (r) evolução do rádio

Sebastião Amoêdo de Barros

- 127 – 1932 – Perspectivas históricas da Guerra Paulista

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

- 145 – “Por São Paulo”: debate sobre motivações e separatismo em 1932

Daniel Mata Roque

Fernando Porto

- 154 – A participação da Força Pública Mineira na Revolução de 1932 no Túnel da Mantiqueira, cidade de Passa Quatro-MG

Cel PMMG Flávio Antônio Silva Augusto

- 199 – 1935: A Intentona Comunista na Escola de Aviação Militar

Cel FAB João Rafael Mallorca Natal

- 212 – O Exército no Estado Novo

Ten Cel Giovanni Latfalla

- 235 – O Canto Orfeônico do Estado Novo: o orfeão de Orfeu

Cap João Carlos Talina

A Revista do IGHMB é um periódico científico para difusão acadêmica, não possui fins lucrativos e não pode ser comercializada. Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

O uso de imagens (fotos, desenhos, mapas etc) deverá observar rigorosamente as prescrições da legislação referente aos direitos autorais, e as respectivas fontes citadas. No caso de imagens protegidas, os autores devem possuir as respectivas permissões de uso, entregando uma cópia para arquivo do IGHMB.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Editorial

A presente edição especial da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil celebra uma importante iniciativa acadêmica: a reunião dos estudos apresentados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas de História Militar (NEPHIM) ao longo de 2024. Em continuidade aos avanços alcançados em 2023, o NEPHIM dedicou-se neste ano a um tema de profunda relevância para a compreensão da História do Brasil: os conflitos internos que moldaram o período compreendido entre a Revolução de 1930 e o fim da Era Vargas, em 1945.

Esse recorte histórico revela um Brasil em constante ebulição, marcado por tensões políticas, militares e sociais. A Revolução de 1930 inaugurou

uma nova dinâmica no cenário político nacional, encerrando a política oligárquica da República Velha e estabelecendo os alicerces para o governo de Getúlio Vargas. Contudo, a década de 1930 e os anos subsequentes não foram tempos de estabilidade, mas de

disputas que envolviam grupos civis, militares e ideológicos, em busca de diferentes visões de progresso e poder.

A análise dos conflitos internos desse período nos permite compreender não apenas as disputas armadas, como a Revolução Constitucionalista de 1932 e os levantes de 1935, mas também os mecanismos de controle e repressão instaurados pelo Estado Novo a partir de 1937. Esses eventos carregam





implicações para a configuração do aparato militar e policial, o avanço do Estado centralizador e a construção de um discurso nacionalista que redefiniu as relações entre os cidadãos e o governo.

Ao longo desta edição, os artigos apresentados demonstram a riqueza e a complexidade desse período. As discussões abordam desde a reorganização das forças armadas e das estratégias militares até os impactos sociais e culturais das intervenções do governo federal nas diferentes regiões do país.

Ao concentrar-se nesses conflitos internos, o NEPHIM oferece uma abordagem multifacetada, que une a análise histórica ao estudo das dinâmicas de poder e resistência.

O enfoque dado à Era Vargas também permite uma reflexão mais ampla sobre o papel das forças militares na política brasileira. Longe de

serem meros instrumentos de repressão, as forças armadas assumiram papel central nos debates sobre modernização, desenvolvimento e segurança nacional. Essa dualidade – entre força repressiva e vetor de mudança – permeia grande parte das análises que compõem este número especial.

Assim, convidamos nossos leitores a mergulharem nesta coletânea que ilumina um dos períodos mais transformadores da História do Brasil. Esperamos que esta edição não apenas enriqueça os estudos sobre o período Vargas, mas também inspire novas pesquisas que possam lançar luz sobre as complexas interações entre sociedade, política e forças militares no Brasil.

Desejamos, pois, uma boa e proveitosa leitura.

Cel Carlos Daróz
Doutor em História
Editor da Revista do IGHMB.

Dos campos da fronteira Oeste aos salões do Catete: a trajetória política de Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Batista Luzardo com Getúlio Vargas

José Alberto Leal ^a

Resumo: A década de 1920, no Brasil, foi sacudida por movimentos armados que objetivavam a tomada do poder, seja no âmbito regional, seja no federal, culminando com a chamada Revolução de 30, que destituiu o Presidente em exercício, Washington Luís, impediu a posse do candidato eleito Júlio Prestes e tornou Getúlio Vargas presidente do Brasil, dando início à chamada Era Vargas, que perdurou até 1945. Neste contexto, assomaram lideranças que, por sua atuação político-militar, tiveram papéis relevantes nas conjurações e desempenharam importantes funções no plano nacional, entre eles, José Antônio Flores da Cunha, Osvaldo Euclides de Sousa Aranha e João Batista Luzardo, cujas jornadas são o tema do artigo.

Palavras chaves: Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Batista Luzardo, Getúlio Vargas, Era Vargas.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa a discorrer, ainda que de forma ligeira, de como Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Batista Luzardo, políticos locais, de limitada influência, ganharam projeção nacional, no

período compreendido entre o final da Revolução de 1923 e o término da Era Vargas, em 1945, concluindo sobre a participação de cada um deles nos destinos do Brasil.

Para tanto, após um breve relato de suas vidas até 1923,

^a General de Brigada. Associado Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



segue-se uma síntese dos principais acontecimentos políticos por períodos: 1924-1928; 1928-1930 e as três fases da Era Vargas: o Governo Provisório (1930-1934), o governo constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945), seguida da participação de cada epígrafe naquele intervalo temporal. Por uma questão de limitação de espaço, as sínteses se aterão aos eventos políticos, sem incursionar por outros campos do poder.

QUEM ERAM ATÉ 1923 ?

José Antônio Flores da Cunha

Fig. 1 – Flores da Cunha



Fonte: Wikimedia-Wikicommons.

Natural de Santana do Livramento-RS, de família estancieira, culta e republicana. Formou-se advogado em 1902, foi delegado de polícia e chefe de polícia auxiliar no Rio de Janeiro¹. Retornou ao Rio Grande do Sul e destacou-se como advogado, trabalhando com Osvaldo Aranha, amigo desde a mocidade em Uruguaiana e Alegrete e dividindo escritório com Getúlio Vargas em São Borja. Entrou na vida política em 1909, filiando-se ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), elegendo-se deputado estadual e logo depois, em 1912, deputado federal eleito pelo Ceará. Em 1917, foi reeleito, desta vez pelo seu estado natal, renunciando ao mandato em 1920 para concorrer à Intendência (Prefeitura) de Uruguaiana, a pedido do presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, sendo eleito com expressiva votação. Em 1923, destacou-se como líder militar, defendendo a cidade de Uruguaiana em face de ataques das forças maragatas de Honório Lemes e na perseguição a este



caudilho². Nesta missão, assumiu o comando da Brigada Oeste, tendo como chefe de estado-maior Osvaldo Aranha.³

Osvaldo Euclides de Sousa Aranha

Fig. 2 – Osvaldo Aranha



Fonte: Wikimedia-Wikicommons.

Nasceu em Alegrete-RS, em 1894, onde passou a infância. Pelo lado paterno, descendia de aristocratas paulistas e por parte de mãe, de destacadas figuras da política gaúcha. Coursou no Rio de Janeiro o Colégio Militar e a fa-

culdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Envolveu-se na política estudantil, contra o governo do marechal Hermes da Fonseca. Também estudou em Paris, antes de advogar em seu estado natal, particularmente, na Fronteira Oeste, em muitos casos, com Flores da Cunha e, também, Getúlio Vargas⁴.

Em 1923, ante a ameaça de invasão de Uruguaiana por forças maragatas, organizou civis de Itaqui, Alegrete e municípios vizinhos em um corpo provisório, o 5º Corpo da Brigada Oeste, sendo comissionado no posto de tenente-coronel. Seus homens foram cruciais para garantir a defesa de Uruguaiana. Na perseguição às forças de Honório Lemes, foi chefe de estado-maior da Brigada do Oeste, comandada por seu velho amigo, Flores da Cunha, e continuou à frente do 5º Corpo, sendo ferido no ombro no combate da ponte do rio Ibirapuitã⁵.



João Batista Luzardo

Fig. 3 – Batista Luzardo



Fonte: Wikimedia-Wikicommons.

Nasceu em Uruguaiana no ano de 1892. Sua família era de comerciantes da região de fronteira com o Uruguai. Em seu batismo, foi utilizada a letra “S” na grafia do seu sobrenome, o que explica a alternância das duas formas de escrevê-lo⁶.

Após um tumultuado período colegial, formou-se em medicina (1916) e direito (1919), no Rio de Janeiro. Concluídos os estudos, retornou à sua cidade natal, exercendo a medicina,

tendo se oposto ao então intendente e líder local do PRR, Flores da Cunha. Os dois tornaram-se inimigos fegadais, inclusive, com um desafio a duelo, que terminou não ocorrendo graças à ação de amigos comuns. Em 1922, apoiou o candidato da oposição, Assis Brasil, contra a quinta reeleição consecutiva de Borges de Medeiros ao governo estadual. Com a vitória de Borges, participou da Revolução de 1923, como chefe de estado-maior de Honório Lemos, participando do combate da ponte do Ibirapuitã e das marchas e contramarchas pela Serra do Caverá⁷.

OS GAÚCHOS VOLTAM A TOMAR ARMAS 1924-1925-1926

Os termos do acordo que pôs fim à Revolução de 1923, o chamado Tratado de Pedras Altas, já eram indício de que a paz fora estabelecida em bases pouco sólidas. Garantiu a não reeleição de Borges de Medeiros, go-



vernador do Rio Grande do Sul, mas assegurou-lhe a continuação de seu mandato. O acordo não satisfaz completamente a ambos os lados beligerantes, particularmente, aos seguidores de Assis Brasil, que vão buscar ingressar no Exército ou estabelecer contato com a jovem oficialidade revolucionária, grupo conhecido como “os tenentes”⁸.

No plano nacional, no decorrer do ano de 1924, militares insatisfeitos decidiram articular uma conspiração em vários estados para derrubar o presidente Artur Bernardes. O movimento era liderado pelo general reformado do Exército Isidoro Dias Lopes e pelos capitães Joaquim e Juarez Távora e eclodiu na cidade de São Paulo em 5 de julho, estendendo-se a outros estados, onde foram rapidamente sufocados. Isolados e sem perspectivas de vitória, os revoltosos deixaram a capital paulista, no final de julho e dirigiram-se ao Paraná, onde se uniram às tropas rebeldes gaúchas⁹. No Rio Grande do Sul, foi deflagrada por militares

do Exército tenentistas e caudilhos da Aliança Libertadora em 28 e 29 de outubro.

Conseguiram controlar as cidades de Uruguaiana, São Borja e São Luiz Gonzaga, sendo repelidos em Itaqui. Após uma série de derrotas, em meados de novembro o último reduto organizado estava em São Luiz Gonzaga, enquanto que no Sul do estado, Honório Lemes passou a adotar a guerra de movimento e táticas de guerrilha, tenazmente perseguido por Flores da Cunha. A partir de São Luiz, os remanescentes juntaram-se a outros tenentistas, formando a Coluna Miguel Costa-Prestes¹⁰.

No sul, os revoltosos buscaram a Argentina e o Uruguai, de onde continuaram a planejar novas insurreições. Uma foi desencadeada em setembro de 1925, quando um contingente de revoltosos, Honório Lemes à testa, adentrou em território nacional, dando início às ações que duraram pouco, uma vez que as guarnições militares não aderiram. Honório Lemes foi cerca-



do por Flores da Cunha e se rendeu, sendo enviado a Porto Alegre. Em 1926, houve outra tentativa, igualmente derrotada, em menos tempo que a anterior.

Flores da Cunha: Foi, sem dúvida, a figura de maior destaque no período 1923-1926, entre as três personalidades objeto deste trabalho. As atitudes tomadas, as ações empreendidas e o sucesso alcançado consolidaram a fama de guerreiro e valeram-lhe o posto de general de brigada honorário, concedido por Artur Bernardes¹¹.

Fig. 4 – Flores da Cunha em campanha



Fonte: *Jornal Correio do Povo*

Pelo viés político, tornou-se figura de destaque no PRR, elegeu-se deputado federal em 1924, cargo do qual se afastou a pedido de Borges de Medeiros, para comandar a vanguarda das forças legalistas no combate à Honório Lemos. Voltando a enfrentar o caudilho em 1925, o cercou e prendeu. Foi reeleito em 1927 e, no ano seguinte, eleito senador¹².

Oswaldo Aranha: Em 1924, foi nomeado subchefe de Polícia da região de fronteira, com sede em Alegrete. Na revolta de 1924, estando a cidade de Itaqui ameaçada em duas direções pelos rebeldes, reuniu novo corpo provisório, composto basicamente pelos remanescentes do conflito anterior e impediu que a cidade fosse tomada, sendo a única cidade ribeirinha no baixo Uruguai a permanecer de posse dos legalistas¹³.

Politicamente fortalecido, tornou-se intendente de Itaqui de 1925 a 1927. Em setembro de 1925, partiu em campanha com



Flores da Cunha contra Honório Lemes. Em 25 de novembro de 1926, quando perseguia rebeldes que se retiravam de Santa Maria, atacou-os no município de Caçapava do Sul, sendo ferido no tornozelo por bala de fuzil, o que quase levou à amputação do pé. Teve sequelas por quase três anos, mas recuperou-se bem e ganhou prestígio¹⁴. Em 1927, elegeu-se deputado estadual e logo a seguir deputado federal, juntamente com Flores da Cunha e Batista Luzardo. Sendo Getúlio Vargas eleito governador do RS, em 1928, assumiu a Secretaria dos Negócios Interiores do RS.¹⁵

Fig. 5 – Osvaldo Aranha em 1924



Fonte: Jornal *Correio Brasiliense*

Batista Luzardo:

Fig. 6 – Batista Luzardo com uniforme militar



Fonte: Jornal *O Globo*

Convidado para integrar a equipe de negociação aliancista para o Tratado de Pedras Altas, Batista Luzardo aumentou seu prestígio com essa facção política, ao convencer os chefes militares rebeldes de que a situação militar era desfavorável e o acordo positivo. Retornando a Uruguaiana, em 1924, foi o mais votado entre os libertadores eleitos para a Câmara dos Deputados¹⁶. Como deputado, caracterizou-se por intransigente oposição ao governo federal e, valendo-se das imunidades parlamentares, era, na Câmara, o divulga-



dor das atividades e reivindicações dos revolucionários de 1924. Esteve envolvido na revolução de 1924 no Rio Grande do Sul e na conspiração para sublevação da Esquadra no mesmo ano.

Em fevereiro de 1925, foi convidado a integrar, como membro da oposição, a comissão que negociaria a paz com os rebeldes paulistas e gaúchos de 1924. Organizada a Coluna Miguel Costa-Prestes, foi o defensor e porta-voz da coluna na Câmara. Seus discursos, abastecidos por informações dos integrantes da Coluna, eram publicados pelo jornal *O Globo*. Foi preso em maio de 1925, por participar de um movimento para sublevar o 3º Regimento de Infantaria, mas logo posto em liberdade. Luzardo manifestou-se sistematicamente contra as iniciativas do governo Artur Bernardes, sendo mais moderado com a ascensão de Washington Luís. Reeleito pela Aliança Libertadora no início de 1927, aproximou-se de membros do Parti-

do Comunista do Brasil e participou do Núcleo de Defesa dos Princípios Constitucionais, de maioria esquerdista. No segundo semestre de 1927, Luzardo foi indicado por Assis Brasil para manter a ligação entre os libertadores e o recém-fundado Partido Democrático (PD) paulista. Em março de 1928, a Aliança Libertadora transformou-se no Partido Libertador (PL), com Luzardo participando do diretório central¹⁷.

INIMIGOS ONTEM, ALIADOS HOJE – A ALIANÇA LIBERAL

A década de 1920 foi marcada por movimentos políticos contestatórios – muitos deles armados – à praxis política vigente, chamada “café com leite,” por alternar na Presidência da República grupos oligárquicos mineiros e paulistas, relegando as demais oligarquias a posições secundárias na divisão de poder. Estes movimentos congregavam grupos que, embora estivessem



empenhados em mudar o *status quo*, tinham doutrinas bastante diversas, que iam da mudança por meio de eleições à tomada violenta do poder.

Em 1928, a política do “café com leite” foi rompida por Washington Luís, quando indicou para a candidatura à presidência da república o paulista Júlio Prestes, do Partido Republicano Paulista (PRP). Esta atitude desagradou a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, que se aproximou de Getúlio Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul. Em julho de 1929, o Partido Republicano Mineiro (PRM) lançou as candidaturas de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, e João Pessoa, presidente da Paraíba, respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. Os dois partidos gaúchos, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e o Partido Libertador (PL) — que tanto se digladiavam anteriormente, se reuniram na Frente Única Gaú-

cha (FUG), declarando, a seguir, seu apoio à chapa de oposição¹⁸.

Visando tornar mais concreta sua ação de apoio à chapa Vargas- João Pessoa, a oposição formou, no início de agosto, a Aliança Liberal (AL), uma coligação oposicionista nacional, que congregava todos os partidos de oposição Brasileiros. A par da ação política, integrantes mais jovens da AL iniciaram o planejamento de uma ação armada para o caso de uma possível derrota e, para tanto, buscaram o apoio dos líderes do “tenentismo” que, inicialmente, repudiaram a proposta, já que entre os aliancistas se encontravam muitos dos antigos e ferrenhos adversários dos militares. Apesar das reservas mútuas, os “tenentes” uniram-se à AL¹⁹.

Flores da Cunha: Em 27 de julho de 1929, já como senador, foi portador de uma carta de Getúlio Vargas a Washington Luís, na qual o governante gaúcho apresentava seu nome ao presidente como candidato à sucessão. Foi



um dos integrantes da AL que iniciou planejamentos para uma ação armada, no caso de insucesso eleitoral. Manteve contato com oficiais revolucionários de 1922 e 1924, Siqueira Campos, Estillac Leal, João Alberto, Juarez Távora, Eduardo Gomes e Osvaldo Cordeiro de Farias²⁰.

Osvaldo Aranha: As tensões para as eleições de 1930 o desviaram de suas funções administrativas como secretário de Negócios Interiores gaúcho. Em junho de 1929, por determinação de Vargas, levou até Borges de Medeiros, ainda presidente do PRR, carta que relatava o Pacto do Hotel Glória, firmado por lideranças políticas mineiras e gaúchas, o qual repelia uma candidatura paulista e previa o lançamento de uma candidatura gaúcha, sendo encarregado de garantir o concorde de Borges de Medeiros, o que conseguiu. Pouco tempo depois, Vargas o encarregou de tentar convencer o presidente Wenceslau Braz e políticos situacionistas a aceitar a

candidatura Vargas ou de um terceiro candidato que tivesse o concorde dos mineiros, mas Braz manteve o apoio à candidatura de Júlio Prestes. Aberta a campanha aliancista, realizou contatos com políticos mineiros e paraibanos para fortalecer a Aliança. A posição de Vargas, hesitante e pendular, ora com acenos à Washington Luíz, ora apoiando os aliancistas mais exaltados, exasperava Osvaldo Aranha e seus companheiros radicais. Fez contato com os “tenentes” e trabalhou para conseguir seu apoio, inclusive, o de Luís Carlos Prestes que, ao final, não aderiu ao movimento²¹.

Batista Luzardo: Iniciada a campanha eleitoral em 1929, aproveitou viagens às estâncias hidrominerais de São Lourenço e Caxambu para fazer contatos políticos, ampliar a campanha e fazer comícios. Na ida de Vargas ao Rio de Janeiro, em 30 de dezembro, foi um dos oradores a saudá-lo, fazendo célebre seu discurso que iniciava indagando:



“Quem vem lá?”. Em janeiro de 1930, fez parte da caravana aliancista que percorreu o Nordeste, enfrentando sérios problemas criados pelos situacionistas, que levaram a conflitos entre as facções²².

ELEIÇÕES, MORTE E SOLUÇÃO PELAS ARMAS 1929-1930

As eleições de 1º de março de 1930 apontaram a vitória da dupla situacionista Júlio Prestes e Vital Soares. Como era o costume da época, a fraude foi generalizada, sendo utilizada por ambos os lados.

Terminada a fase eleitoral, a ala radical da AL, liderada por Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e João Neves, batia-se pela organização de um levante armado, ao passo que outros aliancistas, entre os quais Borges de Medeiros, defendiam uma posição legalista. Os jovens aliancistas incrementaram os preparativos para a ação armada. Convenceram velhos chefes políticos, co-

mo Artur Bernardes, Venceslau Braz, Afrânio de Melo Franco e Antônio Carlos de Andrada a aceitarem essa solução e a aliança com os tenentistas, assim como intensificaram os contatos com os tenentes. Antônio Augusto Borges de Medeiros, então Presidente do Rio Grande do Sul, em 19 de março de 1930 reconheceu a vitória de Júlio Prestes, recuando poucos dias depois, ante a veemente oposição que lhe fizeram Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e João Neves. Conseguiu-se a adesão de Minas Gerais e da Paraíba, além de contarem com forças sediciosas em São Paulo e Rio de Janeiro. Armas foram adquiridas na Tchecoslováquia por Osvaldo Aranha. O planejamento inicial estabelecia que o movimento deveria eclodir ao mesmo tempo em todo o Brasil.

A partir de abril, a sedição viveu em avanços e recuos, provocados pelas desconfianças dos antigos oligarcas com as posições dúbias de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, principal-



mente este, que até às vésperas da revolta, não adotou posição firme de apoio à causa aliancista. Este período foi marcado pela “degola”, apelido dado ao reconhecimento, pelo Congresso, dos candidatos eleitos, artifício legal usado pela maioria governista, não reconhecendo candidatos oposicionistas da Paraíba e Minas Gerais, substituídos por candidatos da situação, provocando justa indignação em ambos os estados. O Rio Grande do Sul, em razão de acordo entre Vargas e Washington Luís — sem conhecimento dos aliados de Minas Gerais e Paraíba, foi poupado dessa defenestração. A defecção de Prestes e a morte de Siqueira Campos, em um acidente aéreo, também contribuíram para o desânimo dos conjurados, levando Antônio Carlos de Andrade a propor que se transformasse a aliança em aliança política, ideia repelida, pronta e incisivamente, pelos mais jovens. Entretanto, enquanto os chefes políticos recuavam, os “tenentes” continuavam os preparativos e já se

encontravam em fase adiantada de organização, aguardando a decisão daqueles para iniciar a luta.

O assassinato de João Pessoa, ainda que por motivos alheios à disputa política, causou comoção e reacendeu o ânimo dos conspiradores. Por sugestão de Osvaldo Aranha, foi estabelecida a data de 3 de outubro, às 17h30min, para o desencadeamento das operações²³.

Flores da Cunha: fazia parte do grupo de aliancistas que considerava a revolta armada como única forma de depor o governo e para isso, se necessário, romper com Borges de Medeiros, então Presidente do PRR. Em manifestação popular em Porto Alegre pelo assassinato de João Pessoa, juntamente com Osvaldo Aranha e João Neves da Fontoura, pronunciou violento discurso, pregando abertamente a revolta.²⁴

Osvaldo Aranha: no período, foi a figura de maior destaque. Por



várias vezes, intermediou as querelas entre os aliancistas mais jovens e os de mais idade. Articulou com os correligionários da AL várias medidas políticas e táticas para reforçar o movimento. Pressionou Getúlio Vargas para que tomasse uma decisão e que esta fosse pelo levante armado. Contactou “tenentistas” e fez a compra de armamento na Tchecoslováquia²⁵
²⁶.

Batista Luzardo: Após as eleições, foi recuperar-se de intervenção cirúrgica em Uruguaiana, aproveitando para realizar contactos políticos e cooptar as guardas militares da fronteira. Detalhou o plano militar para as operações na fronteira, responsabilizando-se pelo comando do destacamento de Uruguaiana, além de unidades de Itaqui e Quaraí. A ele, alinharam-se os principais chefes libertadores da Revolução de 1923, à exceção de Honório Lemes, falecido em 30 de setembro de 1930²⁷.

A REVOLUÇÃO DE 1930

Em Porto Alegre, à hora marcada, tiveram início as ações de tropa. Sem maiores dificuldades, na madrugada seguinte a cidade estava sob controle e, no dia 5, todo o estado apoiava os revoltosos. Formaram-se então colunas que, por via férrea, mandaram Santa Catarina e Paraná, Florianópolis e São Paulo.

Em Belo Horizonte, as ações iniciaram quase ao mesmo tempo de Porto Alegre, e a capital mineira foi parcialmente controlada na manhã do dia seguinte, sendo o controle do estado concluído em 23 de outubro. No Norte e Nordeste, as ações tiveram início pela Paraíba, seguindo-se Piauí, Maranhão e Rio Grande Norte. Após vencer forte resistência em Pernambuco, os revoltosos seguiram para o Sul, sendo detidos na fronteira entre a Bahia e Sergipe.



Fig. 7 – Getúlio e seu estado-maior em Ponta Grossa, Paraná



Fonte: Arquivo Nacional.

A 10 de outubro, acompanhado de todo o estado-maior civil e militar da revolução, Getúlio Vargas seguiu de trem para Ponta Grossa, ponto de concentração das tropas, onde estacionaram e iniciaram planejamentos para o ataque geral rumo a São Paulo, tendo por base a frente de Itararé, marcado para 25 de outubro.

Entrementes, a 24 de outubro, um grupo de generais derubou e prendeu Washington

Luís, substituindo-o por uma Junta de Governo Provisória. Como essa Junta não desse sinais claros de que passaria o governo aos revoltosos, Vargas informou que prosseguiria a luta, se não fosse reconhecido como chefe do governo provisório. Após acordo firmado por Aranha e Lindolfo Collor, emissários de Vargas, e o general Tasso Fragoso, pela Junta Provisória, em 28 de outubro, esta comunicou a decisão de transmitir o poder a Vargas. Em



31 de outubro, precedido por três mil soldados gaúchos, Vargas desembarcou no Rio, sendo recebido por enorme manifestação de apoio popular e tomou posse como chefe do Governo Provisório a 3 de novembro. Seu primeiro ministério buscou atender as forças que o apoiaram, resultando um grupo bastante heterogêneo²⁸.

Flores da Cunha: Participou do ataque ao quartel-general (QG) da 3ª Região Militar, em Porto Alegre, e seguiu com o estado-maior de Getúlio Vargas no avanço para o Rio de Janeiro. À frente de 2.500 cavalarianos, contornou Itararé e seguiu na direção de São Paulo, onde entrou em trajes civis, em visita a amigos presos, para não melindrar os paulistas. Sempre negou, veementemente, ter participado, ordenado ou anunciado a amarração dos cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco. Foi nomeado interventor no Rio Grande do Sul, cargo que assumiu em 28 de novembro de 1930. Dele, disse

Juarez Távora, líder tenentista, em carta a Osvaldo Aranha, escrita dois anos depois: “Com Flores da Cunha em lugar de Getúlio Vargas, certamente os ideais dos tenentes não teriam sido traídos”²⁹.

Osvaldo Aranha: Participou do ataque ao QG, na companhia de Flores da Cunha e compunha o estado-maior civil de Getúlio Vargas no avanço para o Rio de Janeiro. Negociou com a Junta Provisória que destituiu Washington Luís a entrega do poder à Getúlio. Constituiu o ministério provisório de Getúlio, como Ministro da Justiça³⁰.

Batista Luzardo: Comandava um destacamento na frente de Itararé e, com o evoluir da situação, foi mandado ao Rio de Janeiro para assumir o cargo de chefe de Polícia do Distrito Federal, tomando posse em 4 de novembro³¹.



A ERA VARGAS, 1930–1945

A Era Vargas é composta por três fases sucessivas: o Governo Provisório (1930–1934); o período da Constituição de 1934 (1934–1937); e o Estado Novo (1937–1945). A renúncia de Ge-

sultivo, apelidado “Gabinete Negro” que se sobrepunha ao ministério e definia rumos do governo.

A insatisfação dos paulistas com as ações do Governo Provisório levou à Revolução Constitucionalista de 1932, deflagrada no dia 9 de julho. Após intensa

Fig. 8 – Em 1930, da esquerda para a direita, Virgílio de Melo Franco, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Batista Luzardo, Florêncio de Abreu e Alcides Etchegoyen.



Fonte: *Jornal Hora do Povo*

túlio Vargas em 1945 e a posterior redemocratização do país marcam o fim do período.

Getúlio iniciou sua gestão provisória, governando por decretos, que tinham força de lei. Criou o Conselho Nacional Con-

luta, com elevado número de baixas e emprego de material bélico, terminou em 2 de outubro do mesmo ano, com a derrota militar dos revoltosos. Findo o movimento, Getúlio Vargas busca se reconciliar com São Paulo e



nomeia um civil e paulista que apoiara a Revolução de 1930 para interventor em São Paulo.

O término da revolução constitucionalista marcou o início de um período de democratização do Brasil. Foi eleita uma Assembleia Nacional Constituinte, por voto secreto e com participação das mulheres. Instalada em 15 de novembro de 1933, a Constituinte promulgou uma nova Constituição em 16 de julho de 1934, cujo teor desagradava a Vargas, por seu caráter liberal e federalista e ainda, por ter efeitos inflacionários. No dia seguinte, a mesma Assembleia elegeu Vargas presidente da República, o qual foi empossado em 20 de julho. Os estados seguiram o exemplo federal, elaboraram suas constituições e elegeram governadores. Como resultado deste processo, muitos interventores se tornaram governadores, em uma significativa vitória dos partidários de Getúlio.

Em 1935, foi sancionada a Lei de Segurança Nacional, que definia os crimes contra a ordem

política e social, possibilitando maior rigor no combate à subversão. No período, cresceu muito a radicalização político-ideológica no Brasil, especialmente entre os fascistas, que criaram a Ação Integralista Brasileira (AIB), e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), dominado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). O fechamento da ANL, determinada por Getúlio Vargas, bem como a prisão de alguns dos partidários, levaram à Intentona Comunista em 24 de novembro de 1935, no Nordeste, e a 27 de novembro de 1935, no Rio de Janeiro. A partir da Intentona Comunista, foram decretados várias vezes o estado de sítio e o estado de guerra, assim como endurecidas as leis que visavam combater a subversão, com a promulgação, em dezembro de 1935, de três emendas constitucionais dando mais poderes ao Estado para esse fim. Em janeiro de 1936, com vista a limitar o poderio militar dos estados federados, foi promulgada lei que subordinava as polícias militares



ao Exército Brasileiro, limitava seus efetivos e as proibia de possuir artilharia, aviação e carros de combate.

A conjuntura política estava tensa, com a proximidade das eleições presidenciais. Em 30 de setembro de 1937, denunciou-se a existência de um suposto plano comunista para tomada do poder. Este plano ficou conhecido como Plano Cohen que, posteriormente, teve sua autoria atribuída aos integralistas.

Fig. 9 – Getúlio Vargas anunciando a criação do Estado Novo.



Fonte: Memorial da Democracia

Getúlio, em 10 de novembro de 1937, criou o Estado Novo em pronunciamento em rede de rádio. Dentre outras medidas, abo-

liu-se o Congresso e os legislativos estaduais e municipais; foi outorgada uma nova constituição, fortemente centralizadora; extinguiu os partidos políticos e as bandeiras dos estados, proibidos de terem símbolos próprios. A censura à imprensa e a propaganda do regime seriam realizadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)³².

No curso da Segunda Guerra Mundial, em 1942, Vargas declarou estado de guerra contra a Alemanha e a Itália. Após dois anos, foi enviada à Itália a Força Expedicionária Brasileira (FEB), composta por cerca de 25 mil pracinhas. Com o retorno da FEB ao final da guerra, tomou corpo a pressão política para o fim do Estado Novo. Em resposta, surgiu, um movimento denominado “queremismo”, que propunha que primeiro se fizesse uma nova constituição e só depois a eleição para a presidência da República. O crescimento do queremismo precipitou a queda de Getúlio, que renunciou em 29 de outubro de 1945, cedendo às fortes pres-



sões militares, encerrando o Estado Novo³³.

Flores da Cunha: Realizou profícua gestão como governador do Rio Grande do Sul. Na área política, não teve êxito na criação da legião revolucionária, já instituídas em outros estados, por pressão dos hierarcas do PRR e do PL, os mesmos que começaram uma campanha para a elaboração de uma constituição e convocação de eleições, visando a substituição do Governo Provisório. Embora partilhasse dessa ideia, Flores colocou-se como intermediário entre o Governo e a FUG. Irrompida a revolução paulista, Flores se colocou do lado do governo central, o que lhe custou o rompimento com a FUG, que passou a incrementar um movimento armado, capitaneado por Borges de Medeiros e Batista Luzardo.

O movimento foi debelado por Flores e, seus chefes presos. O exílio dos líderes frentistas criou um vazio de poder e cindiu as bases do PRR e PL, momento

político de que se valeu Flores da Cunha para criar o Partido Republicano Liberal (PRL), com o apoio de Vargas e Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda. Flores e seu partido iniciaram imediatamente a campanha das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, marcadas para maio de 1933. Flores usou todas as estratégias legais para dificultar a participação da FUG, resultando que o PRL elegeu 13 entre os 16 representantes do estado. Realizou intenso trabalho político na nomeação do novo governador de Minas Gerais, e comandou diretamente a bancada governista gaúcha para atender os interesses do Governo, prossequindo no apoio a Getúlio. Na fase final da Constituinte, a elaboração das “Disposições Transitórias”, sua atuação foi fundamental para atendimento aos interesses getulistas. Finda a constituinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente por via indireta, derrotando Borges de Medeiros. Seguiu-se a votação para o estabelecimento das Constituintes



estaduais, nas quais, no RS, o PRL obteve maioria de deputados. Flores, também por via indireta, foi eleito governador, tomando posse em 15 de abril de 1935.

A partir desse ano, as relações entre Flores e Vargas começaram a esgarçar-se, em grande parte motivada pela férrea oposição com que aquele defendia a autonomia dos estados, em contraponto ao general Góes Monteiro, partidário de um governo federal forte, com Forças Armadas bem equipadas e governos estaduais débeis. Flores empenhou-se vivamente na sucessão de Santa Catarina, por razões estratégicas, e do Rio de Janeiro, onde seu nutrido apoio e atuação em prol de um candidato que não o preferido por Getúlio, levou ao desgaste do relacionamento político e de amizade com o Presidente. O pedido de demissão de Góes Monteiro, que teve como origem em uma disputa de oficiais apoiados por Flores contra o ministro da Guerra, tensionou ainda mais a situação.

Em setembro de 1935, em razão de conversa mantida entre ele e Getúlio, Flores suspeitou que o presidente preparava um golpe que lhe assegurasse a continuação no cargo. Em face disso, Flores tratou de ampliar sua força militar, importando armamento moderno da Tchecoslováquia, e sua influência política, costurando um acordo com a FUG. O acordo durou pouco, submergindo antes as ações dos partidários de Getúlio Vargas. O plano de fundo da discórdia entre os dois eram as eleições presidenciais de 1938. Flores, na tentativa de fortalecer-se para ter condições de indicar o candidato governista (ou, quem sabe, ele mesmo ser candidato), e Getúlio buscando enfraquecer Flores, para reduzir sua influência. Questões que foram, cada vez mais, afastando os antigos amigos. Com medidas administrativas, Getúlio buscou limitar a liberdade de ação de Flores, que já não contava mais com o apoio da FUG. Essas ações foram se acumulando até a decretação do



estado de guerra, em outubro de 1937, em razão do Plano Cohen, quando as atribuições decorrentes dessa excepcionalidade foram dadas aos governadores, a exceção do Rio Grande do Sul e São Paulo. O ato final foi a federalização da Brigada Militar gaúcha, principal força de Flores. Incapaz de reverter esta decisão, em 18 de outubro, Flores renunciou ao governo e se exilou no Uruguai, onde permaneceu por cinco anos. Em 19, foi decretada a intervenção federal no estado e a 10 de novembro, instaurado o Estado Novo.

No exílio, Flores da Cunha passou a conspirar contra o governo Vargas, procurando articular-se com outros exilados e com setores políticos e militares contrários ao Estado Novo. Foi condenado a um ano de prisão pela compra das armas no exterior e, em 1939, recusou proposta de Getúlio para que retornasse ao Brasil, cumpriu a pena para, logo depois, ser nomeado para um alto cargo federal.

Em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, dirigiu um manifesto a seus amigos e antigos correligionários, conclamando-os a se unirem em defesa da Pátria, e decidiu voltar ao Brasil. Ao retornar, foi preso e levado para uma colônia agrícola no Rio de Janeiro, onde permaneceu por nove meses, quando foi indultado por Vargas. Com a pressão oposicionista, Vargas convocou eleições presidenciais, estaduais e municipais, marcadas para 2 de dezembro. Flores participou, em 7 de abril, da fundação da União Democrática Nacional (UDN), que reuniu a oposição ao governo Vargas em torno da candidatura de Eduardo Gomes e a ele se uniram Borges de Medeiros e Raul Pilla. Em 29 de outubro de 1945, Vargas foi deposto assumindo José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). As eleições de 2 de dezembro foram vencidas pelo general Dutra e no mesmo pleito, Flores da Cunha elegeu-se deputado federal constituinte pelo Rio Grande do Sul.



Osvaldo Aranha: Seguiu se destacando pela habilidade política de fazer convergir interesses, compor alianças e assegurar aliados ao governo. Negociou com a Junta Governativa Provisória de 1930, no Rio de Janeiro, a entrega do governo a Vargas. Posteriormente, foi nomeado ministro da Justiça e, em 1931, ministro da Fazenda. Desgostoso por ser seu indicado ao governo de Minas Gerais preterido, demitiu-se em 1934. Posteriormente, aceitou o cargo de embaixador em Washington. Como embaixador, atuou sempre em defesa das relações brasileiras com os Estados Unidos e se tornou amigo pessoal do presidente Franklin Delano Roosevelt. Em março de 1938, assumiu o ministério das Relações Exteriores e se opôs à ação dos “germanófilos” do governo e empreendeu grandes reformas administrativas no Itamaraty. Desencadeada a Segunda Guerra Mundial, foi sempre defensor de aliança com os Estados Unidos, em oposição aos

partidários de uma posição pró-Alemanha. Na Conferência do Rio, em 1942, seu trabalho de convencimento levou a que todos os países americanos, a exceção de Argentina e Chile, rompessem com Alemanha, Itália e Japão. Em 1944, pede demissão do cargo de chanceler, vendo-se politicamente enfraquecido, reduzindo suas chances de lançar-se candidato à sucessão de Getúlio.

Embora fora do espaço temporal estabelecido para este artigo, merece registro o relevo de seu desempenho como chefe da delegação brasileira na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1947, na qual teve destacado papel nas negociações diplomáticas para criação do Estado de Israel e presidiu a sessão que aprovou o Plano de Partilha da Palestina, pelo qual era criado aquele país. Por seu desempenho, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz, naquele mesmo ano³⁴.



Batista Luzardo: Como chefe de Polícia do Distrito Federal, destacou-se pela repressão às organizações de esquerda, proibindo as manifestações do dia 1º de maio de 1931. Alinhou-se às pretensões constitucionalistas e quando o Diário Carioca foi empastelado por manifestantes contrários, junto com o ministro da Justiça, Maurício Cardoso, queriam apurar o caso, sendo desautorizados. Em razão disso, solicitaram exoneração de seus cargos, sendo seguidos pelos demais membros gaúchos no governo. Seguiu defendendo a reconstitucionalização do país. Desencadeado o Movimento Constitucionalista de São Paulo, participou de ações no Rio Grande do Sul, que fracassaram. Foi preso por Flores da Cunha e obrigado a se exilar no Uruguai. Em 1934, depois de anistiado, retornou ao Brasil. No ano seguinte, elegeu-se novamente deputado federal e participou da oposição à Vargas. No entanto, com o distanciamento de Flores da Cunha, Luzardo reaproximou-

se do governo, manifestando apoio ao golpe do Estado Novo. Foi nomeado embaixador no Uruguai, cargo no qual permaneceu até 1945. Também assumiu brevemente a embaixada em Buenos Aires, sendo exonerado com a deposição de Vargas³⁵.

CONCLUSÃO

Com fulcro no exposto, pode-se concluir que as três personagens abordadas puderam, mercê de suas qualidades pessoais e de circunstâncias propícias, deixar o quase anonimato de políticos paroquiais para a notoriedade de figuras públicas de destaque. É válido afirmar que suas carreiras políticas estiveram atreladas à de Getúlio Vargas, seja apoiando, seja confrontando esse líder. Também é interessante verificar que os caracteres de personalidade influíram, e muito, em seus destinos.

Flores, sanguíneo e voluntarioso, nunca fez as pazes com Batista Luzardo, seu desafeto



desde 1922. Também não titubeou em colocar-se contra o poderoso presidente do Estado Novo, quando os interesses de ambos se entrecrocaram e, a partir daí, não mais se reconciliaram. Sua coragem pessoal foi demonstrada nas várias ações bélicas em que tomou parte, destacando-se a carga sobre a ponte do rio Ibirapuitã contra um inimigo entrincheirado. Osvaldo Aranha, ponderado e conciliador, sempre procurou convergir interesses e pacificar ânimos, mas não lhe faltou desassombro para, quando necessário, adotar posturas corajosas e arriscar a própria vida. De Batista Luzardo, pode-se dizer que era uma mescla da voluntariedade de Flores e da habilidade diplomática de Osvaldo Aranha, aliadas a um atilado senso de oportunidade.

Uma síntese dos três pode ser encontrada na carta de Osvaldo Aranha a Flores da Cunha, em janeiro de 1959. Embora o missivista se referisse apenas a si e ao destinatário, o que expres-

sou pode ser plenamente empregado quanto a Batista Luzardo.

Flores - Completo hoje 65 anos. Sinto necessidade de conversar contigo. Não pensei jamais chegar tão longe em uma vida que fizemos, ambos, tudo por abreviar. Estamos ficando cada dia mais nós. Vivemos, realmente, demais, porque os dias de nossas vidas serão contados por épocas, para o mundo e para o nosso país [...] ³⁶.

Contá-los, foi o que pretendi com este artigo.

BIBLIOGRAFIA

CARELI, Sandra da S.; KNIERIM, Cláudio (orgs.). *Releituras da História do Rio Grande do Sul*. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre, CORAG, 2011.

CARNEIRO, Glauco. *Lusardo: o último caudilho*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Aliança Liberal*.



Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALIAN%C3%87A%20LIBERAL.pdf>.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *A revolução de 1930*. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20DE%201930.pdf>.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *A revolução de 1930*. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20DE%201930.pdf>.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *ARANHA, Osvaldo*. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ARANHA,%20Oswaldo.pdf>.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Coluna Prestes*. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COLUNA%20PRESTES.pdf>.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *CUNHA, Flores da*. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CUNHA,%20Flores%20da%20red.pdf>.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *LUZARDO, Batista*. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LUZARDO,%20Batista.pdf>.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *VARGAS, Getúlio*. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Getulio%20Vargas.pdf>.



FRAZÃO, Dilva. *Pequena biografia de Osvaldo Aranha*. Disponível em https://www.ebiografia.com/osvaldo_aranha/.

LEAL, José A. Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, a defesa de Uruguaiana. *Revista do IGHMB*, n. 112 Especial, p. 172-188, 2024.

SCHIRMER, Lauro. Flores da Cunha: de corpo inteiro. Porto Alegre: RBS Publicações, 2008.

TEIXEIRA, Matheus B. Julho de 1924: a “Revolta Esquecida” na cidade de São Paulo. *Rev. Hist. Universidade do Estado de Goiás*, Morrinhos, v.11, n.1, e-112213, jan./jun. 2022.

NOTAS

¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CUNHA, Flores da. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CUNHA,%20Flores%20da%20red.pdf>. Acesso em 21 jun. 2024

² LEAL, José A. Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, a defesa de Uruguaiana. *Revista do IGHMB*, n. 112 Especial, p. 172-188, 2024, p. 181-184.

³ SCHIRMER, Lauro. *Flores da Cunha: de corpo inteiro*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2008, p. 68.

⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. ARANHA, Osvaldo. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ARANHA,%20Oswaldo.pdf>. Acesso em 20 mai. 2024.

⁵ Ibid.

⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. LUZARDO, Batista. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LUZARDO,%20Batista.pdf>. Acesso em 30 mai. 2024.

⁷ CARNEIRO, Glauco. *Lusardo: o último caudilho*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

⁸ LEAL, op.cit.

⁹ LANG, Alice B. G., *Revolta de 5 de Julho de 1924*. CPDOC/FGV. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201924.pdf>. Acesso em 23 mai. 2024

¹⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Coluna Prestes. Disponível em



<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COLUNA%20PRESTES.pdf>. Acesso em 23 mai. 2024.

¹¹ SCHIRMER, op.cit.

¹² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CUNHA, Flores da. Disponível em

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CUNHA,%20Flores%20da%20red.pdf>.

Acesso em 21 jun. 2024.

¹³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. ARANHA, Osvaldo, op.cit.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ FRAZÃO, Dilva. *Pequena biografia de Osvaldo Aranha*. Disponível em https://www.ebiografia.com/osvaldo_aranha/. Acesso em 22 jun. 2024

¹⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. LUZARDO, Batista, op.cit.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *A revolução de 1930*. Disponível em

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20DE%201930.pdf>. Acesso em 6 jul. 2024.

¹⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Aliança Liberal*. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALIAN%C3%87A%20LIBERAL.pdf>. Acesso em 06 jul. 2024.

²⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CUNHA, Flores da, op.cit.

²¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. ARANHA, Osvaldo, op.cit.

²² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. LUZARDO, Batista, op.cit.

²³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *A revolução de 1930*. Disponível em

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20DE%201930.pdf>. Acesso em 7 jul. 2024.

²⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CUNHA, Flores da, op.cit.

²⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. ARANHA, Osvaldo, op.cit.

²⁶ FRAZÃO, op.cit.



²⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *LUZARDO, Batista*, op.cit.

²⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *A Revolução de 1930*, op.cit.

²⁹ SCHIRMER, op.cit.

³⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *ARANHA, Osvaldo*, op.cit.

³¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *LUZARDO, Batista*, op.cit.

³² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *VARGAS, Getúlio*. Disponível em

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilia/dhbb/Getulio%20Vargas.pdf>. Acesso em 11 jul. 2024.

³³ Ibid.

³⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *ARANHA, Osvaldo*, op.cit.

³⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *LUZARDO, Batista*, op.cit. Acesso em 12 jul. 2024

³⁶ SCHIRMER, op.cit., p. 70.

Os desdobramentos militares da Revolução de 1930 no Pará

Lucas Carnevale Machado ^a

Resumo: Este trabalho tem como principal objetivo analisar os principais desdobramentos das revoltas tenentistas no Pará, com enfoque na revolução de 1930, que marcou a derrubada do poder oligárquico das elites paulistas e mineiras. No estado, há ecos dos processos revolucionários de 1924 e 1930; o último, apesar da mobilização militar na capital paraense, obteve sucesso apenas após a vitória do processo na capital nacional, determinando a deposição dos governadores eleitos e sua substituição por interventores militares. No Pará, o 1º tenente Magalhães Barata (1888-1959) foi o governante, que atuou como figura popular e que contou com vários poderes na sua figura política.

Palavras Chave: Revolução de 1930, Tenentismo, mobilização militar.

INTRODUÇÃO

O Estado do Pará foi visto e constituído como ponto de defesa militar da Amazônia desde sua fundação pelos portugueses em 1616. Inicialmente visando proteger as posses luso-brasileiras na foz do rio Amazonas contra as outras potências da época, como os ingleses e holandeses. Essa

noção construída no período colonial toma corpo com as mudanças políticas que levaram ao surgimento do Brasil como nação, sendo o Grão-Pará uma das últimas províncias a serem integradas no recém-criado império brasileiro¹.

Eventos como a Cabanagem (1835–1840) e a Guerra do Paraguai (1864–1870) mostraram

^a Historiador, mestre em Ciências do Patrimônio Cultural. Associado Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



ainda mais essa importância militar da região, na qual foi necessário mobilizar número considerável de soldados da região. Além disso, alguns fortes atuavam no mesmo objetivo de defesa do território, como o de Macapá, Óbidos e o forte do Presépio, em Belém. Dessa forma, a região, em diversos momentos, acabou tomando parte nas diversas mobilizações militares brasileiras dos séculos XIX e XX.

O tenentismo foi uma série de movimentos de caráter político-militar que levaram a cabo várias revoltas em todo o Brasil contra a “República Velha” por variados motivos, como: problemas econômicos, questões sobre repressão e prisões contra militares por seus posicionamentos políticos, etc. Fagundes, em seu texto², trabalha a historiografia sobre o tenentismo. O autor discute todas as articulações dos movimentos político-militares desses oficiais intermediários, não só por uma perspectiva de mudança das estruturas oligár-

quicas que tomaram destaque na primeira república brasileira.

Esses processos são os anseios de uma instituição que acabou se tornando coadjuvante na política nacional da época, além do que esses tenentes representavam uma nova classe em ascensão: a classe média urbana brasileira, letrada e próxima dos soldados, ciente desses problemas sociais e que ansiavam por mudanças estruturais na nação brasileira³.

O primeiro movimento tenentista registrado ocorreu no Rio de Janeiro, a Revolta do Forte de Copacabana em 1922, que foi mobilizada devido a um escândalo entre o presidente da República Arthur Bernardes e a cúpula do Clube Militar, que levou à prisão de vários de seus membros, incluindo o presidente do clube. Com todos estes acontecimentos, o forte se revoltou contra o governo, atacando as tropas legalistas sem conseguir resultados efetivos. Após a rendição da fortificação, cerca de 17 militares armados saíram do forte e foram



caminhando pela praia, atacando as tropas legalistas. Um civil se uniu ao grupo e formaram “os 18 do Forte”. Do pelotão suicida, só dois sobreviveram: Eduardo Gomes e Siqueira Campos⁴.

Mesmo não tendo resultados efetivos, a revolta conseguiu mostrar que a oficialidade tinha força e capacidade político-militar de mobilização, e que este grupo estava ciente dos problemas sociais da República, o que levaria a várias outras revoltas, como a Coluna Miguel Costa-Prestes e as revoluções espalhadas no Brasil em 1924. Fagundes discute que:

O movimento dos 18 do Forte, em 1922, criou a legenda e o mito em torno do movimento dos jovens oficiais. Por outro lado, o levante de 1924 foi a primeira grande mobilização militar do Movimento Tenentista. É importante observar que a partir desse levante o movimento passou a ser um dos focos principais de oposição e crítica do ambiente político da “Primeira República”.⁵

O 26º BATALHÃO DE CAÇADORES E SUA ATUAÇÃO EM BELÉM DURANTE A REVOLUÇÃO DE 1924

A revolução de 1924 teve origem no estado de São Paulo, dentro da série de movimentos que tentaram estabelecer mudanças no contexto político e social. Comandada pela oficialidade presente na capital paulista, de 5 de julho a 28 do mesmo mês, mobilizou a cidade por inteiro, com inúmeros combates urbanos⁶.

Esse movimento teve uma série de adesões em vários estados do Brasil, inclusive no Pará. William Gaia Farias⁷, em seu artigo, discute as razões que levaram os militares a se amotinarem em Belém, se contrapondo às determinações do comando para que os militares do 26º Batalhão de Caçadores (26º BC) combatessem os tenentistas do Baixo Amazonas.

A revolução, estendida para a Região Oeste do estado (Baixo Amazonas), já havia tomado por



inteiro o estado do Amazonas e a cidade paraense de Óbidos, com seu forte da época colonial que era guarnecido por uma bateria de artilharia, sob o comando do tenente Magalhães Barata. Farias discute que, na Amazônia, estes movimentos de caráter tenentista trouxeram à tona várias demandas sociais da população, fato visto na Comuna de Manaus com a estatização dos açougues da cidade, que estavam sob controle de uma empresa inglesa⁸.

O governo estadual havia mobilizado o 26º BC para dar o apoio na repressão aos paulistas revolucionários. No entanto, com a revolta no Baixo Amazonas, as tropas seriam levadas para combater os revolucionários em Óbidos. Contudo, as tropas se recusaram a entrar em uma luta fratricida contra os revoltosos⁹.

Essa insubordinação foi a base do movimento revolucionário em Belém, ainda que muitos civis estivessem envolvidos no embate. O batalhão, sob a liderança do capitão engenheiro Au-

gusto Assis de Vasconcelos, tentou obter o controle do estado, da mesma forma como ocorreu no Amazonas. No entanto, após dois dias de encarniçado combate para tomar a sede governamental, o oficial foi vitimado por uma carga de fuzilaria da força pública, que estava do lado legalista. A perda do comando levou à queda do moral dos revoltosos, e à subsequente derrota dos revolucionários¹⁰.

A imagem do capitão Assis de Vasconcelos foi estabelecida como de um traidor, até o ano de 1930, com a vitória dos tenentistas. Deste ponto, sua figura passa à condição de mártir, sendo uma das vítimas da República Velha, e servindo como inspiração para a revolução de 1930, além de emprestar o seu nome para uma avenida do centro da capital paraense, que se mantém até a atualidade¹¹.



OS MILITARES E A REVOLUÇÃO DE 1930 NO PARÁ

Um dos maiores pontos de inflexão da história do Brasil republicano trata-se do movimento dito de “Revolução de 30”, no qual, os derrotados da eleição do mesmo ano organizaram um movimento contra o governo oligárquico, movendo suas tropas de norte a sul contra o presidente Washington Luís e contra o recém-eleito Júlio Prestes. Isso, com a organização da história nacional posteriormente, tomou uma definição de movimento revolucionário, no qual várias figuras surgem com Getúlio Vargas.

Essa definição é a que permanece na atual historiografia e até mesmo em outras áreas das ciências humanas como a sociologia, citando a obra de Fernandes, no qual o autor define o movimento de 30 no Brasil como uma “Revolução Burguesa”¹², esta que seria uma etapa necessária para uma etapa da ideia de

uma outra revolução, só que proletária.

Ainda assim, há pontos da história que não aceitam a definição de revolução para o movimento, mas como um “golpe”. Essa visão vem de autores que trabalham com biografias de pessoas que estavam do lado do governo legal, citando também a biografia de memórias do marechal Mascarenhas de Moraes, que lutou com sua unidade contra o movimento e acabou preso por isso¹³.

Neste momento, houve uma quebra na política vigente “do Café com Leite”, na qual só as oligarquias paulista e mineira (que tinham o maior poder econômico) poderiam alçar à presidência da República. O paulista Washington Luís, preferiu indicar o contrerrâneo Júlio Prestes para concorrer ao cargo, quebrando a aliança com Minas Gerais¹⁴.

Estes, sentindo-se traídos, decidiram apoiar a chapa oposicionista da Aliança Liberal, formada pelo gaúcho Getúlio Vargas



e pelo paraibano João Pessoa, concorrendo a presidente e vice, respectivamente. Mesmo com o apoio dos mineiros, a Aliança Liberal não conseguiu vencer os paulistas e Júlio Prestes foi eleito. No entanto, devido a um conflito pessoal, o vice de Getúlio, João Pessoa, foi assassinado no Recife, levando a uma série de mobilizações de várias oligarquias contra o governo central, pois alegavam que tinha sido morto por questões políticas¹⁵.

Com isso, tropas militares de vários estados do Sul foram marchando até a capital federal, para depor Washington Luís e estabelecer um triunvirato provisório. A revolução começou em 3 de outubro de 1930 no Rio Grande do Sul, com a deposição de Washington Luís da presidência em 24 de outubro. Os representantes das forças armadas mantiveram-se no poder até o dia 3 de novembro, quando colocaram Getúlio Vargas no comando do governo provisório¹⁶.

No Pará, quando as notícias da revolução no Sul chegaram à

cidade, Belém estava sob ronda de uma possível tentativa de tomada do poder. A apreensão feita pela polícia de cinco toneladas de munição em um porto da capital mostrava que logo a revolução já estava às portas do estado¹⁷.

Durante esse período surgiram algumas figuras de liderança que tomaram a frente no processo revolucionário. O primeiro líder da revolução no Pará foi o 1º tenente Magalhães Barata, que veio para Belém disfarçado para articular o movimento no estado. No entanto, ele foi descoberto e preso, sendo enviado para o Rio de Janeiro. A liderança do movimento passou a outro oficial: Castilhos França. Este, quando compareceu ao 26º BC para mobilizar o batalhão, foi morto por um tiro acidental pelo militar que estava no posto de sentinela do local¹⁸.

O comando passou a outro tenente, Ismaelino de Castro, oficial do 26º, que conseguiu mobilizar o batalhão para atuar em favor dos revolucionários. Em



Belém os primeiros confrontos são registrados dois dias após o início do movimento no Sul. Novamente o 26º BC está na dianteira da revolta. Sua estratégia tratava-se de dividir o batalhão para atacar o quartel-general e o palácio governamental ao mesmo tempo. Não teve êxito, forçando os revolucionários a tomarem o trem da linha Belém-Bragança, para entrarem em contato com os revolucionários maranhenses vitoriosos, com objetivo de obter reforços para tomar Belém¹⁹.

Com a vitória revolucionária no Maranhão, o governador destituído e o prefeito da capital vizinha refugiaram-se em Belém, impactando a opinião pública sobre a revolução, fazendo com que estes tomassem força na capital. Ainda assim, só depois do dia 24 de outubro de 1930, com a revolução já consolidada no Brasil, o governador paraense Eurico Valle propôs a formação de uma junta governamental. A revolução finalmente chegara ao Pará²⁰.

APRESENTAÇÃO DE FONTE: FICHA DO 3º SARGENTO RAIMUNDO CAVALCANTI DA SILVA

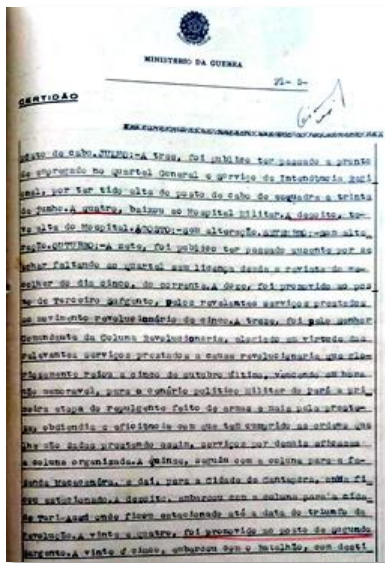
O militar foi mobilizado no serviço militar obrigatório do ano de 1927, sendo designado para o 26º Batalhão de Caçadores (localizado no momento ao lado da basílica de Nazaré), e promovido rapidamente à graduação de 3º sargento, no período anterior ao processo revolucionário de 1930. Seus registros no evento o apresentam já no processo de retirada das tropas revoltosas da capital paraense, atuando como sentinela da linha férrea como operador de metralhadora.

Seu registro assinala que, pouco antes da chegada da locomotiva na cidade de Bragança-PA, boa parte dos militares amotinados foram detidos ou fugiram das tropas estaduais. O 3º sargento Cavalcanti conseguiu escapar das autoridades paraenses, abrigando-se na cidade maranhense de “*Turi-Assú*”, aguardando o desfecho das atividades



no Rio de Janeiro e a consolidação do poder revolucionário na figura de Getúlio Vargas. Depois de chegar à capital paraense, foi promovido à graduação subsequente.

Fig. 1 – Certidão de tempo de serviço na
Revolução de 1930



Fonte: Arquivo Histórico do Exército

Após a revolução de 1930, o militar seguiu carreira por mais de duas décadas, atuando em funções administrativas e operacionais, contribuindo para o esforço de guerra nacional contra o

inimigo nazifascista na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), embarcando para a Itália, onde participou de diversas patrulhas e foi reconhecido pelas autoridades brasileiras e estadunidenses.

No fim da década de 1950, saiu do serviço ativo no posto de major, passando a participar ativamente das decisões políticas da Associação de Ex-combatentes do Brasil, seção Pará, da qual foi presidente por mais de vinte anos, estando à frente das lutas sociais dos veteranos paraenses até seu falecimento, no ano de 1990.

CONCLUSÃO

Com a vitória dos revolucionários tenentistas no Brasil e a subsequente destituição das oligarquias estaduais, sendo substituídas pelos interventores federais, homens de confiança do governo provisório e de passado tenentista. No Pará, foi escolhido o 1º tenente Joaquim Magalhães de Cardoso Barata. Esse perso-



nagem já era conhecido por várias atuações em movimentos revolucionários, da revolta da vacina em 1904 aos movimentos tenentistas da década de 1920. Conhecido pela personalidade forte, agregou para si, durante os primeiros anos do governo provisório, os poderes estaduais, usando-os para atuar de forma paternalista com a população paraense de Belém e do interior²¹.

Nos anos iniciais da década de 1930 aconteceram várias mudanças na atuação das forças estaduais e, sob a influência direta do interventor, a Brigada Militar do estado foi extinta²², surgindo uma nova instituição: a Guarda Civil paraense. Esta manteve sua ligação direta com o interventor Magalhães Barata, com o objetivo de manter a lealdade à autoridade estadual. No entanto, contava com membros de pouca experiência e mal estruturada, e acabou abrindo brechas para que a Força Pública estadual ressurgisse no ano de

1932, devido à eclosão da revolta paulista.

FONTES

A Folha do Norte. Exemplares de novembro de 1935 pesquisados. Disponível no setor de microfilme do CENTUR, Belém, 2019.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Ficha Funcional do major Raimundo Cavalcanti da Silva. Rio de Janeiro, 1990.

O Estado do Pará. Jornal pesquisado no recorte de julho a setembro de 1932, disponível no setor de microfilme do CENTUR, Belém, 2019.

O Estado do Pará. Jornal pesquisado no recorte de setembro a novembro de 1930, disponível no setor de microfilme do CENTUR, Belém, 2019.

O Liberal. Encarte especial sobre os 400 anos da cidade de Belém: Magalhães Barata e a Revolução de 1930. Graph editora, Belém, 2016.

O Liberal. Encarte especial sobre os 400 anos da cidade de Belém: A comunicação nos tempos da II



Guerra. Graph editora, Belém, 2016.

BIBLIOGRAFIA

ARAGÃO, Izabel L. Revoltas na caserna e a criação da polícia política no Brasil. *Anais do XV encontro regional de história da ANPUH-Rio*, Rio de Janeiro, 2012.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira contemporânea*. São Paulo: Contexto, 1998.

BRASIL. 2º Batalhão de Infantaria de Selva. *Vídeo institucional do 2º Batalhão de Infantaria de Selva*. Belém: Setor de Comunicação Social, Belém, 2015.

BURLAMAQUI, Cristiane Domini-qui Vieira. A fundação de Belém do Pará: análise dialógica de narrativas colonizadoras. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto et al. (orgs.). *Discurso e Identidade: múltiplos enfoques*. São Paulo: FFLCH/USP, 2018.

COIMBRA, Creso. *O Pará na Revolução de 30: História, análise crí-*

tica e reflexão. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento tenentista: um debate historiográfico. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 9 (108), pp. 127-133, 2010.

FARIAS, William Gaia. Militares e civis forjando o “Tenentismo” no Pará. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH*, 2011.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. *Brasil em Perspectiva*, v. 10, p. 229, 1970.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GARCIA, Afrânio. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). *Revista de Ciências Sociais*, v. 38, n. 2, pp. 73-87, 2007.

MACHADO, Lucas Carnevale. Uma micro-história da revolta do Forte de Copacabana (1922). *Revista do IGHMB*, Rio de Janeiro, v. 83, n. 112, pp. 158-171, 2024.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *Memórias*, 2v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1969.



OLIVEIRA, Walter Pinto et al. *Memórias de uma revolta esquecida: o Baixo-Amazonas na revolução constitucionalista de 1932*. Belém: Pakatatu, 2013.

ROCQUE, Carlos. *Depoimentos para a história política do Pará*. Belém: Mitograph Editora, 1981.

ROCQUE, Carlos. *História geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: Distribel, 2001.

ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult-PA, 1999.

NOTAS

¹ BURLAMAQUI, Cristiane Dominiqui Vieira. A fundação de Belém do Pará: análise dialógica de narrativas colonizadoras. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto et al. (orgs.). *Discurso e Identidade: múltiplos enfoques*. São Paulo: FFLCH/USP, 2018.

² FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento tenentista: um debate historiográfico. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 9 (108), pp. 127-133, 2010.

³ FARIAS, William Gaia. Militares e civis forjando o “Tenentismo” no Pará.

Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH, 2011; e FAGUNDES, op.cit.

⁴ MACHADO, Lucas Carnevale. Uma micro-história da revolta do Forte de Copacabana (1922). *Revista do IGHMB*, Rio de Janeiro, v. 83, n. 112, pp. 158-171, 2024.

⁵ FAGUNDES, op.cit., p. 133.

⁶ ARAGÃO, Izabel L. Revoltas na caserna e a criação da polícia política no Brasil. *Anais do XV encontro regional de história da ANPUH-Rio*, Rio de Janeiro, 2012; e FAGUNDES, op.cit.

⁷ FARIAS, op.cit.

⁸ Ibid.

⁹ Cf. OLIVEIRA, Walter Pinto et al. *Memórias de uma revolta esquecida: o Baixo-Amazonas na revolução constitucionalista de 1932*. Belém: Pakatatu, 2013; e ROCQUE, Carlos. *História geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: Distribel, 2001.

¹⁰ *O Liberal*. Encarte especial sobre os 400 anos da cidade de Belém: Magalhães Barata e a Revolução de 1930. Graph editora, Belém, 2016.

¹¹ ROCQUE, 2001, op.cit.

¹² FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

¹³ MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *Memórias*, 2v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1969.



¹⁴ *O Liberal*. Encarte especial sobre os 400 anos da cidade de Belém: Magalhães Barata e a Revolução de 1930. Graph editora, Belém, 2016.

¹⁵ FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. *Brasil em Perspectiva*, v. 10, p. 229, 1970.

¹⁶ *O Liberal*. Encarte especial sobre os 400 anos da cidade de Belém: Magalhães Barata e a Revolução de 1930. Graph editora, Belém, 2016.

¹⁷ ROCQUE, 2001, op.cit.; e *O Liberal*. Encarte especial sobre os 400 anos da cidade de Belém: Magalhães Barata e a Revolução de 1930. Graph editora, Belém, 2016.

¹⁸ ROCQUE, 2001, op.cit.

¹⁹ ROCQUE, 2001, op.cit.; e *O Liberal*. Encarte especial sobre os 400 anos da cidade de Belém: Magalhães Barata e a Revolução de 1930. Graph editora, Belém, 2016.

²⁰ *O Liberal*, op.cit.

²¹ OLIVEIRA, op.cit.

²² Decreto Nº 14 de 22 de novembro de 1930, apud OLIVEIRA, op.cit., p.75.

O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército

Marcos Luiz Bretas ^a

Resumo: Este trabalho pretende contribuir para o conhecimento da obra político-intelectual do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, decisiva para o estabelecimento das bases militares do Estado Novo (1937-1945). Suas ideias e ação conduziram o processo que fez do Exército Brasileiro, de instituição politicamente cindida desde as rebeliões dos anos 20, uma organização dotada de uma doutrina unificadora e demandas próprias.

Palavras-chave: Exército, política, República.

A revolução de 1930 teve entre seus resultados o lançamento de um grande número de políticos civis, que permaneceram por longo tempo vinculados aos grandes acontecimentos da história política do país. No âmbito militar, ocorreu – no nível da percepção mais imediata – a consolidação do prestígio do grupo dos *tenentes*, originário das rebeliões dos anos 20. Este grupo, entretanto, deve seu prestígio à

sua atuação política, não estando ligados às profundas transformações que sofreu o Exército Brasileiro no decorrer do primeiro governo de Getúlio Vargas.

No meio militar, emerge a figura imprecisa e paradoxal do general Góes Monteiro, ativo nos grandes momentos do período para, em seguida, mergulhar na penumbra reservada aos que despertam pouca ou nenhuma simpatia. Muitas apreciações

^a Historiador e professor, doutor em História.



podem ser acumuladas sobre Góes Monteiro, quase sempre num tom de desagrado mal disfarçado, como, para ficar num exemplo, o julgamento de Cordeiro de Farias:

Góes foi uma figura decisiva. Era um homem de inteligência fora do normal, profundo conhecedor de história militar. Era bonachão, tinha fama de beber muito, mas isso é uma injustiça. Gostava de uísque, tinha a fala mole, mas bebia sem grandes exageros. [...] Entretanto, era excessivamente ambicioso. Tinha coragem física, mas não tinha coragem moral¹.

Nesta linha, Góes ficou consagrado como o eterno candidato à presidência da República, sempre incapaz de obtê-la para si. Entre os cientistas sociais dedicados ao estudo do Exército Brasileiro, seu nome é referido como precursor da “doutrina de segurança nacional” elaborada pela Escola Superior de Guerra². Na história militar oficial, Góes Monteiro é uma personagem de bas-

tidores, mencionada sem comentários; não está entre os heróis que devem ser recordados.

Apesar destas restrições, Góes deve ser colocado no centro do processo de transformação sofrido pelo Exército Brasileiro nos anos 30, seja como o formulador mais coerente de um papel para o Exército na sociedade, seja como ator decisivo na realização – ao menos parcial – do seu projeto.

Discursando em homenagem a Góes, falou José Américo de Almeida: “As homenagens que vos são tributadas, hoje, exprimem, só por si, os valores da vossa formação. A dos militares consagra vossa formação de soldado; a dos civis preconiza vossa mentalidade de cidadão”³. O esquecimento a que é relegado atualmente atinge aquele que para os civis era um militar e, para os militares, agia como civil. O preço pago pelo sucesso de seu projeto militar foi a sua própria condenação como desviante, fator que Góes provavelmente não ignorava, pois mais de uma



vez referiu-se às próprias atitudes como destinadas a evitar que fatos semelhantes ocorressem no seio da organização.

Tento nesse trabalho dar alguns passos⁴ para o conhecimento da obra de Góes, destacando em sua biografia os elementos que informarão os seus trabalhos do período mais criativo, do intelectual no auge da vitalidade, entre 1932 e 1935, quando estabelece as bases militares do Estado Novo. Esta trajetória coincide com o retorno do Exército ao centro das atividades políticas, a partir das rebeliões dos anos 20. Ao iniciar esta jornada, o Exército Brasileiro encontra-se cindido, com ideias e lideranças o disputando como sustentáculo para seus poderes locais ou projetos nacionais. Quando o governo Vargas chega a seu ponto de maior força, no Estado Novo, o exército tem outro aspecto, unido – ou ao menos se apresentando como tal externamente – com as condições de profissionalização requeridas pelos “jovens turcos” há vinte anos já atendi-

das, apresentando suas reivindicações como organização. Nesta passagem de uma instituição dividida para a organização possuidora de uma doutrina unificadora e demandas próprias, é difícil deixar de ressaltar o papel do general Góes Monteiro.

A FORMAÇÃO DO REVOLUCIONÁRIO: HISTÓRIA DE UM LEGALISTA

A carreira de oficial do exército era, na República Velha, mais uma contingência que visava alcançar certo padrão de vida que uma opção definida por vocação. Estes oficiais por necessidade faziam carreiras obscuras em regimentos de fronteira, esquecidos das promoções decididas na capital federal e nas sedes das Regiões Militares, para acabarem reformados, insignificantes e esquecidos. A exceção aparecia pelo apadrinhamento, quando algum oficial general de prestígio apoiava e trazia para os



centros de decisão os seus apadrinhados.

Arrimo de extensa família (nove irmãos), tudo indicava que a carreira do alagoano Pedro Aurélio de Góes Monteiro seria feita no interior do Rio Grande do Sul, sem incidentes dignos de nota⁵. A garantia de sua estabilidade era dada pelo casamento, realizado numa família de projeção em Alegrete. As pretensões intelectuais e a afinidade com os movimentos renovadores no exército aparecem de forma incipiente na publicação de um primeiro trabalho – sobre a batalha de Waterloo – em 1908 e na colocação como representante da revista dos “jovens turcos”, *A Defesa Nacional*, na guarnição de Alegrete⁶. Esta atividade discreta vai sofrer uma reviravolta a partir de sua vinda para o Rio de Janeiro, aonde vem cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Este curso era então dirigido pelos oficiais da Missão Militar Francesa (MMF) e alterava os padrões tradicionais de formação da oficialidade brasileira. São os

oficiais franceses que vão “descobrir” as qualidades militares do “oficial provinciano, bisonho”, Góes Monteiro, classificado em segundo lugar no exame de cavalaria ao fim do curso, e encaminhado para a Escola de Estado-Maior, também sob a orientação da Missão.

Da instrução recebida nos cursos dirigidos pela MMF ficarão alguns dos elementos principais do pensamento militar de Góes Monteiro e sua geração⁷. No bojo da renovação são reformadas as concepções estratégicas, voltadas para a definição de um “inimigo principal” – no caso brasileiro, a Argentina – e de um plano de guerra que mobilizasse todos os setores da nação. Góes Monteiro, em um de seus primeiros trabalhos, explicita claramente estes conceitos:

De um momento para outro, [é possível que o Brasil] possa ser envolvido num conflito externo, cuja melhor maneira de evitar ainda será, por muito tempo, dadas as condições



naturais do mundo – estar-se bem preparado para ele.

O ponto de partida é, naturalmente, considerar, entre todos os países continentais, aquele que for o mais forte, portanto o mais perigoso no caso de agressão, e sobre os recursos – avaliados sem restrições – raciocinar acerca da maneira mais eficaz de reagir contra os ataques.

Se se imaginar uma agressão rápida e violenta, com o emprego de todos os meios, pelo inimigo mais provável, dentro de um prazo verossímil após a abertura de hostilidades – coligidos estarão os dados precisos para conhecer as próprias necessidades e de que maneira, no tempo e no espaço, se poderá enfrentá-lo. Daí surgirão, em substância, as bases para uma organização militar em tempo de guerra, com os elementos de que se há de lançar mão, em terra, no ar e no mar, com um mínimo indispensável à própria defesa. Será então estudado e estabelecido um plano de guerra [...] ⁸.

Na análise feita por Góes, a elaboração deste “plano de guerra”, esbarrava em dois problemas: a incúria dos políticos e o

antimilitarismo do povo brasileiro.

Na relação entre as Forças Armadas e a política, Góes reflete mais uma vez a doutrina francesa: o exército deve ser o “Grande Mudo”. A conjuntura brasileira dos anos 20, entretanto, coloca o problema da manipulação por “políticos inescrupulosos, que não têm desistido de atrair os membros das corporações armadas para o campo das lutas partidárias”. Estes mesmos políticos, quando no poder, nada fazem para melhorar a situação das Forças Armadas. “As atitudes singulares do Barão do Rio Branco, de Pedro Lessa, Bilac, Félix Pacheco, Calógeras e outros expoentes destoam da regra geral, causando mesmo espanto e controvérsia.” Daí o descrédito na ação dos políticos que, ao se agravar, entrará em conflito com o postulado da neutralidade militar. Neste primeiro momento, porém, o que se coloca é um apelo aos “estadistas de ânimo forte e resoluto, que estão imprimindo novo e mais seguro ânimo às



energias nacionais, [que] não devem esquecer o elemento garantidor do seu desenvolvimento pacífico. Os homens públicos devem ser solicitados a tomar contato mais direto e estreito com as classes armadas, para conhecer melhor suas necessidades e poder satisfazê-las”.

O povo brasileiro, cheio de “aglomerados sub-raciais e indefinidos, nos quais predominam influências atávicas bem inferiores”, caracterizado sempre por sua “índole pacífica”, pela “ojeriza quase invencível pelas coisas militares” significará sempre na obra de Góes um elemento a ser vencido, um obstáculo na marcha inexorável da Nação.

As concepções teóricas do brilhante aluno dos franceses encontram campo real de aplicação a partir de 5 de julho de 1924 em São Paulo. A postura de Góes diante das agitações militares havia sido sempre discreta, “porque estava convicto de que, tendo prestado juramento militar em defesa das instituições, era ridículo repeti-lo toda vez que

exigiam”⁹. Essa atitude gerava desconfiças de parte tanto dos revoltosos como dos legalistas ou em outras situações, confiança, como por parte de João Alberto que, falando da participação de Góes neste período, afirma que “assim como em 1922 seus zelos legalistas não iam muito longe” o que motivou a boa aceitação de seu nome pelos tenentes em 1930¹⁰ criando uma situação incômoda. Em 1924, Góes é enviado para São Paulo e começa a tomar contato com o exército brasileiro em operações, considerando aqueles que estão a serviço da Pátria “péssimos brasileiros uns, inconscientes, nulos e irresponsáveis outros”¹¹.

Com a fuga dos revolucionários de São Paulo, Góes retorna ao Rio, para a Escola de Estado Maior onde era professor, mas não ficaria aí muito tempo, logo deslocado novamente para perseguir os revoltosos, o que seria sua rotina até 1927. No Paraná, para onde é enviado, chefia o Estado-Maior do coronel Álvaro Mariante, que se tornaria o prin-



cial responsável por sua carreira até 1930, quando Góes afirma: “Eu sou obra do acaso e do Gen. Mariante”. Ao lado de Mariante, promovido a general em 1926, Góes combaterá a Coluna Prestes (1925-1927) e, depois, irá para a Diretoria de Aviação, fazendo uma rápida carreira até tenente-coronel.

A participação direta no conflito vai permitir que Góes sistematize suas críticas à situação do Exército Brasileiro, tendo como explicadores extra organizacionais os já referidos: o antimilitarismo do povo e o desinteresse dos políticos. Relacionando diretamente a problemática com as dificuldades encontradas para derrotar a Coluna Prestes, Góes aponta o “fato de estarmos desprovidos dos fatores principais da vitória, subsistentes em todos os tempos e que como é sabido são, na ordem de importância crescente: material, tropa e chefe”¹².

As deficiências materiais são facilmente constatáveis, devido à escassez de recursos e a extensão

do território brasileiro, agravadas pela organização política, “pois é preciso atender simultaneamente os interesses nacionais, estaduais, regionais, municipais e até os interesses individuais”¹³. Surge aqui a crítica do regionalismo e da forma federativa brasileira, crítica que unifica os militares legalistas e os tenentes e aponta para a única perspectiva de consenso entre os militares, que Góes formulará na década de 30: um governo centralizador e autoritário.

Sobre a tropa – vistas as concepções de Góes sobre a formação étnica do povo brasileiro – era de se esperar uma opinião depreciativa do soldado brasileiro. Pelo contrário, o material humano é considerado bom: no combate à Coluna, Góes se utilizará de jagunços, o elemento humano regional que ele considera o mais adequado ao meio. O problema da tropa é ela ser “sem coesão, sem homogeneidade, sem instrução e sem *élan*; incapaz de se sacrificar, sujeita a pânico e a dissociação fácil”. São



deficiências morais e técnicas, que refletem a incapacidade técnica de seus comandantes e a “falta de confiança dos subordinados em seus superiores hierárquicos, cuja ascendência intelectual e moral sobre aqueles, muitas vezes é nenhuma”¹⁴.

Sobre os comandantes, a apreciação de Góes é violenta: “A maior parte dos oficiais constitui um corpo de profissionais apenas pela indumentária, por outras aparências exteriores, e no fato de querer que a profissão seja cabalística e monopólio deles.” Os jovens não buscam voluntariamente a carreira militar, a não ser por necessidade financeira – como parece ter sido o caso do próprio Góes. Aquele que deseja dedicar-se ao trabalho, esbarra, em primeiro lugar, na educação defeituosa; para as promoções, forma de ascensão profissional, “a seleção, em regra, inverte o princípio das capacidades para premiar os que se fazem favoritos”¹⁵, sendo necessário “um sistema mais racional de promoções [que venha] estabelecer,

realmente, princípios que tragam recompensas ao mérito e ao trabalho profissional, em vez de fulminar aspirações lícitas, pelo uso e abuso de processos que só acarretam discórdias e desânimos”¹⁶.

Esforços para melhorar são constatáveis, principalmente da parte da Missão Militar Francesa, mas mesmo estes “não têm conseguido senão um rendimento mínimo, isso mesmo teórico, tantas são as resistências de toda sorte que oferecem, velada ou ostensivamente, elementos do nosso Exército”¹⁷.

Apesar destas ideias, Góes é promovido de capitão a major em apenas dois anos, devido à sua posição no estado-maior do comandante geral das forças em operações. Quando a Coluna Prestes atravessa a fronteira e as forças legais são dissolvidas, Góes reassume o lugar de professor na Escola de Estado-Maior, mas não permanece muito tempo, logo convocado pelo general Mariante para chefiar seu gabi-



nete na Diretoria de Aviação Militar.

Em 1929, alguns episódios contribuem para tornar Góes Monteiro mais suspeito para a cúpula militar. Em primeiro lugar a sua presença no hotel em que se hospedava Flores da Cunha, que viera romper, em nome do Rio Grande, com Washington Luiz, tendo encontrado diversos políticos gaúchos, seus conhecidos do tempo em que residira naquele estado, aos quais teve que cumprimentar, sendo fotografado no meio deles. Segundo Góes, sua presença ali era acidental, em visita ao cunhado que também era hóspede do hotel.

A repercussão deste episódio se agravou quando Góes foi encarregado de um inquérito policial militar para investigar a acusação de que um oficial da Escola de Aviação Militar, Lysias Rodrigues, estava fazendo propaganda da candidatura Júlio Prestes. A conclusão foi afirmativa, tendo sido este oficial punido com trinta dias de detenção.

No início de 1930, Góes é transferido para o serviço arrematado, lotado no 3º RCI em São Luiz Gonzaga das Missões, “a pior guarnição do Rio Grande do Sul”, tendo ainda como desafetos pessoais o Comandante da Região e o da Divisão de Cavalaria a que pertencia o regimento.

Os conspiradores da Aliança Liberal recebem Góes festivamente, tentando conquistá-lo. A atitude de Góes, a partir de suas primeiras conversas com Osvaldo Aranha, é dúbia. Concorde com as críticas feitas pelos revolucionários ao governo federal, mas defende a legalidade, não se dispondo a ser um revolucionário, mas colaborando na resolução de problemas que estes lhe apresentam.

O contato com o regimento que iria comandar, em precárias condições, é assim descrito:

Tenho cerca de 600 homens. Destes, 450 recrutas, quase todos analfabetos, distribuídos por 2 esquadrões. Estão mal fardados, mal arrumados (não tenho munições nem



armas suficientes); mal alojados. Para instruí-los, apenas 4 oficiais, uns 15 sargentos e uns 20 cabos – atrasados, ineptos ou inexperientes. Cavalhada em condições precárias e apenas uns 150 animais em condições de serem montados. É um problema quase insolúvel¹⁸.

Os bons oficiais foram removidos sem substitutos. Os que restaram eram ou desqualificados ou inimigos do comandante da região (general Gil de Almeida, chamado por Góes de general vil). A primeira disposição de Góes é impor uma rígida disciplina no regimento, para melhorar o trabalho, o que chega a criar indisposições entre ele e os outros oficiais. Este ânimo, que esbarra na oposição de seus subalternos e superiores, esvazia-se rápido, a ponto de em junho Góes escrever que pretende reduzir o ritmo de atividades: “De fato, é uma tolice rematada eu querer naquele *far-west* longínquo, fabricar um arremedo de regimento alemão”¹⁹.

O comandante da região é o principal alvo de suas críticas; antipatizado por quase todos os oficiais, comanda a Região da forma que quer, amparado pelo ministro da Guerra (cargo a que aspira): “é verdadeiramente despótica a sua grosseira autoridade que quer tudo reduzir a uma disciplina servil e ao abastardamento do caráter, por humilhações e toda sorte de perseguição que inflige aos seus subordinados que não lhe são cortesãos e sabujos”²⁰.

Indisposto desta forma com os seus superiores, a carreira de Góes, que sofrera forte aceleração, chega a um impasse; não parece haver novas perspectivas para ele dentro do Exército. Mal visto, considerado suspeito por suas críticas (sem aquilo que ele chama “vantagens” da suspeição, que são a conservação no Rio para vigilância, a permanência sem funções etc.), isolado numa guarnição do interior, Góes encontra-se numa situação de final de carreira. É difícil dizer por que não recorreu ao “padrinho” Ma-



riante neste momento. Talvez a sua capacidade de proteção para o afilhado tão indisciplinado estivesse abalada, ou então suas relações de amizade com o comandante da 3ª Região, o general Gil, pudessem criar um conflito de solidariedade – entre o protegido e o colega de posto – que não lhe permitiria agir. Em suas cartas a Caiado, Góes insiste para que Mariante não seja informado do que ocorre. Começa a pensar em reformar-se e tentar servir ao Brasil fora do “cadavérico meio militar”.

No relacionamento com os revolucionários, os problemas pessoais de Góes com a organização militar são fundamentais (mesmo que ele o negue). A aceitação dos riscos depende, em grande parte, da sua falta de expectativas. A posição de Góes, que se definia por procurar o “mal menor”, razão apresentada para sua opção pela legalidade, sob pressão, muda rapidamente. Passa da negação de regimes que gerem “o despotismo e a anarquia” para uma opinião muito

diferente; “organização de associações secretas, em forma de fascismo nacional, com a finalidade de combater por todos os meios esses males orgânicos [as crises política, militar e social] com sanções inexoráveis para os que faltarem aos deveres e compromissos assumidos. Sei que é um perigo; mas talvez o perigo evite outro maior”²¹.

A opção por um revolucionarismo de tipo fascista deve ser relativizada, devido à indefinição da própria ideia de fascismo. Este é indicado como solução para os problemas nacionais também pelo capitão Frederico Cristiano Buys, que o considera expressão da encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII²². De todo modo, a ideia de organizar associações secretas no Exército, partindo de um oficial altamente profissional como Góes, denota alterações profundas de comportamento, devidas à falta de perspectivas das Forças Armadas – e dele em particular – no regime vigente, sem envolver a concepção ante-



rior de função do Exército, que será retomada logo após a crise.

O assassinato de João Pessoa reaviva o fogo dos revolucionários, obrigando Góes a definir melhor as condições para comandar o levante: participação de todo o Rio Grande, da situação de Minas, da Paraíba e das oposições estaduais, além de dinheiro e material para sustentar a luta armada por muitos meses. Na verdade Góes não acredita no apoio de Borges de Medeiros e do grosso do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Mesmo havendo este apoio, a desconfiança de Góes em relação aos políticos tradicionais é visível: “Se houver [luta], será com eles [os políticos] (dos dois lados) em bons esconderijos. Os miseráveis de sempre pagarão o pato. Quem quiser que se iluda com palavreados cinzentos ou brancos. Vinhos da mesma pipa, farinha do mesmo saco”²³.

Durante o mês de agosto o apoio chega. Em Minas é preciso apenas esperar a posse de Olegá-

rio Maciel. As bases estão estabelecidas:

Preparação demorada e completa, prevendo todas as eventualidades más: elementos, disposições tomadas e a tomar; o que é certo, duvidoso e contrário; quais os obstáculos iniciais a vencer e como eliminá-los, etc. Execução tão rápida quanto possível, e de surpresa. Os atos preparatórios dela, e os imediatos, devem ser previstos e calculados cuidadosamente em todas as minúcias, inclusive a fixação da época [...] Tudo indica – a primeira década de outubro [...]”²⁴

Da parte de Góes, tudo se definia. Agora era preciso esperar o início de outubro, quando uma suposta operação da esposa o levaria a Porto Alegre, para de lá sair como chefe revolucionário.

NO COMANDO DA REVOLUÇÃO: GÓES MONTEIRO TENENTE

A vitória da revolução de 1930 introduz uma alteração



fundamental no ponto de vista de Góes Monteiro. Se antes a questão das transformações na sociedade situava-se basicamente no nível da abstração de um oficial subalterno, havia agora que resolver o problema concreto da implementação dos projetos no seio de um governo sustentado por uma aliança extremamente frágil, pela diversidade de seus componentes. Dentro do Exército é superado o problema ético inicial, a quebra da hierarquia, que acontece momentaneamente na própria revolução, para se recompor em seguida ao movimento pacificador, já com Góes se situando no escalão superior. Permitindo-se agir, como coronel e logo general – postos onde a atividade se legitima – restarão os conflitos criados na recomposição; atingindo Góes, entre os oficiais gerais, em diversos conflitos com os sobreviventes da Velha república, bem como entre os oficiais subalternos, ligados a ele na prática tenentista, pela confusa divergência entre “rabanetes” e “picolés”. Além

disso, resta assegurar, como oficial superior, que seu próprio gesto de rebeldia não mais se repita²⁵.

O imediato pós-30 é o momento decisivo na definição política de Góes pois, se já existe um conjunto de ideias e expectativas, há muito pouco definido sobre o como atingi-las. Dois pontos são essenciais na sua atuação neste momento: a conservação de um poder armado, seu cacife no jogo político, e a escolha das alianças que definirão as condições de avanço e a direção do movimento revolucionário.

O grande problema para a manutenção do poder militar foi criado pela frustração da vitória militar a partir do movimento de 24 de outubro no Rio de Janeiro, quando alguns generais derrubaram Washington Luiz. A reação de Góes é imediata e a mais rígida, exigindo a entrega do governo a Vargas, numa tentativa de preservar as vitórias da revolução no meio militar. Seu êxito é apenas parcial, pois o acordo efetivado implica na conservação



dos ministros militares da Junta. Esta “contrarrevolução” conteve o expurgo militar – apesar de não eliminá-lo²⁶ - conservando parte da antiga estrutura e, consequentemente, gerando conflitos entre oficiais revolucionários e os não revolucionários, preservados em postos importantes da estrutura de mando do Exército.

A oposição de Góes é relatada por um dos membros da Junta, o general Tasso Fragoso:

Achando-se à frente de hostes numerosas, não pôde o chefe do Estado-Maior do Dr. Getúlio Vargas renunciar sem mágoa à ideia de conduzi-los, com o talento guerreiro de um Napoleão e mediante grandes trabalhos à conquista da Capital Federal. Todos os seus planos grandiosos ruíram por terra inesperadamente, e a glória, que prelibara, de atravessar as ruas dessa capital aclamado como César invencível esvaneceu-se, deixando-lhe n’alma o laivo de um grande despeito, que ele não soube disfarçar em Ponta Grossa, quando ali chegaram os enviados da Junta Governativa. Daí a atitude

hostil a esta Junta, atitude que caracterizou seus atos subsequentes^{27 28}.

A consequência principal e mais imediata deste conflito foi a manutenção, até abril de 1931, do Estado-Maior revolucionário, no Rio de Janeiro, como um comando paralelo dentro do Exército.

A divisão interna do Exército coloca Góes como elemento do grupo tenentista, os revolucionários históricos. Essa aproximação é acentuada pela dificuldade de Góes no meio político. De sua postura anterior permanecem desconfianças em relação aos políticos, há muito manifestadas, que incluíam os componentes da Aliança Liberal. Colocado nesta situação reforça-se a sua identificação com aqueles que enfrentam os mesmos problemas, e que ensaiam uma prática que pode ser considerada política e militar: os tenentes.

A prática de Góes como tenente se conjuga com o apogeu dos tenentes como grupo, nos



anos de 1931 e 1932, e seu afastamento é a percepção da inviabilidade do movimento. Existem dois lados em sua atuação neste momento, que não podem ser vistos isoladamente e que podem ser expressos como a atuação de nível geral e a de nível específico. No plano geral esta ação se expressa nas diversas tentativas de dar organicidade ao movimento, como forma de dirigir a nação. Os pontos fundamentais desta prática são expressos em diversos compromissos firmados por tenentes, ensaiando formas organizativas como a Legião de Outubro e o Clube 3 de Outubro, na intenção de sustentar o governo ditatorial. A atuação específica de Góes dirige-se para um local que poderia parecer inesperado, não fosse a sua importância na conjuntura, a inexistência de quadros tenentistas adequados, e mesmo o laço de parentesco entre Góes e João Alberto, que os aproxima no movimento de 30, colocando-o como um dos homens fundamentais no desenrolar do chamado “caso paulista”.

As tentativas de criar um órgão de apoio à revolução desligado dos partidos regionais têm início logo em seguida à posse do governo revolucionário, em meados de novembro de 1930. Num pacto firmado em Poços de Caldas-MG, Aranha, João Alberto, Juarez Távora e, possivelmente, Góes discutem e aprovam a ideia da criação da Legião, organismo de massa, provavelmente visando transformar-se num partido nacional, de apoio ao governo²⁹. Em 13 de novembro, João Alberto divulga a ideia em entrevista; Aranha realiza reuniões para elaborar um programa, que não dão resultado por causa da exigência de que o grupo diretor seja composto exclusivamente de revolucionários. Este é um dos pontos principais da prática tenentista do período, o exclusivismo. Os conflitos e as desconfianças geradas em relação aos não participantes da revolução fecham o grupo, exigindo um “passado revolucionário”, como nas fichas de inscrição do Clube 3 de Outubro, onde consta este



item. Se isto por um lado facilitou a coesão interna, por outro dificultou o desenvolvimento de alianças, aumentando o isolamento.

O lançamento oficial da Legião de Outubro se faz através de um manifesto assinado originalmente por Aranha, Góes, Leite de Castro e Isaías Noronha. Significativamente, em mais uma demonstração do purismo revolucionário, a publicação nos jornais, em 15 de novembro, só apresenta as duas primeiras assinaturas. A Legião devia congregar “todos aqueles que querem continuar a servir a causa revolucionária, seja empunhando novamente armas, logo que a Legião os chamar, seja cumprindo o seu dever de trabalho intenso, no lugar que ocupam na vida civil, mas de acordo com o vasto programa de uma nova vida brasileira que o Governo Revolucionário está elaborando”³⁰.

A organização que se esboça inspira-se nos modelos fascistas europeus, excluindo o culto da personalidade, corporificando a

expressão de Góes, já citada, do “fascismo nacional”. O essencial é a sobreposição da milícia ao Exército como elemento responsável pela manutenção e avanço da política autoritária. Representa a primeira via de resolução do conflito interno das Forças Armadas, através da constituição de uma força paralela nacional, que além de referenciar-se num modelo externo encontra, provavelmente, forte repercussão entre os tenentes recém-anistiados, desiludidos com o Exército.

A curta trajetória da Legião de Outubro é analisada pelo próprio Góes, que atribui o seu fracasso “à resistência ativa da frente única rio-grandense, do Partido Democrático, de São Paulo; do PRM, e de outras organizações que tomaram parte na Revolução; e à resistência passiva das outras agremiações políticas derrubadas, em 30, do poder”³¹. O movimento legionário encontrou dificuldades de penetração em diversos Estados e, onde penetrou, foi capitalizado por for-



ças políticas regionais, cindindo-se em diversas legiões.

Fracassada enquanto movimento nacional, a Legião é abandonada, e com ela a experiência de mobilização de massa. A partir daí os movimentos de organização se farão dentro do Exército, buscando a ação deste ou ao menos de parte dele, de forma coesa como grupo de pressão. Em fevereiro de 1931 é firmado um “Pacto de Honra”³², dividindo o Brasil em três áreas de influência, sob o comando de Góes (Sul), Leite de Castro (Centro) e Juarez Távora (Norte). Estes oficiais estabeleceriam um controle revolucionário no Exército, junto aos comandantes de região, mantendo no comando de unidades e nas chefias de serviço oficiais revolucionários ou que inspirem confiança à Revolução. Nas regiões onde não fosse possível colocar um comandante de confiança, seria designado um oficial como subdelegado, representante dos interesses revolucionários. Esta função de “espionagem”, segundo João Neves, deveria ser exercida

por Alcides Etchegoyen junto ao general Andrade Neves na 3ª RM³³.

Junto ao governo os delegados deviam pleitear, sem demora, uma série de medidas, de alcance especificamente militar, visando pacificar o Exército, pela solução dos problemas de pessoal e promoções, e assegurar o controle dos revolucionários, pela remoção e reforma dos elementos não confiáveis. Ao restringir o alcance das medidas à organização, obtém-se um grau muito maior de união mas, ao insistir na questão da confiança revolucionária, fecha-se uma porta vital para a tranquilidade do Exército neste momento.

Outro documento do mesmo gênero é elaborado em 2 de maio de 1931, por um grupo de militares revolucionários que se autodenominam representantes da Força. Analisando os seis meses decorridos da revolução, apontam duas tentativas frustradas de seu grupo: a organização da Legião, a Grande Ideia, o Grande Partido Nacional, que fracassou pela di-



visão nos estados, com programas que vão da direita (Minas Gerais) à esquerda (São Paulo) e, diante deste quadro, a organização da frente-única no Exército, homogeneizando pela colocação de Góes na chefia do Estado-Maior do Ministério da Guerra, dando-lhe autonomia e função de comando, iniciativa sustada pela forte reação que suscitou – como a expressa por Bertoldo Klinger: “Fizessem-no papa ao coronel – o governo era discricionário – mas primeiramente tivessem a coragem de fazê-lo cardeal”³⁴.

Se as iniciativas revolucionárias fracassavam, o mesmo não se podia dizer da ação dos políticos. Os partidos reivindicavam a convocação de uma Assembleia Constituinte, numa eleição para a qual os revolucionários não se achavam preparados. Estes defendiam um acordo entre as forças participantes do movimento de 30, que garantisse a permanência da ditadura. “O momento político pode ser representado pela seguinte igualdade: Federação e Democracia, próximos =

Desmembramento. O regime unitário, com um governo ditatorial, embora temporário, significa, fortalecimento da ideia de Pátria Uma e indivisível, garantia maior de brasilidade, união e centralização políticas”³⁵. O documento conclui “sugerindo” a Getúlio que continuasse a governar discricionariamente – autorizando quando fosse oportuna uma constituição provisória – enquanto fosse necessário para a realização do programa revolucionário.

A partir do fracasso da ideia do Partido Nacional, começam a tomar forma propostas de organização do Exército, através das iniciativas já apresentadas, do Pacto de Honra e da investida sobre a chefia do EME. Fica rapidamente claro que qualquer iniciativa revolucionária não mobilizaria o Exército como um todo. Apreendida a inviabilidade das organizações de massa e mesmo da utilização do Exército, ao menos temporariamente, como elemento de pressão, cresce a ideia da criação de um grupo de



pressão, composto de revolucionários autênticos, preferencialmente militares, articulados numa organização capaz de agir em defesa dos interesses revolucionários: nasce daí o Clube 3 de Outubro.

A mais conhecida e estudada – embora ainda insuficientemente – das organizações revolucionárias, o Clube chama a atenção, mesmo em sua época, pela influência que mantém durante certo período. Criado sob a liderança de Góes e Aranha, os mais importantes ativistas deste período, o Clube cresce como alternativa à retomada do controle político pelos partidos oligárquicos. Durante o segundo semestre de 1931, inúmeros cargos de importância, principalmente as interventorias, caem nas mãos de elementos ligados ao Clube. Este acúmulo de poder, entretanto, provoca reações dentro e fora das Forças Armadas. No Exército, o movimento que ficou mais conhecido em reação ao Clube é a chamada União da Classe Militar, pregando o afastamento dos mili-

tares dos cargos políticos, que recebeu manifesto de apoio de diversos generais³⁶.

Deste movimento surge o Clube 24 de Fevereiro, alusivo à data da assinatura da Constituição de 1891, que vai constituir o germe da adesão militar à Revolução de 32. À reação militar contra o poder dos tenentes junta-se a articulação das forças políticas em torno da bandeira constitucionalista. Góes, dedicado a estabilizar a situação política em São Paulo, busca aproximar-se dos partidos tradicionais, contrariando as forças tenentistas locais. Percebendo a inviabilidade do projeto político dos tenentes – cada vez em maior isolamento – Góes vai se afastar, o que coincide com o declínio dos tenentes (alguns autores falam em fim do movimento) e com a eclosão da guerra paulista.

Um elemento significativo para constatar a trajetória de Góes nesse momento é perceber como a maior parte desta atividade desaparece em suas memórias, vinte e cinco anos depois.



Sobre a Legião não há referências e quanto ao Clube, tem uma breve aparição, na qual o General explica que ele o criou para “impedir que os *tenentes* levassem questões políticas para os quartéis, ficando estas adstritas ao Clube, o que resguardaria a disciplina e daria oportunidade de uma reconciliação entre os militares revolucionários e seus antagonistas”³⁷. Parece difícil para Góes perceber a mudança de opinião ocorrida, e justificar a ação política de grupo, com pretensões hegemônicas, que desempenhou neste período. O Clube retirava a política do Exército pela impossibilidade de controlá-lo, objetivando estruturar este controle via poder federal, desenvolvendo a política característica da década de 30 no Exército: o expurgo.

O VENCEDOR QUER MAIS: O PROJETO FICA PRONTO

A vitória sobre os revoltosos de São Paulo serve como marco

divisor na vida de Góes Monteiro, que abandona definitivamente a prática definida pelo chamado grupo tenentista. Na verdade, pode-se mesmo dizer que o levante paulista foi o golpe mortal neste movimento como um todo, abrindo caminho para novos padrões de participação e esvaziando os grupos persistentes da sua força de pressão.

No caso de Góes, o abandono dos laços que o prendiam ao grupo revolucionário militar significa uma reformulação tática e estratégica, tendo como orientação preliminar a derrota sofrida. De fato, a revolução constitucionalista significou um fracasso político para Góes, pois assegurou a reconstitucionalização do país, destruindo as suas aspirações de conservação da ditadura: “Este governo que tem de se basear na força deve estender o seu período de duração tanto quanto seja preciso, até que possa estabelecer solidamente as novas fundações sobre que deve assentar o regime futuro [...]”³⁸. Por outro lado, a derrota militar dos



constitucionalistas permitiu o afastamento de uma facção importante do Exército – contrária às intervenções – abrindo caminho para novas promoções de oficiais ligados a Góes. O grupo de oficiais gerais originado do Destacamento Leste (comandado por Góes Monteiro) será a base do Exército até o Estado Novo³⁹.

A partir de então as colocações se alteram; trata-se agora de preparar a nova ditadura, que virá após uma constituinte inevitável. Para isto torna-se necessário reforçar e unificar as Forças Armadas e o poder do Executivo, o que define as principais linhas de ação de Góes Monteiro até 1935.

A transformação ocorrida em 32 é claramente perceptível em seu livro *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. Este livro contém artigos escritos antes de julho de 32 e uma entrevista datada de novembro de 1933. Nos primeiros artigos discutem-se as possibilidades da revolução de 1930, a infinidade de problemas que ela devia enca-

rar e mesmo algumas conquistas imediatas: “a) de um modo geral moralidades na administração pública; b) saneamento parcial; c) respeito aos direitos individuais, apesar dos poderes discricionários das autoridades; d) aplicação lógica das rendas e economia intransigente; e) indícios claros de tendências progressistas no domínio político-social e jurídico com adoção de novas normas do governo que poderão nos conduzir a nos fixarmos num sistema ou num regime que mais nos convenha, encaminhando e assegurando as soluções vitais da nacionalidade sobre a base da unidade política, autonomia administrativa, representação de classes e associações do interesse coletivo, centralização maior pelo Estado, etc.; f) a indisciplina fatal, fruto da revolução, tende a desaparecer; g) instituição de um Governo Provisório forte e que se manterá dentro dos princípios e imposições da moral e do direito, capaz de organizar as forças vivas da nação e impeli-las no caminho da ordem e do progres-



so”⁴⁰. Sobre o Exército, faz-se necessário, segundo Góes, o “saneamento implacável do pessoal” e a modernização, vinculados ao aumento da riqueza nacional, efetuada dentro de um plano pré-estabelecido, de pelo menos sete anos; para tal a questão imediata é a reforma dos órgãos de comando, as “funções cerebrais superiores (sem as quais) o Exército, que é um organismo vivo, viverá, apenas, uma vida inferior, destituída de objetivos, sem finalidade lógica, fora do sentido real do momento brasileiro e na incompreensão das suas próprias necessidades”⁴¹.

Os artigos seguintes apon-tam mais diretamente para o problema militar. Daí é retirada a tantas vezes citada frase sobre deixar de fazer política *no* Exército para fazer a política *do* Exército. O liberalismo da República Velha, fonte dos males pátrios que alguns pensam restabelecer, criou um discurso de Exército apolítico que, na verdade, pretendia regular e atrair para os interesses políticos a intervenção

militar. Segundo Góes, o Exército tinha de ser político na medida em que a política da guerra era definida pelo poder civil. O conceito de defesa nacional, pela qual velava o Exército, incorporava toda a atividade política, na regulação da atividade econômica, das relações internacionais etc. A transformação do Estado era uma necessidade das Forças Armadas, pois sem isso não teriam, como nunca tiveram, condições para cumprir sua missão, e o retorno ao liberalismo afetaria profundamente o Exército. A solução do problema, porém, não seria “*normalmente*, da competência do poder militar”. As situações anormais não são explicitadas por Góes, mas a advertência vai surgindo cada vez mais nítida: “sempre se fala com mais clareza, e calor, com mais razão e proveito, quando se dispõe de baionetas para assegurar o direito que se reclama”⁴². Góes conclui reafirmando a necessidade da organização militar, seja para a defesa externa seja como defensora da unidade nacional; os



despreparados devem sair, os que desejam voltar devem sofrer um processo de seleção pela capacidade, para que as Forças Armadas possam cumprir seu papel “a favor da Nação brasileira unida e forte, e contra todo elemento e contra tudo que prejudica essa união”⁴³.

Na entrevista concedida no final de 1933, o general começa alertando para a complexidade de que se reveste o problema militar, pelos erros do passado, e proclama que “o Exército tem que retomar a sua finalidade, não deixando mais haver confusões que a desnaturem e tornando impossível que outros elementos de força perturbem a sua existência ou operem em sentido paralelo ou divergente com ele”⁴⁴. Coloca-se a questão do monopólio da força, quando parte da renovação interna já se havia concretizado. Desta forma retoma-se a importância do poder político como centro de decisões capaz de fortalecer a concentração da força no Exército, na medida em que este poder é

centralizado no executivo federal. O Exército e a Marinha, como únicas instituições nacionais, devem congregiar em torno de si as demais forças da nacionalidade, fazendo de sua política, a política da Nação. Esta se define, nos quadros da crise do capitalismo após a Grande Guerra (1914-1918), seguindo o mesmo caminho de outras nações como “a Itália, os países iberos, a Alemanha, o Japão e a Turquia” (“e, sem citar a própria Rússia, que, humanizando-se cada vez mais, vai entrando para a fase definitiva de estabilidade e progresso nacional”)^{45 46}. O ponto essencial destas mudanças é o nacionalismo econômico com intervenção do Estado, e, curiosamente, a diferença do caso brasileiro situa-se no papel da burguesia que, nos outros países,

[...] tem se mostrado inteligente, até certo ponto, na maneira de compreender as causas, sobretudo da depressão econômica e financeira e da depressão moral. Ela procura um meio, mais racional e mais



fácil, de salvar-se, fazendo, para isso, o sacrifício mesmo de seus preceitos de individualismo, ao consentir que o Estado se estabeleça sobre luzes mais sólidas e dirija a vida da coletividade com mais justiça no terreno social, no terreno jurídico, no terreno econômico... A burguesia brasileira, porém, não quer compreender o estado de necessidade que se criou para o mundo inteiro e não quer abdicar de certos privilégios em benefício da nacionalidade. E persiste no desejo de reproduzir os erros com a adoção do mesmo regime político, das mesmas normas e costumes que temos de abolir, por bem ou por mal⁴⁷.

Diante desta resistência burguesa cresce o papel do Exército como elemento construtor da nova realidade sócio econômica; para tanto retorna a questão do fortalecimento do Exército e da reforma de sua estrutura que, acentua Góes, ele mesmo deve realizar. Os pontos principais abordados são a estrutura de promoções e acesso aos postos do oficialato e ao posto de

sargento, que devem ter uma seleção mais rigorosa, e a justiça militar: “Para o Exército e para a Marinha, há necessidade de justiça de exceção, no interesse da disciplina e no interesse da defesa das instituições e dos órgãos destas. Esta justiça tem que ser militarizada e a magistratura tirada do próprio Exército e da Marinha. Todas as questões do Exército devem ser resolvidas dentro do próprio Exército, e com o próprio Exército”⁴⁸.

Após a vitória sobre São Paulo, Góes, promovido a general-de-divisão, é nomeado Inspetor de Regiões Militares, cargo que facilitava sua movimentação. Paralelamente desenvolve trabalhos em prol dos objetivos que agora se propunha. Para a unificação do Exército, seu trabalho mais significativo é na presidência da Comissão de Revisão das Reformas Administrativas, criada para estudar a reintegração ao Exército dos oficiais subalternos afastados pelo envolvimento no movimento constitucionalista. Góes Monteiro, na abertura dos



trabalhos, apresenta seus objetivos na comissão: “Acho que devemos aproveitar a oportunidade para sugerir ao governo tudo quanto sirva para o saneamento das nossas fileiras, sem qualquer preocupação de caráter faccioso, mas no interesse de fortalecer a união do Exército, pela seleção de seus elementos componentes”⁴⁹. Nesse sentido Góes propõe o fim da tradição de anistias amplas, aproveitando-se a ocasião para efetuar uma seleção dos elementos realmente adequados à profissão militar:

[...] nessas anistias, sobretudo nas dos últimos dois anos, tivemos a infelicidade de ver voltar às nossas fileiras elementos que para elas não serviam por inutilizados completamente. Não preciso citar nomes. Sabeis que os há traidores, homens indignos, e mesmo ladrões que, beneficiados com esse instituto, tornaram a figurar nas fileiras. [...] A anistia ampla, como negação absoluta do delito, o esquecimento do crime, a extensão mais ampla que se podia dar às consequências da

anistia, permitiram essa anomalia, que, infelizmente, só serviu para encher o Exército de figuras indesejáveis, que dele já estavam virtualmente afastadas, tal o grau de indignidade que os caracterizava⁵⁰.

A ideia de Góes era estudar os casos particulares, não só no movimento paulista, mas em seus antecedentes, avaliando o interesse das Forças Armadas em tê-los de volta.

A instrumentalização da Comissão para efetivar um expurgo não encontra boa repercussão entre os membros, principalmente pela impraticabilidade de uma análise adequada de todos os casos. Uma contestação mais direta é feita pelo tenente-coronel Ary Pires: “Não se trata, no momento, de investigar a vida passada dos oficiais que se revoltaram contra o governo provisório, mas de apurar as ações praticadas por cada um deles durante a revolução”⁵¹. Diante das reações e dificuldades encontradas, o general Góes concorda em propor a suspensão de todas as pu-



nições e deixar os crimes cometidos para posteriores inquéritos administrativos, propondo a criação de um quadro especial para os reintegrados, para não prejudicar ninguém. No seu relatório final, Góes aponta para as dificuldades da investigação, para o fato de que combater o regime foi o menor crime, pois “muito mais grave para o próprio Exército e que esta Comissão não deve olvidar, foi a atitude de uma massa de oficiais ficarem inativos e não tomarem partido, preferindo comodamente deixar-se ficar presos momentaneamente ou sob palavra”⁵².

O outro ponto, e talvez o mais importante, da ação de Góes neste período, é sua participação nos debates sobre a nova constituição. Nomeado membro da Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto constitucional, Góes apresentará suas ideias relativas à organização política do Brasil, centrando suas colocações numa concepção mais racional e efetiva da defesa nacional. Nesse sentido clarifica-se uma

proposta autoritária que vai da restrição de direitos individuais à concentração de poder pelo Executivo. Logo na discussão do preâmbulo, aceita a inclusão da liberdade entre os objetivos constitucionais, desde que compatível com o equilíbrio social e que não prejudique a segurança nacional. Suas concepções políticas encontram resistência dentro da comissão, composta por diversos elementos simpáticos à ideia de fazer apenas uma revisão da Constituição de 1891. Defende um Estado integral, corporativo, composto de um Executivo forte, de uma câmara classista e um conselho político, representando igualmente todos os estados, com poder de veto sobre as decisões da câmara:

O interesse nacional e, por conseguinte o interesse coletivo, deve ser a resultante dos interesses parciais, isto é, dos interesses das classes; e a lei, que corresponde às necessidades de tais interesses, deve resultar da colaboração do governo com a assembleia assim constituída. Se alguma



vez houvesse uma colisão dos interesses das classes com os interesses gerais ou nacionais, então interviria um órgão capaz de vetar essa resolução, composto de dois representantes políticos de cada estado, mas sem as funções do antigo Senado. Seria o grande Conselho da República ou o Conselho Supremo Nacional, como foi dito⁵³.

Vendo-se isolado, Góes termina por apoiar a Câmara mista defendida pelo governo. Os supremos interesses da defesa nacional levam-no a apoiar diversas medidas: a restrição dos direitos dos naturalizados, a nacionalização da cabotagem, bem como o “controle” federal de todos os meios de transporte e comunicação e o serviço militar obrigatório, para ambos os sexos, entre 14 e 60 anos. Defende a inclusão de todos os dispositivos sobre a organização militar num único capítulo, intitulado Defesa Nacional, sendo encarregado de relatar este capítulo. No decorrer dos trabalhos, entretanto, verificará a dificuldade de manter esta orga-

nização, terminando por oferecer um conjunto de sugestões para serem encaixados onde melhor conviessem.

As propostas de Góes não trazem inovações de peso, mas modificações de detalhe. A grande novidade é a criação de um Conselho de Defesa Nacional (CSDN), encarregado, em princípio, do estudo e coordenação das questões relativas à defesa nacional, mas com atribuições a serem definidas em lei. Composto, ao menos, pelo Chefe da Nação, secretários de Estado e chefes de Estado-Maior do Exército e da Armada, o CSDN cria um primeiro debate quando Góes propõe o seguinte item: “As decisões do CSDN serão de observância obrigatória, ficando sujeitos ao *referendum* da Assembleia Nacional quando envolverem aumento de despesa ou venham contrariar qualquer lei federal”⁵⁴. Contra esta redação levanta-se João Mangabeira, preocupado com a possível exorbitância por um órgão de poder executivo de função legislativa e até com o poder



de ir contra a lei. É aprovada uma proposta alternativa, redigida por Melo Franco, contendo a ressalva de que serão obrigatórios os atos e resoluções do CSDN “praticados de acordo com a sua competência especial, que será regulada por lei”⁵⁵.

Dois outros temas provocam alguma discussão. O primeiro deles refere-se à perda de patente e posto por oficiais condenados a penas de mais de dois anos, já existente na Constituição de 1891, que é apoiado por Góes. João Mangabeira considera esta discriminação por prazos injusta, e propõe que um tribunal julgue, em qualquer caso, sobre a conveniência do retorno às fileiras, sugestão aceita por Góes, com a ressalva de uma definição cuidadosa dos casos na lei, para evitar a permanência de indivíduos indesejáveis, mantendo o quadro de oficiais intocável. O outro ponto, muito interessante, é uma proposta de Góes isentando de responsabilidade os subordinados, por atos praticados no cumprimento de “ordens expressas”

de seus superiores. Surgem dois problemas: o que é uma “ordem expressa” e a posição de um subordinado diante de uma ordem ilegal. A questão da ordem expressa, muitas vezes inapurável, é resolvida pela substituição por “ordem escrita”, mais limitada, porém mais eficiente, com a ressalva de Góes de “que todo oficial consciente do seu dever e de sua honra militar mantém sua palavra”. O problema da legalidade da ordem, levantado por Mangabeira, recebe de Góes apenas uma resposta indireta; ele “acha necessário garantir, sobretudo os quartéis que são o alvo da técnica revolucionária dos agentes modernos. O comando tem que tomar medidas enérgicas. Quem não obedecê-las que pague com a sua imprudência”⁵⁶.

Finalmente, dois pontos do projeto são derrubados pela comissão. Não por acaso ambos dizem respeito a questões de defesa interna, onde Góes procura fortalecer constitucionalmente o poder do Executivo e das forças armadas. O primeiro item derru-



bado é a proibição de *habeas corpus*, prevista por Góes para as transgressões disciplinares e crimes militares, gerando polêmica sobre o possível erro judiciário e, principalmente, sobre a ascendência do Supremo Tribunal Federal sobre o Supremo Tribunal Militar. A posição de Góes e Osvaldo Aranha nega qualquer ingerência do primeiro, como afirma Aranha: “Toda a vez que a autoridade civil decidir, num caso militar, traria a anarquia e a indisciplina no seio do Exército”⁵⁷. No extremo oposto, João Mangabeira defende o direito de recurso ao STF, cúpula da Justiça, nos crimes militares. A posição intermediária é defendida por Temístocles Cavalcanti e por Melo Franco, que só aceitam, mas o admitem, o *habeas corpus* concedido pelo STM, excetuando também os casos de transgressões disciplinares deixando em aberto, por omissão, o polêmico caso de nos crimes militares caber um possível recurso ao STF. A outra rejeição, e o ponto mais importante, atingiu o parágrafo

seguinte: “Em caso de luta civil, pode o governo tomar medidas e praticar atos de guerra, mesmo sem decretar a mobilização, de acordo com a legislação especial a respeito”⁵⁸.

Aqui se esboça a famosa equiparação ao estado de guerra em caso de comoção intestina grave, de tanta utilidade para o governo após a tentativa de insurreição comunista de novembro de 1935. Góes volta aqui a um tema que já esboçara em sessão anterior, ao serem votadas diversas limitações ao estado de sítio, quando Góes fez críticas à extensão das imunidades, e acrescentou: “E não será apenas com estados de sítio que o governo poderá restabelecer a ordem e defender os órgãos do Estado contra possíveis atentados. Há incontestavelmente necessidade de outras medidas”⁵⁹. Aqui se apresentavam as outras medidas: como atos de guerra o governo poderia suspender todas as garantias e direitos constitucionais, efetuar julgamentos em foro militar (Góes lamentava



que a comissão não tivesse aceitado a ideia de tribunais especiais) e aplicar inclusive a pena de morte. Góes defende a vigência do dispositivo, cujas medidas extraordinárias seriam reguladas na lei de defesa do Estado, que se deveria votar, apontando que em 1932, contra os paulistas, haviam sido de fato executados atos de guerra. Sem esse parágrafo, “quer ver como ficará o Governo quando houver um movimento como o de 1930”⁶⁰. Diante da reação coletiva, Melo Franco, que timidamente apoiava Góes, propõe uma nova redação, substituindo as “medidas e atos de guerra” por “medidas militares extraordinárias para restabelecer a ordem, nos termos desta Constituição e da Lei de Segurança do Estado, que for decretada pela assembleia nacional”, sem decretar a mobilização. A modificação é rejeitada por Góes, que vê ali seu propósito mutilado, por medidas não definidas. Na votação final o dispositivo é suprimido, contra os votos de Góes e Melo Franco.

Se no anteprojeto, elaborado por uma comissão nomeada pelo ministro da Justiça, encontravam-se vozes discordantes de corte liberal, refletindo as diversas forças políticas que sustentavam o governo Vargas, mais ainda na Constituinte, acrescida dos grupos oligárquicos aliados do poder, mas com máquinas eleitorais ainda em bom funcionamento, era de se esperar que se fizessem limitações a possíveis exorbitâncias do poder Executivo. Um pequeno exemplo disto é a legislação sobre o estado de sítio, cuja regulamentação e restrições são ainda mais rígidas na Constituição de 1934.

Deve-se ter claro que, desde o início, Góes tinha consciência destas limitações e se preparava para uma possível crise. O ponto principal de sua participação não é, como poderia parecer, uma tentativa de fazer uma reforma política através da nova constituição, mas preservar ao máximo a independência das Forças Armadas e a capacidade de manobra do Poder Executivo, onde o



Exército podia encontrar um aliado valioso em momentos de dificuldade. Ao terminar os trabalhos, ele é bem claro: “Julga admirável o trabalho dos companheiros de comissão naquilo que pode apreender e julgar, mas doutrinariamente, como se sabe, é contra o Estado como foi previsto pelo projeto. Como disse o Sr. João Mangabeira, não é pelo regime democrático. Mais tarde, os responsáveis pelos destinos do Brasil hão de se convencer de que ainda é cedo para entrarmos nesse regime, tal como foi instituído em 1889 e que nós, de certa maneira, mantivemos”⁶¹.

O momento constitucional significa, até certo ponto, um impasse entre um grupo que se encontra no poder e outro que faz as regras. O peso ideológico e eleitoral do liberalismo clássico, representado pelas oligarquias, ensaia um retorno a mecanismos de legitimação que entraram em crise no decorrer da década de 1920, negando ao governo o caminho da estabilidade pela força. A Constituinte se reúne sob um

governo que faz ministro da Guerra um general que se declara publicamente contra a democracia. O grupo no poder se prepara para fazer valer suas ideias, seja em confronto com as oligarquias, seja com sua adesão (mesmo parcial) quando entrassem em cena novos atores. É preciso apenas esperar o momento:

O recurso [...] é curvar-se à apregoada soberania do povo, contra o próprio povo, à denominada soberania da Nação, contra a própria Nação. É do destino das nações suicidas. [...] Não é o caso, porém, de se prever a intervenção delas [as Forças Armadas] nos negócios pertinentes à Assembleia Constituinte. Essa intervenção seria indébita, contraproducente, dissolvente e talvez fatal. Para o bem delas e da Nação – o melhor partido a tomar será não apresentarem sintomas de nervosidade e de precipitação, contanto, porém, que permaneçam alertas e dispostas ao ataque, quando o inimigo interior ou externo mostrar as suas garras⁶².



Ao iniciar-se o ano de 1934, o prestígio do General Góes está em alta, cogitado para a presidência da República e – logo em seguida – nomeado para o Ministério da Guerra. A candidatura à Presidência, lançada pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), não é assumida publicamente em nenhum momento e, nas vésperas da eleição, Góes chega a escrever a constituintes militares recusando o apoio. Contra a neutralidade de Góes vai Cordeiro de Farias que afirma ter visto os discursos de Cristiano Machado, do PRM, emendados pelo próprio Góes Monteiro⁶³.

Pouco antes de assumir a pasta da Guerra, Góes encaminha a Getúlio um relatório sobre os problemas da defesa nacional. Com sua posse, este documento vai servir de base às reformas realizadas e terá ampla divulgação entre os ministros e chefes militares. É aqui que encontramos o projeto político e militar do General Góes Monteiro expresso em sua forma mais aca-

bada. O documento se divide em três partes: uma carta a Getúlio em que aborda a política brasileira, uma parte intitulada “Política da Guerra” em que defende a preparação do Brasil para um conflito internacional e uma parte intitulada “Problemas do Exército”, na qual apresenta as reformas de que este necessita (esta parte vem com a nota – Confidencial). Ao encaminhar esta última parte, Góes recusa a indicação para ministro: “De outro modo, devo dizer a V. Exa., prefiro continuar a prestar minha contribuição ao Exército, fora do governo, prontificando-me, quando for oportuno e se fizer a recomposição ministerial, auxiliar V. Exa. na escolha do novo ministro da Guerra” – quatro dias depois ele tomava posse⁶⁴.

O relatório encaminhado a Getúlio se abre com as críticas à Constituinte “processo clássico do liberalismo moribundo” que costuma apresentar “resultados medíocres”. Por sua adoção “a Revolução Brasileira está dei-



xando de ser Revolução”⁶⁵. O Brasil se ressentia da inexistência de uma “ideia diretriz”, um objetivo político para o governo mobilizar as forças nacionais escapando do dilema: “Massa embrutecida e submetida à servidão. Elite envilecida, parasitária e exploradora”. A Revolução deveria ter aproveitado a posição de força e realizado uma reforma centrada em três pontos: fortalecimento do nacionalismo, regulação da vida econômica e reorganização do Estado. Para isso o governo deveria ter criado um partido de apoio – “social nacionalista” – e fortalecido os elementos de segurança, as Forças Armadas e policiais. Como medidas complementares viriam “a educação sistemática do povo, a orientação vigorosa da imprensa e dos outros meios de propaganda e de educação e a maior extensão dos serviços públicos, inclusivamente os das zonas rurais”.

A segunda parte da exposição começa ressaltando que “a questão da Segurança Nacional

prima sobre tudo o mais”, defendendo a necessidade de se fazer uma política de guerra, dotando o país de um plano de guerra. Volta-se aqui à lição da Missão Militar Francesa de escolher o inimigo mais provável, “a mais poderosa nação sul americana” e assegurar a superioridade nacional. A previsão de uma guerra mundial é esclarecedora para a posição adotada alguns anos depois:

No caso de uma guerra extra-continental, desde que não sejamos atacados pelo mar e que não tenhamos de temer uma invasão séria através de nossas fronteiras terrestres, a situação poderá modificar-se em nosso favor, conforme as circunstâncias da nossa entrada na luta, ao lado de um dos dois grupos de potências que se defrontem. A nossa política tradicionalmente indica, com os nossos interesses vitais, que nos associemos ao grupo do qual fizer parte a maior nação americana. Assim, haverá entre outras vantagens, a que resulta do suprimento obrigatório do aparelhamento de guerra, equi-



pamento e mais material indispensável à mobilização das nossas tropas⁶⁶.

O ponto de partida na preparação do plano de guerra devia ser a ordem interna, colocada a cargo da polícia “em ligação íntima com o serviço secreto do Estado-Maior”.

O ponto seguinte da exposição é a organização da cadeia de comando, expressa nos seguintes órgãos:

a) O Conselho Supremo da Defesa Nacional, já referido na elaboração do projeto constitucional, encarregado de fazer a ligação entre os órgãos técnicos e a política;

b) O Alto Comando encabeçado pelo Chefe da Nação, comandante supremo das forças militares, seguido pelo Ministério da Guerra, encarregado de “prover o Exército de todos os meios, em pessoal e material”, o Estado-Maior do Exército (EME), órgão técnico, que deveria exercer o comando em campanha e os comandos de grandes unidades;

c) O Conselho Superior de Guerra, encarregado de estudar os planos técnicos elaborados no EME.

Esta organização, que atribui função política ao Ministério, deixando o comando técnico nas mãos do Estado-Maior, foi realizada por Góes enquanto ministro, sendo mais tarde desfeita durante o Estado Novo. Góes concluíra sugerindo que uma percentagem das rendas estaduais fosse utilizada na Defesa Nacional, principalmente na aquisição de material.

A terceira parte, sobre problemas do Exército, começa passando rapidamente pelo suprimento de material, problema de difícil abordagem devido à escassez de recursos mas que exige um planejamento para aquisição e fabricação, ressaltando a indústria aérea e química e a siderurgia. Em seguida fala dos problemas de pessoal, solicitando como ponto de partida “o poder discricionário concedido ao próprio Exército para resolver os problemas que lhe afetam os seus



fundamentos”. O Exército é definido como escola e oficina para a defesa nacional, apoiado pela educação, a imprensa e a economia, sob a direção do Estado, e ressalta: “as instituições do Estado e a liberdade individual não podem subsistir quando prejudiquem [a Defesa Nacional]”.

Góes Monteiro propõe um programa de sete anos em que se comece pela unificação da educação moral e cívica, pelo Ministério da Educação e Saúde, e pela execução integral da lei do serviço militar. Em seguida deverão ser reformuladas a lei de promoção, a lei de movimento dos quadros, o recrutamento da tropa e de reservas, a questão das polícias estaduais que devem ser subordinadas ao EME, o problema dos sargentos⁶⁷, que devem ser reaproveitados no serviço público após o seu tempo útil de serviço, e finalmente, a reforma dos Tiros de Guerra e Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPORs). Góes conclui: “num país novo como o Brasil, um Exército bem organizado é o ins-

trumento mais poderoso de que dispõe o Governo para a educação do povo, consolidação do espírito nacional, neutralizador das tendências dissolventes introduzidas pelo imigrantismo”.

O conjunto de propostas apresentado por Góes desde a publicação de seu livro até a exposição encaminhada a Getúlio pode ser dividido em dois grupos de medidas, referentes à constituição do Estado e à do Exército, que para ele estavam misturadas. É a proposta de reforma do Exército que vai permitir a construção do apoio militar necessário às mudanças institucionais, depois de afastados os obstáculos políticos dentro e fora da organização.

O período que se segue até a implantação do Estado Novo permite a Góes começar a reforma do Exército, tomando medidas de apoio geral, e afastar os projetos divergentes quanto à organização do Estado brasileiro, representados por setores de esquerda e pelo regionalismo gaúcho. O Estado Novo, por sua



vez, será o momento máximo do projeto de Góes Monteiro que, mesmo se desagregando enquanto instrumento de governo, permanece enquanto ideologia da unidade militar como ator político.

BIBLIOGRAFIA

Artigos de periódicos

CARVALHO, J. M. de. Armed Forces and Politics in Brazil, 1930-45, *Hispanic American Historical Review*, n. 62 (2), pp. 195, 1982.

COSTA, Vanda Ribeiro. Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30. *Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, ANPOCS, 1985.

KLINGER, B. Parada e desfile numa vida de voluntário do Brasil, na primeira metade do século. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 356, 1958.

Capítulos de Livros

BOMENY, H. M. B. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In

GOMES, A. M. de C. (coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FLYNN, P. A Legião Revolucionária e a Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. (org.). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

YOUNG, J. Aspectos militares da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. (org.). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Livros

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Tasso Fragoso: um pouco de história do nosso Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

AZEVEDO, J. A. M. *Elaborando a Constituição Nacional*. Belo Horizonte: [s.e.], 1933.

BARROS, J. A. L. *Memórias de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

CAMARGO, A; GÓES, W. *Meio século de combate: diálogo com*



Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

COELHO, E. C. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

COUTINHO, L. *O General Góes depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.

FONTOURA, João Neves. *Por São Paulo e pelo Brasil*. São Paulo: [s.e.], 1933.

MICELI, S. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MONTEIRO G. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, [s.d.].

SMITH, P. S. *Góes Monteiro and the role of the army in Brazil*. Bundoora: La Trobe University Institute of Latin American Studies, 1979.

NOTAS

¹ CAMARGO, A; GÓES, W. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 168.

² COELHO, E. C. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

³ O discurso de José Américo foi publicado como prefácio em MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, s.d., p. 9.

⁴ O primeiro trabalho publicado sobre Góes foi SMITH, Peter Seaborn. *Góes Monteiro and the role of the army in Brazil*. La Trobe University Institute of Latin American Studies, Bundoora, 1979. Em 1983, Smith mostrou-me uma longa biografia de Góes que escreveu, mas, depois disso, não tive outras notícias do trabalho.

⁵ Chama a atenção – e exige um estudo mais sistemático – a semelhança entre as origens de Góes e dos tenentes analisados por Sérgio Miceli, *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977. Família decadente, orfandade e prole numerosa levam ao exército oficiais sem padrinho, aparentemente característicos do período em estudo.

⁶ O artigo de 1908 foi reproduzido – sem indicação de fonte – no *Anuário Militar do Brasil* de 1935.

⁷ Isso é geralmente assumido na bibliografia sobre o tema, sem que, no entanto, um estudo cuidadoso da Missão tenha sido feito.



⁸ *O Destacamento Mariante no Paraná Ocidental*. Este pequeno livro foi escrito por Góes Monteiro em 1925 e permanece inédito no Brasil. A introdução e a conclusão foram publicadas em SMITH, *Op. Cit.* O original está no Arquivo Góes Monteiro, no Arquivo Nacional (daqui por diante AGM-AN). As citações a seguir têm a mesma origem, salvo indicação contrária.

⁹ COUTINHO, L. *O General Góes depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956, p. 9.

¹⁰ BARROS, J. A. L. *Memórias de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953, p. 239.

¹¹ Carta de Góes a esposa. São Caetano, 24/07/1924. AGM-AN.

¹² Carta de Góes ao Presidente Bernardes. S.d. AGM-AN. Esta carta levou Peter S. Smith a sugerir que Góes agia como espião de Bernardes junto às forças legais. SMITH, *Op. cit.* p. 5.

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ *O Destacamento Mariante no Paraná Ocidental*. AGM-AN.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Carta de Góes a Caiado de Castro, 20/5/1930. AGM-AN.

¹⁹ Carta de Góes a Caiado de Castro, 30/6/1930. AGM-AN.

²⁰ Carta de Góes a Caiado de Castro, 20/4/1930. AGM-AN.

²¹ Carta de Góes a Caiado de Castro, 29/7/1930. AGM-AN.

²² “Organizar para realizar”. Carta de F. C. Buys a Getúlio Vargas, 13/9/1930. AGM-AN. O capitão Buys participa ativamente das organizações tenentistas após 1930. Ver as informações em BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In GOMES, Ângela Maria de Castro (coord). *Regionalismo e Centralização Política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 144.

²³ Carta de Góes a Caiado de Castro, 20/5/1930. AGM-AN.

²⁴ Carta de Góes a Osvaldo Aranha, AO 30.08.20/5, CPDOC.

²⁵ “Um dos aspectos mais fascinantes do desenvolvimento político do Brasil depois da revolução de 1930 tem sido o fato de que os acontecimentos de 1930 não se repetiram. Toda ação militar na arena política tem sido executada pelos oficiais mais elevados na hierarquia do exército, e não houve a repetição de oficiais jovens contestando, tomando o controle e então sendo reincorporados ao *establishment* militar”. YOUNG, Jordan. Aspectos militares da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico (org.). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro:



ro: Paz e Terra, 1979, pp. 16-17. Isso faz parte da contribuição de Góes Monteiro para a história do Exército mas, ao contrário do que Young dá a entender, as manifestações de oficiais jovens continuaram a ocorrer, sendo sistematicamente derrotadas.

²⁶ Diz Jordan Young: “Antes, durante e depois da revolução, Góes Monteiro impediu quaisquer expurgos em massa nas fileiras do generalato, desejados pelos tenentes”. *Op. Cit.*, p. 16. Góes era, provavelmente, o maior interessado nos expurgos que, mesmo contidos, ainda foram significativos.

²⁷ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Tasso Fragoso: um pouco de história do nosso Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, p. 588.

²⁸ Certamente não se deveu apenas à vaidade a decepção de Góes Monteiro, cujo nome não é citado – anátema? – por Tasso. Na versão de Góes: “Aconteceu no ponto de vista operativo a hipótese mais favorável, pela sublevação da guarnição da Capital Federal; do ponto de vista revolucionário porém a diretriz geral foi alterada em prejuízo da revolução brasileira, devido à calculada intromissão de aproveitadores sagazes para forçar a situação em proveito próprio”. *Op. Cit.*, pp. 86-87.

²⁹ FONTOURA, João Neves. *Por São Paulo e pelo Brasil*. São Paulo: [s.e.], 1933, p. 53.

³⁰ Sobre a Legião Revolucionária ver FLYNN, Peter, “A Legião Revolucionária e a Revolução de 30”. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Op. Cit.* e BOMENY, Helena. *Op. Cit.* O manifesto foi publicado no *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 15/11/1930.

³¹ MONTEIRO G. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, [s.d.], p. 198.

³² Pacto de Honra. Absolutamente secreto. 24/2/1931. AGM-AN.

³³ FONTOURA, João Neves da. *Op.cit.*, p. 52-53: “em cada Estado, o comandante da Região que era um general, tinha como sentinela um oficial de patente subalterna. Na minha terra, o general Francisco Ramos de Andrade Neves deveria ser policiado pelo íntegro e bravo capitão Alcides Etchegoyen, se tanto aquele como este não houvessem repellido a inacreditável manifestação de loucura soviética”.

³⁴ KLINGER, B. Parada e desfile duma vida de voluntário do Brasil, na primeira metade do século. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 356, 1958, p. 356.

³⁵ GV 31.05.02/1. Para a análise destas organizações revolucionárias e as reações que despertou no Exército ver José Murilo de Carvalho. *Armed For-*



ces and Politics in Brazil, 1930-45, *Hispanic American Historical Review*. 62 (2), 1982, pp. 195ss.

³⁶ BKj 31.11.14 e BKj 31.11.28.

³⁷ COUTINHO, op.cit., p. 157.

³⁸ Ibid., p. 100.

³⁹ Este grupo se destacou pela qualificação profissional e não pela unidade ideológica. A conservação da unidade exigirá ainda o afastamento de alguns.

⁴⁰ MONTEIRO, op.cit., p. 100.

⁴¹ Ibid., p. 110-111 e 146-152.

⁴² Ibid., p. 132-136.

⁴³ Ibid., p. 152.

⁴⁴ Ibid., p. 155.

⁴⁵ Ibid., p. 158-159.

⁴⁶ São, para Góes, os grandes homens do momento: Mussolini, Hitler, Mustafa Kemal Pachá, Roosevelt e Salazar.

⁴⁷ MONTEIRO, op.cit., p. 157-159.

⁴⁸ Ibid., p. 170.

⁴⁹ Comissão de Revisão das Reformas Administrativas – ATAS”. AGM_AN.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid.

⁵³ As atas das reuniões da comissão estão em AZEVEDO (1933). A citação é da p. 351.

⁵⁴ Ibid., p. 900.

⁵⁵ Ibid., p. 902.

⁵⁶ Ibid., p. 920.

⁵⁷ Ibid., p. 921.

⁵⁸ Ibid., p. 907.

⁵⁹ Ibid., p. 458.

⁶⁰ Ibid., p. 908.

⁶¹ Ibid., p. 1278.

⁶² OA 34.01.29/2. Este documento, amplamente divulgado no governo em janeiro de 1934, será analisado em seguida.

⁶³ Carta de Góes Monteiro, 6/7/1934, AGM-AN. FARIAS, in p. 168. A tradição guarda de Góes a imagem de eterno candidato: “Na vida, o que o general Pepito soube fazer bem – foi política-gem. Politicagem de comadres, brigas domésticas, às quais, infelizmente, os nossos líderes estão afeitos. O supremo sonho de toda sua vida, ele jamais viu realizado: a Presidência da República. Várias vezes teve o governo a seu alcance, mas forças adversas o empurraram para longe. Pepito ia para o armário, tirava a garrafa de Serra Grande e afogava as suas mágoas”. Biografia satírica (incompleta) do general Góes Monteiro existente no Arquivo Salgado Filho, no Arquivo Nacional.

⁶⁴ GV 34.01.18/2. A posse foi em 22 de janeiro. No fim da carta a Getúlio, junto ao cumprimento datilografado “Admor. Atº, Amº e Crdº”, Góes escreve “e subordinado”. O Ministério foi – quem sabe? – uma ordem recebida.



⁶⁵ Esta e as citações a seguir são de AO 34.01.29/2.

⁶⁶ Na Segunda Guerra Góes foi consagrado como simpatizante do Eixo. Ao que tudo indica, ele sabia que a posição do Brasil seria ao lado dos Aliados, mas divergia quanto às formas e os prazos de consolidar esta aliança, na esperança de obter mais para o Exército brasileiro. Em sua opinião, o Brasil não deveria permitir que forças estrangeiras participassem da defesa da nossa costa.

⁶⁷ COSTA, Vanda Ribeiro. Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30. *Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, ANPOCS, 1985.

A (r)evolução do rádio

Sebastião Amoêdo de Barros ^a

Resumo: O surgimento do Rádio na década de 1920 influenciou sensivelmente a história, que evoluiu através da transmissão de ideias e ideais antes circunscritas aos meios impressos, de difícil e demorada disseminação. Na Europa e nas Américas, personalidades políticas souberam dispor da força da radiotransmissão para fazer valer seus valores e obter a prevalência da opinião pública. A trajetória política do Brasil na década de 1930 foi marcadamente sustentada pela força da radiotransmissão, a ponto do principal personagem de então, o presidente Getúlio Vargas, afirmar que a “Revolução se faz com Rádio e Parabolo”. Com o auxílio do Rádio foi possível alicerçar ou desmoralizar apoiadores e oponentes, em momentos assimétricos com aqueles verificados, principalmente, na Alemanha nazista ou na Itália fascista. Do júbilo à dor, o Rádio marcou presença nos mais expressivos momentos, e apesar de restrições e imposições, jamais calou a sua voz. A modulação política fez-se valer nas frequências do Rádio brasileiro, que não apenas informou, mas acima de tudo, formou gerações de cidadãos brasileiros.

Palavras-Chave: História do Rádio, Revolução e Rádio, Getúlio e o Rádio.

A REVOLUÇÃO DO RÁDIO

Lamartine Babo em linda marchinha pergunta "quem foi que inventou o Brasil?, foi seu Cabral?, foi seu Cabral?. No dia 21 de abril, dois meses depois do carnaval”.

Cantemos com ele. "Quem foi que inventou o Rádio? Foi seu

Marconi, foi seu Marconi? Nos idos de 1895, um ano depois do Padre Landell”.

Sim, quem fez os primeiros experimentos com radiotransmissão foi o gaúcho padre católico Roberto Landell de Moura (Porto Alegre, 21 de janeiro de 1861-Porto Alegre, 30 de junho de 1928), autodidata em mate-

^a Professor, doutor em Comunicação. Associado Titular do IGHMB.



mática, física e eletricidade. Em 1892 teria construído o primeiro transmissor sem fio de mensagens, antes de Guglielmo Marconi fazer seus primeiros testes na Itália. Entre 1893 e 1894, segundo Ernâni Fornari, seu primeiro biógrafo e seu contemporâneo, teria realizado a primeira transmissão pública de som por meio de ondas hertzianas, ocorrida entre o alto da Avenida Paulista e o Alto de Santana, cobrindo uma distância de oito quilômetros. Na ocasião ele testou um transmissor de ondas, um telégrafo sem fio e um telefone também sem fio, encarecendo a execução do Hino Nacional.

Como ocorrido com outros inventores brasileiros, faltou-lhe credibilidade, recursos e documentação dos feitos. Sua devoção à ciência e suas ideias avançadas para seu tempo causaram algumas vezes o espanto e a revolta dos católicos. A despeito de ter obtido registrar patentes, como o do Telefone sem Fio e o Transmissor de Ondas, caiu no

desconhecimento. Já Guglielmo Marconi obteve notoriedade acima de Nikola Tesla, este também um grande injustiçado, a ponto de ser escolhido para acionar a iluminação do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1931, feito efetivado a 9.200 km de distância, como aquele que inventou o primeiro sistema prático de telegrafia sem fios.

Marconi consolidou seu prestígio através de forte *lobby* junto às lideranças internacionais que frequentavam seu navio *Elettra* equipado em 1920 para ser seu laboratório no estudo de ondas curtas e também seu lar. Além de sua família, as cabines do *Elettra* recebiam visitantes ilustres, entre eles os reis da Itália, da Espanha e Jorge V e a rainha Maria de Teck. As festas no *Elettra* tornaram-se célebres pelas músicas transmitidas pelo rádio diretamente de Londres.

Somente em outubro de 1943, a Suprema Corte dos Estados Unidos considerou ser falsa a



reclamação de Marconi que afirmava nunca ter lido as patentes de Nikola Tesla e determinou que não havia nada no trabalho de Marconi que não tivesse sido anteriormente descoberto por Tesla. Infelizmente, Tesla tinha morrido nove meses antes.

O Brasil tem uma data devidamente documentada para marcar o início das transmissões radiofônicas. Esta se deu no dia 7 de setembro de 1922, por ocasião da Exposição do I Centenário da Independência. O discurso de abertura do Presidente Epitácio Pessoa foi irradiado através de ondas eletromagnéticas emitidas do alto do Corcovado, por emissora experimental montada pela Westinghouse Electric. Mas a Marinha de Guerra já tinha uma estação transmissora de sinais e informações náuticas desde 1915, esta sediada na Fazenda São Sebastião do Rio de Janeiro, na Ilha do Governador.

A emissões exigiam altos investimentos, o que ocasionou o

nascimento de Clubes e Sociedades de cidadãos abastados, compromissados com o ideal de disseminação da educação e cultura através da TSF - Telegrafia Sem Fio. Em abril de 1919 foi inaugurada, na cidade do Recife a Rádio Clube Pernambuco, primeira emissora particular de rádio no Brasil, iniciativa de Augusto Joaquim Pereira. Mais tarde, a 25 de maio de 1923, no anfiteatro de física da Escola Politécnica, foi inaugurada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, operacionalizada pelo médico legista e professor Edgard Roquette Pinto, o engenheiro industrial e professor Henrique Morize, e os engenheiros Domingos Costa e Adolpho J. del Vecchio que conseguiram do governo a concessão de uma das duas emissoras Western Electric, importadas para serviços telegráficos, de 500 watts de potência.

Na ocasião, segundo o *Correio da Manhã* de 20 de maio de 1923, causou grande reper-



cussão o gesto da Casa Argentina que doou vários equipamentos:

O lindo gesto da grande e importante casa argentina, que bem traduz o empenho do grande povo, não só pelo progresso próprio, como também pelos desenvolvimento de seus amigos e vizinhos, despertou, em todos os presentes, um arenito de entusiasmo, ouvindo-se então, levantados pelo intellectuais, homens de letras e scientistas, que enchiam a sala, muitos vivas à nação argentina.

Em nome da directoria, o dr. Roquette Pinto, num brilhante improviso, agradeceu e propor que a directoria telegrafasse ao embaixador argentino dizendo quanto era grato aos scientistas brasileiros receber tal prova de sympathia de industriais da nação irmã¹.

Foram quase 100 anos entre a invenção do Telégrafo por Samuel Finley Breese Morse (1791-1872), que realizou o primeiro teste prático entre Baltimore e Washington em 1844, para a chegada da rádio trans-

missão, que por sua vez se iniciaria em 12 de dezembro de 1901 entre Poldhu em Cornwall, UK e Newfoundland, Canadá. Tal feito de Guguielmo Marconi (1874-1937) levou apenas cinco anos a ser efetivado, desde a apresentação do telégrafo sem fio em 1896, com idéia surgida ainda nos idos de 1860.

Já em 1902 a possibilidade de transmissões da Telegrafia sem Fio - TSF se iniciava no Brasil gerando uma incompatibilidade de interesses entre governos locais da Amazônia, o governo central e organizações privadas internacionais interessadas na exploração comercial desse potencial.

Nada acontecia por acaso, tais projetos eram mais que discussões da esfera econômica, e sim de forte interesse do Poder tanto público quanto particular. Em 1919 a Companhia Radiotelegráfica Brasileira (Radiobrás), empresa subsidiária da Radio Corporation of America (RCA) é instalada no Brasil com o



objetivo de exploração privada da tecnologia sem fio. Tal empresa permaneceu até a década de 1970 fazendo uso das concessões públicas oferecidas pelo governo brasileiro. Damasceno observa na *Revista Ferro Carril* de 1919:

Em 1919, o anúncio do início das operações da Radiobrás dividiu opiniões. Grupos contra e a favor da entrada de empresas estrangeiras com acesso às comunicações sem fio organizaram movimentos antagônicos. Se por um lado havia grupos dentro do Estado que justificavam as operações da Radiobrás como necessárias para o estabelecimento das comunicações internacionais, já que tais comunicações de maneira alguma poderiam ser realizadas por instituições pertencentes a governos, outro, mais nacionalista em sua forma de protesto, era contra a presença de tais instituições na administração do tráfego radiotelegráfico civil e militar².

Os esforços de Telegrafia sem Fio passaram a ocorrer também no âmbito militar:

"Desde 1919 funcionava em anexo ao Observatório da Escola Politécnica, no Morro de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, uma Escola de Radio-telegrafia, organizado pelo Prof. Francisco Behring, então diretor-geral dos Telégrafos".

Segundo Silva Telles:

O Exército foi uma das organizações que cedo desenvolveu seu próprio sistema de rádio-comunicações. As primeiras estações rádio-telegráficas foram montadas em 1913, no Quartel-General do Exército e em algumas fortalezas no Rio de Janeiro e em Niterói. Em 1926, o Exército já contava com doze estações rádio-telegráficas fixas, em vários pontos do país, e 14 estações portáteis de campanha, essas últimas com alcance de até 3.000 km; o equipamento era o mais moderno do mundo na sua época.

Em 1920, (ou 1915 de acordo com Jaime Moraes) foi a vez da Marinha de Guerra experimentar a rádio-telefonía, com aparelhos instalados em terra e em alguns contratorpedeiros da Esquadra. A



experiência inclui também a comunicação com um aparelho no Palácio Presidencial em Petrópolis, de onde falou o próprio Presidente da República, Epitácio Pessoa. A Marinha já havia também instalado uma potente estação rádio-telegráfica no arquipélago dos Abrolhos.

A primeira estação rádio-telefônica de emprego geral, para a transmissão de músicas, noticiário, etc., foi entretanto uma comprada pelo Governo Federal para a Diretoria dos Telégrafos, e cuja antena estava situado no alto do Corcovado, no Rio de Janeiro. A estação tinha um potência de 1 kw, com equipamento de “Westinghouse Electric”, transmitindo em onde de 450 m. A sua montagem, dirigida pelo Eng. N.H. Slaughter, teve a colaboração da “Light”, no fornecimento da energia para o local, e da Cia. Telefônica Brasileira; as antenas eram dois mastros com 37,5 m de altura. Essa estação foi inaugurada a 7 de setembro de 1922, com as palavras do Presidente Epitácio Pessoa, abrindo a “Exposição do Centenário”; em seguida, foi transmitido, ao vivo, a ópera “Guarani”, diretamente do

Teatro Municipal. Havia na ocasião cerca de 80 aparelhos receptores instalados no Palácio do Catete, Palácio Monroe, Gabinete do Prefeito e em alguns Ministérios, e também em várias residências, no Rio de Janeiro, e em Niterói, Petrópolis e São Paulo, além dos aparelhos colocados no recinto da Exposição do Centenário. Esses últimos, munidos de alto-falantes com grandes cornetas, despertaram viva curiosidade dos visitantes da Exposição; em torno deles apinhava-se uma multidão maravilhada com a novidade, que constituía uma os grandes atrativos da Exposição. No intervalo das músicas, o locutor Mário Liberali; concitado o povo a comprar “Bônus da Independência”, “de que nenhum brasileiro pode prescindir”³.

Em sua gênese o rádio era atividade de idealistas que desejavam utilizar a potencialidade daquele meio para disseminar a educação, a cultura e a ciência. É a própria Academia Brasileira de Ciências que vai conceber a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Até então para o



governo esse meio era prioritariamente dedicado à facilitação da comunicação telegráfica.

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro mantinha uma programação diária de informações científicas e industriais, conferência literárias, poesia e música, além de biblioteca especializada e laboratório. Segundo Silva Telles: “No seu quarto aniversário, em 1927, já contava com cerca de 4.000 horas de transmissões para todo o país, onde se incluíam programas de aulas de português, línguas estrangeiras, geografia, história e ciências, dadas por ilustres professores”. Podemos intuir que nascia então o Ensino a Distância, tão atuante na contemporaneidade.

Em dezembro de 1924 houve a primeira regulação, através de Decreto, dos serviços civis de rádio, abrangendo as estações costeiras e interiores, fixas e móveis (em navios e aviões), e também rádio-faróis,

rádio goniômetros, e estações experimentais.

Proseguem Silva Telles:

Em 1929, já existiam ao todo no Brasil 19 emissoras de rádio em funcionamento, sendo 4 no antigo Distrito Federal, 4 na cidade de São Paulo e 5 no interior do Estado, duas no Rio Grande do Sul, e uma em cada um dos seguintes Estados: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Paraná⁴.

A leitura do subtítulo Rádio-Comunicações de Silva Telles, expresso ao longo de 9 páginas, é um referencial indispensável pois trazem abundantes informações sobre o período e os primeiros passos das rádio transmissões.

Nos Estados Unidos, os fortes conglomerados eletroeletrônicos haviam assumido o meio de comunicação rádio já em 1919. Sete anos mais tarde, tinham acesso a cinco milhões de lares e, em 1927, introduziram os anúncios comerciais para financiar a



programação. De acordo com as notas da Dw.Com:

Em 22 de dezembro de 1920 ia ao ar a primeira transmissão de rádio na Alemanha. "Atenção, atenção – aqui é Königs Wusterhausen na frequência 2700." Assim foi anunciado o concerto de Natal oferecido por funcionários do Deutsche Reichspost (Correio Imperial Alemão). Na ocasião, o prédio da emissora, situado no município de Königs Wusterhausen (Grande Berlim), foi tomado por sons de clarinete, harmônio, instrumentos de cordas e piano. A qualidade da transmissão, porém, era ruim, e estalidos e ruídos acompanharam toda a apresentação musical. Sem contar que apenas representantes oficiais do Deutsche Reichspost podiam ouvir a transmissão, já que, na Alemanha, conforme o Tratado de Versalhes, cidadãos comuns eram proibidos de escutar rádio⁵.

Em 29 de outubro de 1923 é lançado o primeiro programa de entretenimento dando sequência a um verdadeiro culto que

passava a varrer toda a população, em tempos de profundas mudanças culturais e dificuldades emocionais e econômicas. Em menos de um ano mais de um milhão de pessoas acompanhavam as transmissões de rádio.

Em 4 de dezembro de 1924 é realizada a primeira feira de Radiodifusão de Berlim com 404 expositores e 114 mil visitantes. No mesmo ano foi criada uma taxa para se ouvir Rádio, garantindo os interesses dos investidores no novo entretenimento.

Como os aparelhos eram muito caros muitas famílias construíam o seu pessoalmente. Em 1930 já havia na Alemanha 28 emissoras de Rádio, empregando 30 mil funcionários e colaboradores.

Em 1932 já eram mais de 4 milhões a ouvirem 15 horas de programação por dia. Como qualquer sociedade sofre de certo dose de misoneísmo os ouvintes passaram a ser chamados, por uma pretensa elite cul-



tural, de “radiotas”. Os críticos alegavam que o rádio iria influenciar negativamente, principalmente com o gênero de programa que acabava de nascer: o rádio-teatro. Desde 1929 também já ocorriam reportagens e acompanhamento especial de competições esportivas e dia a dia da cidade, algumas vezes transmitidas de balões.

Não causa portanto surpresa a grande adoção do rádio para as transmissões de discursos e de propaganda pelo Ministério da Instrução Pública e Propaganda da Alemanha, criado em 11 de março de 1933 e entregue a Joseph Goebbels, que passou a manipular todas as formas de manifestações culturais da Alemanha. Assemelhava-se à história no Brasil.

O rádio obteve um papel muito importante na época da Era Vargas (período compreendido entre 1930-1945). Inicialmente, o rádio era um meio de comunicação das elites e só na década de 1930 no governo do presidente Getúlio

Vargas, com o objetivo de atingir toda a população, transforma-se em meio de comunicação de massa, voltado à diversão e entretenimento do povo brasileiro. Foi então que em meio a tanto sucesso, Vargas resolveu explorar o rádio e passou a utilizá-lo como um grande aliado político sendo um meio de divulgação de seu governo interna e externamente, forma de repressão e controle de informações feitas pelo Estado (através do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda) e criando mecanismos para difundir seus interesses para o Brasil durante o período que estava no poder.

Já em 1931 o governo de Getúlio Vargas havia criado o Departamento Oficial de Propaganda - DOP para elaborar e sistematizar o que era chamado na época de “um discurso legitimador através da propaganda e, sobretudo, da necessidade de eficácia e abrangência dos canais de difusão”. Somavam-se ao Rádio a media imprensa, o cinema e a radiotelegrafia. Quaisquer



processos técnicos pertinentes eram instrumentos de difusão uma vez que a sistematização da propaganda há muito já era valorizada, notoriamente pelos exemplos práticos identificados na Alemanha. No entanto as forças políticas dos primeiros anos do governo Vargas e suas divergências de pensamentos, dificultaram no início a formulação de um projeto propagandístico por parte do governo. Desta forma, a criação do DOP facilitou a implantação dos sistemas de controle do ideário nacional por Vargas e seus colaboradores.

Em julho de 1934 - ano em que terminou o governo provisório de Vargas, com sua eleição e a criação de uma nova Constituição federal, que substituiu a vigente desde 1891 - o DOP foi substituído pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Este permaneceu ligado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, mas abrangia outros veículos de comunicação de massa, incluindo os setores de cultu-

ra e cinema, à semelhança do que ocorria na Alemanha nazista, onde Joseph Goebbels passava a dominar não apenas os meios de informação, mas também a cultura, das artes plásticas ao cinema e teatro.

Em 1938, no início do Estado Novo, o DPDC foi transformado em Departamento Nacional de Propaganda (DNP), atuando em todos os campos relacionados com a denominada “educação nacional” e exercendo a censura e o controle de todos os meios de comunicação.

Em 1939, através do Decreto presidencial nº 1.915, de 27 de dezembro daquele ano, o DNP foi extinto, dando lugar ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Curioso acompanhar que o Brasil seguia pari passu os caminhos da Alemanha, onde Goebbels e Göring disputavam como inimigos figadais o controle do ideário nazista e as atenções do Führer.

O desenvolvimento do Rádio durante o período Vargas, com-



preendendo de 1930 a 1945, é muito bem relatado no Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Nele Luiz André Ferreira de Oliveira desenvolve todo um histórico fartamente fundamentado em pesquisa bibliográfica⁶.

Em seu trabalho o jornalista e professor Luiz André apresenta um histórico do surgimento do Rádio, sua utilização por Getúlio Vargas como palanque político para várias áreas da vida nacional: a cultura, a educação, o trabalho, o ruralismo e o entretenimento.

Os grandes líderes da época, Hitler, Stalin, Roosevelt e o brasileiro Getúlio Vargas, de imediato identificaram no rádio um grande potencial para divulgação de seus objetivos políticos. Logo seriam seguidos por Juan Domingo Perón, na Argentina. Na

Espanha Franco tudo fazia para desmentir o que se ouvia do exterior. A Voz da América levava ao mundo a ideologia capitalista-democrática, acompanhada pela BBC de Londres. O ar já deixara de servir apenas como recurso de vida, para ser via de transporte, com equipamentos inventados por Santos Dumont. Assim deixou de servir somente como combustível de vida e passou a ser a estrada desse meio para transmissão de idéias e pensamentos, com o recurso da voz humana. A partir daí o uso bélico foi apenas um novo passo, incorporado nos conflitos de 1932 em São Paulo e logo depois nas campanhas de justificação de combates a favor dos “aliados” contra os “odiosos” inimigos do “eixo”. Narra Oliveira: muitas vezes de o primeiro avião de c

A guerra pelo ar começou muito antes de o primeiro avião de combate invadir as fronteiras inimigas, entrando em ação quando as forças políticas ainda estavam se alinhando em torno das posições no conflito. Com o avan-



ço da tecnologia e o desenvolvimento das ondas curtas, os sinais de rádio foram direcionados de forma a avançar as fronteiras, de uma maneira como nenhum pelotão de soldados podia invadir⁷.

Os primórdios do Rádio em 1920 eram embaraçados por uma legislação empírica que proibia as emissões radiofônicas, o que obrigou Roquette Pinto precisar de uma autorização especial para efetuar testes e inaugurar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, 1921. Os aparelhos receptores eram poucos e o ouvinte tinha que pagar uma taxa de contribuição ao Estado pelo uso das ondas.

A população menos abastada recorria aos rádios galena para poder receber ouvir as transmissões ainda eventuais. De acordo com relatos da época o rádio galena, como se chamava, tinha uma pedra, chamada galena, que tinha uma espécie de agulha sobre ela. Ouvia-se mal, muito mal, mas era um verdadei-

ro milagre para os ouvintes extasiados com tamanho “milagre”.

As primeiras emissoras transmitiam músicas, muitas das vezes com acetados emprestados por ouvintes. A pouca disseminação do Rádio o induzia a fazer transmissões para uma elite abastada que podia dispor de recursos para adquirir os aparelhos receptores.

Já em 1930 são efetuadas as primeiras atuações, ainda que empírico práticas, de campanha política pelo Rádio, disseminando a campanha à Presidência da República de Julio Prestes através da Rádio Educadora Paulista, da capital de São Paulo. Segundo Calabre:

A Rádio Educadora Paulista tinha entre seus associados Júlio Prestes, candidato à Presidência da República. Esquecendo seus princípios puramente educativos, a emissora fez efetiva campanha para o candidato paulista. Dentro da Rádio não se falava o nome de Getúlio Vargas, can-



didato da Aliança Liberal, pois isso era proibido⁸.

Um dos pioneiros do rádio, Mário Ferraz Sampaio, que teve a honra de conhecer e ter como Diretor no Curso de Comunicação Social da Faculdade de Filosofia de Campos dos Goytacazes, relata:

Tornou-se uma entidade comercial, quebrando desta forma a linha não lucrativa instituída pela sociedade civil anteriormente constituída pelos fundadores. Estes estatuíam que à sociedade era vedado o partidário político e religioso. Esta linha foi quebrada pelos novos diretores, que entregaram a emissora à política perreputista, visando com isso proveitos pessoais, aderindo a uma desabalada propaganda eleitoral de Júlio Prestes à presidência da República. Tudo bem maquinado e executado⁹.

Não se pode afirmar que Julio Prestes tenha sido o primeiro a desrespeitar a função sócio-educativa do Rádio de

então. Desde 1929 várias emissoras já transmitiam músicas a favor de Getúlio Vargas. Segundo Jambeiro:

Desde a campanha presidencial de 1929, a evolução do uso da música popular como instrumento de propaganda tornou-se bastante expressivo. As marchinhas em favor de Vargas, gravadas por Francisco Alves, na Odeon, em janeiro de 1929 – “É sim senhor”, “Seu Doutor” e “Seu Julinho vem aí” encontravam respostas nas defesas de Júlio Prestes gravadas por Jaime Redondo, na Columbia, em dezembro do mesmo ano¹⁰.

O dia 2 de janeiro de 1930 marca a primeira vez em que o rádio foi utilizado como veículo direto de propaganda política no país. A Rádio Clube do Brasil, no então Distrito Federal transmitiu o primeiro grande comício da Aliança Liberal, ocorrido na Esplanada do Castelo, durante o qual Getúlio Vargas apresentou a sua plataforma eleitoral. Narra Nascimento:



É mister ressaltar que embora o rádio tenha realmente alcançado força de expressão sociológica basicamente a partir de meados da década de 30, mais especificamente a partir de 1933, considera-se que já a partir do final da década de 20 cada vez mais o rádio passou a atuar como agente de propaganda política, ideológica e cultural¹¹.

O Rádio não fez a Revolução de 1930. Ficou longe disso, com entretenimento musical fiel às demandas de seus assinantes. O Rádio jornalismo era inexistente, limitando-se os locutores à leitura dos jornais impressos. Com isso os movimentos políticos eram noticiados, por vezes, com dois dias de atraso. A emissão radiofônica era ainda uma desobediência civil, uma vez que a Lei o previa com função estratégica desde o término da I Guerra Mundial. Para minimizar as consequências, Roquette-Pinto indicou para a presidência de honra da Rádio Sociedade Rio de Janei-

ro o ministro da Viação e Obras Públicas, Francisco de Sá, de quem dependeria a revogação da lei. Relata Bahia:

Os jornais da capital da República publicavam a notícia da revolução com dois dias de atraso. Só então o povo fica sabendo que havia estourado um movimento no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba para derrubar o Governo Washington Luís. Os grandes jornais estão do lado da lei e da ordem. [...] Washington Luís, no começo de outubro, lança manifesto condenando o 'Sanguinário movimento subversivo' em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Os jornais, sem exceção significativa, registram em suas edições diárias apenas informações oficiais... No começo de outubro, o movimento já está em marcha, mas o noticiário dos jornais é ralo, anódino [...] Só a partir de 25 de outubro os jornais se rendem à evidência de que há uma revolução vitoriosa e a nação, em sua maioria, lhe dá apoio¹².



Os revolucionários fizeram amplo controle sobre a Rádio Gaúcha apenas permitia-se a divulgação de comunicados oficiais depois de assinados pelo General Góis Monteiro – Chefe das Tropas em Operação. Uma vez no poder imediatamente fizeram intervenção na Rádio Educadora Paulista, que se apresentava legalista e defendia a eleição e posse de Júlio Prestes. Testemunha Mário Ferraz Sampaio:

Havendo se empenhado na defesa da posse de Júlio Prestes e assumindo uma posição de apaixonado destaque na contra-revolução de 19 de outubro de 1930, usou para tanto uma agressiva propaganda contra os revolucionários adeptos de Getúlio Vargas, propaganda que irritou os participantes do movimento¹³.

Para Oliveira "a ligação de Vargas com o rádio vem desde antes de ele assumir o governo. Um casamento conturbado, porém indissolúvel, com brigas e reconciliações, provas de amor e

ódio"¹⁴. A horizontalidade de penetração do novo meio atingindo todas as faixas sociais e culturais na maior instantaneidade, atraiu de imediato a atenção da classe política. Vargas foi um dos primeiros a atentar e legislar sobre transmissões radiofônicas:

O primeiro ato veio antes de se sentar na cadeira de presidente da República. Foi em 1926, quando foi aprovado o decreto nº 5.492, de autoria do então Deputado Federal Getúlio Vargas, que estabelecia o pagamento de direitos autorais pelas empresas que veiculassem músicas ou as incluíssem em sua programação. Alega Jambeiro:

O namoro de Getúlio com rádio já vinha de longa data. Desde a década de 20, ainda deputado, o futuro presidente do Brasil decidiu apostar no seu desenvolvimento e nos artistas, que mais tarde se transformariam em ídolos, através das ondas magnéticas do novo veículo. Foi, sem dúvida, projetando o alcance e a



repercussão do rádio que, em 16 de julho de 1926, Vargas conseguiu aprovar o decreto legislativo 5.492, que ficou conhecido como Lei Getúlio Vargas¹⁵.

Uma briga entre a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) que exigia cumprimento da Lei de Direitos Autorais fez as emissoras silenciarem suas transmissões, já no poder Vargas exigiu providências do Ministro da Justiça o que motivou o surgimento da normatização da atividade com o governo aumentando o seu poder no processo de concessão e de renovação de licença a exploração do serviço de radiodifusão mediante condições e prazos certos. O novo veículo passou a ser considerado como de interesse nacional e de finalidade educativa. A legislação que se impôs responsabilizava os diretores da emissora pela responsabilidade das emissões, nos casos em que não houvesse autoria expressa. Tal determinação é ainda vigente na Lei de Im-

prensa. Prossegue Oliveira, com Ortriwano:

De início, era preciso regulamentar o setor para que o governo tivesse um controle maior sobre ele. O primeiro passo foi tomado pouco depois da Revolução de 30. Em 27 de maio de 1931, foi baixado o decreto nº 20.047, primeiro diploma legal sobre a radiodifusão, surgido nove anos após a implantação do rádio no país. O rádio já interessava ao governo. "Percebendo o efeito que o novo veículo provocava, as autoridades revolucionárias começaram a se preocupar com a sua regulamentação definindo, então, a radiodifusão como de interesse nacional e de finalidade educativa¹⁶.

Com gênese idealista e com alta dose de empirismo o Rádio carecia de recursos financeiros advindo de seus "associados" que deveriam pagar taxa regular. Mas raros eram aqueles que se mantinham fiéis no compromisso. As emissoras definhavam com amadorismo, logo tendo de se



alinhar ao mercado, inicialmente subrepticiamente com recados e abraços a comerciantes patrocinadores e logo depois com a inserção de “reclames”. O número de estações crescia ao mesmo passo que aumentava a oferta de novos aparelhos de recepção. Se em 1930 havia 19 estações, de 1932 a 1937, foram inauguradas 42 novas estações, passando o país a possuir 63, quantidade que pulou para 111 em 1945, quando chega ao fim o Estado Novo.

O Estado passa a controlar o Rádio e impor suas ideias. Inicialmente pelo direito de concessão de novas emissoras e permissão de importação de equipamentos, logo a seguir pelas restrições ideológicas impostas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, através da censura e do envio de inserções oficiais. Não obstante, o governo passa também a adquirir emissoras oficiais: as rádios MEC, Nacional, Mauá e Distrito Federal e uma

rede de emissoras retransmissora de programas rurais.

Getúlio Vargas soube entender a força do Rádio. Incentivou seu crescimento, institucionalizou a profissão que não era regulamentada, prestigiava profissionais e até tinha um telefone privado para falar com Victor Costa Diretor da Rádio Nacional, mas estabeleceu regras severas para seu controle, sempre via DIP, e assim se serviu para fazer valer seu ideário e sua imagem perante o povo. Alinhava-se aos governos fortes de então: Stalin, Hitler, Franco, Roosevelt, mas mantinha certa flexibilidade tropical. Publicamente silenciava sem amordaçar, dominava sem domesticar, apresentava-se na hora e no momento certo, sem aparentar imposição forçada, mas em privado perseguia truculentamente seus opositores. Rememora Dayse Lúci em entrevista a Luiz André Ferreira:



Era só na *Hora do Brasil*. Ele nunca fez discursos. Ele nunca invadiu a rádio. Eram notas. A *Hora do Brasil* é que noticiava... A Rádio que eu falo, as rádios oficiais, as do governo, ele jamais deu uma ordem direta, jamais se intrometeu, jamais quis um horário para ele, jamais interrompeu uma programação para ele entrar, fazendo campanha dele. Ele era muito esperto. Eram notas, e estas a *Hora do Brasil* que transmitia. Depois dele, isso [a interrupção da programação para pronunciamentos e propagandas governamentais] tornou-se uma prática comum feita por todos os demais presidentes ditadores ou democráticos, e que acontece até hoje. É só ouvirmos.

Getúlio soube usar o rádio com rara maestria, a mesma demonstrada pelos grandes líderes de então, notoriamente os nazistas, que mais tarde seriam analisados por Serge Tchakhotine em *A Mistificação das Massas pela Propaganda Política*. "Criou-se um elo mágico entre o indivíduo, que atuava nos microfones,

e a coletividade. Além de vender produtos e ditar modas, o rádio mobilizava as massas, levando-as a participar ativamente da vida nacional¹⁷."

Jambeiro prossegue:

Nenhum meio de comunicação foi tão utilizado politicamente como o rádio. Foi através das transmissões radiofônicas oficiais que o governo conquistou a popularidade necessária para manter por tanto tempo um sistema ditatorial no País¹⁸.

A potencia do Rádio se manifestava pela comunicação direta, em afetividade jamais possibilitada pelo meio impresso. Sua linearidade social e cultural tornava incluso e partícipe dos testemunhos oculares da história mesmo aqueles sem aptidão para a leitura. Discorre Lenharo:

O rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional [...] O



importante não era exatamente o que era passado e sim, como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes¹⁹.

Cada ditador tem seu arauto. Hitler tinha Goebbels. A admiração do estamento getulista logo viria a se transformar em mimetismo já que desde logo ocorreram as visitas a Berlim e os relatos maravilhados se fizeram ouvir. Um dos primeiros, o do oficial de Gabinete da Presidência da República, Luiz Simões Lopes, que em 22 de setembro de 1934, se destinava ao próprio presidente:

Tencionando passar de dois a três dias, mas tomando informações sobre o Ministério da Propaganda, tão interessante me pareceu a sua organização que fiquei coligindo notas e, principalmente, cópia da moderna legislação alemã sobre trabalho, propaganda etc. Após o advento do governo nacional socialista, senhor absoluto da Alemanha em to-

dos os ramos da actividade do país [...] o que mais me impressionou em Berlim foi a propaganda sistemática, methodizado do governo e do sistema de governo nacional socialista. Não há em toda a Alemanha uma só pessoa que não sinta diariamente o contato do 'nazismo' ou de Hittler, seja pela fotografia, pelo rádio, pelo cinema, através de toda a imprensa alemã [...] são usados amplamente todos os meios conhecidos, como rádio, cinema, imprensa, que são totalmente controlados pelo governo. Este possui órgãos especializados, chamados câmaras (do cinema, do rádio etc) [...] A organização do Ministério da Propaganda fascina tanto que eu me permito sugerir a criação dele no Brasil.

Luiz Simões Lopes seguia o mesmo parecer do americano Harwood Lawrence Childs que em seu livro *Relações Públicas, Propaganda e Opinião Pública*, publicado em 1964 pela Fundação Getúlio Vargas, presidida pelo próprio Simões Lopes, rasgava elogios ao Ministério da



Instrução Pública e Propaganda da Alemanha e a seu responsável Joseph Goebbels.

“A propaganda só funciona quando permanece na sombra como tendência, como caráter, como atitude, aparecendo unicamente na ação, nas sequências, nos processos, no contraste de seres humanos”²⁰. Tido como norte orientador da comunicação, admirado e seguido por entusiasmados próceres do forte regime, Joseph Goebbels explicava sua atuação de Instrução e Propaganda, de acordo com Longerich:

A instrução popular é coisa essencialmente passiva: a propaganda, pelo contrário, ativa. Não podemos nos contentar em dizer ao povo o que queremos e em instruí-lo sobre como fazê-lo. Precisamos alinhar essa instrução a uma propaganda governamental ativa que se proponha a conquistar gente²¹.

Vargas centralizou a sua máquina de propaganda nas

mãos do sergipano, jornalista e escritor Lourival Fontes, que de imediato viajou como observador a Roma, para conhecer os procedimentos do regime fascista e interagir com autoridades locais. Disfarçado de Chefe da Delegação Brasileira na Copa do Mundo de 1934 realizada na Itália, pôde ter extensa agenda de encontros até mesmo com o Presidente Benito Mussolini.

Na Itália fascista funcionava desde 1929 a *L'Unione Cinematografica Educativa* ou *Instituto Luce*, fundado por Luciano de Feo e logo dirigido por Benito Mussolini, que o governou através do Real Decreto-Lei nº 1985 de 5 de novembro de 1925, como uma "instituição moral" de direito público sem fins lucrativos. Em julho de 1925, a presidência do Conselho de Ministros enviou uma circular aos ministros do Interior, da Educação, Economia e das Colônias, orientando-lhes para que usassem exclusivamente o Instituto Luce para seus propósitos



específicos, educacionais e propagandas.

Para muitos, Lourival Fontes é o responsável pela adoção de atributos fascistas do governo Vargas. Ficou com seu grande prócer até o seu fim, apoiando seu retorno ao governo e no lamento incontido de sua morte. Diretor do Departamento Oficial de Propaganda- DOP, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, desde o governo provisório ele se tornou o articulador da comunicação naquilo que atualmente denominamos de “marqueteiro”. Prosseguiu como Diretor do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural - DPDC, criado pelo Decreto-Lei nº 24651 de julho de 1934, depois Departamento Nacional de Propaganda, encarregado da educação nacional, censura e controle dos meios de comunicação, sempre à semelhança de Berlim. Foi no DNP que começaram as primeiras experiências de implantação

do programa em cadeia nacional a *Hora do Brasil*. Oliveira afirma:

A propaganda governamental incorporou à sua rotina atividades como: criação de grandes eventos em torno de datas cívicas implantadas pelo governo, distribuição de publicações e folhetos, além do “Boletim de Informações” editado em quatro idiomas, que era distribuído a jornais e órgãos estrangeiros visando divulgar o Brasil no exterior. Além disso, o DNP passou a produzir e fiscalizar se a *Hora do Brasil* estava sendo retransmitida por todas as emissoras do país. Coube ao DNP ainda reproduzir e fiscalizar o cumprimento da decisão presidencial de proibir a transmissão de programas em território nacional que não fossem em português²².

Finalmente, em 1939, pelo Decreto Presidencial nº 1915 de 27 de dezembro, é extinto o DNP e surge o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, através do Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939, vinculado diretamente ao presidente



da República. O DIP tinha como destinação a “[...] elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira”. Desde o golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, tais atividades ocupavam as instalações do Palácio Tiradentes, até então Câmara dos Deputados. O DIP uniu diversos setores de propaganda que anteriormente estavam alocados em outros órgãos públicos e ministérios e passava a falar em nome de todo o governo. Passou assim a atuar maciçamente no Rádio e no Cinema, alicerçando a imagem trabalhista de Getúlio. O órgão era dividido em cinco estruturas principais: “Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa. Essas subestruturas abrigavam outros serviços, como Comunicações, Contabilidade e Tesouraria, Material, Filmoteca, Discoteca, Biblioteca, Garagem, Distribuição de Propaganda, Re-

gistro de Imprensa e Administração”²³.

Se Goebbels era devotadíssimo a Hitler, Getúlio encontrara alguém para ser seu *alter ego*, em Lourival Fontes, mas a partir do engajamento do Brasil com a II Guerra Mundial e ante a pressão sobre o governo para exoneração daqueles vinculados com o nazifascismo, Lourival Fontes pede demissão no dia 17 de julho de 1942.

O DIP passa então por sua fase militar, sendo nomeado, em agosto de 1942, o major Antônio José Coelho dos Reis, e, no ano seguinte, o major Amílcar Dutra Menezes. Sem mais contar com o empenho de Lourival Fontes, Getúlio perde visibilidade ante a propagação de ações militares em defesa da Nação. A marca militarista é imposta em definitivo ao DIP. As cerimônias do regime continuam a ser realizadas, mas a ênfase recai na “defesa da Pátria”. Robustecidos pela opinião pública os militares não se alinharam a Vargas, como em



1937, e este sai do governo, dando oportunidade para seu ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra ganhar a eleição em 2 de dezembro de 1945. Já em março, o DIP tinha sido transformado em Departamento Nacional de Informações - DNI, este extinto em setembro de 1946. Lourival retornaria mais tarde no protagonismo das articulações para o retorno do “velho” em 1951.

Entre as inúmeras similaridades com as práticas propagandística do nazi-fascismo, os antagonismos também se fizeram assemelhados. Em Berlim, Goebbels e Göring disputavam o controle dos meios e no Brasil a competição também ocorria entre Lourival Fontes e o coronel Filinto Müller. A Polícia Política de Filinto mantinha o Serviço de Divulgação (SD), o que tornava inevitável o confronto com o DNPC de Lourival Fontes, que realizava atividades semelhantes. A truculência ficava ao encargo de Filinto, que não raro “tirava do ar”, prendia radialistas e até

sumia com eles. Em 15 de abril de 1939, o Serviço de Divulgação da Polícia Política é extinto. O controle da censura passa para Lourival Fontes, que a tornou ainda mais rigorosa, sempre nos moldes da Alemanha e incentivou a radiodifusão. A Filinto, restou o Serviço de Inquéritos Políticos Sociais (SIPS).

No DIP foi regulamentada a divisão de Radiodifusão, com o objetivo inicial de transmitir informações a respeito das atividades desenvolvidas no Brasil através deste veículo: “Levar aos ouvintes radiofônicos nacionais e estrangeiros, por intermédio da radiodifusão oficial, tudo o que possa fixar a atenção sobre as atividades brasileiras em todos os domínios do conhecimento humano”²⁴. Descreve Oliveira:

Em 17 de Setembro de 1942, através do decreto nº 4.701, alegando motivo de segurança nacional, o governo passava a interferir também no comércio de aparelhos receptores. A fiscalização ficava a cargo da Divisão de Radiodi-



fusão do DIP. Jambeiro conta que "não se podia transacionar com súditos alemães, italianos ou japoneses, pessoas físicas ou jurídicas, nem mesmo sob a forma de doação ou permuta... os responsáveis ficariam sujeitos a pena de reclusão de cinco a dez meses".

A Divisão de radiodifusão também ficou responsável pelo acompanhamento do crescimento da quantidade de aparelhos no país. O número de radioreceptores passou de 536 em 1923 para 30.000 em 1926. A quantidade de aparelhos, que já era de 357.921 em 1939, foi para 659.762 em 1942.

Uma preocupação da máquina de propaganda estatal e que foi repassada à Divisão de Radiodifusão foi a de multiplicação do acesso ao programa estatal. Empreendeu-se um esforço da própria Presidência da República e de órgãos federais em adquirir equipamentos e instalá-los em praças e pontos de concentração, de forma a aumentar a quantidade de ouvintes. Esta medida foi registrada através de mensagem enviada por Getúlio Vargas ao Con-

gresso Nacional em 01 de Maio de 1937:

"Que nas pequenas aglomerações sejam instalados aparelhos radioreceptores, providos de alto-falantes, em condições de espalhar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo nem idade, momentos de educação política e social"²⁵.

Em 12 de setembro de 1936 surgia a Sociedade Rádio Nacional, encampada por Getúlio Vargas em 1940 para ser um veículo que fosse a voz oficial do governo. Por seu palco, inaugurado em 19 de abril de 1942 - data do aniversário de Getúlio - passaram grandes cantores, atores, músicos, jornalistas e um sem número de amadores, calouros que tentavam uma oportunidade no mundo do Rádio. Pode-se afirmar que a Rádio Nacional levou aos quatro pontos do Brasil o nome, as atividades e até a voz de Getúlio Vargas, construindo o mito de "o pai dos pobres".

As emissoras começavam a disputar audiência e investiam pesadamente no humor e nos



programas de auditório. Se a Mayrink Veiga tinha a PRK30, a Nacional tinha o Balança mas não Cai. Getúlio sabia que o humor tinha um efeito mitigador, naquilo mais tarde denominado por especialistas em comunicação como “efeito narcotizante”, razão por que incentivava que o imitassem e com isso o tornassem cada vez mais popular.

As emissoras pioneiras eram elitizadas e tocavam quase sempre música erudita. Getúlio oportuniza a música popular e até é estabelecida uma data para homenageá-la. Mas a música estava a serviço do nacionalismo e do anticomunismo. Para tanto deveria incentivar a formação de trabalhadores, ênfase política de Getúlio e combater a boemia. A malandragem devia ceder lugar ao cidadão pleno e responsável, como comprova a música *O Bonde São Januário*, de Ataulfo Alves e Wilson Batista:

Quem trabalha é que tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar

O bonde São Januário
Leva mais um operário
Sou eu que vou trabalhar
Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês
Sou feliz vivo muito bem
A boemia não dá camisa ninguém,
é vivo bem é Muito bem!²⁶

O DIP controlava cada música que poderia ir ao ar e até mesmo o enredo das Escolas de Samba, que surgiam na época. Todas deveriam enaltecer o nacionalismo. Dentre grandes compositores destacava-se Ary Barroso com seus sambas exaltação. Na música erudita o maestro Villa-Lobos, desenvolvendo o Canto Orfeônico, também em voga na Alemanha. Discorre Oliveira:

A música foi classificada pelo governo como importante aliada no processo de formação da cultura nacional e do cidadão brasileiro. Por isso, entre os ritmos que eclodiam nas camadas populares através do rádio, o governo teve a preocupação de eleger um estilo que representasse o ge-



nuinamente brasileiro, como parte do processo de nacionalismo. O samba surgiu como um representante do ritmo nacional eleito entre diversos outros gêneros populares. Esse ritmo foi elevado a categoria de nacional após ter tido um passado de resistência. Chegou a ter a execução proibida no início do século XX, inclusive com a prisão de sambistas que insistiam em cultivá-lo. Mas, antes de ser “promovido”, ele precisou ser “saneado”. O ritmo foi “moldado”, “educado” e teve as arestas aparadas, para que não compromettesse as diretrizes governamentais.

Dentro do próprio governo, setores mais conservadores pressionavam para que fosse feito, com ainda mais rigor, o controle das letras dos sambas veiculados, principalmente durante os programas estaduais, como pode ser observado através de diálogo por telefone entre o diretor do DIP, Lourival Fontes, e o major Afonso de Carvalho:

Afonso de Carvalho: Vários generais fizeram ver, ao ministro, a inconveniência de certas letras de sambas irradiadas na ‘Hora do Brasil’. O

Ministro então mandou que eu falasse com você, para chamar a atenção dessas pessoas encarregadas das irradiações.

Lourival Fontes: Até agora, o controle das letras de samba era feito pela polícia, mas daqui por diante, será feito por mim [...] Pode dizer-lhe que levarei, na devida consideração, a reclamação, porque, realmente, ela tem fundamento²⁷.

Desde 1932 havia a previsão de um programa de difusão nacional, mas sua ocorrência só veio a acontecer em abril de 1934, inicialmente pela Rádio Clube do Rio de Janeiro, mais tarde Rádio Nacional, entre 21 e 22 horas.

A programação era variada nos aspectos informacional, cultural e cívico. Não poderia ser comparado ao “Conversa ao Pé do Fogo” de Franklin Roosevelt, criado em 1933, até por sê-lo idealizado antes, mas comprova como o Rádio era um grande instrumento de persuasão da época. Prossegue Oliveira.



Em rede nacional, além da parte informativa de interesse do governo, também deveriam ser difundidas música, literatura, cultura e uma crônica com temas de interesse coletivo. Através do programa eram irradiados discursos do presidente de formas direta e indireta, assim como de seus auxiliares²⁸.

O programa apresentava notícias turísticas, demonstrando o país aos seus cidadãos e construindo a nacionalidade. O quadro “Recordações do Passado” era para os temas históricos. O “Rádio Teatro Policial” transmitia à população o sentido de justiça e de confiança na força policial. A crônica “Talvez nem todos saibam”, encerrava o programa sempre abordando um tema de interesse do governo.

Em 1934 Rádios do interior, principalmente em São Paulo se uniram na “Hora do Silêncio”. Eram ainda os “ecos” de 1932. O DIP apaziguou as partes aumen-

tando o tempo permitido para “reclames” de 10 para 20%.

Mas ainda ocorriam resistências. Afirmo Oliveira:

Para tentar mudar esse quadro e possibilitar a ampliação de sua mensagem, Vargas conclamou, em discurso no Congresso no dia 1º de maio de 1937, Dia do Trabalho, o empenho de todas as esferas do governo no sentido de instalar aparelhos e auto-falantes em locais públicos para transmitir a Hora do Brasil: O Governo da União procurará entender-se, a propósito, com Estados e Municípios, de modo que mesmo nas pequenas aglomerações, sejam instalados aparelhos receptores, providos de alto-falantes. À radiotelefonia está reservado o papel de interesse a todos por tudo quanto se passa no Brasil²⁹.

Nos anos 30 o foco principal do Rádio era legitimar o governo e suas atuações. Após o estado novo o Rádio para a dar ênfase ao personalismo, com um grande contributo na exaltação da figura particular e pública de Getúlio,



elevado ao pedestal de herói nacional e mitificado ao lado de Tiradentes e do Duque de Caxias. A partir de 1940, seu aniversário passou a ser efusivamente celebrado, nos moldes das idênticas comemorações na Itália com relação a Benito Mussolini.

O rádio foi importante no processo de construção dessa data como “cívica”, pois passou a conclamar, com antecedência, a população a comemorar o fato, além de acompanhar os eventos em torno dele. “Em 1942, as homenagens se ampliam passando a serem feitas pelas estações de rádio, colégios, jornais, clubes...”³⁰

Cada vez mais se tornava evidente a força do Rádio. O Departamento de Radiodifusão do DIP, em conjunto com o Ministério da Educação e Saúde, colocava aparelhos nas escolas e também incentivava a presença deste nas fábricas e nos estabelecimentos agrícolas.

Para cada política haveria de ter uma emissora. Roquete Pinto

doou a Rádio Sociedade ao Ministério da Educação e Saúde, nascendo assim a Rádio MEC em 7 de setembro de 1936. No do 12 mesmo mês entrava no ar a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, controlada pelo Governo Federal, a partir de 8 de março de 1940. Paulatinamente, foram surgindo novas emissoras. Roquete Pinto e Anísio Teixeira criam a Rádio Escola, atualmente Rádio Roquete Pinto. A atenção ao campo faz nascer a Rede Rural, um conjunto de emissoras vinculadas ao Ministério da Agricultura. Já a Rádio Mauá, ex-Rádio Ipanema, era destinada principalmente à classe trabalhadora urbana. Os proprietários da Rádio Ipanema sofreram um inquérito de apuração por receberem recursos e orientações oriundos da Alemanha, levando a Rádio a ser encampada. A emissora foi a pioneira em ter um programa voltado para crianças.

Quatorze estações de rádio brasileiras foram subvencionadas pelo governo alemão. A



Rádio Ipanema chegou a ser totalmente controlada pela embaixada daquele país. "A rádio Jornal do Brasil, a rádio Tamoyo e a rádio Mundial passam a receber, secretamente, fundos do Ministério da Propaganda e da Gestapo, a polícia secreta alemã, para os seus secretários e diretores. Não se tratava de manter as rádios, as rádios eram autossuficientes. Tratava-se de convencer esses dirigentes para que eles recebessem material pró-alemão e colocassem no ar"³¹.

EVOLUI O RÁDIO NO BRASIL COM A REVOLUÇÃO

Já cantado como arma de combate ao lado do *parabellum*, o Rádio mostra sua força estratégica com o Movimento Constitucionalista de 1932, que exigia a edição de uma nova Constituição e o término do governo provisório de Getúlio Vargas, assenhorado em 1930, e já nominado de ditatorial.

Com a contra ofensiva das forças aderentes a Getúlio, com-

preendendo principalmente Minas Gerais, Rio de Janeiro e o sul do país, São Paulo foi bloqueado por terra e mar. Era impossível manter comunicações com o resto do país. Somente o Rádio poderia transpor fronteiras e adentrar no campo opositor com suas idéias e justificações. E assim se deu, como afirmaria Cesar Ladeira: "Foi uma arma manejada com inteligência. Era preciso servir. Servimos... Combateu-se pelo ar".

No Largo da Misericórdia, em frente ao palácio do governo e nas cercanias dos estúdios da Rádio Cruzeiro do Sul, aconteceu a primeira grande manifestação. Oliveira descreve:

O jovem repórter Mário Ferraz Sampaio chegou rapidamente ao local. Naquele tempo, ainda eram complicadas as transmissões ao vivo, mesmo que por telefone, já que ainda não existiam os "orelhões" e os telefones particulares eram raros na cidade. Uma hora depois, o repórter já estava de volta aos estúdios relatando o que ti-



na presenciado. Com isso, pouco depois, comícios e manifestações eclodiram em vários pontos da cidade³².

No relato do próprio Mário:

Para lá, corri tomando nota para a reportagem. O primeiro a falar foi o Dr. Pedro de Toledo, que com voz cheia de fervor político, explicou ao povo as razões do movimento, entre aplausos e gritos da multidão inflamada. Sua oração foi longa e outros oradores ocuparam a tribuna, numa das janelas do palácio³³.

O movimento já se instaurada, em verdade em 23 de maio de 1932, quando estudantes invadiram a Rádio Record de São Paulo. Na voz do discente de Direito Cesar Ladeira, foi lido um manifesto à nação. Houve pesada contra-reação Houve choques entre manifestantes e os integrantes da Legião Revolucionária. Na praça da República, foram metralhados os estudantes Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. A sigla dos nomes deles MMDC, passou a ser

o símbolo daquele movimento". Surge nessa época um dos maiores locutores que o Brasil já conheceu: César Ladeira. Seu boletim diário, das duas às quatro horas da manhã, terminava com um apelo revolucionário a Getúlio Vargas: 'Que renuncie o ditador!'. As rádios Cruzeiro do Sul, Educadora e Record lideravam a cadeia de transmissão, com transmissões em espanhol e inglês.

A Revolução Constitucionalista de 1932 inaugura o primeiro combate "aéreo" de nossa história, com verdadeira guerra da informação entre emissoras de São Paulo *versus* Minas e Distrito Federal, atual Rio de Janeiro. As emissoras do sul também participavam mas com algumas restrições.

Por oportuno há que se lembrar a fecundidade radiofônica do sul do país. As primeiras entidades transmissoras - Rádio Sociedade Riograndense (1924), Sociedade Rádio Pelotense



(1925) e Rádio Sociedade Gaúcha (1927).

Logo na Revolta Tenentista, a estação irradiadora da Rádio Sociedade Rio-grandense transmitia o discurso do Presidente Washington Luis em 15 de novembro repudiando o movimento. Em 1930, a Rádio Sociedade Gaúcha atua ao lado da Frente Única Rio-grandense ao lado de Getúlio. Discursos inflamados, como o do deputado e militar Jayme da Costa Pereira, uma exortação aos soldados aquartelados na Vila Militar e no Realengo, na capital federal, a abandonarem a defesa de Washington Luiz. Usando como forma de contrapropaganda, o rádio, afirma que a resistência reduzia-se, naquele momento, apenas a poucos focos legalistas no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Amazonas. Também articulava pela Gaúcha o próprio Oswaldo Aranha, e informes em francês levavam notícias do Brasil para o exterior

obrigando o governo federal a caçar receptores de rádio.

Ferrareto relata que em 1932, no Rio Grande do Sul, já havia interesses não atendidos pelo governo de Getúlio. Flores da Cunha enseja um movimento de oposição e vai às armas, mas um inoportuno telegrama de Júlio Prestes dismantela a trajetória opositora e a oscila pró Getúlio.

A peça-chave no futuro do movimento de oposição toma-se o interventor gaúcho, general José Antônio Flores da Cunha, que chega a preparar a sublevação, traçando estratégias de combate e distribuindo armas. Um radiograma proveniente de São Paulo muda tudo. Nele, Júlio de Mesquita Filho, um dos articuladores da rebelião, sugere que Borges de Medeiros assumo o poder no Rio Grande do Sul. O teor do comunicado chega ao conhecimento de Flores que, descontente, mantém o apoio a Getúlio Vargas. O levante paulista irrompe em 9 de julho³⁴.



O Rádio não teve tempo para amadurecer. Fez-se na reverberação dos anseios e das aguras das revoltas, no ecoar do desembainhar das espadas, dos estampidos algo ocorridos, do encilhar dos cavalos, nos vivas e urras das raças pungentes. A revolta se faz com rádio e paralelo.

A Intentona Comunista de 1935 circunscreveu-se e foi sufocada por crer no *parabellum*, mas subestimar o Rádio. Foi minimamente ingênuo acreditar poder reunir massas humanas, com índice de 60% de analfabetismo, através da conscientização de grupos. Getúlio não apenas a esmagou, mas dela fez uso para aglutinar apoio e encabrestar o Congresso. Afirmando que “o Comunismo constitui o inimigo mais perigoso da civilização cristã”, passa a utilizar a técnica propagandística da repetição de seu pensamento que era retransmitido incessantemente pela emissoras “afiliadas”.

E assim se chega a 1937, quando já se ensejavam candidaturas à presidência da República de Armando Sales de Oliveira e Oswaldo Aranha. Vargas denuncia o Plano Cohen, um plano de comunistas para tomarem o país. Ele o difunde paulatina pelas emissoras e culmina com o fechamento do Congresso e a outorga de nova Constituição, instaurando o Estado Novo. História Santos:

Na noite de 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas utilizou-se do rádio pra pronunciar seu famoso discurso intitulado “Proclamação ao Povo Brasileiro” [...] Ao pé do rádio, milhares de famílias escutavam as justificativas de Vargas para as duras medidas tomadas naqueles dias, medidas essas, segundo seu discurso, necessárias [...] ³⁵.

Em 1937 Vargas declarou o Estado Novo. A declaração foi através do rádio. O discurso começou como todos os outros: “Trabalhadores do Brasil...”. Para



parte da população foi uma surpresa, já que o país estava no processo eleitoral de sucessão.

Por ironia, ou propositalmente, o texto anunciando o Estado Novo, enviado à Rádio Mayrink Veiga, acabou lido por ninguém menos do que César Ladeira, o mesmo que tinha se transformado na “Voz da Revolução Constitucionalista de 32”. Ao término de todo aquele conflito e consensuado o fim das beligerâncias, Ladeira e outros radialistas haviam migrado para o Rio de Janeiro e se tornaram astros e estrelas da constelação radiofônica da capital.

O episódio do Estado Novo marca o primeiro “atentado” à media impressa como veículo noticioso. O Rádio levava a notícia instantaneamente aos lares, antecipando-se aos jornais que dependiam de edição, impressão e distribuição. Mas também representou um rude golpe contra os interesses financeiros das emissoras, que estavam preparadas para auferir os divi-

dendos de uma possível competição eleitoral entre Armando Sales de Oliveira, o “seu Manduca”, e Oswaldo Aranha, o “seu Vavá”.

Em 1938 o motim integralista de 11 de maio foi um caso raro e de maior repercussão a desafiar as forças do Estado Novo. O plano dos amotinados era tomar o Palácio do Catete e algumas rádios, assim obtendo apoio popular para a tomada do poder. A líder de audiência Rádio Mayrink Veiga, sediada no Rio de Janeiro, chegou a ser ocupada, mas os inflamados discursos encontraram ouvidos mocos junto à população.

Os integralistas tentaram ocupar algumas estações. Alguns até chegaram a conseguir por algum tempo. Mas o próprio Plínio Salgado não chegou a ir a nenhuma dessas estações. Não se tem memória que ele tenha chegado a fazer discursos nem ido a nenhuma estação, nem usado as transmissões para anunciar uma tomada de poder. Foram apenas



alguns seguidores que chegaram a ocupar por algumas horas os microfones de uma estação. Mas logo o governo getulista contra-atacou e todos foram presos, inclusive Plínio, que foi enviado para a Ilha Grande.

O mundo já se dividia entre os países membro do “Eixo” - Alemanha, Itália e Japão - e os aliados, capitaneadas pela Inglaterra, e, após 1941, com o ataque surpresa a Pearl Harbor, os Estados Unidos. O Brasil, desde a ascensão nazifascista mantinha uma franca admiração com esse regime, de onde tirava lições permanentes de boas práticas de atuação, tanto para o cinema, os grandes eventos, as artes e, principalmente, para o Rádio, o grande veículo de massa de então.

O presidente Franklin Roosevelt determinou então um pesado esforço de aproximação da América Latina aos ideais norte americanos, instituindo o *Office of the Coordinator of Interamerican Affairs*, ou, mais simples-

mente, o Bureau Interamericano, chegando a ser difundidos através de 200 emissoras no continente, além de 12 estações transmissoras de ondas curtas para a América Latina, de acordo com Gerson Moura³⁶.

A Segunda Guerra Mundial apresentou uma batalha sem precedentes na história da humanidade: aquela travada nas ondas do Rádio. A mobilização “espiritual” dos civis era fundamental para a sustentação da infraestrutura do esforço de guerra. O noticiário não poderia desencorajar, mas sim servir de alento e incentivo a um desempenho cada vez maior. Emissoras disputavam atenção além de suas fronteiras transmitindo em idiomas além do pátrio. De Berlim chegavam informes radiofônicos em português, e do Brasil se disseminava informação em inglês, francês e espanhol. Para tanto, a Rádio Nacional chegou a ser a quinta emissora mais potente do mundo. Se do início da guerra a programação era tendenciosa-



mente pró Eixo, paulatinamente foi pendulando para o lado Aliado, notoriamente após o ingresso dos Estados Unidos da América no conflito. A internacionalização do Rádio trouxe para o Brasil muito do noticiário da BBC de Londres e entretenimento, principalmente música americana, episódio que marcaria o início de uma aculturação ou colonização cultural do Brasil. O radiojornalismo, incipiente desde as primeiras transmissões ganha destaque, com os ouvintes ansiando por notícias da guerra.

Em depoimento ao documentário *Rádio no Brasil*, Murilo Antunes Filho narra:

Era praticamente proibido o improviso no rádio. O jornalismo, na época, era feito através de notícias datilografadas que eram lidas pelos locutores. Ninguém podia improvisar e dar notícias que não estivessem datilografadas porque elas ficavam no arquivo para posterior verificação da censura, caso houvesse qualquer transgressão. Pode parecer curioso, mas os locu-

tores, quando chegavam ao estúdio, encontravam sempre uma relação de notícias que não poderiam ser transmitidas segundo determinação do DIP. E isso ocorreu de 1937 a 1945.

Uma data especial no radiojornalismo é o dia 28 de agosto de 1941, quando entra aquele que seria considerado o mais importante noticioso do rádio brasileiro: o *Repórter Esso*, “testemunha ocular da história”. Criado por publicitários, quando aqui chega o *Repórter Esso* já era transmitido regularmente em Nova Iorque, Buenos Aires, Santiago, Lima e Havana. Seu compromisso com a verdade era reconhecido pelos ouvintes que só davam credibilidade à notícia que fosse confirmada pelo *Repórter Esso*. No relato de Montijo Teodoro:

O “Repórter Esso” da Rádio Nacional foi o mais importante radiojornal. Até hoje sua marca está impressa em tudo o que existe no gênero. A começar pelos horários. Até o



seu aparecimento, os radiojornais tinham “mais ou menos” hora certa de ir ao ar (8:00, 12:55, 19:55 e 22:55). O “Repórter Esso” primou pelo horário. Podia-se acertar o relógio pela sua fanfarra de abertura³⁷.

Outros noticiosos ocorreram, principalmente na concorrente Rádio Tupi, do conglomerado liderado por Assis Chateaubriand, que passou a ser ferrenho opositor de Vargas. Com o término da Guerra e a ascensão do ideário de liberdade, essência vitalizadora do Tenentismo, o Estado Novo se encerra com a destituição do velho caudilho em 29 de outubro de 1945. Mas o modelo ditatorial nazifascista não estava extinto. Elege-se para a presidência um general reconhecidamente germanófilo e é desencadeado o movimento “queremista”, a solicitar o retorno de Getúlio.

Rádio e Tenentismo são duas expressões com gênese dos anos 1920 ocorridas em contextos diferentes, mas irmamente

entrelaçadas. Os tenentes e os visionários do rádio buscavam, de suas próprias maneiras, transformar o Brasil e aproximá-lo de uma nação mais moderna, justa e informada. A correlação entre os dois reside nos ideais de renovação e progresso que ambos defendiam em um momento crítico da história brasileira. Com isso proveram-se e se promoveram reciprocamente, disseminando idéias e ideários sociopolíticos, que seriam fartamente militarizados com o ensejo da Segunda Grande Guerra.

O Tenentismo, evoluiu no mesmo período do surgimento e crescimento das emissões radiofônicas. Embora o Rádio estivesse sob forte influência nazifascista, ensejada pelo DIP, após a administração Lourival Fontes, já sob a batuta dos militares maiores Antonio José Coelho dos Reis e Amílcar Dutra Menezes a produção radiofônica passa a privilegiar o nacionalismo, a valorização das forças armadas e a repulsa ao nazifascismo. A figura



de Getúlio Vargas já não era o desiderato principal.

Ainda que não tenha havido aderência com a ideologia comunista, esta teve mitigado seu antagonismo, para não influenciar a adesão brasileira à guerra, já que a Rússia era uma das nações aliadas. O anticomunismo viria a reacender no pós guerra e com a ascensão da Guerra Fria.

O Rádio não teve tempo para amadurecer. Fez-se história na reverberação dos anseios e das agruras das contendidas. Ao ecoar o desembainhar das espadas e os estampidos algo ocorridos, o encilhar dos cavalos e o tropéu dos apressados. Nos vivas e urras das raças pungentes e nas lágrimas nem sempre furtivas. A mordança não lhe abafou a voz, por que a revolta se faz com Rádio e Paralelo.

A modulação política fez-se valer nas frequências do Rádio brasileiro, que não apenas informou, mas, acima de tudo, formou gerações de cidadãos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

CALABRE, Lia. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Correio da Manhã. 20 de maio de 1923.

DAMASCENO, Arthur Cavalcanti de Oliveira. Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia, 16º, 2018, Campina Grande. *Conflitos e Polêmicas durante a implantação e expansão da telegrafia sem fio no Brasil*. Sociedade Brasileira de História da Ciência in [https://www.16snhct.sbhct.org.br/resources/anais/8/1545087158_ARQUIVO_ArthurSNHCT2018\(final\).pdf](https://www.16snhct.sbhct.org.br/resources/anais/8/1545087158_ARQUIVO_ArthurSNHCT2018(final).pdf) visitado em 03 de maio de 2024.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro. Coordenação Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 201. *Verbetes Rádio Clube do Brasil e Verbetes Rádio Gaúcha*.



FERNANDES, F. A. 65 anos de radiodifusão no Brasil. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 10, n. 56, 2012.

FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40): Dos pioneiros às emissoras comerciais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2000.

GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.

HOUSSEN, Doris Fagundes. *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

<https://brasitaliawebradio.com/marconi-e-o-cristo-redentor>. Acesso em 22 abr. 2024.

<https://www.dw.com/pt-br/1924-primeira-feira-de-radiodifus%C3%A3o-em-berlim/a-704908>. Acesso em 12 jun. 2024.

<https://www.dw.com/pt-br/como-o-r%C3%A1dio-se-tornou-um-culto-entre-os-alem%C3%A3es/a-56032947>. Acesso em 12 jun. 2024.

<https://www.letras.mus.br/wilson-batista/259906/>. Acesso em 14 jun. 2024.

<https://www.ouvirmusica.com.br/lamartine-babo/715597/>. Acesso em 22 abr. 2024.

JAMBEIRO, Othon. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador: Edufba, 2003.

LENHARO, Agir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

LONGERICH, Peter. *Joseph Goebbels*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

MANETTI, Daniela. *Un'arma poderosissima: Industria cinematografica e Stato durante il fascismo 1922-1943*. Milão: FrancoAngeli, 2012.

MORAES, Jaime. *Ilha do Governador, o passado no presente*. <https://www.facebook.com/search/top/?q=Ilha%20do%20Governador%20o%20passado%20no%20presente>. Acesso em 22 abr. 2024.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração americana*.



na no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NASCIMENTO, Márcio. *PRA-9 Rádio Mayrink Veiga: um lapso de memória na história do rádio brasileiro*. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2002.

OLIVEIRA, Luiz André Ferreira. *Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no País: um Estudo do Rádio de 1930 a 1945*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

Rádio no Brasil. Documentário com criação e direção: Carlos Alberto Viseu. Teletape, 1984.

Revista Brasil-Ferro-Carril, ano X, 1919, p. 535.

SAMPAIO, Mario Ferraz. *História do rádio e da televisão no Brasil e*

no mundo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. DIP: máquina de propaganda que conquista corações e controla mentes. *Revista História Viva*, São Paulo, n. 10 - edição especial temática, ago. 2004.

TAVERNA, Rosenente; MELLO, Eloisa Helena. Processo histórico do analfabetismo no Brasil (1500-1945). *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.8, n.9, p. 62250-62265, set., 2022. In <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52006>. Acesso em 10 de junho de 2024.

TCHAKHOTINE, Serge. *A mistificação das massas pela propaganda política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1939. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/tchakhotine/1939/massas/40.pdf>. Acesso em 15 jun. 2024.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. In <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/a-imprensa-que-se-encantou-com-o-nazismo/> Consultado em 22 de maio de 2024.



TELLES, Pedro Carlos da Silva.
História da Engenharia no Brasil.
Rio de Janeiro: Clavero Edição-
ração. 1993.

TEODORO, Gontijo. *Você entende
de notícia*. Rio de Janeiro: TV
Jornalismo Comunicação, 1970.

A comunicação sobre A (R)evolução do Rádio contendo momentos radiofônicos da história pode ser assistida na página acessível pelo seguinte código QR:





NOTAS

¹ *Correio da Manhã*. 20 de maio de 1923.

² *Revista Brasil-Ferro-Carril*, ano X, 1919, p. 535.

³ TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Clavero Editoração. 1993.

⁴ Ibid.

⁵ <https://www.dw.com/pt-br/1924-primeira-feira-de-radiodifus%C3%A3o-em-berlim/a-704908>. Consultado em 12 de junho de 2024.

⁶ OLIVEIRA, Luiz André Ferreira. *Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no País: um Estudo do Rádio de 1930 a 1945*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

⁷ Ibid.

⁸ CALABRE, Lia. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

⁹ SAMPAIO, Mario Ferraz. *História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

¹⁰ JAMBEIRO, Othon. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador: Edufba, 2003.

¹¹ NASCIMENTO, Márcio. *PRA-9 Rádio Mayrink Veiga: um lapso de memória na história do rádio brasileiro*. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2002.

¹² BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

¹³ SAMPAIO, op.cit.

¹⁴ OLIVEIRA, op.cit.

¹⁵ JAMBEIRO, op.cit.

¹⁶ ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

¹⁷ TCHAKHOTINE, Serge. *A mistificação das massas pela propaganda política*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1939. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/tchakhotine/1939/massas/40.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2024.

¹⁸ JAMBEIRO, op.cit.

¹⁹ LENHARO, Agir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

²⁰ LONGERICH, Peter. *Joseph Goebbels*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

²¹ Ibid.

²² OLIVEIRA, op.cit.

²³ Ibid.



²⁴ Ibid.

²⁵ Ibid.

²⁶ <https://www.letras.mus.br/wilson-batista/259906/>. Acesso em 14 jun. 2024.

²⁷ OLIVEIRA, op.cit.

²⁸ Ibid.

²⁹ Ibid.

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid.

³² Ibid.

³³ SAMPAIO, op.cit.

³⁴ FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40): Dos pioneiros às emissoras comerciais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2000.

³⁵ SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. DIP : máquina de propaganda que conquista corações e controla mentes. *Revista História Viva*, São Paulo, n. 10 - edição especial temática, ago. 2004.

³⁶ MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração americana no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

³⁷ TEODORO, Gontijo. *Você entende de notícia*. Rio de Janeiro: TV Jornalismo Comunicação, 1970.

1932 – Perspectivas Históricas da Guerra Paulista

Carlos Roberto Carvalho Daróz ^a

Resumo: A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um dos episódios mais marcantes da história política e militar brasileira no século XX, configurando-se como um conflito que transcendeu suas causas imediatas. Liderado pelo estado de São Paulo, o movimento teve como objetivo central a restauração do regime constitucional após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e a consequente ruptura da ordem democrática. Este artigo analisa a Revolução de 1932 sob a perspectiva teórica de uma guerra civil, destacando suas características como conflito armado interno, envolvendo a mobilização de forças regionais contra o governo central. Ao explorar os aspectos políticos, sociais e militares do levante, a pesquisa busca compreender o papel desse evento na formação das dinâmicas de poder no Brasil republicano e os legados de sua memória histórica.

Palavras-chave: Revolução Constitucionalista, guerra civil, História Política.

INTRODUÇÃO

A Revolução Constitucionalista de 1932 representou um dos episódios mais emblemáticos da história política e militar do Brasil no século XX. Este movimento, liderado principalmente pelo estado de São Paulo, foi uma resposta direta ao cenário político instaurado após a Revolução

de 1930, que culminou com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Marcado pela insatisfação das elites paulistas, que viram seu protagonismo político reduzido e se sentiram traídas pela não convocação de uma Assembleia Constituinte, o levante tinha como objetivo declarado a restauração do regime constitucional, interrompido pelo Governo

^a Coronel de Artilharia, doutor em História. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Provisório de Vargas. No entanto, sua dimensão e implicações vão muito além de um simples clamor por uma nova Constituição, configurando-se como uma das mais notórias guerras civis brasileiras.

Ao analisarmos o movimento de 1932 sob a perspectiva teórica de uma guerra civil, é essencial considerar as características que definem este tipo de conflito, que, em geral, envolve embates armados entre facções dentro de um mesmo território nacional, com o objetivo de alterar ou contestar a ordem política vigente¹.

Nesse sentido, a Revolução de 1932 ajusta-se a essa definição ao opor o governo central às forças paulistas, que não apenas buscaram reorganizar a estrutura política, mas também reivindicaram autonomia e representatividade para os estados no cenário republicano. A mobilização de tropas, o uso de estratégias militares sofisticadas e a logística envolvida reforçam o caráter de

confronto interno com implicações nacionais.

Outro aspecto relevante é a pluralidade de motivações por trás do conflito, que envolveu tanto questões ideológicas quanto interesses regionais. O movimento constitucionalista era, ao mesmo tempo, uma tentativa de recuperação do protagonismo político paulista e uma luta simbólica por valores republicanos, como o respeito às leis e às instituições. Contudo, a mobilização massiva de civis e militares, a polarização política e os efeitos devastadores sobre as regiões afetadas elevam a Revolução de 1932 ao patamar de uma verdadeira guerra civil, especialmente quando comparada a outros eventos de similar magnitude na história do Brasil.

Por fim, é importante destacar os legados desse conflito, que vão desde a consolidação de um novo pacto político até o fortalecimento do papel das forças armadas na mediação de disputas internas. A Revolução Constitucionalista de 1932 não apenas



expôs as tensões entre o federalismo e o centralismo no Brasil republicano, mas também ilustrou a capacidade de articulação e resistência de grupos regionais frente a um governo centralizador². Sob essa ótica, seu estudo contribui para uma compreensão mais ampla das dinâmicas políticas e sociais que moldaram o Brasil no período entre guerras e lança luz sobre os desafios de se construir uma democracia em um país profundamente desigual e regionalmente diverso.

VARGAS E A CRISE EM SÃO PAULO

Com o triunfo revolucionário de 1930, Getúlio Vargas revogou a Constituição de 1891, instituiu um Governo Provisório, e assumiu o compromisso de convocar uma Assembleia Constituinte. Superadas pela revolução, as elites paulistas reclamaram da demora em elaborar a nova Carta Magna e do tratamento dispensado por

Vargas ao Estado de São Paulo³. Diante do retardo em convocar a Assembleia Constituinte e em razão da nomeação de sucessivos interventores não paulistas para o governo estadual, considerados como estrangeiros no estado, no início de 1932 o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD), opositores históricos, uniram-se formando a Frente Única Paulista, e passaram a fazer oposição a Vargas⁴.

O movimento revolucionário paulista de 1932 foi um dos mais importantes acontecimentos ocorridos no Governo Provisório de Getúlio Vargas. Também chamado de Revolução Constitucionalista e de Guerra Civil Brasileira, segundo a categorização fundada pelo brasilianista Stanley Hilton⁵ e adotada pela historiografia contemporânea brasileira, o levante de 1932 eclodiu em São Paulo, no dia 9 de julho. Durante cerca de três meses de combate, confrontaram-se nos campos de batalha forças rebeldes e legalistas naquele que foi um dos maio-



res e mais importantes conflitos internos já ocorridos no Brasil.

Em 1930, com a revolução que levou Getúlio Vargas ao Palácio do Catete, o sistema político no qual se alternavam no poder os grandes latifundiários de Minas Gerais e São Paulo foi derrubado. Vargas assumiu a presidência do Brasil em caráter provisório, mas com amplos poderes⁶. As instituições legislativas foram abolidas em todos os níveis, desde o Congresso Nacional até as câmaras municipais.

São Paulo havia sido a principal base política do antigo regime, o que levou diversos integrantes do novo Governo Provisório a encararem o estado como um foco de oposição em potencial. Com a Revolução de 1930, os governadores dos estados foram depostos e, em seu lugar, Vargas nomeou interventores de sua confiança, em sua maioria militares ligados ao movimento dos tenentes, desenvolvido na década anterior, que governariam até a aprovação de uma nova

Constituição. A nomeação do líder tenentista pernambucano João Alberto Lins de Barros como interventor em São Paulo desagradou as lideranças locais, que repudiavam a excessiva centralização do governo Vargas e desejavam um interventor que fosse, ao menos, paulista. A nomeação de João Alberto deu início à crise em São Paulo.

Havia, ainda, a insatisfação com a demora na elaboração da nova Constituição, prometida por Vargas, a qual era maior em São Paulo do que em outros estados da federação. A obstrução do poder dos latifundiários paulistas do café pelo poder central e a oposição dos paulistas ao fato de ser nomeado um interventor pernambucano deixaram revoltados os cafeicultores, que vislumbravam readquirir com o novo texto constitucional os poderes e a influência perdidos.

Boicotado pelo próprio secretariado e sem condições políticas para governar, o interventor João Alberto renunciou ao



cargo em julho de 1931. Iniciou-se, então, um período de intensa luta política entre os diversos grupos que buscavam o poder em São Paulo⁷. Em curto espaço de tempo, foram indicados novos interventores, os quais caíram com a mesma facilidade com que assumiram o governo do estado.

EM BUSCA DE APOIOS E A ESCALADA DA CRISE

Em fevereiro de 1932, motivados pela oposição aos interventores e pelo descontentamento reinante, o PD de São Paulo uniu-se oficialmente ao seu antigo rival político, o PRP, dando origem à Frente Única Paulista e levantando a bandeira da constitucionalização do país e do fim do Governo Provisório. A instabilidade em São Paulo tornou-se um problema para o governo central e ultrapassou as fronteiras do estado. Setores políticos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul se solidarizaram com a campanha constitucionalista,

embora ainda se mantivessem prudentemente alinhados com o governo Vargas⁸.

No início de 1932, Vargas procurou diminuir o ímpeto do movimento, publicando um novo Código Eleitoral que previa a formação de uma comissão para elaborar o anteprojeto da nova Constituição⁹. Nomeou também um novo interventor para São Paulo – desta vez civil e paulista – o embaixador Pedro de Toledo, um homem já idoso e afastado dos círculos políticos, que assumiu o cargo em 7 de março.

No Rio Grande do Sul, onde, a exemplo de São Paulo, se formara a Frente Única Gaúcha, as lideranças políticas também romperam com o Governo Provisório. Diversos ministros gaúchos, como Maurício Cardoso, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura e Batista Luzardo pediram demissão de seus cargos e aderiram à campanha pela constitucionalização do país. O mesmo ocorreu em Minas Gerais, com a organização da Frente Única Mineira.



Em abril, o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, comandante da 2ª Região Militar (RM), com sede em São Paulo, seguindo instruções federais, tentou apaziguar os ânimos da Frente Única Paulista, sinalizando entregar-lhe o governo do estado. No mês seguinte, Oswaldo Aranha, ministro e representante de Vargas, viajou para São Paulo para ultimar as negociações, mas sua presença foi tomada como uma intervenção nos negócios do estado, precipitando violentas manifestações de rua¹⁰. Nos dias 22 e 23 de maio, estudantes e populares queimaram e empastelaram as redações dos jornais pró-Vargas existentes em São Paulo e, nesse conflito, foram mortos quatro manifestantes.

Os quatro mortos no enfrentamento foram Mario Martins de Almeida, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa e Antônio Camargo de Andrade. A morte violenta dos quatro jovens deu à “causa da Constituição” seus primeiros mártires, que logo foram elevados à condição

de mitos políticos¹¹. Os anônimos jovens, simples trabalhadores ou estudantes, tornaram-se a verdadeira representação do movimento paulista, “a grande voz da democracia, que nem a morte logrou calar”. As mortes em praça pública serviram para eliminar as poucas diferenças partidárias que ainda persistiam e para aglutinar a sociedade paulista. A sigla formada pelas iniciais de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo (MMDC), os nomes dos estudantes mortos, tornou-se sinônimo do sacrifício por São Paulo¹². Formou-se a sociedade MMDC, uma organização civil clandestina que, dentre outras atividades, oferecia treinamento militar e desenvolveu intensa campanha de propaganda e alistamento voluntário em diversos postos distribuídos pelo estado.

Fomentada por uma competente campanha na mídia local, a ideia de revolução tomou conta da sociedade, alcançando simpatizantes e adeptos em classes sociais distintas. São Paulo estava confiante na vitória, pois con-



tava com o apoio dos militares de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso. O comandante da revolução seria o general Isidoro Dias Lopes, revolucionário histórico que havia participado das revoltas tenentistas de 1922 e 1924. Os paulistas esperavam receber o apoio da Circunscrição Militar do Mato Grosso, então sob o comando do general Bertoldo Klinger, e das forças militares mineiras e gaúchas.

Pressionado pelo ambiente conflituoso que reinava em São Paulo, Getúlio Vargas fez uma última tentativa de controlar a situação, substituindo no comando da 2ª RM o general Góes Monteiro – ligado ao grupo tenentista e mal visto pelos paulistas – pelo coronel Manoel Rabello. São Paulo vivia um clima de insurreição, embora todos os líderes paulistas tivessem consenso de que a rebelião somente poderia ser deflagrada se dispusessem do apoio do Rio Grande do Sul e, pelo menos, da neutralidade de Minas Gerais¹³.

Temendo novas manobras do Governo Provisório, as frentes únicas de São Paulo e do Rio Grande do Sul acertaram que a revolução teria início se ocorresse algumas das seguintes situações: se houvesse intervenção federal no secretariado paulista do interventor Pedro de Toledo, ou se algum dos chefes militares que apoiavam a causa paulista fosse demitido, dentre os quais os generais Eurico de Andrade Neves, da 3ª RM, no Rio Grande do Sul, e Bertoldo Klinger, comandante da 9ª RM, no Mato Grosso¹⁴.

O ESTOPIM E A DEFLAGRAÇÃO DO MOVIMENTO

Em junho, pressionado pelo grupo dos tenentes junto ao governo, o general José Fernandes Leite de Castro, ministro da Guerra, demitiu-se, sendo substituído pelo general reformado Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso. Um fato que, aparente-



mente, deveria ficar limitado à esfera militar, acabou por precipitar o início do movimento em São Paulo. No dia 1º de julho, o general Bertoldo Klinger, um dos principais líderes e articuladores da conspiração paulista, enviou um ofício ao novo ministro da Guerra em termos insultuosos, questionando, inclusive, o fato de este não possuir o curso de estado-maior, competência ou condições físicas para o desempenho da função ministerial. O ato de indisciplina resultou na destituição do comando da 9ª RM e a reforma administrativa do general Klinger, de modo que, conforme deliberado pelas frentes únicas anteriormente, a exoneração do general configurava um dos motivos para o início das hostilidades¹⁵.

Pedro de Toledo assumiu a liderança civil do movimento, telegrafou a Getúlio Vargas informando-o a respeito de sua demissão do cargo de intervenor e, em seguida, foi aclamado

como Governador Constitucionalista de São Paulo.

No dia 9 de julho, o movimento revolucionário ganhou as ruas da capital e do interior de São Paulo. Liderando as forças rebeldes estavam remanescentes da Revolução de 1930, como o general Bertoldo Klinger e o coronel Euclides Figueiredo, a quem coube o planejamento das ações militares. O líder militar mais antigo da revolução e comandante nominal das forças constitucionalistas era o general Isidoro Dias Lopes, embora, na prática, o comando das forças militares coube a Klinger¹⁶. A revolução teve apoio de diversos setores da sociedade paulista, incluindo industriais, estudantes, além de políticos ligados à República Velha ou ao PD. O que os movia era, principalmente, a luta contra o governo Vargas, e, para tal, dezenas de milhares de voluntários apresentaram-se para compor os batalhões paulistas.

De acordo com os planos revolucionários, os três regimentos



de infantaria do Exército Brasileiro sediados no estado, apoiados pelas unidades de artilharia de Itu, Jundiaí e Praia Grande, e reforçados pelos batalhões da Força Pública de São Paulo (FPSP), tomaram posição no vale do Paraíba, a fim de marcharem em direção à capital federal. No sul do estado, um batalhão permaneceu em Itararé, aguardando a chegada de tropas gaúchas para, juntos, se deslocarem também para o Vale do Paraíba¹⁷. O porto de Santos foi minado e permaneceu sob o controle da guarnição local, baseada na Fortaleza de Itaipu.

Era para ser uma guerra de uma só frente, no Vale do Paraíba, contando com a neutralidade de Minas Gerais, ao norte, e com o apoio do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso. Contudo, as estimativas paulistas não se confirmaram, e a situação se modificou completamente. No sul, satisfeito com as medidas tomadas por Vargas antes do início do movimento, o interventor gaúcho Flores da Cunha alinhou-se com o

Governo Provisório e neutralizou, com sua Brigada Militar, os dissidentes fiéis à causa paulista.

Com a aliança já comprometida, o presidente de Minas Gerais, Olegário Maciel, apoiou o governo Vargas, inicialmente permitindo a passagem de tropas federais procedentes do norte do país e, em seguida, empenhando sua própria Força Pública (FPMG) para dar combate aos constitucionalistas. São Paulo estava só, e a guerra não seria de uma única frente¹⁸. A revolução, a despeito do cuidadoso planejamento, já começava inviabilizada.

AS FRENTES DE COMBATE E AS OPERAÇÕES MILITARES

As operações militares durante a Revolução de 1932 foram executadas em cinco frentes de combate principais: do Vale do Paraíba, Sul (ou paranaense), Mineira, Costeira (ou do Litoral) e do Mato Grosso. Além disso, ações rebeldes alinhadas com a



causa paulista desenvolveram-se no Pará e no Rio Grande do Sul, onde foram prontamente debeladas.

A Frente do Vale do Paraíba foi uma das mais importantes durante o movimento de 1932, onde foram registrados diversos combates e intenso emprego da aviação. O plano paulista previa o avanço das tropas rebeldes em direção ao Rio de Janeiro, pelo eixo balizado pela rodovia Rio – São Paulo e pela ferrovia da Estrada de Ferro Central do Brasil, que ligava a capital paulista à capital federal. As duas vias de acesso corriam ao longo do vale do Rio Paraíba do Sul, limitadas ao norte pela Serra da Mantiqueira e ao Sul pela Serra do Mar.

Nesse setor, as tropas paulistas foram reunidas na 2ª Divisão de Infantaria em Operações (DIO), comandada pelo coronel Euclides Figueiredo, cujas unidades militares desdobravam-se até o setor da Frente Mineira¹⁹. A divisão tinha por objetivo alcançar o Rio de Janeiro, após receber reforços das tropas riogranden-

ses, e forçar a deposição de Getúlio Vargas.

Para dar combate aos rebeldes nessa frente, foi organizado o Destacamento de Exército Leste, sob o comando do general de brigada Pedro Aurélio de Góes Monteiro, homem de confiança do presidente Getúlio Vargas, antigo comandante da 2ª RM em São Paulo e considerado um dos oficiais mais destacados do Exército Brasileiro em sua época²⁰. O destacamento foi constituído pelas 1ª e 4ª Divisões de Infantaria (DI), reforçadas por tropas federais e estaduais procedentes das Regiões Norte e Nordeste, além de unidades da FPMG.

A missão geral do Destacamento de Exército Leste era assim definida:

Barrar ao inimigo o caminho do Rio de Janeiro e garantir as comunicações para Minas; agir ofensivamente para interceptar as comunicações de São Paulo com o interior, procurando dar a mão ao Dest. de Ex. do Sul, fazendo o esforço



principal na direção geral de Campinas.²¹

O general Góes Monteiro articulou o Destacamento de Exército Leste em dois agrupamentos, passando a 4ª DI reforçada a atuar na Frente Mineira, sob o comando do general de brigada Jorge Pinheiro, e permanecendo a 1ª DI reforçada na Frente do Vale do Paraíba, sob seu comando pessoal. Contava a 1ª DI, no princípio das ações, com efetivo inicial de cerca de 9 mil homens²².

A Frente Mineira estendia-se ao longo da divisa de Minas Gerais com São Paulo, até as proximidades de Uberaba. Nessa linha, aproveitando o terreno com relevo bastante movimentado, onde era difícil a manobra com tropas, os rebeldes mobilizaram unidades da FPSP, desdobradas entre Bragança Paulista e Guaxupé. Para combatê-los, foi designada a 4ª DI reforçada, grande unidade pertencente ao Destacamento de Exército Leste, com

uma força de combate de 4.340 homens²³.

Apesar de terem sido verificados diversos combates na Frente Mineira, inclusive com características semelhantes à guerra de trincheira da Primeira Guerra Mundial, ela era considerada uma frente secundária, com a finalidade de impedir a chegada de reforços para São Paulo e cobrir o flanco norte da 1ª DI, que realizava o esforço principal no Vale do Paraíba.

A Frente Sul, ou paranaense, também foi de extrema importância na campanha contra os revolucionários paulistas. Materializada pela divisa entre os Estados de São Paulo e Paraná, também recebeu considerável quantidade de tropas paulistas. Os rebeldes dividiram seu efetivo em dois setores principais: baixo Paranapanema, ao longo da rodovia que conduzia ao Paraná, sob o comando do coronel Pedro Dias de Campos, da FPSP; e Itararé-Ribeira, comandado pelo coronel Brasília Taborda, do



Exército, que havia fugido do Rio de Janeiro para unir-se aos paulistas logo no início do movimento.

As forças governistas foram organizadas no Destacamento de Exército Sul, composto pelas 3ª e 5ª DI e pelas 1ª, 2ª e 3ª Divisões de Cavalaria (DC), todas com soldados do sul do país, por batalhões das forças públicas do Paraná e de Santa Catarina, além de unidades da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Sob o comando do general de brigada Waldomiro Castilho de Lima, a missão geral do destacamento era a seguinte:

Penetrar rapidamente com seu grosso em direção geral da cidade de São Paulo, no eixo da via férrea São Paulo–Rio Grande, a fim de investir a capital do Estado, em ligação com as forças do Dest. de Ex. de Leste, cobrindo-se do lado de Mato Grosso, cujas comunicações interceptará.²⁴

O setor foi o que registrou os combates de maior vulto. Pressionados e em inferioridade numé-

rica, os paulistas procuraram trocar espaço por tempo, realizando uma manobra de retardamento em benefício de sua ação principal na Frente do Vale do Paraíba.

Os revolucionários mato-grossenses não conseguiram unir-se aos paulistas conforme haviam planejado. As tentativas foram impedidas em Porto Murтинho e Coxim. As forças governistas eram constituídas pelo destacamento do coronel Rabelo, com atuação também em Minas, na direção de Ponta Porã e sobre a localidade de Campanário²⁵. A luta pela posse de Porto Murтинho foi bastante intensa, visto que a cidade era considerada vital para os revolucionários, pois de lá poderiam exportar sua produção de café, impedida de sair pelo porto de Santos, bloqueado pela Marinha do Brasil. Somente no dia 12 de setembro, os governistas conseguiram controlar Porto Murтинho, acabando com as últimas esperanças revolucionárias de apoio em recursos externos.



Na Frente Costeira, os revolucionários tinham como missão a defesa do porto de Santos, com o forte de Itaipu, e a cidade de Santos, com o Batalhão de Caçadores e duas companhias do Exército. Outra missão dessa frente era defender o flanco revolucionário, em Cunha, contra a ação de tropas, particularmente navais, lançadas a partir de Paraty. Os governistas realizaram o bloqueio naval do porto de Santos com uma Divisão Naval, contando, inclusive com apoio da aviação. Um destacamento de fuzileiros navais foi lançado de Paraty na direção de Cunha, onde logrou fixar as forças paulistas. No setor de Santos, não houve combates, somente divergências entre autoridades revolucionárias por questões hierárquicas e alguns bombardeios pontuais da aviação naval.

Os paulistas lutaram sozinhos contra o poder militar existente em todos os outros estados, incluindo as forças militares do exército e as unidades das forças públicas estaduais, deslocadas

para o Sudeste por ordem de Getúlio Vargas. Na retaguarda, a sociedade paulista se uniu para ajudar em tudo o que fosse necessário, voluntários civis, lutando como soldados ou atuando como padioleiros, além de pilotos de aeroclube que se tornaram, pela necessidade, aviadores de combate. Também engajadas no movimento, as mulheres costuravam uniformes, trabalhavam nas fábricas, atuavam como enfermeiras nos hospitais e proviavam a alimentação que era enviada aos combatentes²⁶.

O FIM DO MOVIMENTO DE 1932

Em meados de setembro já se começava a falar em armistício. Após dois meses de intensa luta, a insustentável situação econômica de São Paulo e a falta de suprimentos e de munição refletiam o abatimento moral do comando político do movimento. A dura realidade decorrente da ausência dos apoios prometidos,



principalmente dos gaúchos, em razão de Flores da Cunha, seu interventor, haver apoiado o Governo Provisório, demonstrava claramente a inviabilidade de êxito militar da Revolução.

A linha Guaratinguetá foi bombardeada fortemente na tarde de 20 de setembro, por aviões e artilharia. Com a perda de Cunha para os fuzileiros navais e o isolamento da região de Cruzeiro, facilitando o livre acesso de tropas legalistas mineiras ao Vale do Paraíba, o anel governista foi-se fechando em torno de Guaratinguetá, onde se concentravam as últimas esperanças revolucionárias²⁷.

Vendo que a derrota e ocupação do estado eram questão de tempo, as tropas da FPSP foram as primeiras a capitular, no final de setembro. Com o colapso da defesa paulista, o general Bertholdo Klinger determinou a rendição de suas forças no dia 2 de outubro de 1932²⁸.

A guerra de 1932 provocou um rápido desenvolvimento nas técnicas de combate e na arte da

guerra no Brasil. Foram desenvolvidos protótipos e produtos artesanais para emprego em combate, tais como, carros blindados, metralhadoras antiaéreas, morteiros, lança-chamas e canhões.

A maior inovação trazida ao campo militar no Brasil, no entanto, foi o emprego da aviação. Tanto o governo federal quanto as forças constitucionalistas fizeram uso de aeronaves de combate, que cumpriram missões de ataque, bombardeio, reconhecimento, propaganda, caça, observação do tiro de artilharia, dentre outras. No conflito, foram registrados: combates aéreos (inclusive sendo abatido o primeiro avião em batalha na América do Sul); bombardeios contra cidades, tropas e campos de aviação; ataque aéreo contra o cruzador *Rio Grande do Sul*, que atuava no bloqueio naval ao porto de Santos. Depois de 1932, o Exército Brasileiro e a Marinha do Brasil não mais puderam prescindir de suas respectivas



aviações nas operações militares²⁹.

Também merece destaque a utilização dos trens de combate, de suprimentos e hospitais; a mobilização de pessoal e material; a introdução das armas antiaéreas no Brasil; a espionagem; a adaptação do parque industrial paulista para a produção bélica; o emprego de blindados; e a guerra psicológica e de propaganda³⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guerra de 1932 foi um dos maiores movimentos armados internos ocorridos no país, rivalizando com a Guerra dos Farrapos do século XIX. Do lado paulista, estima-se que foram perdidas cerca de 634 vidas humanas, embora cálculos extraoficiais registrem mais de mil mortos paulistas. Do lado federal, nunca foram liberadas listas ou registrando a quantidade de mortos e feridos³¹. Seguramente, o conflito interno provocou mais baixas

do que as sofridas pela Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.

A derrota militar, no entanto, se transformou em vitória política para São Paulo. Com o fim da Revolução de 1932, os principais líderes paulistas foram presos e deportados para Portugal, mas, ao ver seu governo em risco, Getúlio Vargas deu início ao processo de reconstitucionalização do país, levando à promulgação, em 1934, de uma nova Carta Magna. Embora a maioria dos deputados constituinte fosse pró-Vargas, a nova Constituição estabeleceu o fim do Governo Provisório, um dos objetivos iniciais dos paulistas, e restituiu, ainda que em parte, a autonomia pretendida, tendo sido nomeado como interventor no estado, em 1933, Armando Sales de Oliveira, um político civil e paulista³².

Apesar da derrota nos campos de batalha, nos anos subsequentes a Revolução Constitucionalista de 32 foi sacralizada, e elevada a momento simbólico de uma identidade regional paulista



de profunda penetração no imaginário social do estado. À criação de mitos, como os jovens manifestantes MMDC, seguiu-se a aderência de novos elementos à cultura política que já existia em São Paulo. Se antes era marcante a defesa da reconstitucionalização do país e o clamor pelo regresso ao prestígio e protagonismo perdidos de São Paulo com a Revolução de 1930, depois de 1932 foram acrescentadas a ideia de um combate “em defesa da Lei” e “do interesse nacional”, a luta “pela democracia” e o voluntarismo do povo paulista, além de novos elementos simbólicos, como o “9 de Julho”, o capacete de aço, o uniforme cáqui e a onipresente bandeira estadual alvinegra, que, a despeito de haver sido idealizada no final do século XIX, somente recebeu as honras de culto cívico após o movimento de 1932³³.

Para os paulistas, a Revolução de 1932 transformou-se em símbolo máximo de São Paulo, lembrado pelo feriado no dia 9

de julho, convertido em data magna do estado em 1997.

Curiosamente, a revolução é mais fortemente comemorada na cidade de São Paulo do que no interior do estado, onde a destruição e as mortes provocadas pela ação do governo Vargas ainda são vivamente recordadas e reverenciadas, com desfiles, entrega de condecorações e cerimônias cívicas.

BIBLIOGRAFIA

ARMITAGE, D. *Civil wars: a History in ideas*. New York: Alfred A. Knopf, 2017.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DARÓZ, Carlos. *Trincheiras de papel: a guerra civil de 1932 nas páginas dos jornais*. 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói. 2018.

DARÓZ, Carlos. *Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2017.



DONATO, Hernani. *A revolução de 1932*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da revolução constitucionalista de 1932*. São Paulo: Martins, 1977.

HILTON, Stanley. *1932: a guerra civil brasileira*. São Paulo: Nova Fronteira, 1982.

NOTAS

¹ ARMITAGE, D. *Civil wars: a History in ideas*. New York: Alfred A. Knopf, 2017.

² DARÓZ, Carlos. *Trincheiras de papel: a guerra civil de 1932 nas páginas dos jornais*. 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói. 2018.

³ HILTON, Stanley. *1932: a guerra civil brasileira*. São Paulo: Nova Fronteira, 1982.

⁴ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁵ HILTON, op.cit.

⁶ DONATO, Hernani. *A revolução de 1932*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

⁷ Ibid.

⁸ CAPELATO, op.cit.

⁹ HILTON, op.cit.

¹⁰ DONATO, op.cit.

¹¹ Ibid.

¹² Ibid.

¹³ FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da revolução constitucionalista de 1932*. São Paulo: Martins, 1977.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ HILTON, op.cit.

¹⁷ DARÓZ, 2018, op.cit.

¹⁸ DONATO, op.cit.

¹⁹ FIGUEIREDO, op.cit.

²⁰ DARÓZ, 2018, op.cit.

²¹ Projeto para servir de base aos estudos de organização do Exército em Campanha, de 4 de setembro de 1932, do comandante do Destacamento de Exército Leste. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.

²² DARÓZ, 2018, op.cit.

²³ Ibid.

²⁴ Projeto para servir de base aos estudos de organização do Exército em Campanha, de 4 de setembro de 1932, do comandante do Destacamento de Exército Leste, op.cit.

²⁵ DONATO, op.cit.

²⁶ DARÓZ, 2018, op.cit.

²⁷ FIGUEIREDO, op.cit.

²⁸ HILTON, op.cit.



²⁹ DARÓZ, Carlos. *Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2017.

³⁰ DONATO, op.cit.

³¹ HILTON, op.cit.

³² Ibid.

³³ DARÓZ, 2018, op.cit.

“*Por São Paulo*”: debate sobre motivações e separatismo em 1932

Daniel Mata Roque ^a

Fernando Porto ^b

Resumo: o presente artigo tem o objetivo de analisar o discurso separatista sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 por meio dos depoimentos de veteranos apresentados no documentário *Por São Paulo* (2018). Mediante uma abordagem micro-histórica, exploramos a ferramenta da história oral para debater a memória existente e persistente sobre as supostas motivações dos revolucionários paulistas de desmembrar o estado da federação brasileira.

Palavras-chave: Revolução Constitucionalista de 1932; Micro-história; Separatismo.

INTRODUÇÃO

A Revolução Constitucionalista de 1932, guerra civil que mobilizou mais de 100 mil pessoas e teve mais baixas fatais do que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) lutando na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, possuía o objetivo oficial de reconstitucionalizar o Brasil. Extraoficialmente, grupos varia-

dos lutavam com intenções variadas. Separar São Paulo do restante do país era uma delas?

Para tanto, nos propusemos responder a esta pergunta mediante a análise das entrevistas concedidas por cinco veteranos do conflito e apresentadas, em formato audiovisual, no documentário *Por São Paulo*¹, produzido pela Pátria Filmes², em 2018, e dirigido por Daniel Mata

^a Cineasta e historiador, doutor em Enfermagem e Biociências. Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

^b Professor, enfermeiro e historiador, pós-doutor em Enfermagem.



Roque.

Utilizamos para isso o pensamento de Carlo Ginzburg, quando encontramos eco na análise da micro-história, a ciência do vivido³, que nos possibilita ajustar o “foco historiográfico”⁴ e tentar reconstituir uma determinada experiência ocorrida, que deixou fontes documentais como matéria-prima, transmutando o estudo de caso bem delimitado em análise de questões mais gerais, uma espécie de método indutivo historiográfico. Ainda segundo Ginzburg, a pesquisa micro-histórica é a “mais adequada e mais acessível também a métodos artesanais de exploração”⁵, que é o que pretendemos nesta pesquisa.

A análise do micro, no posicionamento individual de cada entrevistado, ocorre, no entanto, sem perder de vista o macro do movimento revolucionário e dos grupos políticos envolvidos, efetuando o referido “jogo de escalas”. Logo, seguindo a linha de pensamento de Giovanni Levi⁶ ao observar que o diálogo entre os

contextos busca articular o particular com o coletivo sociocultural.

Vemos no já clássico estudo de Ginzburg a trajetória particular de um moleiro do interior da Itália processado pelo Santo Ofício no final do século XVI tornar-se, em um estudo profundo. Assim sendo, torna-se uma ferramenta ampla que nos permite perscrutar a cultura campesina da Itália durante o Renascimento, sua estrutura política e padrões de administração pública, os processos de difusão e troca de conhecimento, a dinâmica social de terra e trabalho, os sistemas de crença e tradição oral, os livros apreciados e, principalmente, a forte atuação da Igreja Católica, com o movimento da contrarreforma enfrentando a revolução luterana e as discussões teológicas ocorrendo dentro e fora do clero.

Nas palavras de Ginzburg, trata-se de “uma investigação que, no início, girava em torno de um indivíduo, sobretudo de um indivíduo aparentemente fora do



comum, [que] acabou desembocando numa hipótese geral"⁷. Assim, chegamos, não a um modelo generalizante, mas a um resultado passível de comparação e a um discurso embasado.

Para a linguista Simone Tos-tes⁸, a investigação da fala de depoentes é a oportunidade de acessar a mente dos indivíduos, por meio de suas representações, onde conseguimos perceber na espontaneidade do registro traços de pensamentos e emoções às vezes encobertos nos registros escritos, já que também acompanhados de entonação, gestual, olhares e sorrisos. Com essas possibilidades em mente, observamos o registro audiovisual dos cinco veteranos da Revolução de 1932.

Mediante o exposto, temos por objetivo analisar o discurso separatista sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 por meio dos depoimentos de veteranos apresentados no documentário *Por São Paulo* (2018).

VETERANOS ENTREVISTADOS

Pode-se dizer que os veteranos entrevistados foram escolhidos de certa forma ao acaso: com uma lista enxuta de homens e mulheres ainda vivos oitenta e seis anos após a guerra (1932-2018), fornecida pela MMDC - Sociedade Veteranos de 1932⁹, ligamos para os nomes disponíveis e agendamos a gravação com todos aqueles que se mostraram lúcidos, disponíveis e dispostos¹⁰.

O resultado foi localizar cinco veteranos passíveis de serem entrevistados: um único veterano dos combates nas trincheiras, Antônio Andrade Guimarães, então com 103 anos de idade, que combateu na divisa São Paulo - Minas Gerais; duas veteranas que atuaram em serviços auxiliares da retaguarda: Maria de Lourdes Picarelli (que trabalhou na Casa do Soldado preparando refeições para os combatentes na frente e na retaguarda) e Zuleika Sucupira Kenworthy (que auxiliou a Cruz Vermelha Brasileira a preparar conjuntos de primeiros



socorros a serem enviados para a frente de batalha), a primeira com 103 e a segunda com 104 anos de idade; e dois veteranos, ambos com 95 anos de idade, que eram ainda meninos de dez anos durante o conflito, integrantes de um grupo de escoteiros mobilizado para serviços de estafeta no auxílio logístico da retaguarda, atuando na entrega de correspondências, envio de telegramas e mesmo difundindo notícias e recados orais.

Cada veterano foi entrevistado individualmente, em datas diferentes ao longo do ano de 2018, e em diferentes cidades: na ordem que foram listados acima, o primeiro residia em Vera Cruz, a segunda em Socorro, a terceira em Sorocaba e os dois últimos em São Carlos - os únicos que foram entrevistados no mesmo dia, mas em horários e locais diferentes. Todas as cidades mencionadas ficam no estado de São Paulo e todos os entrevistados eram paulistas.

“A REVOLUÇÃO QUERIA SEPARAR SÃO PAULO DO RESTANTE DO BRASIL?”

À pergunta que inicia esta seção todos os veteranos entrevistados responderam enfática e negativamente, utilizando expressões como “nunca”, “não”, “eu não acredito”, “claro que não” e “ninguém falou em separar”.

Instados, então, sobre quais motivações os teriam levado ao voluntariado para a guerra civil, na frente de combate ou nos serviços da retaguarda, os cinco veteranos apresentam respostas que combinam um “efeito manada”, forte influência dos comícios e discursos, uma força coletiva que impeliu e animou todo o grupo - especialmente no caso dos dois escoteiros e de uma das mulheres, que responde exatamente que “todo mundo ia, aí eu fui também ajudar” -, e um ideal de luta por liberdade e democracia, mais concretamente de luta contra a ditadura de Getúlio Vargas.



Nessa luta antiditatorial, no entanto, transparece muito a ênfase regionalista, em que a entidade "São Paulo"¹¹ surge como sinônimo dos apregoados conceitos de liberdade e democracia, em que uma suposta "ofensa" sofrida pelo estado de São Paulo por parte do novo governo federal seria o mesmo que afrontar o povo brasileiro - mas, antes, paulista. A perda de privilégios políticos e econômicos por parte da elite paulista com a Revolução de 1930, como aponta o depoimento da historiadora Vavy Pacheco Borges na sequência do mesmo documentário, é transformada em perda de cidadania e de direitos no discurso de cada veterano. A luta não foi só pelos interesses locais de São Paulo, eles respondem de maneira consciente, mas ao mesmo tempo, nas entrelinhas do discurso, é o nome São Paulo que encarna o ideal pela qual se luta, paradoxalmente.

Nos discursos dos cinco veteranos não podemos perceber, de fato, qualquer intenção de

emancipar o estado de São Paulo da República Brasileira e torná-lo um estado soberano ou qualquer ação semelhante. Por um lado, percebemos que o estado de São Paulo e os paulistas passaram a encarnar a representação do ideal que se deseja para o país e o governo federal: não é transformar São Paulo em outro país, mas o país - de novo - sob a liderança do pensamento sócio-político-econômico de São Paulo.

Por outro lado, todos os historiadores e pesquisadores da temática entrevistados pelo documentário concordam que havia separatistas de fato engajados na Revolução de 1932 - "mas não na tropa", pondera um; "era coisa de alguns poucos intelectuais e políticos", defende outro. Discordam sobre os percentuais e a relevância que esse grupo teria.

O coronel Mário Ventura, da Polícia Militar do Estado de São Paulo - principal instituição oficial dedicada ao culto da memória da Revolução Constitucionalista de 1932 e de seus veteranos - e então presidente da MMDC - So-



cidade de Veteranos de 1932, alega que o percentual de verdadeiros separatistas era mínimo, não chegando a um por cento.

Já para os historiadores Vavy Pacheco Borges, do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas; coronel Andrade Netto, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; e Derek Destito Vertino, do Museu Municipal da Estância de Socorro-SP, todos pesquisadores especializados na temática, o número de separatistas, ainda que bastante pequeno, pode ser considerado um pouco mais expressivo, coincidindo em avaliá-lo abaixo de dez por cento.

Por fim, também é entrevistado no documentário o presidente do movimento separatista paulista contemporâneo São Paulo Livre, Flavio Rebello, que defende uma distinção entre aqueles manifestantes ou combatentes efetivamente separatistas e aqueles que chama de supremacistas¹², que, conforme exemplificamos alguns parágrafos antes, desejavam ver o estado de São

Paulo integrado ao Brasil, mas assumindo uma posição de liderança - de supremacia -, controlando inteiramente os destinos nacionais.

Para Rebello, que faz a análise evidentemente mais favorável ao ideal separatista e defende que este era um ponto importante da Revolução de 1932, esse grupo ainda assim era minoritário e representaria cerca de trinta por cento dos revolucionários, alocando outros trinta por cento no grupo dos supremacistas.

Acreditamos que tais percentuais inflados carecem de base documental ou corroboração de fontes, influenciados por um ideal. Esse ideal, no entanto, não pode ser desprezado, pois evidencia a sobrevivência de um sentimento - às vezes dito nativista ou bandeirante - bastante relevante na construção da identidade paulista desde Amador Bueno, conforme aponta-se também no documentário, que é resíduo do ideal separatista.

Na tentativa de explicar a persistência da ideia de que a



Revolução de 1932 era separatista, principalmente na historiografia externa a São Paulo, os veteranos apontam que essa ideia foi criada pelo governo ditatorial contra o qual lutavam e disseminada pelo país para justificar a mobilização federal para a guerra, a sustentação do regime e a convocação de reservistas e voluntários das outras regiões nacionais para a luta. Seria, em suma, uma mentira para gerar a motivação ideal do governo federal, que dizia que a luta não era contra si, mas contra o Brasil.

No mesmo sentido, os cinco veteranos apontam que esperava-se a adesão de outros estados na luta contra a democracia - “uma causa justa, que valia a pena”, diz um veterano -, mas que, no final, “São Paulo teve que lutar sozinho”, em uma visão de que os outros estados inicialmente engajados - principalmente Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso - teriam traído São Paulo e seus ideais, fazendo acordos com o governo federal para ter lucros individuais.

De novo aparece esta entidade, “São Paulo”, quase tão martirizado quanto seu patrono apóstolo, um estado que foi traído na luta justa e teve que enfrentar sozinho o opressor, com heroísmo. O argumento é também embaixador da resistência à ideia separatista: se a luta previa a adesão de diversos estados brasileiros, não poderia ser para emancipar São Paulo como um país. Ao contrário, era pelo Brasil e contra o governo federal autoritário. Nesta visão, todos queriam a reconstitucionalização. Resume uma veterana: “queriam derrubar o Getúlio Vargas, mas São Paulo ficou sozinho e o Getúlio ficou lá”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ter cumprido o objetivo de analisar o discurso separatista sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 por meio dos depoimentos de veteranos apresentados no documento *Por São Paulo* (2018).



Na análise foi possível observar que existia, de fato, o ideal separatista em alguns grupos políticos envolvidos com a Revolução Constitucionalista de 1932, mas que se tratava de um percentual numericamente pouco expressivo, embora impossível de calcular com exatidão. Esse grupo tinha, no entanto, alguma expressão pública e intelectual.

Dentre os voluntários combatentes e auxiliares, no entanto, esse pensamento parece não ter se disseminado, sendo enfaticamente negado pelos cinco veteranos entrevistados, que demonstraram orgulho de terem servido nas fileiras paulistas durante a revolução. Isto apontou para a ideia de luta contra uma ditadura e pela dignidade de seu estado, que viam como humilhado e preterido em seus interesses dentro da federação brasileira, apesar da posição de liderança - principalmente econômica - que desempenhava e que achavam que devia voltar a se refletir no plano político.

Em essência, lutar “por São Paulo” apareceu nesses casos como sinônimo de lutar por liberdade e democracia, por respeito, por valorização política, por prestígio e reconhecimento - e, como diz uma das veteranas entrevistadas, “por que não dizer? Pelo Brasil”.

BIBLIOGRAFIA

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEVI, Giovanni Levi. *Herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

POR São Paulo. Direção: Daniel Mata Roque. Produção: Pátria Filmes. Rio de Janeiro, 2018. 30 min. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cbkn74pvd2U&t=1s>. Acesso em 21 jul. 2024.



TOSTES, Simone. O imaginário e o real na fala dos pracinhas. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 154, p. 39-49, 1º quadr. 2018.

NOTAS

¹ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=c_bkn74pvd2U&t=1s. Acesso em 21 jul 2024.

² Disponível em <https://www.patriafilmes.com>. Acesso em 21 jul 2024.

³ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁴ GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 178.

⁵ Ibid.

⁶ LEVI, Giovanni Levi. *Herança material*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 97

⁷ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 10.

⁸ TOSTES, Simone. O imaginário e o real na fala dos pracinhas. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 154, p. 39-49, 1º quadr. 2018.

⁹ A sigla MMDC, originada durante a guerra, faz referência a Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, quatro manifestantes mortos durante o comício de 23 de maio de 1932, considerados mártires do movimento revolucionário.

¹⁰ Registramos nosso agradecimento ao coronel Mário Ventura, então presidente da Sociedade Veteranos de 1932, pela valiosa colaboração e pelo fornecimento da lista.

¹¹ Do reiterado uso da mesma expressão originou-se o nome dado ao documentário: Por São Paulo.

¹² Para Rebello, um exemplo de liderança da ideia supremacista foi o escritor Monteiro Lobato.

A participação da Força Pública Mineira na Revolução de 1932 no Túnel da Mantiqueira, cidade de Passa Quatro-MG

Flávio Antônio Silva Augusto ^a

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar e verificar se a participação da tropa da Força Pública Mineira, atual Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, na Revolução Constitucionalista de 1932, cidade de Passa Quatro/MG, setor do Túnel da Mantiqueira, foi preponderante para a vitória das forças governamentais naquele local. O estado de São Paulo deflagrou uma revolução armada contra o governo provisório, com o objetivo, entre outras motivações, de redemocratizar o Brasil, convocar uma Assembleia Constituinte e derrubar o governo ditatorial de Getúlio Vargas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com fontes primárias, secundárias, documentos e relatórios alusivos ao fato. Sobressai do estudo que as tropas mineiras empregadas no setor do túnel demonstraram muita disciplina, militar e tática, eficiência e eficácia operacional, no cumprimento do dever. Conclui-se que a participação foi fundamental para expulsar os paulistas do território mineiro, ocupar cidades paulistas, como Cruzeiro e Campinas, contribuindo assim para a derrota e rendição dos revoltosos e o fim do conflito de uma maneira geral.

Palavras-Chaves: Força Pública de Minas Gerais; Túnel da Mantiqueira; Getúlio Dorneles Vargas; Assembleia Constituinte; Tropas Legalistas; Tropas Revoltosas.

INTRODUÇÃO

Constitui tema da pesquisa a participação da tropa da Força Pública Mineira, atual Polícia

Militar do Estado de Minas Gerais, na Revolução Constitucionalista de 1932, na cidade de Passa Quatro-MG¹, setor do Túnel da Mantiqueira². Consoante histo-

^a Coronel da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, mestre em Administração. Associado Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



riografia pesquisada, as batalhas ocorridas naquele teatro de operações³ foram as mais fraticidas⁴ do conflito, que envolveu a atenção de todos, haja vista a posição estratégica em que ocorreram, na divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais, e também próximo da divisa do estado do Rio de Janeiro, onde se localiza a cidade com o mesmo nome, na época Capital do Brasil. Apesar de o comandante geral da Força Pública, Dr. Gustavo Capanema, e o coronel José Gabriel, comandante de operações da Força Pública Mineira, terem dividido o estado em três frentes, com contingentes próprios, denominados brigadas, o estudo se limita à Brigada Sul ou Brigada Lery⁵, enviada para o setor do Túnel da Mantiqueira. A pergunta norteadora do estudo foi: a participação da Força Pública de Minas Gerais na Revolução de 1932, no Sul de Minas Gerais, cidade de Passa Quatro, setor do Túnel da Mantiqueira, foi preponderante para que as forças

legalistas (getulistas) vencessem as tropas paulistas (revoltosas)?

O objetivo geral é verificar e analisar se a participação das tropas da Força Pública Mineira na Revolução de 1932, no setor do Túnel, situado no sul de Minas Gerais, na cidade de Passa Quatro, foi relevante para a vitória das tropas legalistas naquele Teatro de Operações. São objetivos específicos: a) compulsar os motivos que levaram Minas Gerais a apoiar o governo provisório de Getúlio Vargas em 1932 contra o Estado de São Paulo; b) constatar a importância estratégica do setor do Túnel para as tropas ditas legalistas; c) elencar de maneira genérica a importância da participação das tropas mineiras no setor do Túnel, na cidade Passa Quatro-MG.

Justifica-se o estudo, tendo em vista a relevância, o valor histórico, os impactos na sociedade brasileira e os efeitos sociais, políticos e econômicos, que impulsionaram os destinos do Brasil a partir do levante armado.



Trata-se de uma pesquisa metodológica, que adotou como técnica a documentação direta e indireta por meio de pesquisa bibliográfica, com transcrição e cópia de documentos originais, sendo também baseada em fontes primárias e secundárias. Foram também ouvidas pessoas que tiveram contato com ex-combatentes presentes no setor do Túnel da Mantiqueira durante o conflito pesquisado.

Para melhor compreensão do tema, este trabalho foi dividido em cinco seções. A seção 1, Introdução, contém os instrumentos indicativos deste estudo; a seção 2 apresenta o embasamento teórico, como os antecedentes após a Guerra do Paraguai, a influência da nova elite cafeeira e da proclamação da República e um panorama do cotidiano brasileiro até assunção do governo provisório de Vargas; a seção 3 contém a caracterização do objeto – preparação bélica da Força Pública de Minas Gerais e o emprego das tropas mineiras no setor do Túnel da Mantiqueira; a

seção 4 trata da análise da participação dos militares mineiros no Sul de Minas Gerais; e por fim, a derradeira seção apresenta as conclusões da pesquisa.

EMBASAMENTO TEÓRICO

Esta seção tem como objetivo apresentar a abordagem teórica do estudo, com definições, conceitos e fatos históricos que embasam o objeto de pesquisa, como o movimento republicano, a elite cafeeira do Vale do Paraíba e Oeste paulista, e o período da República Velha até o seu final, com a Revolução de 1930.

a) Antecedentes do Regime Republicano no Brasil

Após a Guerra do Paraguai⁶, maior conflito armado da América Latina, em 3 de dezembro de 1870 houve a publicação do Manifesto Republicano no jornal *A República*, com grande repercussão. Seus partidários pregavam a substituição da monarquia⁷ brasileira pela república⁸. A princi-



pal motivação para a troca de regime, segundo Ferreira, seria “por um regime de representação popular”⁹.

Entre os motivos elencados pelos opositores do regime monárquico, podem-se destacar os seguintes: “não representar democraticamente¹⁰ o povo; defesa da autonomia provincial¹¹; e federalismo¹²”, eliminados pela centralização dos poderes durante a monarquia. Tinham o objetivo expresso de seguir o exemplo dos americanos, haja vista que o Brasil estava isolado por causa do sistema imperial.

Para alguns historiadores, o primeiro clube republicano do Brasil foi criado em 3 de novembro de 1870, um mês antes da publicação do Manifesto Republicano. O texto tentava provar que “a monarquia já não representava os anseios da nação”, criticava o “poder pessoal do imperador Pedro II” e terminava com uma frase emblemática: “somos da América e queremos ser americanos”¹³.

Esse clube teria sido o marco do início da política que culminou, duas décadas mais tarde, na Proclamação da República e no fim da monarquia no Brasil. No ano de 1873, na cidade de Itu, província¹⁴ de São Paulo, ocorreu a primeira “Convenção Republicana e formação do primeiro Partido Republicano do Brasil”, ação fundamental para a queda da monarquia no Brasil, assim como para a consolidação do novo regime nos anos subsequentes.

No período em que aspirações republicanas afloraram, o café era o principal produto de exportação brasileiro. Cultivado inicialmente no vale do Paraíba, a área de produção estava imigrando com sucesso para Oeste paulista. Formava-se uma nova fronteira agrícola e uma elite cafeeira, cujos fazendeiros eram adeptos à República. A produção era mais rentável, devido ao fato de as terras serem mais férteis, diferentes das do Vale do Paraíba.



O cafeicultor do oeste paulista era empreendedor, inovador nas técnicas de beneficiamento. Com uso de máquinas modernas, que aumentavam a produtividade e a qualidade do café colhido, o custo de produção era menor, proporcionando preços melhores comparados aos dos concorrentes. O plantio acontecia nas curvas de nível, não em linhas paralelas em direção às elevações. O trabalho escravo era substituído pelo assalariado, com mão de obra de imigrantes europeus. Segundo Costa *apud* Gomes, o cafeicultor do Oeste paulista distinguia-se pelo “espírito progressista”¹⁵.

Acerca dos cafeicultores do vale do Paraíba, o trabalho era efetuado pela mão de obra escrava, com técnicas rudimentares e uma produção baixíssima. Além disso, os barões não eram obrigados a investir para melhorar a terra, cada vez mais degradada. O pensamento que tinham era reacionário e apoiado na tradição, diferente do pensamento dos

barões emergentes do Oeste paulista.

Para melhor compreensão da situação dos cafeicultores do Vale do Paraíba, Gomes assim relata:

Em todo o vale do Paraíba, os cafeeiros eram plantados nas encostas, sem nenhum cuidado para deter a erosão do solo. Depois de quinze a dezoito anos, toda a camada fértil tinha sido lavada pelas chuvas e carregada para o fundo dos vales e dos rios. Para trás ficava a terra desmatada e improdutiva, pontilhada de cupinzeiros que se veem hoje na região. Em vez de usar adubo para tentar recuperá-la, os fazendeiros simplesmente derubavam as matas vizinhas e abriam novas lavouras, que, depois de uma ou duas décadas, tinham de ser igualmente abandonadas¹⁶.

Ferreira ensina que a decadência da cafeicultura do vale do Paraíba paulista

[...] ocorreu principalmente devido ao esgotamento rápido das terras, provocado pelas técnicas rudimentares de



cultivo. As enxurradas retiravam a camada fértil da terra, pois os pés de café eram plantados em linhas paralelas em direção às elevações, e não acompanhando as curvas de nível¹⁷.

Quando foi abolida a escravidão, em 13 de maio de 1888, a produção cafeeira no vale do Paraíba entrou em colapso. Muitos fazendeiros tinham capitais vultosos empatados em escravos, além de gastos elevados com manutenção. A produção, agora cultivada pelos imigrantes estrangeiros, expandiu-se para o interior paulista em direção ao Oeste. O resultado foi a consolidação da nova elite cafeeira, com a expansão da nova fronteira agrícola empreendedora, que trouxe novas ideias e reivindicações, influenciando no cenário nacional, assim como em sua governabilidade, a partir de 15 de novembro de 1889.

b. República Velha, ascensão de Vargas e a Revolução de 1932

Em 15 de novembro de 1889, foi instaurado o regime republicano no Brasil, dando início à República Velha (1889 a 1930)¹⁸. A Constituição da República foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. A Carta Magna teve muita influência da Constituição norte-americana e, entre outras inovações, estabelecia a federação dos Estados e autonomia dos municípios. Ou seja, conforme Ferreira “[...] determinava a descentralização do poder, permitindo aos estados, em número de vinte e um, legislar em seus próprios interesses”¹⁹. O café continuou como base política e econômica do período.

A economia brasileira, até a metade do século XX, foi em muito impulsionada pelas atividades agrícolas, em especial o café. A atividade cafeeira patrocinou, através de capitais vultosos, a instalação das primeiras indústrias no Brasil. Nos primeiros anos da República, a aristocracia cafeeira, emergida do Oeste pau-



lista, influenciou a política e, consequentemente, os destinos da nação. Os seus interesses eram defendidos na Câmara, Senado e nas esferas governamentais de maneira geral, elegendo inclusive presidentes ligados a eles.

As contradições do novo regime afloraram já no início, pois as forças que tinham se unido pela instalação da República começaram a se desentender. As oligarquias rurais disputavam o poder. Houve vários conflitos, e os militares eram sempre chamados para pacificar. No entendimento de Costa, "depois de um curto domínio da espada, as oligarquias cafeicultoras afirmaram-se no poder garantidas por uma base econômica aparentemente sólida, oferecida pela crescente produção cafeeira"²⁰.

Os momentos conturbados da República, nos primeiros momentos do seu nascedouro, podem ser explicados por Costa da seguinte forma:

As contradições presentes no movimento de 1889 vieram à

tona já nos primeiros meses da República quando se tentava organizar o novo regime. As forças que momentaneamente se tinham unido em torno das ideias republicanas entraram em choque. Os representantes do setor progressista da lavoura, fazendeiros de café das áreas mais dinâmicas e produtivas, elementos ligados à incipiente indústria, representantes das profissões liberais e militares, nem sempre tinham as mesmas aspirações e interesses. As divergências que os dividiam repercutiam em conflitos no Parlamento e eclodiam em movimentos sediciosos que polarizavam momentaneamente todos os descontentamentos, reunindo desde monarquistas até republicanos insatisfeitos. Rompia-se a frente revolucionária. Representantes da oligarquia rural disputavam o poder a elementos do Exército e da burguesia, embora houvesse burgueses e militares dos dois lados, em virtude dos seus interesses e ideias²¹.

À medida que os descontentamentos se multiplicavam, ficava patente a instabilidade provocada pela luta da liderança. Os



militares, não raras vezes, eram intimados a intervir, como na Revolução Federalista e na Revolta da Armada, entre outras. No mandato de Campos Sales, no período de 1898 a 1902, ocorreu uma calmaria política no país. Idealizador da “Política dos Governadores”, em troca de apoio político no âmbito federal permitiu que as oligarquias tivessem autonomia nos assuntos regionais dos seus estados. Constituiu assim a base da “Política do Café com Leite”²², passando a sucessão presidencial a ser alternada entre políticos de São Paulo e Minas Gerais.

Como Minas Gerais e São Paulo eram os dois estados mais importantes economicamente, foram os privilegiados e tinham maior influência no governo central. Por outro lado, conforme Ferreira assinalou, essa política motivou “o aparecimento de forte oposição por parte dos estados menos favorecidos economicamente. Estes não viam com bons olhos a sucessão presidencial alternada [...]”²³. O domínio das

oligarquias e a preponderância paulista passaram rapidamente a ser percebidos por todos. O descontentamento e as queixas eram contra o governo e também contra os verdadeiros donos do poder: as oligarquias paulistas.

Sobressaem nesse período as fraudes eleitorais, perpetradas pelo poder político através dos chefes locais, fenômeno denominado de Coronelismo²⁴. Embora existisse desde o período imperial, no período da República Velha essa prática alcançou prestígio, relevância e influência nas decisões governamentais em nível federal. Os “coronéis” interferiam nas eleições, obrigando seus subordinados a votarem em candidatos que eles determinavam, ou seja, impunham o voto de cabresto²⁵, conforme destaca Ferreira²⁶.

As eleições não eram secretas, o eleitor tinha que declarar seu voto na frente de todos. O poder que fiscalizava era o Legislativo, que confirmava ou não a vitória do candidato eleito, até a posse. A confirmação só ocorria se o candidato representasse os



interesses do chefe político. Costa define sistema eleitoral assim: “a verdade eleitoral consistia, no mais das vezes, na vontade que emanava dos palácios dos governadores. As oligarquias imperavam por toda parte, mas seu domínio não se exercia sem a resistência dos grupos minoritários”²⁷.

O movimento do Tenentismo surgiu na década de 1920, e muitos dos seus integrantes participariam da Revolução de 1930. Depois do movimento, alguns foram nomeados como interventores estaduais, como o tenente João Alberto, em São Paulo, e o capitão Juarez Távora, na direção da região Norte do Brasil. Fausto *apud* Ferreira assim o define Tenentismo:

Um movimento política e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares. Os militares de patentes mais baixas da oficialidade tomaram posição contra a corrupção que imperava no governo e que era tida por eles como fonte de todos os males da política. Se

consideravam os responsáveis pela salvação nacional, os tenentes colocaram-se contra o suborno, contra a máquina política e o falseamento da verdade eleitoral²⁸.

Por ocasião das eleições de 1930, Washington Luiz²⁹, então presidente da República, rompe com a Política do Café com Leite. Ao invés de indicar o mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada para ser seu sucessor nas eleições daquele ano, indicou o paulista Júlio Prestes. Minas Gerais e Rio Grande do Sul criaram a Aliança Liberal e lançaram como candidato à presidência da República o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, e à vice-presidência o paraibano João Pessoa³⁰. Realizadas as eleições, o resultado aponta como vencedor Júlio Prestes, o que não é aceito pelos integrantes da Aliança Liberal, que, inconformados, alegam fraude eleitoral.

Diante do inconformismo da Aliança Liberal, somada à comoção popular pelo assassinato de João Pessoa, é deflagrada em 3 de



outubro de 1930 a Revolução de 1930. Uniram-se os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba para derrubar o governo vigente. Termina em 24 de outubro, com a vitória da Aliança Liberal, depondo o Presidente Washington Luiz e colocando no governo, de forma provisória, Getúlio Vargas. Para melhor explicar as causas e as consequências da Revolução de 1930, Junir *apud* Costa leciona que

a Revolução de 1930 marcou o declínio das oligarquias cafeeicultoras, atingidas pela crise do café, e significou, ao mesmo tempo, a ascensão dos setores industriais, a projeção das camadas urbanas, no plano político nacional. Iniciava-se um novo período na história do Brasil e surgia uma nova historiografia³¹.

Ao assumir o governo, com amplos poderes, Vargas governou por decretos e nomeou interventores para os estados, os quais passaram a governá-los. Também suspendeu a Constituição de 1891, até que fosse con-

vocada uma Assembleia Constituinte para elaborar outra. Passou a governar de forma ditatorial, o que causou descontentamentos, principalmente dos paulistas, inconformados com o alijamento do poder, a nomeação de interventores para o governo dos estados, entre outras medidas.

Embora o Partido Democrático paulista tivesse participado ativamente da Revolução de 1930, que conduziu Vargas ao poder, também foi alijado da alta administração. Os paulistas, insatisfeitos com a forma como foram tratados, começaram a reivindicar a convocação imediata de eleições para que fosse elaborada uma nova Constituição, ou mesmo, como diziam, para que fosse possível reconstitucionalizar o Brasil. Como não foram atendidos e houve outros pontos de divergência, essa instabilidade culminou no movimento armado de 1932.

O episódio que se pode considerar como a gota d'água para a decisão dos paulistas de pega-



rem em armas foi a morte a tiros de fuzis e metralhadoras, de cinco jovens que participavam de uma manifestação na cidade São Paulo, na esquina da rua Barão de Itapetininga com Praça da República. Os jovens Mário Martins de Almeida, Antônio Américo de Camargo Andrade, Euclides Miragaia, Dráuzio Marcondes de Souza e Amadeu Martins, cujos nomes compuseram a sigla MMDC, manifestavam-se pró-Constituição quando foram abatidos. Daí surgiram cobranças para se resgatar os brios e o orgulho dos paulistas.

Em 9 de julho de 1932, eclodiu a Revolução Constitucionalista contra Getúlio, embora prevista inicialmente para 14 de julho do mesmo ano. Esperava-se o apoio dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Com a prisão de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul, os líderes que assumiram o estado ficaram fiéis a Getúlio. Minas Gerais, no início, ficou indecisa sobre que lado apoiaria, até que tropas paulistas bloquea-

ram a entrada do Túnel da Mantiqueira e ocuparam a cidade mineira de Passa Quatro, e outras no Sul do estado.

Segundo Filho³², foram ocupadas também pelos paulistas as cidades de Guaxupé, Ouro Fino e Jacutinga. Araújo menciona que a invasão do território mineiro foi o fiel da balança para o envio de tropas, afirmando que: “essa inesperada invasão do solo mineiro feriu os brios dos nossos conterrâneos, que passaram apoiar Olegário Maciel na sua pretensão de enviar tropas contra os paulistas”³³.

Para Mattos, a decisão paulista de promover uma revolução, explica-se por este motivo:

[...] no dia 9 de julho tomaram a drástica decisão de partirem para a luta armada, como única solução para os insuportáveis problemas políticos que os angustiavam. [...] a gota d'água foram os acontecimentos de 23 de maio, quando tombaram a rajadas de metralhadoras, num tiroteio na esquina da Rua Barão de Itapetininga com Praça da Re-



pública, cinco idealistas e bravos³⁴.

Para Cotta, a “história da Revolução Constitucionalista de 1932 é ampla e multifacetada”³⁵. Já Filho explica que a causa da Revolução de 1932 foi porque “São Paulo procurou, por todos os meios, atingir os seus objetivos, sendo o principal o retorno à velha Política do Café com Leite. Diziam os paulistas que desejavam uma Revolução Constitucionalista”³⁶. Acrescenta ainda que a revolução tinha características tipicamente políticas.

Na próxima Seção se discorrerá sobre a caracterização do objeto da pesquisa.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

Esta seção tem como objetivo descrever a preparação da Força Pública Mineira para operações de guerra no início do século XX e seu emprego e atuação no setor do Túnel da Mantiqueira, na cidade de Passa Qua-

tro-MG, durante a Revolução de 1932.

a) Preparação da Força Pública de Minas

Em 12 de dezembro de 1897, inaugurou-se a cidade de Belo Horizonte, que, a partir daí, passou a ser a capital do Estado de Minas Gerais. Com a mudança da capital, foi elaborado um plano para a instrução da tropa, haja vista que em Ouro Preto, antiga capital, isso não era possível. Foram escolhidos como locais para treinamento de infantaria as regiões da fazenda Gameleira, do Prado Mineiro e do Alto Cruzeiro (atual Mangabeiras). Foram adquiridos armamentos de guerra, como os fuzis Mauser M-1908³⁷, com características militares.

Nos primeiros anos do século XX, mais precisamente nas duas décadas de 1900, ocorreram modificações profundas na Força Pública de Minas³⁸, deixando-a em condições de executar com eficiência³⁹ e eficácia⁴⁰ qualquer ação bélica⁴¹. Em 1912, o governo de Minas contratou o



capitão do Exército Suíço Roberto Drexler, comissionando no posto de coronel, para instruir os militares de Minas. Já para a Cavalaria foi contratado um capitão da Força Pública Paulista. Segundo Cotta, a Força Pública Mineira, nessa época, “possuía apenas quatro batalhões”⁴².

Os batalhões de Infantaria (BI), como eram designados na época, eram o 1º BI, em Belo Horizonte (contingente oriundo de Ouro Preto); 2º BI, em Juiz de Fora; 3º BI, em Diamantina; e o 4º BI, em Uberaba. O coronel Drexler instruiu a tropa mineira nos ditames da escola prussiana⁴³; cada batalhão enviava uma companhia para a cidade de Belo Horizonte, onde ficava por um ano sendo instruída. Ao assumir as funções para as quais foi contratado, Drexler editou manuais de instruções, visando ao preparo técnico profissional de todos os integrantes da tropa. A instrução passou a ser dividida em moral, intelectual e técnica, que era ministrada individualmente.

Houve na época muitas mudanças, inclusive no uniforme, que passou a ser conforme o figurino alemão. O “suíço”, como Drexler era chamado, podia intervir nos quartéis em prol da instrução da tropa. Com o decorrer do tempo, as instruções dadas aos oficiais e praças seguiam o disposto na legislação militar federal. Cotta ensina que instrução dos oficiais teria duas partes, conforme se pode constatar,

[...] uma essencialmente prática, consistindo na aplicação dos regulamentos adotados (do Exército Nacional), e outra teórica, abrangendo tática de armas, especialmente de infantaria e cavalaria, conhecimento sobre organização e administração militar, resolução de temas táticos na carta de jogo de guerra.

As instruções práticas compreenderiam: a instrução individual, a da subdivisão e a da unidade (segundo o paradigma já estabelecido pelo coronel Drexler). A instrução individual consistia em exercícios formais e de flexionamento, tiro individual, conti-



nências militares, serviço de guarnições e de segurança, conhecimento e conservação de armamento e obrigações do soldado no serviço interno dos quartéis. A instrução de subdivisão abrangeria a do grupo e do pelotão em ordem unida, os exercícios de manevabilidade, o serviço de acampamento e acantonamento. Por fim, a instrução da unidade consistiria no exercício em ordem unida e de manevabilidade, no serviço de segurança e no de marcha. Além da instrução de infantaria, o Corpo Escola ministrava a de cavalaria e de metralhadora⁴⁴.

Os treinamentos aplicados pelo “suíço” melhoraram consideravelmente a postura, a compostura, o conhecimento técnico e, principalmente, o espírito de corpo da tropa. Nos anos de 1930, a Força Pública Mineira era comandada por Gustavo Capanema⁴⁵, civil que ocupava o cargo de secretário do Interior. Segundo Filho, “o clima político das décadas de 1920 e 1930 justificava o adestramento das forças estaduais, uma vez que, podemos concluir, sem medo de errar, ter

sido a mais conturbada fase política, depois do período Regencial”⁴⁶.

O Regulamento de Exercícios para Infantaria do ano de 1914, que norteou os treinamentos da Força Pública, asseverava em alguns artigos a importância da instrução, conforme descrito:

Da Instrução (sic)

Art 1º A instrução por objeto preparar a tropa e os seus chefes para a guerra. (sic)

Art. 2º Só inspira confiança para o combate a tropa que é bem disciplinada. A disciplina é a vida do exército: é ella que na guerra faz que todos se movam e luttem de acordo e para o mesmo fim; todos lhes são sujeitos, desde o general até o soldado, e de sua solidez depende a victoria. (sic)

Art. 3º A tropa estará bem instruída quando souber fazer tudo o que a guerra exige e não tiver de esquecer no campo de batalha o que aprendeu no campo do exercício.

Art. 4º Cada chefe deve instruir a tropa colocada imediatamente sob as suas ordens. E’ o seu principal dever tor-



nal-a apta para a guerra (sic).
47

Minas Gerais possuía um grande arsenal de guerra, que ficava estocado no paiol da Mangabeira, hoje bairro de Belo Horizonte. Com a Revolução de 1930 e após ter assumido o governo provisório, Getúlio Vargas mandou que o Presidente do estado⁴⁸ de Minas Gerais entregasse para o Exército todo o armamento e munição da corporação. Diante da recomendação, a resposta do chefe do Executivo, segundo Assis, foi de que “o armamento havia sido comprado com os dinheiros do Tesouro do Estado de Minas Gerais. E que daqui não sairia um só cartucho”⁴⁹.

Coincidência ou não, dois anos mais tarde, com a Revolução de 1932 em andamento, os armamentos não devolvidos possibilitaram à Força Pública Mineira fazer frente às tropas revoltosas paulistas, e, ao mesmo tempo, dar tranquilidade ao presidente do Estado, Olegário Ma-

ciel, de se manter em “favor da ordem constituída pela Revolução de 1930, que galvanizara o Estado”⁵⁰.

b) Emprego da tropa mineira no Setor do Túnel na Revolução de 1932

A Revolução de 1932 foi inicialmente programada para iniciar no dia 14 de julho de 1932, data de comemoração da queda da Bastilha, marco inicial da Revolução Francesa. Contudo, acabou-se iniciando no dia 9 julho, por decisão da direção do movimento, reunida no dia 8 de julho. A manchete do dia 10 de julho anunciou o início do “movimento revolucionário de caráter constitucionalista”. O texto afirmava que todas as guarnições federais de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina haviam aderido ao movimento. Para os paulistas, o movimento era uma forma de lutar contra a ditadura, que ameaçava levar o país à anarquia⁵¹.

Ainda no dia 10 de julho, parte do efetivo do 5º Regimento



de Infantaria da cidade de Lorena, comandado pelo tenente Melchíades de Tavares, ocupou o Túnel da Mantiqueira. Segundo Lima, por essa via férrea “os trens da rede mineira cruzavam a divisa entre São Paulo e Minas Gerais. Situada a 1.800 metros de altitude e com 996 metros de extensão, a passagem era considerada de grande importância para o desenrolar do levante”⁵². Cotta reforça que a “Serra da Mantiqueira constituiu-se um baluarte por sua posição estratégica, principalmente no que diz respeito à malha da Estrada de Ferro Sul de Minas”⁵³. Reforça Filho que ela “se localizava nos maiores entroncamentos ferroviários do País, e nas fronteiras entre o Rio e Janeiro, Minas Gerais e São Paulo”⁵⁴.

O presidente de Minas Gerais determinou o recolhimento imediato do efetivo dos destacamentos, além de rigorosa prontidão da tropa em todo o estado mineiro. O efetivo foi reorganizado em vários batalhões, mobilizáveis, em um total de 30, cons-

tituído de voluntários patriotas, sendo o alistamento a cargo dos políticos mineiros⁵⁵. Os paulistas, além da cidade de Passa Quatro, já haviam invadido as cidades mineiras de Guaxupé, Ouro Fino e Jacutinga, sendo marcante a “brutalidade para com os soldados de Minas aprisionados, quando dos primeiros contatos”⁵⁶. Almeida, acerca da invasão paulista no sul de Minas, afirma que “[...] fronteiras tinham sido ultrapassadas, de surpresa e ataques fulminantes [...]”⁵⁷.

Foi enviado um rádio, circular, do Secretário do Interior, acerca da situação. Seu teor, conforme consta no relatório de Campanha, dizia que [...] “nossa Força Pública está arregimentada e coesa em torno do presidente Olegário Maciel, que presta seu apoio ao Governo Provisório para preservação da obra revolucionária”⁵⁸. No mesmo relatório, há uma carta do coronel José Marques, chefe do estado-maior da Força Pública Mineira, dirigida ao coronel Lery, então co-



mandante do 7º Batalhão, com os seguintes dizeres:

O Governo do Estado acaba de receber comunicação do Rio de que, em Mato-Grosso, houve um levante militar, chefiado pelo General Bertholdo Klinger, visando a deposição do chefe do Governo Provisório. Esse movimento, segundo a mesma comunicação, está circunscrito apenas ao Estado de Mato-Grosso. A nossa Força vai permanecer na expectativa, estando vigilante e alerta, pronta a cumprir ordens que nos forem dadas pelo nosso Presidente. Para facilitar a correspondência que não deve ser divulgada ou conhecida, junto, a esta, instruções organizadas no E.M., para a cifra dos despachos reservados. As instruções vão acompanhadas de um dicionário, do qual nos utilizaremos para a referida correspondência. Cordiais saudações. a) Coronel G. Marques, Chefe do E.M. – Em tempo: Peço acusar recebimento. a) Coronel Marques. (sic)⁵⁹

Imediatamente, foram adotadas as providências sob total sigilo e prontidão, para propor-

cionar o aparelhamento e a mobilização da tropa por parte do coronel Lery. Já no dia 10 de julho, foi designado o coronel Gabriel, então chefe do estado-maior da Força Pública Mineira, para ser o comandante das operações das tropas de Minas, assim como o tenente-coronel José Vargas da Silva, para ser o subchefe das operações. No mesmo dia, partiu para a cidade de Lavras o primeiro contingente do 7º Batalhão, sendo que o restante seguiu no dia 14 de julho. O estado de Minas Gerais foi dividido em três setores, cada um atuando com uma brigada ou destacamento, sob o comando de um coronel da força mineira.

O coronel Edmundo Lery dos Santos foi designado para comandar o 1º setor do Túnel da Mantiqueira, na cidade de Passa Quatro, Sul do estado de Minas Gerais. A comunicação foi feita pelo serviço de rádio do estado, sendo que, conforme Cotta, “na década de [19]30 estava em funcionamento a malha ferroviária que ligava diversas cidades mi-



neiras”⁶⁰. O Boletim nº 1 constante no relatório de campanha noticiou a criação da Brigada Sul, ou Brigada Lery, como ficou conhecida⁶¹. Foi integrada por várias unidades, à medida que iam chegando. Cotta relaciona as unidades que integraram a brigada Sul com os respectivos comandantes:

Estado Maior da Brigada Sul
Cel Edmundo Lery Santos-Bom Despacho; 1º Batalhão de Infantaria Ten Cel Francisco Campos Brandão-Belo Horizonte; 2º Batalhão de Infantaria Major José Pinto de Souza - Juiz de Fora; 3º Batalhão de Infantaria Major Targino Ribeiro de Meirelles-Diamantina; 7º Batalhão de Infantaria Ten Cel Fulgêncio de Souza Santos-Bom Despacho; 8º Batalhão de Infantaria Major José Persilva-Belo Horizonte; 19º Batalhão Infanteria Provisório Major Joaquim Francisco de Paula-Belo Horizonte; Regimento de Cavalaria Ten Cel Anísio Fróes-Belo Horizonte; Serviço Auxiliar de Engenharia Ten Cel Otacílio Negrão de Lima-Belo Horizonte; Serviço de Saúde Major Dr. J. Santa Cecília-Belo

Horizonte e o Trem Hospital
Capitão Dr. Carlos Alberto
Quadros-Belo Horizonte⁶².

Além das unidades mencionadas, duas seções de metralhadora do 5º Batalhão que estavam em Poços de Caldas foram movimentadas para o setor do Túnel. O motivo da remoção foi a necessidade, face à resistência dos revoltosos paulistas. Em 1930, a Força Pública de Minas guerreou contra as forças federais na Revolução de 1930, quando se tomou o então 12º RI (Regimento de Infantaria), hoje 12º BI (Batalhão de Infantaria), na cidade de Belo Horizonte. As feridas ainda estavam abertas, razão pela qual o boletim nº 1 do relatório de campanha exarou recomendações para que o comando das operações da Força Pública Mineira fosse do governo do Estado, na pessoa do coronel Marques, chefe militar das operações de Minas.

Vieram para Minas Gerais oficiais do Exército, como o general Jorge Pinheiro, e outros ofici-



ais, como Juarez Távora e Eduardo Gomes, para auxiliarem na luta contra os revoltosos⁶³. Mesmo assim o boletim nº1 da Brigada Sul, constante no Relatório de Campanha, deixou claro que a Brigada Sul agiria sob ordens e orientações do governo do Estado. O documento noticia que o comando geral das operações das tropas mineiras ficaria a cargo do tenente-coronel José Marques, da Força Pública Mineira, articuladamente com o general Jorge Pinheiro, comandante da 4ª Divisão de Infantaria, além de conter outras recomendações e orientações, como se vê:

[...] A ação da brigada de seu comando se desenvolverá sob ordens e orientação do Governo do Estado, que lhe serão oportunamente transmitidas pelo Comando Geral das Forças em Operações, concretizadas na pessoa do Cel José Gabriel Marques, articuladamente com o General Jorge Pinheiro, comandante das forças federais em Minas Gerais, cujo chefe do Estado-Maior será o Coronel Cristóvão Barcelos. [...] Enquanto

não se define plenamente a situação geral, e por conveniência da defesa do Estado, nenhuma operação deverá ser iniciada sem que proceda ordem bem clara. (sic)⁶⁴

No setor do Túnel, as tropas paulistas, em maior número, estavam bem entrincheiradas nos contrafortes⁶⁵, não só no lado mineiro, mas também próximo à estação de Manacá, na época um vilarejo, e hoje um bairro de Passa Quatro. Araújo aduz que os paulistas ocupavam “posições privilegiadas em uma região de topografia extremamente irregular e de difícil acesso, a mais de mil metros”⁶⁶. Possuíam também muitas metralhadoras, canhões de médio e longo alcance em pontos estratégicos, sendo perigosa qualquer operação de ataque. Integrando as tropas paulistas, estavam o 2º, 3º e 4º regimentos do Exército, duas seções de Artilharia, três batalhões de Voluntários e uma companhia do Corpo de Bombeiros.

Figueiredo relata em suas memórias: “nenhuma hostilidade



contra as forças de Minas, estaduais e federais seria de nossa iniciativa, atendendo às promessas de neutralidade inicial, e na esperança de possíveis adesões”⁶⁷. Segundo Lima, “logo que ficou clara a impossibilidade de uma aliança com as forças do outro lado, os paulistas decidiram empurrar duas locomotivas para dentro do túnel, tombando-as em seguida e formando sobre elas uma barricada”⁶⁸. O objetivo da ação das tropas revoltosas era dificultar a progressão e mesmo a aproximação das forças legalistas.

Os paulistas, sob o comando do tenente Melchíades, ao ocuparem Passa Quatro, no dia 10 de julho, “dinamitaram várias pontes da via férrea, o que teria causado pânico e alarme a muitas famílias”⁶⁹. Tropas federais sediadas no estado de Minas Gerais foram enviadas para o Setor do Túnel, para conter os paulistas. As unidades federais legalistas, ou getulistas, enviadas foram: o 11º Regimento de Infantaria de São João Del Rey, comandado

pelo major Herculano Assumpção; o 4º Regimento de Cavalaria Divisionária de Três Corações, sob as ordens do coronel Eurico Gaspar Dutra; e o 10º Regimento de Infantaria, comandado pelo capitão Alexandre Zacarias de Assumpção.

No dia 17 de julho, chegaram a Passa Quatro as tropas mineiras dos 1º e 7º Batalhões de Polícia Militar (BPM). O tenente-coronel José Marques foi designado para ser o chefe do estado-maior da Brigada Sul, sendo que toda a tropa de Minas foi colocada à disposição da 4ª Divisão de Exército. O coronel do Exército Brasileiro (EB) Cristóvão Barcellos⁷⁰ foi o comandante supremo das forças legalistas no setor do Túnel. Por volta das 13 horas, chegou à estação de Passa Quatro o 1º Batalhão. No momento em que a tropa se preparava para almoçar, chegou um oficial do EB, major Herculano, comandante do 11º RI, solicitando ajuda, haja vista que a sua unidade estava sendo envolvida por tropas paulistas. Imediatamente foi suspen-



so o almoço e dado o apoio não só para a unidade federal solicitante, mas a todas que estavam no setor do Túnel.

Juscelino Kubitschek, então capitão médico da Força Pública, servindo no hospital militar, na cidade de Belo Horizonte, quando começou a revolução foi integrado ao 1º Batalhão da Força Pública mineira. Quando chegou a Passa Quatro junto com a tropa, no dia 17 de julho, recebeu ordens do seu comandante para preparar um hospital de campanha na Santa Casa de Misericórdia daquela cidade. O nosocômio não tinha nenhuma estrutura para atender as pessoas; com escassas possibilidades técnicas e materiais, sobressaía a improvisação. A única funcionária do hospital era uma irmã de caridade chamada Maria Octávia⁷¹. Mesmo assim, foi ali instalada a unidade para atender aos combatentes, que a batizaram de Hospital de Sangue.

Acerca das condições da Santa Casa, Araújo aduz que

não existiam esterilizadores ou autoclaves e o “instrumento cirúrgico” resumia-se a algumas pinças hemostáticas, um velho bisturi e uma tesoura enferrujada. Os únicos medicamentos existentes eram o iodo e a água oxigenada. Compressas e gases, em pouquíssima quantidade⁷².

Para ajudar o capitão Kubitschek, um sacerdote austríaco se apresentou como voluntário. Tratava-se do padre Alfredo Christovam Kobal⁷³, vigário de Virgínia-MG, próxima da cidade de Passa Quatro. Além da assistência espiritual aos feridos, também ajudava nos atendimentos de urgência. Ele havia lutado na Primeira Guerra Mundial. Passou a ser conhecido como uma das figuras mais populares junto à tropa.

Padre Kobal acompanhava JK⁷⁴ nas idas e vindas, nos postos da linha de frente, onde distribuíam medicamentos, anti-hemorragicos e aplicavam injeções para as dores. Devido ao frio intenso, gripes e pneumonias em massa eram comuns nas trin-



cheiras úmidas e geladas. O padre arrumava burros e os carregava com barris de cachaça, distribuindo aguardente para os soldados da Força Pública mineira, como fazia nas trincheiras europeias durante a Primeira Guerra.

Para suprir a deficiência na prestação de saúde aos combatentes, foi enviado para Manacá, no dia 27 de julho, um trem hospital. Os seus comboios foram adaptados para atender aos combatentes, suprimindo a falta de recursos. Era composto por um carro de transporte de doentes; instalação radiológica completa; um carro de alta cirurgia e sala de assepsia; um carro dormitório, transformado em enfermaria, com vinte leitos; um carro de pequena cirurgia, com consultório médico, sala de curativos de pequena cirurgia e gabinete dentário; e finalmente, uma prancha para a condução da autoambulância. Podia atender qualquer emergência, pois dispunha de especialistas com profissionais especializados, como cirur-

giões, clínicos, radiologistas, dentistas, farmacêuticos e enfermeiros.

Por volta das 17 horas, também do dia 17 de julho, chegou a Passa Quatro a tropa do 7º Batalhão, oriunda de Soledade, a qual deslocou-se imediatamente para o *front*⁷⁵, a fim de ajudar as tropas ali empenhadas. Por volta das 17 horas, as tropas legalistas já tinham recuperado as posições perdidas momentaneamente devido ao avanço das forças paulistas. Na oportunidade, ficou acertado que, no dia seguinte, 18, as tropas federais iriam ser substituídas pelas mineiras. As unidades federais iriam ser deslocadas para outro setor, na região de Ouro Fino, também na divisa com o estado de São Paulo. Segundo Silveira, o coronel Lery “acordou que o deslocamento seria feito ao anoitecer”⁷⁶. Kubitschek afirma que a “troca foi feita pela manhã, embora o capitão Ernesto Dornelles tenha advertido que “não se deve substituir a tropa durante o dia”⁷⁷.



A preocupação do coronel Lery se fundamentava no perigo de um contra-ataque das tropas paulistas, que ocupavam posições altas, o que facilitava perceber qualquer movimentação. No dia 18 de julho, os 1º e 7º batalhões da Força Pública Mineira estavam nas proximidades do Túnel, esperando o momento de substituírem as tropas federais. Ao serem percebidos pelos revoltosos, começaram a disparar, cada vez mais intensificando a fuzilaria. Segundo Silveira, “sem saber de onde partiu a ordem, as tropas federais começaram a se retirar de maneira desordenada, que se generalizou em debandada, visando alcançar Manacá”⁷⁸.

A intensidade dos ataques paulistas aumentou à medida que se intensificava a retirada desordenada, obrigando o 1º Batalhão a recuar cerca de 800 metros da posição inicial. A unidade transpôs as linhas legalistas, até então conquistadas, obrigando também o 7º Batalhão a recuar. Nesse momento, dois comandantes da Força Pública

mineira, os tenentes-coronéis José Vargas e Fulgêncio, diante do pânico, conseguiram restabelecer a normalidade, iniciando em seguida um contra-ataque e retomando as posições que haviam perdido. Silveira relata que “as metralhadoras paulistas matracavam incessantemente, sem um minuto de trégua”⁷⁹.

A coragem dos tenentes-coronéis José Vargas e Fulgêncio e o que realmente se passou naquele dia não passaram despercebidos. O coronel Lery relatou o episódio no relatório de campanha, assim:

Foi num desses momentos que, sem se saber como e á ordem de quem, começou a retirada dos elementos das aludidas unidades do Exército, retirada essa que se generalizou em verdadeira correria, estrada afora, com direção á Manacá. (sic)

Percebendo o inimigo essa retirada desordenada, aliás, em parte justificada, porque a fuzilaria era intensa e os projectis atingiam a estrada em uma grande extensão, o que não aconteceria se ela se desse á



noite, como é regularmente fazer-se (cabendo somente a responsabilidade á autoridade que ordenou a retirada fora da hora) aconteceu justamente o que eu havia previsto: supondo o inimigo que estávamos abandonando as posições, e antes que o 7º Batalhão reforçasse a linha do 1º Batalhão, intensificou o fogo e fez avançar seus elementos, conseguindo assim fazer recuar o flanco direito do 1º Batalhão, que se encontrava no morro, á frente, e meio á esquerda do Túnel. Com esse recuo e com a continuação da correria das praças do Exército, estabeleceu-se o pânico no rosto da tropa, que chegava, e daí o recuo que tivemos de mais de 800 metros sob fuzilaria intensa do inimigo, cujas patrulhas chegaram a transpor nossas linhas, na ala direita. (sic)

Foi esse um momento de grande agitação, que demandava a presença de elementos valorosos, compenetrados de seus deveres e reponsabilidades.

Lembro-me bem que, ao meu lado, estiveram os comandantes José Vargas e Fulgêncio de Souza Santos, que enfrentavam, como leões, o perigo que corriam, para fazer deter a

onda e soldados nossos, que, sem compreenderem bem a situação, se dispunham a abandonar o posto de honra, para retornarem à Manacá, acompanhando inconscientemente os colegas do Exército. (sic, grifo nosso)⁸⁰

Por volta das 10 horas da manhã, começaram a chegar ao Hospital de Sangue, transportados por um caminhão, militares feridos. O hospital em Passa Quatro ficava cerca de 10 km do setor do Túnel. As notícias dos combates chegavam através dos ecos dos canhões e do matraquear das metralhadoras, que eram ininterruptos, deixando todos apreensivos e nervosos. Segundo Kubitschek, “muitos recrutas sem treinamentos de guerra, foram colhidos pelas rajadas de metralhadoras [...]. Nunca pude me esquecer daquele espetáculo”⁸¹. Manifesta sua impressão quanto à chegada dos feridos ao hospital:

Do caminhão, começaram a descer feridos. Uns tinham a farda ensanguentada, mais



caminhavam. Outros, sustentados pelos padioleiros, gemiam, com a roupa esstraçalhada, deixando ver ferimentos de estilhaços de granada, nas partes expostas. Muitos deixavam-se levar, inertes, os braços caídos e a fisionomia contraídas pela dor. Alguns já se encontravam em agonia. A primeira impressão da luta armada, tomada mais ainda pelo cortejo dos sofrimentos que podia minorar. [...]

Ajudado pelo motorista do caminhão e por dois padioleiros, recolhemos os feridos e os colocaram nos leitos enfileirados nas duas pequenas enfermarias. Não tardou que chegassem novos caminhões, repletos de feridos. Enquanto o recolhimento das vítimas se processava, o zunido das balas que vinham dos morros ecoava demoradamente nas grotas e ia se perder ao longe, nas chapadas [...].

Intermitentemente, faziam-se ouvir as peças de grosso calibre-canhões e morteiros. As granadas, explodindo a intervalos, davam-me impressão tão estranha quanto sinistra. Faziam-me pensar, estourando de um extremo a outro, que o anjo da morte distendia um intenso sudário, para amortalar a Mantiqueira⁸².

Apesar de todo esforço dos comandantes das tropas mineiras, o boletim da Brigada nº 19, do dia 3 de agosto de 1932, em sua 3ª parte⁸³ distorceu os fatos ocorridos no dia 18 de julho. Consta que as tropas mineiras substituíram as forças federais, recuando em seguida das posições, e que foi necessária a intervenção do coronel EB Dutra, juntamente com a sua tropa, para a retomada do Túnel. Foi ressaltada no aludido boletim, a bravura de um soldado, o qual reconquistou as posições perdidas. A publicação dá a entender que o Túnel foi tomado por forças do Exército. O coronel Lery, ao tomar conhecimento da publicação, imediatamente redigiu um documento ao general de divisão do EB Jorge Pinheiro, relatando o ocorrido e desmentindo, segundo ele, uma calúnia e perfídia para com as tropas da Força Pública mineira no setor do Túnel.

No boletim referenciado e no relatório de campanha, os



fatos foram distorcidos, sendo publicado o seguinte:

[...] no dia 18 do corrente o Cel. Eurico Gaspar Dutra, que comandava as tropas do Exército, que haviam tomado o Túnel de Passa-Quatro, foi substituído por um destacamento de 2 batalhões na Força Pública Mineira. E, logo depois de falar do recuo das posições, dando a entender e deixando crêr que o Túnel fora efetivamente tomado por forças do Exército, acrescentar o aludido boletim: “ai o Cel Eurico Gaspar Dutra, á frente do seu destacamento, em um ato de exemplar iniciativa, voltou a intervir na missão, em que fora substituído e com a energia de um chefe, que, que sabe comandar, com bravura de um soldado digno da grande Pátria, que o elevou a um alto posto de Exército, reconquistou as posições, que o elevou a um alto posto de Exército, reconquistou as posições. (sic)⁸⁴

O documento enviado pelo coronel Lery ressaltou que o “Túnel não foi tomado por tropas do Exército, nem o destacamento

do coronel Dutra interveio para retomar as posições, porque elas foram retomadas, mantidas e melhoradas pelo destacamento de dois batalhões da Força Pública Mineira”. O general Jorge Pinheiro nunca respondeu ao ofício do coronel Lery, contudo, no dia 13 de agosto de 1932, o coronel Dutra enviou uma mensagem para o coronel Barcelos, esclarecendo o ocorrido em 18 de julho de 1932, a qual também foi enviada para o General Jorge Pinheiro. No relatório de campanha, o coronel Dutra esclareceu: “peço prevenir Cel Lery acabo enviar oficio Comandante 4º D.I. esclarecendo que a recuperação posições Túnel dia 18 mês findo, reocupação feita exclusivamente Força Mineira. (a) Cel Dutra” (sic)⁸⁵

Quando a Brigada Sul chegou a Passa Quatro, a primeira missão foi socorrer as tropas federais legalistas que estavam sendo envolvidas pelos revoltosos próximo a Manacá. Após conseguir recuperar posições e fazer que os revoltosos recuassem



para as proximidades do Túnel, substituíram as tropas federais que já estavam nas proximidades há quatro dias. O objetivo era para conter qualquer avanço dos paulistas. Logo após, o Cel Lery estruturou administrativa e estrategicamente as ações da sua tropa. Estabeleceu que o seu comando iria se fixar em Manacá, montando ali o comando geral da Brigada Sul.

A estação de Passa Quatro está a 4 Km da estação de Manacá, que está a 6 Km da estação do Túnel. Da estação de Passa Quatro até a estação do túnel, hoje chamada de Cel Fulgêncio, são 10 Km. A Fazenda São Bento, localizada a 10 km de Manacá, dava acesso ao morro do Cristal e, em seguida, à serra do Itaguaré, à direita da boca do túnel, do lado mineiro. Houve a necessidade de ocupar a área, haja vista que poderia a tropa mineira ser atacada pela retaguarda, pelos revoltosos. O terreno é acidentado, com altitude de 1.750 metros. A tropa levou seis dias, através de picadas, partindo da fazenda São

Bento, e conseguiu ocupar o morro da Garupa e outros pontos estratégicos da Serra da Mantiqueira, montando postos avançados.

O quartel-general da Brigada Sul, após ser instalado no distrito de Manacá, próximo da estação de mesmo nome, dividiu a brigada em três sub-setores, pegando por base a frente do túnel do lado mineiro, que foram: 1º) Sub-setor da frente: abrangia toda a frente do Túnel para a direita e esquerda, até as elevações das montanhas; 2º) Sub-setor da direita: compreendia: Fazenda de São Bento, Morro do Cristal-Garupa e Serra do Itaguaré; e 3º) Subsetor da esquerda: elevações da Fazenda Gomeira e imediações. A tática utilizada para progredir no terreno era iniciada com a artilharia, depois as tropas de infantaria atiravam em direção às posições dos revoltosos, e os demais progrediam e ocupavam as posições, conquistadas palmo a palmo.

As batalhas empreendidas eram fratricidas e sangrentas. As



tropas mineiras incansavelmente realizavam ataques contra os paulistas, que, bem entrincheirados, com metralhadoras pesadas e canhões de longo alcance, resistiam às investidas. As tropas mineiras eram apoiadas por uma bateria de artilharia do 10º Regimento de Infantaria e duas peças do 8º Regimento de Artilharia de Pouso Alegre. A área onde se localiza o túnel possui picos elevadíssimos, como Gomeira (2.010 m), Gomeirinha (1.500 m), Cristal (1.700 m) e Itaguaré (2.308 m). O terreno possuía grotas perigosas e abismos, além de taquaral, cobertos de matas e subidas íngremes (Cotta, 2002). Sem contar o clima, com temperaturas que chegaram a -3º C na Serra da Mantiqueira, causando doenças como gripes, pneumonias e tuberculose.

A alimentação da tropa, segundo Cotta, era uma “ração que consistia em um pirão com carne cozida”⁸⁶. A condução não só dos alimentos, mas também de munições, era feita no lombo de burro

até onde dava. Aduz Silveira (1955, p.164) que “a condução do alimento e munição é difícil e poderá somente ser feita em cargueiros, até certo ponto [...], cerca de três quilômetros através de taquaral horrível e subidas indescritíveis, e só poderá tocar no alto, agarrando-se em cipós e tocos”. Aduz ainda Silveira que “admitindo-se que um homem poderá conduzir apenas 10 quilos”⁸⁷, abstrai-se que, não só a alimentação, mas também as munições não tinham um fluxo regular de entrega, para os combatentes em pontos avançados do front.

Outras dificuldades encontradas pelos mineiros no Setor do Túnel foram assim relatadas por Cotta:

O soldado sofria com a chuva, com o frio e com o ar rarefeito das altas altitudes. As trincheiras eram construídas nos topos das elevações (cristas militares ou nas cristas topográficas) e não possuíam um bom campo de tiro - reflexo direto do tipo de terreno. O clima da Serra além de casti-



gar os soldados provocando resfriados, gripes e reumatismos, interferia no funcionamento dos armamentos e na qualidade das munições. A falta de manutenção adequada em virtude do excesso de disparos e consequente acúmulo de pólvora nas partes internas dos armamentos, atrelada à aceleração do processo de oxidação, comprometia o bom desempenho das armas. Devido à higroscopicidade da pólvora, isto é, sua capacidade de absorver umidade, e das características dos componentes das espoletas – responsáveis pela produção da fagulha que irá queimar a pólvora confinada no interior do cartucho – as munições falhavam e os projéteis não eram propelidos⁸⁸.

Os combates no setor do Túnel foram equiparados a Verdun⁸⁹, conforme editorial do *Correio de São Paulo* do dia 6 de agosto de 1932, segundo Lima⁹⁰, pois os confrontos se caracterizavam por uma guerra de trincheiras. Foi programada para o dia 27 de julho uma ofensiva contra as tropas rebeldes, mas só foi desencadeada no dia 30 de

julho. Esperava-se surpreender os rebeldes, porém quando as tropas mineiras se preparavam para ofensiva, sofreram uma contraofensiva inesperada dos paulistas. Nesse dia, o tenente-coronel Fulgêncio, comandante do 7º Batalhão de Bom Despacho, que estava próximo ao Túnel junto a sua tropa preparando-se para as operações, foi atingido por uma rajada de metralhadora⁹¹.

Naquele momento, o capitão Juscelino Kubitschek estava próximo, pois iria acompanhar as tropas na ofensiva, e prestou os primeiros socorros. Carregado pelo padre Kobal, o tenente-coronel Fugêncio foi levado para o trem hospital, onde faleceu. Na contraofensiva paulista, morreram também dois tenentes, Freitas e Moura, atingidos por uma granada, além de ter havido diversos feridos. Acerca do ocorrido, o coronel Lery, no relatório de campanha, assim registrou:

Foi o pior dia, que tivemos no setor do túnel, o dia 30 de ju-



lho [...], fazendo com que o inimigo nos causasse grandes baixas na nossa fileira, com a sua fusilaria mortífera e certos disparos de artilharia. (sic) [...]

Foi nesse dia fatídico para a Brigada, perdemos o bravo Cel. Fulgencio de Souza Santos, no momento em que esse oficial dava ordens de preparativos para o desencadeamento da ofensiva, no flanco esquerdo, pelo 7º B.I. de seu comando. Além desse desastre, perdemos, quase na mesma hora, os 2os. Tenentes Anastácio Rodrigues de Moura e João Luiz de Freitas, os quais foram vítimas da explosão de uma granada de mão, no ato em que o primeiro fazia menção de arremessar-a contra o inimigo, tendo ambos morrido e ficado feirdas diversas praças. (sic)⁹²

A batalha final, protagonizada pelo tenente-coronel José Vargas, começou na segunda quinzena de agosto e terminou com a queda do Túnel na noite de 12 para 13 de setembro. As tropas do 3º Batalhão de Diamantina e do 7º Batalhão de Bom despacho, por ele comandadas,

adentraram pelo lado direito do Túnel, pelas terras da fazenda São Bento, ainda no território mineiro, a 10 km de Manacá. Subiram pelo morro do Cristal para atingir a serra do Itaguapé. O objetivo era entrar no território paulista, através da fazenda cafezal, na cidade de Cruzeiro, para atacar os revoltosos pela retaguarda. Tinham que chegar até a Serra de Itaguapé e surpreender os revoltosos nos seus postos e trincheiras.

Essa batalha foi corpo a corpo; as lutas foram com baionetas, resultando em muitas vítimas. Estrategicamente, cortaram a comunicação com a cidade paulista de Cruzeiro, conforme relatório de campanha⁹³. Isolado, o contingente não teve escolha: lutar até a morte, se render ou fugir. Fustigando os paulistas já no seu território, na madrugada do dia 12 para 13 de setembro os revoltosos abandonaram seus postos no Túnel. Durante as batalhas na serra do Itaguapé, já quase no final do conflito, Silveira, um integrante das tropas paulis-



tas, ao ser capturado ou ter se rendido, disse:

[...] Os prisioneiros, aos quais foram dispensadas todas as garantias e conforto, se mostravam cansados e desanimados e, por isso, declararam que se julgavam satisfeitos com a sorte que lhes fora reservada, uma vez que reconheciam ser inglória e injustificável a luta em que se empenharam para satisfação exclusiva de políticos ambiciosos [...] ⁹⁴.

Na retirada, os revoltosos, deixaram para trás veículos, munições, granadas e outros objetos, conforme descrito no relatório de campanha⁹⁵. As tropas mineiras, diante da retirada das tropas paulistas, ocuparam a cidade de Cruzeiros e Cachoeira, encerrando as atividades naquele setor. A queda do setor do Túnel e ocupação de cidades próximas motivou as forças paulistas que estavam em Cunha a abandonarem a luta.

Na seção a seguir, será discutido o tema da pesquisa.

DISCUSSÃO DO TEMA

O tema em questão, conforme foi demonstrado, é multifacetado. Os motivos que colimaram para a Revolução de 1932 têm suas origens no final do período imperial e se ampliaram no período da República Velha. Nas eleições de 1930, o presidente Washington Luís indicou Júlio Prestes, em vez do mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, acabando com a Política do Café com Leite e traindo politicamente Minas Gerais.

Minas se aliou ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, apoiando a chapa formada pelo gaúcho Getúlio Vargas e o Paraibano João Pessoa. Derrotados nas urnas, alegaram que houve fraudes e deflagraram a Revolução de 1930. Conquistando o poder central, Vargas assumiu o governo provisoriamente, revogando a Constituição de 1891, prometendo convocar eleições para a Assembleia Constituinte e nomeou



interventores para os estados, exceto para Minas Gerais.

Os paulistas foram alijados do poder central e também do estadual. Sentindo-se humilhados e preteridos pelo governo provisório, passaram a fomentar a reconstitucionalização do Brasil, assim como a derrubada de Vargas. O que se abstrai de toda a celeuma é que eles desejavam retomar o poder que tinham antes da Revolução de 1930, o que resultou na deflagração da Revolução Constitucionalista de 1932.

Acerca do motivo alegado pelos paulistas para deflagrarem a Revolução de 1932 – que o Brasil vivia em uma ditadura e precisava ser reconstitucionalizado – o governo central estava adotando providências. Consta nos registros históricos que em maio de 1932, antes de se deflagrar a Revolução, já havia sido sancionado um Código Eleitoral, por meio do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, e instituído o Superior Tribunal Eleitoral, em 24 de maio também de 1932. Os membros da corte eleitoral fo-

ram empossados, tendo sido o primeiro presidente o ministro Hermenegildo Rodrigues de Barros, mineiro de Januária.

Getúlio tentou trair Minas Gerais, depondo o presidente Olegário Dias Maciel, único que não havia sido substituído por um interventor. Em 18 de agosto de 1931, foi determinado que o Comandante da guarnição onde se localiza hoje o 12º Batalhão de Infantaria assumisse o governo do Estado. Contudo, ao se dirigir ao Palácio da Liberdade e informar ao presidente de Minas a ordem recebida de Oswaldo Aranha, o comandante foi impedido de assumir. Olegário Maciel telefonou para o Catete e, ao conversar com Getúlio, este desmentiu a recomendação. Mesmo assim, Olegário Maciel apoiou Getúlio Vargas na Revolução Constitucionalista.

Embora o setor do Túnel tenha sido ocupado pelas tropas paulistas em 10 de julho, registram-se os combates entre as forças naquele setor no dia 17 de julho. Quando as tropas da Força



Pública Mineira chegaram, as tropas federais ali já estavam há quatro dias. Mattos⁹⁶ mostra que São Paulo pecou pela falta de ousadia em não seguir com suas tropas para a cidade do Rio de Janeiro. Aduz ainda que perderam o fator surpresa, além de demonstrarem incompetência estratégica e tática.

Já nos primeiros dias após o 9 de julho, segundo Mattos, “São Paulo constatou que estava só”⁹⁷. Somente a região do Sul do Mato Grosso⁹⁸ acompanhou os revolucionários. Em Minas Gerais havia partidários da causa paulista, entre eles o ex-presidente Artur Bernardes e o Comandante da 4ª Região Militar (RM), sediada, na época, na cidade de Juiz de Fora/MG. Segundo Araújo, Arthur Bernardes disse que em São Paulo “estava a alma cívica do Brasil”⁹⁹. Organizou milícias na região da Zona da Mata mineira, nas regiões das cidades de Viçosa e Ponte Nova.

Getúlio Vargas ordenou a prisão dos dois, afastou o Comandante da 4ª região Militar e

depois do conflito exilou Arthur Bernardes na Europa. Na região da Zona da Mata mineira, onde o ex-presidente com seus combatentes lutavam contra as forças legalistas ou getulistas, enviaram o 12º BIP (Batalhão de Infantaria de Patriotas) no dia 9 de agosto de 1932 para a cidade de Ponte Nova-MG. Essa unidade participou da prisão dos partidários dos paulistas, inclusive de Arthur Bernardes. Segundo Alcântara, que integrava o 12 BIP, o “doutor João Guimarães Rosa¹⁰⁰, voluntário com as honras de capitão-médico [...]”¹⁰¹.

Devido aos saques nas propriedades do lado mineiro, foi enviado ao setor do Túnel Benedito Valadares¹⁰², na condição de delegado. Acerca da estada de JK em Passa Quatro, a consequência em sua vida e na política nacional, devido ao prestígio das pessoas que ali serviram, se pode constatar, conforme Oliveira *apud* Silva e Carneiro:

O desvio brusco no rumo do destino teve, como tudo na



vida, uma origem remota, quase sem importância. Minha experiência em Passa Quatro significou como que um marco. Foi, de fato, o segundo passo numa escalada longa, mas na época, absolutamente imprescindível. O primeiro havia sido minha nomeação para médico do Hospital Militar da Força Pública de Minas. A designação para servir no setor do Túnel fora o segundo. Ali ultrapassei, sem querer, as fronteiras do limitado mundo em que vivia, e pude contemplar cenários diferentes, horizontes mais amplos. O que vi em Passa quatro pareceu-me inteiramente novo. Era a primeira vez que exercia minha atividade num verdadeiro teatro de guerra. O setor do túnel – não sei por que estranha fatalidade – acabou sendo a sementeira de uma nova geração de políticos. Naquela área, verifica-se, de fato, intensa fermentação política. O prestígio que algumas pessoas ali adquiriram levou-as mais tarde às mais elevadas posições no País.

Um coronel do Exército – Eurico Gaspar Dutra – seria ministro da Guerra e presidente da república. Três governadores de estado emergiram das

trincheiras da Mantiqueira: O capitão Ernesto Dornelles, do Rio Grande do Sul; o capitão Zacarias Assunção, do Pará; e o chefe de polícia do Setor, Benedito Valadares, de Minas Gerais¹⁰³.

O valor dos soldados da Força Pública Mineira ficou registrado num cintilante discurso do poeta Carlos Drummond de Andrade, quando estive na Serra da Mantiqueira. Inserido no relatório de campanha, de alguns trechos extraídos do discurso referenciado se abstrai a impressão descrita pelo poeta, do soldado do Túnel:

Não tenho o hábito nem o prazer dos discursos, transmitirei apenas, pelo microfone, uma imagem de trincheira, colhida nas linhas do sul. Quero oferecê-la à sensibilidade e à meditação de meus patrícios. Eu estive diante do Túnel e vi o soldado lutando. (sic)

E o soldado não me viu, porque estava lutando. Estava integralmente lutando. Com o corpo dentro da terra, tal um bicho inferior, sua cabeça al-



çava-se á superfície e era como um acontecimento humano na paisagem da serra. Corpo e cabeça, e fuzil faziam um só indivíduo e acusavam em uma só direção. (sic)

A princípio meus olhos não distinguiram bem, porque da luminosidade da serra haviam passado para a escura e silenciosa trincheira. Percebia a terra cortada de fresco, os torrões ainda se esboroando, os degraus improvisados, os ramos secos e as vigas suspensas sobre nossas formas tateantes. Caminhávamos. Tropeçávamos. E onde a luz não guiava, porque era ausente, guiou-nos o ruído seco, metálico, pontuado, das armas que detonavam. Foi então que eu vi o soldado – que eu senti o soldado, desenhando-se vagamente na estreita fita de luz coada pela abertura, onde havia paisagem e havia o cano da arma. (sic)

Aproximei-me daquela coisa grave e serena. Ele não percebeu. O olho na alça de mira, o pensamento no alvo, o mundo para ele era o morro fronteiro, mancha verde, onde devia haver uma trincheira espiando; a vida estava inteira naquele instante, e não havia nem marchas passadas nem caminhadas futuras. Ha-

via um fuzil, um alvo, um homem e um morro. Tudo era extremamente simples, nenhuma estilização, nenhuma contingência e nenhum cálculo. O soldado estava lutando, estava sinceramente, profundamente lutando.” (sic)

[...] Mas na serra enorme eu via apenas um homem, feito de pau, de ferro, de substâncias indiferentes, um ser sem necessidades e sem desvios, agindo certo, visando reto, atirando firme. Eu vi o soldado lutando. (sic)

[...] Eu descí o morro, trazendo comigo o recorte daquela figura imensa, destacando-se na como uma árvore ou uma torre. Eu trouxe para o meu trabalho miúdo e medíocre a admiração daquele soldado perfeito, anônimo e formidável, que lá está lutando na serra e são milhares, e cobrem uma linha que vai do sul ao triângulo e é a linha do nosso absoluto dever trouxe-o para que ele enriquecesse o meu espírito e ensinasse o meu caminho. Vendo-o, pensando nele, procurando compreendê-lo, como é fácil viver este caminho que o destino traçou Minas-Gerais. Todos os deveres são claros. As responsabilidades são nítidas. Mineiros estão lutando lá lon-



ge, nas alturas, aonde não chegam os boatos nem se insinuam as vacilações. E como poderíamos deixar que eles lutassem e fossemos ficando aqui, inertes, ridículos, pequeninos, fazendo o comentário malicioso dos telegramas, tecendo hinos desvirilizados á pacificação, dançando cinicamente o nosso tango ou distribuindo perversamente o nosso derrotismo? (sic)¹⁰⁴

Na Revolução de 1932, iniciada 9 de julho e encerrada em 2 de outubro, foram registradas 934 mortes. O armistício foi assinado na Escola Arnolfo Azevedo, cidade de Cruzeiro, no Estado de São Paulo. Diante das dificuldades encontradas pela tropa mineira empenhada no setor do Túnel, é patente que cumpriram ordens, foram para o front e executaram com esmero, disciplina, dedicação, lealdade ao governo mineiro e muito sacrifício o que lhes foi determinado.

Na seção final serão apresentadas as conclusões da pesquisa.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve por objeto pesquisar a participação da Força Pública de Minas na Revolução de 1932, na cidade de Passa Quatro, Sul do Estado de Minas Gerais, setor do Túnel. Após ter sido formulada a perguntada norteadora, foram elaborados os objetivos geral e específicos para desenvolvimento da pesquisa bibliográfica. O tema foi limitado às operações e batalhas ocorridas no setor do Túnel da Mantiqueira e adjacências, procurando-se, assim, esmiuçar os fatos ocorridos e relevantes para se responder aos objetivos traçados.

No decorrer da pesquisa, verificou-se que a Revolução de 1932, ou Constitucionalista, conforme afirmam os paulistas, tem antecedentes que remontam ao final da guerra do Paraguai e se estendem até o fim do período conhecido como República Velha. Entre suas causas estão a dominação econômica dos cafeicultores do oeste paulista, o pacto



federalista, o coronelismo e a política dos governadores, também conhecida como Política do Café com Leite, e o seu fim por Washington Luís.

Ressalte-se a insatisfação de outros estados, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que se sentiram traídos por Washington Luís, por este não indicar Antônio Carlos Ribeiro de Andrada para as eleições da Presidência da República em 1930. A consequência foi a eclosão da Revolução de 1930, que levou ao poder Getúlio Dorneles Vargas, o qual, por suas ações no governo provisório, principalmente o alijamento dos paulistas da administração do país e do estado de São Paulo, incitou-os a promoverem a Revolução de 1932.

Os combates ocorridos no setor do Túnel foram violentos e até comparados às batalhas da Primeira Guerra Mundial no noroeste da França, em Verdun. O número de baixas na Revolução de 1932, segundo registros oficiais, foi de 934 (novecentos e trinta). No setor do Túnel, além do

coronel Fulgêncio, mais 92 (noventa e dois) militares da Força Pública Mineira tombaram. Não se computam nesse registro, contudo, os integrantes da tropa mineira que faleceram de enfermidades adquiridas nos combates, como tuberculose, pneumonia, reumatismo e outras, nos anos seguintes ao conflito.

Conclui-se que a pergunta norteadora foi respondida e que os objetivos propostos foram alcançados. Constatou-se que mesmo diante da violência das batalhas, a Força Pública de Minas executou com esmero, determinação, disciplina, coragem, lealdade ao Presidente de Minas Gerais, sacrifício e competência a missão que lhe foi confiada. Suas ações foram preponderantes para a derrota dos revoltosos no setor do Túnel, que era um baluarte estratégico para as pretensões das tropas paulistas, embora a resistência empregada tenha sido feroz. Objetivo dos paulistas era voltar ao poder que detinham antes da Revolução de 1930, além de derrubar Getúlio Vargas.



BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, Antônio Fernando de. *Paragens de Rosa: uma trajetória singular*. Belo Horizonte: ed. do Autor, 2020.

ALMEIDA, Klinger Sobreira de. *Polícia de segurança pública/MG: construção no período republicano - 1890/1970*. Belo Horizonte: Edição Independente, 2021.

ARAÚJO, Fernando. *Juscelino Kubitschek: o médico*. Belo Horizonte: RC Editora e Gráfica, 2002.

ASSIS, Anatólio Alves de. *A polícia militar na paz, nas guerras e nas revoluções*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1989.

BEZERRA, Juliana; SOUZA, Thiago. *Entenda o que foi a revolução constitucionalista de 1932* (resumo). Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/revolucao-de-1932/>>. Acesso em 29 jul.2024.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COTTA, Francis Albert. As trincheiras da Mantiqueira: os embates da brigada sul na revolução constitucionalista. *Revista Alfe-*

res, v.17, n.54, p. 67-90, 2002. Disponível em: <https://revista.policialmilitar.mg.gov.br/indux.php/alferes/issue/view/26>. Acesso em: 20 mai. 2024.

COTTA, Francis Albert. *Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisália, 2006.

COUTO, Ronaldo Costa. *O essencial de JK: visão e grandeza, paixão e tristeza*. Brasil: Planeta, 2013.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985.

FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para história da revolução constitucionalista de 1932*. São Paulo: Martins, 1981.

FILHO, Luiz de Marco. *História da PMMG*. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação-PMMG, 2005.

GOMES, Laurentino. 1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclama-



ção da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013.

JUNIOR, Caio Prado. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.

LIMA, Luiz Octavio de. *1932 São Paulo em chamas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

MATTOS, Carlos de Meira. As causas e o ideário da Revolução constitucionalista de 1932. *Revista do IGHMB*, Rio de Janeiro, n. 88, p. 119-125, 2002. Disponível em:

<https://www.ighmb.org.br/revistas>. Acesso em: 31 jul.2024.

MINAS GERAIS. Força Pública do Estado de Minas Gerais. *Movimento de 9 de julho de 1932*: relatório dos serviços de guerra das Brigadas Sul e Leste nos setores do Túnel de Mantiqueira e Poços de Caldas, apresentado pelo coronel Edmundo Lery Santos, comandante da Brigada Sul, ao Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema, dd Secretário do Interior e Comandante Geral da Força Pública. Belo Horizonte:

Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933.

MINAS GERAIS. Força Pública do Estado de Minas Gerais. *Regulamento de Exercícios para Infantaria*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Os presidentes: Juscelino Kubitschek, 19º Presidente do Brasil*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três: 1983.

SILVEIRA, Geraldo Tito. *A Polícia Militar de Minas* (fragmentos, historietas e anedotas). Belo Horizonte: [s.e.], 1955.

SILVEIRA, Geraldo Tito. *Crônica da polícia militar*. Belo Horizonte: [s.e.], 1966.

NOTAS

¹ Passa Quatro – Cidade turística do Sul do Estado de Minas Gerais, na divisa do Estado de São Paulo. Localizada nas proximidades da Serra da Mantiqueira, sendo uma estância hidromineral.

² Túnel da Mantiqueira – Túnel ferroviário com 997 metros de extensão,



localizado nos Km 23 e 24 da Estrada de Ferro Minas e Rio, na fronteira dos estados de Minas Gerais e São Paulo, entre os municípios de Passa Quatro-MG e Cruzeiro-SP.

³ Teatro de Operações – Termo utilizado pelos militares, para designar local onde se desenvolvem operações militares, policiais, bélicas, resgate, batalhas e outras.

⁴ Fratricida – Luta e guerra entre irmãos.

⁵ Edmundo Lery dos Santos – Coronel da Força Pública de Minas Gerais. Comandante da Brigada Sul da Força Pública Mineira no setor do Túnel da Mantiqueira, na revolução de 1932. Os integrantes da tropa da Brigada Sul a chamavam de Brigada Lery, em homenagem ao seu Comandante.

⁶ Guerra do Paraguai – Maior conflito armado ocorrido na América do Sul. De um lado os Paraguaio e do outro a Tríplice Aliança formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai. Iniciou-se em 12 de novembro de 1864 e terminou em 1º de março de 1870.

⁷ Monarquia - Governo em que o chefe supremo pode ser o rei ou a rainha. Tipo de governo em que o poder supremo é exercido pelo rei até que ele morra ou renuncie, nesse caso, os seus descendentes diretos assumem o poder.

⁸ República - Governo em que o Estado prioriza o interesse do povo; o país que possui esse tipo de governo: República Federativa do Brasil. Maneira de governar caracterizada pela supremacia do povo cujos representantes constituem o Estado.

⁹ FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985, p. 240.

¹⁰ Democraticamente - De uma maneira conciliável aos gostos populares

¹¹ Provincial - Refere-se à província, ao território afastado do governo central ou da capital.

¹² Federalismo - Sistema político ou de governo em que a nação é composta por vários estados que, embora possuam relativa autonomia, compõem a federação.

¹³ GOMES, Laurentino. 1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013, p. 153.

¹⁴ Província – Denominação dos Estados durante o império brasileiro. Após a Proclamação da República passaram a ser denominados estados.

¹⁵ GOMES, op.cit., p. 156.

¹⁶ Ibid., p. 156-157.

¹⁷ FERREIRA, op.cit., p. 206.

¹⁸ República Velha – Período da história do Brasil, no período de 1889 a



1930. Terminou com a revolução de 1930, que levou ao poder o gaúcho Getúlio Dorneles Vargas.

¹⁹ FERREIRA, op.cit., p. 251.

²⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 399.

²¹ Ibid., p. 398.

²² Política do Café com Leite – Minas Gerais maior produtora de leite e São Paulo maior produtor de café. Os representantes dos dois estados passaram com a política dos governadores a se alternarem na sucessão do cargo de Presidente da República. Prevaleceu até o fim do período da República Velha em 1930, só sendo interrompida durante o governo e Hermes da Fonseca (1902 a 1906).

²³ FERREIRA, op.cit., p. 289.

²⁴ Coronelismo – Tinham o título de Coronéis, uma reminiscência dos tempos da Guarda Nacional. Chefes políticos locais, proprietários de extensões de terras, fortunas, casamentos com filhas de pessoas poderosas. Interferiam nas eleições obrigando as pessoas a votarem no candidato que determinavam, apelando inclusive para a violência. Sua importância era proporcional ao número de eleitores que se podiam contar.

²⁵ Cabresto - Designação de cabeçada de corda, linhagem ou couro, usada para enlevar e direcionar pela cabeça

cavalos e outros animais que se montam (sem utilizar freio).

²⁶ FERREIRA, op.cit., p. 290.

²⁷ COSTA, op.cit., p. 399.

²⁸ FERREIRA, op.cit., p. 291.

²⁹ Washington Luís Pereira de Souza – Advogado, historiador e político. presidente da República do Brasil e o último do período da República Velha. Deposto pelo general Tasso Fragoso, na Revolução de 1930, criou o primeiro serviço de inteligência no Brasil.

³⁰ João Pessoa - Político paraibano que foi candidato a vice-presidente da República na chapa de Getúlio Vargas em 1930, pela aliança Liberal. Governou o Estado da Paraíba e foi assassinado na cidade de Recife-PE.

³¹ COSTA, op.cit., p. 477.

³² FILHO, Luiz de Marco. *História da PMMG*. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação-PMMG, 2005, p. 116.

³³ ARAÚJO, Fernando. *Juscelino Kubitschek: o médico*. Belo Horizonte: RC Editora e Gráfica, 2002, p. 87.

³⁴ MATTOS, Carlos de Meira. As causas e o ideário da Revolução constitucionalista de 1932. *Revista do IGHMB*, Rio de Janeiro, n. 88, p. 119-125, 2002. Disponível em: <https://www.ighmb.org.br/revistas>. Acesso em: 31 jul.2024, p. 119.



³⁵ COTTA, Francis Albert. *Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisália, 2006, p. 110.

³⁶ FILHO, op.cit., p.116.

³⁷ Fuzil Mauser - Arma portátil de ação de ferrolho de uso individual.

³⁸ Força Pública de Minas – Nome que designou Polícia Militar de Minas Gerais, no período 24/10/1891 a 22/07/1893 e depois de 30/08/1914 a 10/12/1940.

³⁹ Eficiência - Capacidade ou competência para fazer ou concretizar alguma coisa de modo adequado ou conveniente, usando o mínimo possível de empenho, tempo e outros meios ou recursos.

⁴⁰ Eficácia - Qualidade do que surte os efeitos desejados.

⁴¹ Béliça – Participação em guerras. Relativo a guerra.

⁴² COTTA, 2006, op.cit., p. 92.

⁴³ Escola Prussiana - Tinha por objetivo formar oficiais para o Estado-Maior e proporcionava aos seus alunos um estudo intensivo da ciência militar por um período de três anos. Fundada em 1810 na cidade de Berlim, por ordem do Gabinete de Reorganização Militar. Os alunos deveriam assistir a todas as aulas e dentre os temas obrigatórios incluíam-se táticas, história militar moderna e antiga, geografia militar, antiga e geral, higiene militar, direito militar, internacional, armamentos e

fortificações, funções de estado-maior, administração e comunicação.

⁴⁴ COTTA, 2006, op.cit., p. 97.

⁴⁵ Gustavo Capanema – Mineiro de Pitangui, político. No governo do presidente de Minas Gerais foi o secretário de Interior que também, acumulava o cargo de comandante da Força Pública de Minas. Exerceu a função de secretário do Interior de 26 de novembro de 1930 a 5 de setembro de 1933.

⁴⁶ FILHO, op.cit., p. 20.

⁴⁷ MINAS GERAIS. Força Pública do Estado de Minas Gerais. *Regulamento de Exercícios para Infantaria*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914.

⁴⁸ Presidente do Estado – Era como se designava, na República Velha (1889 a 1930), os governadores dos estados da Brasil.

⁴⁹ ASSIS, Anatólio Alves de. *A polícia militar na paz, nas guerras e nas revoluções*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1989, p. 152.

⁵⁰ ALMEIDA, Klinger Sobreira de. *Polícia de segurança pública/MG: construção no período republicano - 1890/1970*. Belo Horizonte: Edição Independente, 2021, p. 225.

⁵¹ COTTA, 2006, op.cit., p. 110.

⁵² LIMA, Luiz Octavio de. *1932 São Paulo em chamas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018, p. 98.



⁵³ COTTA, 2006, op.cit., p. 110.

⁵⁴ FILHO, op.cit., p. 117.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Ibid., p. 116.

⁵⁷ ALMEIDA, op.cit., p. 225.

⁵⁸ MINAS GERAIS. Força Pública do Estado de Minas Gerais. *Movimento de 9 de julho de 1932*: relatório dos serviços de guerra das Brigadas Sul e Leste nos setores do Túnel de Mantiqueira e Poços de Caldas, apresentado pelo Coronel Edmundo Lery Santos, comandante da Brigada Sul, ao Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema, dd Secretário do Interior e Comandante Geral da Força Pública. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933, p. 13.

⁵⁹ Ibid., p. 11.

⁶⁰ COTTA, 2006, op.cit., p. 112.

⁶¹ MINAS GERAIS, 1933, op.cit., p. 14.

⁶² COTTA, Francis Albert. As trincheiras da Mantiqueira: os embates da brigada sul na revolução constitucionalista. *Revista Alferes*, v.17, n.54, p. 67-90, 2002. Disponível em: <https://revista.policialmilitar.mg.gov.br/indux.php/alferes/issue/view/26>. Acesso em: 20 mai. 2024, p. 73.

⁶³ FILHO, op.cit.

⁶⁴ MINAS GERAIS, 1933, op.cit., p. 15.

⁶⁵ Contrafortes - Do latim contrafortes. É um reforço de um muro ou muralha, geralmente constituído por

um pilar de alvenaria na superfície externa ou interna de uma parede. Pilares, suporte, anteparos, apoios, defesas, proteções.

⁶⁶ ARAÚJO, op.cit., p. 90.

⁶⁷ FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para história da revolução constitucionalista de 1932*. São Paulo: Martins, 1981, p. 145.

⁶⁸ LIMA, op.cit., p. 98.

⁶⁹ COTTA, 2006, op.cit., p. 111.

⁷⁰ Cel EB Cristovão Barcelos - Comandantes das tropas no setor sul, região do túnel, Passa Quatro, sul do Estado de Minas Gerais, na divisa com o Estado de São Paulo, durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Depois de conflito foi promovido ao posto de general. De sólida cultura, excepcionais qualidades de caráter, comunicativo, justo, prudente, exercia suas funções com zelo.

⁷¹ Maria Octávia – Irmã de caridade de nacionalidade francesa. Mesmo já idosa, dirigia a Santa Casa de Passa Quatro. Portadora de grandes virtudes humanas. Enfermeira idosa de nacionalidade francesa. Serviu ao Exército Frances durante a 1ª guerra mundial. Culta, modesta, mansa e bondosa, transbordava ternura crista e inesgotável carinho para com os feridos.

⁷² ARAÚJO, op.cit., p. 90.

⁷³ Padre Alfredo Christovam Kobal – De nacionalidade Austríaca tinha sido



capitão do Exército Austro-Húngaro, serviu na guarda do Imperador Francisco José, durante a 1ª Guerra Mundial. Ferido em combate no braço direito, foi acometido de uma gangrena. Razão pela qual prometeu que se fosse curado, se dedicaria ao sacerdócio. No final da guerra fugiu para Itália e depois para o Brasil se fixando na cidade de Virgínia, exercendo o celibato. Figura humana extraordinária, alto, rosto vermelho, fisionomia atlética, pronunciava o português com acento germânico.

⁷⁴ JK – Abreviatura do nome de Juscelino Kubitschek. Foi oficial médico da Força Pública Mineira e também político. Prefeito de Belo Horizonte, Governador do Estado de Minas Gerais e Presidente da República. Mudou a capital do Brasil da cidade do Rio de Janeiro para Brasília. Deputado Constituinte de 1946 e senador pelo estado de Goiás em 1961.

⁷⁵ *Front* – Palavra inglesa. Conjunto de unidades mais avançadas num confronto militar; na linha de frente.

⁷⁶ SILVEIRA, Geraldo Tito. *A Polícia Militar de Minas* (fragmentos, histórias e anedotas). Belo Horizonte: [s.e.], 1955, p. 157.

⁷⁷ KUBITSCHKE, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974, p.168.

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ Ibid., p. 158.

⁸⁰ MINAS GERAIS, 1933, op.cit., p. 31.

⁸¹ KUBITSCHKE, op.cit., p.168.

⁸² Ibid.

⁸³ MINAS GERAIS, 1933, op.cit., p. 56.

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ Ibid., p. 58.

⁸⁶ COTTA, 2002, op.cit., p. 74.

⁸⁷ SILVEIRA, 1955, op.cit., p. 164.

⁸⁸ COTTA, 2002, op.cit., p. 78.

⁸⁹ Verdun – Região do nordeste da França, na primeira Guerra Mundial deixou mais de 700 mil mortos nas batalhas entre Franceses e alemães.

⁹⁰ LIMA, op.cit., p. 235.

⁹¹ KUBITSCHKE, op.cit., p. 176.

⁹² MINAS GERAIS, 1933, op.cit., p. 49.

⁹³ Ibid., p. 112.

⁹⁴ SILVEIRA, 1955, op.cit., p. 167.

⁹⁵ MINAS GERAIS, 1933, op.cit., p. 116.

⁹⁶ MATTOS, op.cit.

⁹⁷ Ibid., p. 123.

⁹⁸ Mato Grosso – Em 1932 o estado do Mato Grosso não estava dividido em dois. A partir de 1977, o Mato Grosso foi dividido em estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

⁹⁹ ARAÚJO, op.cit., p. 87.

¹⁰⁰ João Guimarães Rosa – Mineiro de Cordisburgo, escritor, diplomata e médico. Na revolução de 1932, serviu como voluntário na Força Pública de Minas Gerais. Após o movimento



armado passou no concurso público para oficial médico, servindo no 9º BPM, na cidade de Barbacena no posto de capitão médico.

¹⁰¹ ALCÂNTARA, Antônio Fernando de. *Paragens de Rosa: uma trajetória singular*. Belo Horizonte: ed. do Autor, 2020, p. 104.

¹⁰² Benedito Valadares – Delegado Especial de Polícia designado para o *front* em Passa Quatro, para a manutenção da ordem pública, objetivando coibir saques e outras violações. Conchunhado do capitão Ernesto Dornelles Vargas do Estado-Maior do coronel Cristóvão Barcelos. Advogado, vereador e prefeito da sua terra natal Pará de Minas, e depois sucessor de Olegário Dias Maciel no governo de Minas Gerais, como interventor, de 1933 a 1945. Foi também deputado federal e senador da República.

¹⁰³ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Os presidentes: Juscelino Kubitschek, 19º Presidente do Brasil*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três: 1983, p. 25.

¹⁰⁴ MINAS GERAIS, 1933, op.cit., p. 167-168.

1935 – A Intentona Comunista na Escola de Aviação Militar

João Rafael Mallorca Natal ^a

Resumo: O episódio conhecido na historiografia militar brasileira como Intentona Comunista foi um levante armado que ocorreu nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, no período de 23 a 27 de novembro de 1935. Foi decidido em Moscou, pelo *Komintern*, financiado por esse mesmo órgão e executado no Brasil sob a liderança de Luís Carlos Prestes e outros civis e militares brasileiros, principalmente do Exército, organizados em células comunistas clandestinas em diversas organizações militares. Como organização de fachada, foi criada a Aliança Nacional Libertadora, a fim de congregar as massas e dar ao levante uma aparência de legalidade. O levante, principalmente militar, com escassa participação das massas operárias, aconteceu em unidades militares das cidades acima citadas, e foi debelado em pouco tempo pelas tropas fiéis ao Governo. A referida Intentona deixou como legado a implantação, no Brasil, do Estado Novo, bem como um arraigado sentimento anticomunista nas Forças Armadas brasileiras.

Palavras-chave: Intentona Comunista. Luís Carlos Prestes. Aliança Nacional Libertadora.

CONTEXTO HISTÓRICO EM 1935

As raízes do movimento denominado Intentona Comunista, desfechado em novembro de 1935, no Brasil, podem ser en-

contrados bem antes disso, no ano de 1929, quando a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, no mês de outubro, desencadeou um forte movimento deflacionário que alcançou praticamente o mundo inteiro, e que ficou co-

^a Coronel de Infantaria da Aeronáutica, mestre em Ciência Política e Relações Internacionais. Associado Titular Emérito do IGHMB.



nhecido como a Grande Depressão.

Após o *crack* da Bolsa de Nova York, bancos, indústrias e empresas em geral entraram em rápido processo falimentar, o que ocasionou demissões em massa e desemprego no mundo inteiro, trazendo a fome e a miséria a milhões de trabalhadores, inicialmente nos Estados Unidos da América, estendendo-se depois à Europa e demais nações do mundo, fortemente dependentes das economias norteamericanas e europeias.¹

A Teoria Econômica clássica rezava que a “mão invisível” que governava a economia faria com que a situação econômica paulatinamente voltasse ao normal. Destarte, a maioria dos governos dos países ocidentais deixou de tomar providências imediatas, à espera da provável recuperação econômica. Quando essa recuperação não aconteceu, os países democráticos, como o Reino Unido, perdiam tempo precioso em intermináveis discussões, em especial no Parlamento, acerca

das melhores maneiras de remediar a grave situação. Enquanto isso, a fome e a miséria continuavam a grassar, fruto da grave espiral deflacionária gerada pela Grande Depressão.

Em grande medida desiludidas dos governos democráticos, que não apresentavam uma resposta rápida e eficaz para a depressão econômica, muitas nações voltaram-se para as ideologias autoritárias ou mesmo totalitárias, nas quais a rapidez na tomada e implementação das grandes decisões era muito maior. Assim, a Itália, na qual vigorava o Fascismo, desde 1922, logrou recuperar-se com um amplo programa de obras públicas e de rearmamento das Forças Armadas. A União Soviética, outra nação totalitária desde 1917, praticamente não foi afetada pela crise, por ter uma economia fechada e planificada.

Iniciou-se então um período de relativa decadência das democracias. A Alemanha, a partir de 1933, adotou o Nacional-Socialismo, ou Nazismo. Portugal,



Espanha, Áustria e Polônia tornaram-se ditaduras nos anos 1930. Na Hungria, governava como ditador o almirante Horthy, e a Romênia caiu sob o domínio do marechal Antonescu, em 1940. A China era governada por *warlords*², e o Japão, nominalmente uma monarquia parlamentar, era dominada por facções militares. Na América do Sul, a maioria dos países eram repúblicas lideradas por governantes militares.

No Brasil, desde 1934 uma república democrática e constitucional, também as ideologias totalitárias, quer à direita ou à esquerda, tornaram-se populares na década de 30. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922 por Astrogildo Pereira, recebeu em 1930 a significativa adesão de Luís Carlos Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”, importante líder do Movimento Tenentista, e com grande influência nas Forças Armadas, em especial no Exército. A adesão de Prestes ao credo comunis-

ta ocasionou muitas adesões dentro do Exército e da Marinha, propiciando assim a criação de células comunistas clandestinas no interior dos quartéis, bases e embarcações das Forças (à época, ainda não existia a Aeronáutica como força autônoma, o que só viria a acontecer em 1941).

Da mesma forma, o credo totalitário fascista também se disseminou nas classes políticas e militares. Em 1932, é criada a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado. A ideologia da AIB propugnava a implantação do Estado Integral, estado totalitário de ideologia semelhante ao Fascismo italiano ou o Nazismo alemão.

Tanto comunistas quanto integralistas tentaram, sem sucesso, utilizar levantes armados para tomar o poder no Brasil. Os primeiros foram os comunistas, em novembro de 1935, como será visto, a seguir.



O PLANEJAMENTO E A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

Em meados dos anos 30, a III Internacional Socialista³, sediada em Moscou e também conhecida como *Komintern* ou *Comintern*, julgou que o Brasil estava maduro para a revolução socialista, face à imensa popularidade de que gozava o principal líder comunista brasileiro, Luís Carlos Prestes, e à significativa infiltração comunista na Marinha e, principalmente, no Exército Brasileiro, infiltração essa que foi superestimada pelos dirigentes do *Komintern*.

Para levar a efeito tal insurreição, sem que ficasse explícito por demais seu caráter comunista, decidiu-se pela criação, em 1934, de uma ampla frente antifascista no Brasil, organização de “fachada”, a qual seria denominada Aliança Nacional Libertadora (ANL). A ANL reuniria comunistas, socialistas, a centro-esquerda e outros setores considerados “progressistas”, da polí-

tica brasileira, em oposição explícita ao então presidente da República, Getúlio Vargas. Foi eleito como presidente de honra da ANL Luís Carlos Prestes, nessa época ainda em Moscou.

Em março de 1934, sob a máscara do nome “Aliança Nacional Libertadora”, surgiu uma organização melhor estruturada, comunista em toda a plenitude, que seria o dinamo da intentona que em novembro de 1935 derramaria o sangue de alguns bravos militares e talvez de centenas de inocentes civis.⁴

Em dezembro de 1934, Prestes e a militante comunista alemã Olga Benário, posteriormente sua companheira e mãe de sua filha, foram enviados clandestinamente ao Brasil, em longa viagem, para que aqui liderassem o levante armado. Chegaram ao Rio de Janeiro em abril de 1935, juntamente com outros agentes do *Komintern*, com a missão de assessorar Prestes, bem como de servirem como agentes de ligação com Moscou.⁵



Fig 1 - Luís Carlos Prestes e Olga Benário.



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

Enquanto isso, a ALN procurava arregimentar as massas populares em favor da revolução, levando a efeito “comícios-monstro” em diversas capitais brasileiras, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, bem como desenvolvendo intensa ação panfletária. Seus lemas eram “Pão, Terra e Liberdade”, bem como “Todo o Poder à ANL”.⁶

O planejamento do levante armado toma novo fôlego, face às medidas decretadas pelo presidente Getúlio Vargas para contrapor a ação da ANL. Em abril de 1935, é sancionada a Lei de Segurança Nacional⁷, a qual dá maiores poderes ao Governo

para combater as ameaças à Nação. Com os poderes embutidos em tal lei, Vargas determina o fechamento da Aliança Libertadora Nacional em 11 de julho de 1935. A ANL, entretanto, continua a existir na clandestinidade, sempre com a finalidade de auxiliar na eclosão de revolta armada.

Os principais integrantes do *Komintern* enviados ao Brasil para assessorar Prestes no planejamento e condução do levante eram o argentino Rodolfo Ghioldi, o alemão Arthur Ernst Ewert (codinome “Harry Berger”) e o brasileiro Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”, que assumiu o posto de Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro.

No plano material, o *Komintern* destinou um total de US\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil dólares), para apoiar o levante. Nos dias de hoje (2024), essa quantia equivaleria a US\$ 1.240.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta mil dólares).⁸

Conforme já citado, era significativa a infiltração comunista



nas Forças Armadas brasileiras, mercê, sobretudo, da doutrinação levada a efeito por Prestes. Diversas organizações militares dispunham de células comunistas, em seu interior, atuando de maneira clandestina. Conforme cita Hélio Silva,

A arregimentação deu-se, sobretudo, entre a jovem oficialidade e, em menor proporção, nos escalões inferiores. Sem experiência de vida partidária, mas com maior capacidade de organização e comando, os militares logo chegaram à direção do partido. Em 1934, o secretário-geral da organização era um ex-sargento, Antônio Maciel Bonfim. No dizer de Leôncio Martins Rodrigues, “a entrada dos militares no PCB resultou numa estranha mistura de stalinismo com tenentismo, que transformou a tática stalinista da frente antifascista numa típica quartelada tenentista.”⁹

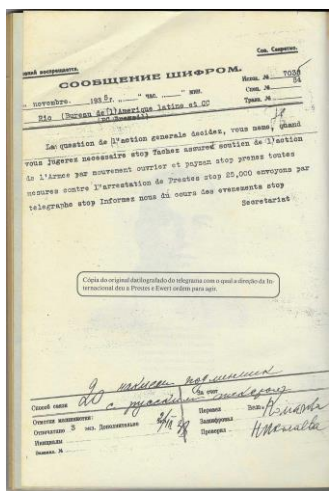
Os principais líderes da ALN no Exército eram o capitão Agildo Barata Ribeiro, capitão Carlos Amoreti Osório, capitão Sócrates

Gonçalves da Silva, capitão Álvaro Francisco de Souza, capitão Agliberto Vieira de Azevedo e tenentes Ivan Ramos Ribeiro e Celso Tovar Bicudo de Castro. Na Marinha, sobressaíam-se o comandante Roberto Faller Sisson e o capitão-tenente Hercolino Cascardo.

O *Komintern*, por meio de telegrama, decide conceder a Prestes a iniciativa de fixar a data do início do levante. Prestes decidiu-se, inicialmente, pelo mês de dezembro de 1935. O anúncio, por parte de Vargas, de licenciar cerca de 10.000 militares do serviço ativo das Forças Armadas, levou Prestes a definir o início da revolta para as três horas da madrugada do dia 27 de novembro de 1935. Nas cidades de Natal e Recife, no entanto, por motivos locais, os comunistas decidem adiantar-se na eclosão do levante.



Fig 2 - Telegrama do Komintern



Fonte: WAACK, op. cit., 1993

comércio são ocupados pelos revoltosos, sendo efetuada distribuição gratuita, à população, de gêneros e artigos de toda a ordem, inclusive uniformes do Exército.¹⁰

Fig 3 - Quartel do Comando da Polícia Militar do RN.



Fonte: ARAGÃO, op. cit. 1973.

A ECLOSÃO NO NORDESTE

Em Natal-RN, levanta-se o 21º Batalhão de Caçadores (21º BC). É atacado o quartel do Comando da Polícia Militar, bem como tomadas as principais instalações governamentais e comerciais da cidade, inclusive os bancos. Todos os cofres dos bancos e repartições públicas são arrombados, sendo parte do dinheiro distribuído aos populares. Igualmente, armazéns e casas de

Foi instalado, em Natal, no dia 23 de novembro, o primeiro, e até hoje único, governo declaradamente comunista na História do Brasil. Esse governo durou até o dia 26 de novembro, ocasião em que, ameaçados por tropas legalistas vindas de Alagoas e da Paraíba, bem como por jagunços a mando de fazendeiros locais, teve que fugir da cidade. Os revoltosos de Natal foram batidos e aprisionados em Serra Caiada



(25 de novembro), e na Serra do Doutor, no dia seguinte. Destarte, encerrou-se a Intentona em Natal e arredores.

Na capital pernambucana, os comunistas do 29º Batalhão de Caçadores (29º BC) iniciaram a revolta em 24 de novembro, com a finalidade de apoiar seus colegas de Natal. Foram tomadas diversas instalações significativas e, inclusive, a cidade de Olin-da e sua cadeia pública, local em que havia armas e munições. Prosseguiram os revoltosos para o Largo da Paz, no centro de Recife, e para o município de Jaboatão dos Guararapes. Na torre da Igreja do Largo da Paz, os comunistas instalaram metralhadoras pesadas, a fim de varrer qualquer ataque legalista. A reação das forças legais, comandadas pelos capitães Malvino Salvador e Afonso Albuquerque Lima, com tropas da Polícia Militar de Pernambuco, bem como do 20º Batalhão de Caçadores e do 22º Grupo de Artilharia, logrou derrotar os comunistas, após 28 horas de combate. Os revoltosos

restantes fugiram para o interior do Estado, tendo sido capturados pelas forças legalistas.

Fig 4 - Tropas legalistas em ação no Recife.



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

OS EVENTOS NA ESCOLA DE AVIAÇÃO MILITAR

No Rio de Janeiro, então capital da República, as principais organizações comprometidas com a Intentona eram a Escola de Aviação Militar (E Av M), no distante subúrbio do Campo dos Afonsos, e o 3º Regimento de Infantaria (3º RI), na Praia Vermelha.

Na Escola de Aviação Militar, os principais líderes comunistas eram os já citados capitães Agli-



berto e Sócrates, os quais levantaram a E Av M, como planejado, por volta de 02h30min da madrugada do dia 27 de novembro.

Durante a tomada da Escola pelos revoltosos, foram assassinados, sem possibilidade de defesa, o capitão Armando de Souza e Mello e os tenentes Benedito Lopes Bragança e Danilo Paladini. Os comunistas, a seguir, progridem no terreno em direção ao vizinho 1º Regimento de Aviação (1º RAv), comandado pelo tenente-coronel Eduardo Gomes. A intenção dos rebeldes era tomar o 1º RAv, com o intuito de aposarem-se das aeronaves de combate nele sediadas, bem como dos seus depósitos de armamento, munição e combustível, o que daria aos comunistas significativa vantagem tática. A defesa do 1º RAv, no entanto, logrou impedir os revoltosos de tal intento, sendo mortos nessa defesa dois militares do regimento, bem como ferido seu comandante, tenente-coronel Eduardo Gomes.¹¹

Fig 5 - Trincheiras na E Av M



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

Fig 6 - Comando da E Av M, semidestruído.



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

A SUFOCAÇÃO DA REVOLTA

Durante o ataque dos comunistas ao 1º RAv, o comandante da E Av M, tenente-coronel Ivo Borges, dirige-se ao Comandante



da Guarnição da Vila Militar, general José Joaquim de Andrada, e solicita apoio para debelar a revolta. Duas baterias do Grupo-Escola de Artilharia (Gu Es Art), da Vila Militar, são instaladas na área do Grupo conhecida como Colina do Magalhães, e passam a alvejar o Prédio do Comando da E Av M, que é então incendiado. A seguir, um batalhão do Regimento-Escola de Infantaria (REI), juntamente com patrulhas do Regimento Escola de Cavalaria (Regimento Andrade Neves), efetua a progressão, através da pista da E Av M e da antiga Estrada Rio – São Paulo (atual Avenida Fontenelle), e ambas as unidades retomam para os legalistas as instalações da Escola, com a prisão de 254 revoltosos.

No 3º RI, na Praia Vermelha, o levante comandado pelo capitão Agildo Barata Ribeiro, bem como pelos capitães Álvaro Francisco de Souza e José Leite Brasil, iniciou-se também na madrugada do dia 27. Face à intensa infiltração comunista no regimento, a tomada do quartel aconteceu de

forma rápida, com a morte de dois militares, um revoltoso e um legalista.

Fig 7 - Foto atual da área do Campo dos Afonsos.



Fonte: JET Photos.

Ainda durante a madrugada, tropas do Governo, lideradas pelo Comandante da 1ª Região Militar, general Eurico Gaspar Dutra, iniciaram a reação contra os revoltosos do 3º RI. A Artilharia do Forte da Vigia e do Forte de São João, mais as peças de 155mm do 1º Grupo de Obuses, bateram com seus fogos as instalações do 3º RI, o qual estava também sob os tiros do Batalhão de Guardas e do 2º Batalhão de Caçadores.



Após várias tentativas de negociação entre as partes, por fim, às 12h15min do dia 27, após doze horas de combate, os comunistas hasteiam a bandeira branca. Dentre os revoltosos, houve dezenove mortos, 167 feridos e cerca de 1.700 prisioneiros.¹² Estes foram escoltados até o presídio Frei Caneca e, de lá, transferidos para a Ilha das Flores, em Niterói, e para o Navio-Prisão *Pedro I*.

Fig 8 - Rendição dos militares revoltosos do 3º RI, Praia Vermelha.



Fonte: WAACK, op. cit., 1993.

O principal líder da Intentona, Prestes, foi preso em 5 de março de 1936, no Méier, subúrbio do Rio de Janeiro, juntamente com sua companheira Olga Bená-

rio. Esta, grávida, foi entregue por Getúlio Vargas ao regime nazista alemão, vindo a morrer no campo de Bernburg, em 1942.

Luís Carlos Prestes foi julgado em maio de 1937, pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), e condenado a dezesseis anos de reclusão; foi anistiado e libertado em 1945, regressando à vida política nacional.

Fig 9 - Luís Carlos Prestes em julgamento no Tribunal de Segurança Nacional.



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

O LEGADO DE 1935

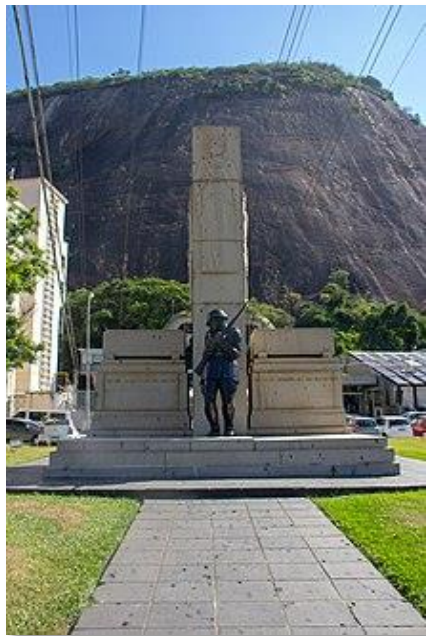
A Intentona Comunista foi o principal motivo apresentado por Getúlio Vargas para a implantação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. A



sensação de insegurança que vigorava no país fez com que o novo regime, bastante alinhado com os governos de direita dos países europeus, em especial Itália, Alemanha e Portugal, fosse aceito sem oposição considerável pela população e pela maior parte das lideranças nacionais.

Os fatos ocorridos em 1935, em especial a perfídia no assassinato de militares que não ofereciam ameaça, criou um forte e arraigado sentimento anticomunista nas Forças Armadas e em outros setores da sociedade brasileira, sentimento esse que fez com que o brado “Lembraí-vos de 1935” fosse o principal lema dos anticomunistas brasileiros, em especial nas classes militares. Por muitos anos, até meados da década de 1990, as comemorações oficiais do sacrifício dos militares legalistas que morreram combatendo a Intentona figuravam entre as mais importantes do Estado Brasileiro.

Fig 10 - Monumento aos Mortos na repressão à Intentona de 1935, Praia Vermelha.



Fonte: Wikipedia.

BIBLIOGRAFIA

ARAGÃO, J.C. *A Intentona Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973.

CARNEIRO, G. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1989



LAVANÉRE-WANDERLEY, N. F. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975.

LEUTCHENBURG, W. E. *O Século Inacabado: a América desde 1900*, v. 2. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

SILVA, H. 1935 – *A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

WAACK, W. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOTAS

¹ LEUTCHENBURG, W. E. *O Século Inacabado: a América desde 1900*, v. 2. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

² *Warlords*: líderes militares chineses que dominavam o cenário político em suas regiões, na primeira metade do século XX, muitas vezes em desafio ao Governo Central da China.

³ III Internacional Socialista (1919-1943): órgão de caráter internacional, sediado em Moscou e apoiado pela União Soviética, tinha por finalidade apoiar os Partidos Comunistas locais no

desencadeamento da Revolução Socialista.

⁴ ARAGÃO, J.C. *A Intentona Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973, p. 31.

⁵ WAACK, W. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 111.

⁶ CARNEIRO, G. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1989, p. 340.

⁷ Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38, de 4 de abril de 1935): sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas, definia os crimes e cominava as penas acerca dos crimes contra a segurança do Estado.

⁸ WAACK, op. cit., p. 209.

⁹ SILVA, H. 1935 – *A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

¹⁰ CARNEIRO, op. cit., p. 342.

¹¹ LAVANÉRE-WANDERLEY, N. F. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975.

¹² CARNEIRO, op. cit., p. 354.

O Exército no Estado Novo

Giovanni Latfalla ^a

Resumo: Iniciado em novembro de 1937, o Estado Novo, foi um dos períodos mais importantes e controversos da História do Brasil. Durante este período de 08 anos, na Era Vargas, o Brasil sofreu muitas transformações políticas, econômicas e sociais. Estas somente ocorreram porque, o presidente Getúlio Vargas, para permanecer no poder, teve que contar com o apoio das Forças Armadas, em particular do comando do Exército, nas figuras do Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e do Chefe do Estado-Maior, o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro. O objetivo deste texto é apresentar a atuação e influência do Exército neste período marcado, em sua maior parte, pela Segunda Guerra Mundial.

Palavras Chave: Política, negociações, aproximação.

O MOMENTO POLÍTICO: O BRASIL EM 1937

O Brasil nos anos de 1930 era um país cuja maior parte de sua população, cerca de 70%, vivia no meio rural, porém não muito longe do litoral. Regiões como a Norte e Centro-Oeste possuíam poucos habitantes, e estavam praticamente isoladas do restante do país. As cidades com mais de um milhão de habi-

tantes eram somente a capital, Rio de Janeiro, e São Paulo.¹

A economia era dominada pela monocultura, principalmente de café, responsável por cerca de 70% das exportações do país. Também eram cultivados produtos como cacau, cana-de-açúcar e algodão, mas nenhum tinha a importância comercial do café.² A indústria de base era inexistente. O país era um mero fornecedor de matérias primas para as

^a Tenente-coronel do Quadro Complementar de Oficiais do Exército, doutor em Ciência Política. Associado Correspondente Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



nações mais industrializadas. Como em diversos países, a Crise de 1929 ainda afetava fortemente a economia brasileira.

O presidente Vargas governava o país desde a Revolução de 1930. A Constituição de 1934 previa que seriam realizadas eleições em 1938, e ele não poderia tentar uma reeleição. No segundo semestre de 1937, a campanha eleitoral já estava em pleno vigor com os seguintes candidatos: Armando Sales de Oliveira, político ligado ao Estado de São Paulo, José Américo de Almeida, apoiado por simpatizantes do movimento de 1930, e Plínio Salgado, liderança da Ação Integralista Brasileira (AIB). Só que Vargas pensava diferente quanto a sua sucessão.

Getúlio pretendia impedir a qualquer custo a eleição presidencial a fim de poder continuar no poder. Para conseguir o seu objetivo, ele teria que contar com o apoio das Forças Armadas. Para efetuar o golpe, foi utilizado um plano falso de ameaça comu-

nista ao país, conhecido como Plano Cohen.³ Elaborado por integralistas, ele foi utilizado pelo Comando do Exército para apoiar a permanência do presidente Vargas, e implantar o Estado Novo no Brasil, no dia 10 de novembro de 1937. Não foi difícil para o presidente alterar a situação política do Brasil, e continuar no poder. Uma nova constituição foi elaborada e outorgada.

Vargas conseguiu o que pretendia, mas teve que oferecer algo em troca. Foi feita uma aliança entre o presidente e os generais Eurico Dutra, Ministro da Guerra, e Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, visando fortalecer as Forças Armadas do Brasil no curto prazo e, mais tarde, a industrialização do país com o incremento da siderurgia⁴.



A ALEMANHA E O REEQUIPAMENTO DO EXÉRCITO

No discurso de posse em 1930, Vargas havia prometido modernizar as Forças Armadas. Entretanto, devido à difícil situação financeira do Brasil, isso não havia acontecido. Um relatório do Estado-Maior do Exército relativo ao ano de 1938, apresentado em fevereiro de 1939, relata a situação da implantação de

uma indústria bélica no Brasil somente para o futuro. Naquele momento, era necessária a aquisição de armas no exterior para a modernização do Exército, mesmo sem recursos financeiros para tanto. Ou seja, era o reconhecimento da deficiência militar do país⁵.

A tabela a seguir demonstra que, por volta do final da década de 1930, a quarta parte do orçamento federal era destinada para a área militar. Entretanto, os

Tabela 1 - Despesas Militares – 1929-1946 (Porcentagem do Orçamento)

Ano	Exército	Marinha	Força Aérea	Total
1930	12,5	7,3	—	19,6
1931	13,5	6,9	—	19,5
1932	25,0	6,4	—	31,4
1933	17,6	7,3	—	24,9
1934	19,6	7,6	—	27,2
1935	18,1	6,7	—	24,8
1936	17,6	6,7	—	24,3
1937	19,9	9,7	—	29,6
1938	19,2	11,2	—	30,4
1939	18,1	7,2	—	25,3
1940	19,0	7,8	—	26,8
1941	19,3	7,3	—	26,6
1942	23,5	7,5	5,5	36,5
1943	17,4	7,0	5,8	30,2
1944	18,4	7,2	6,5	32,1
1945	16,3	6,3	6,3	28,9
1946	18,8	7,8	9,2	35,8

Fonte: Orçamentos Nacionais, 1929 a 1946



gastos com o pagamento de pessoal consumiam boa destes recursos, apesar dos baixos salários.

Os aumentos nos gastos em 1932 estão relacionados ao enfrentamento da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Depois de 1941, com o avanço das negociações com os EUA, grande parte dos recursos para o reequipamento das Forças Armadas viria dos financiamentos norte-americanos, não fazendo parte desta tabela, pois eram recursos fora do orçamento.

É bom esclarecer que, antes mesmo da instalação do Estado Novo, dando continuidade ao acertado para o fortalecimento das Forças Armadas brasileiras, e com autorização presidencial, foi assinado um acordo com a fabricante de armas alemãs Krupp para o fornecimento ao Brasil de peças de artilharia a cavalo para o Exército. A compra de armas da Alemanha envolvia poucos recursos financeiros dos dois países, com a utilização dos chama-

dos marcos de compensação. Importante salientar, que em 1937 o governo decretara a moratória da dívida externa brasileira.⁶

Já no Estado Novo, em março de 1938, um novo e muito maior contrato foi firmado com a mesma firma alemã, visando também a compra de material de artilharia para o Exército. Estava prevista a aquisição de canhões de campanha e de montanha de 75 mm, obuses de 105 mm, canhões antiaéreos de 75 e 88 mm, e canhões de longo alcance de 150 mm, no valor total de U\$ 8.281.882 libras esterlinas, a serem pagas em várias prestações. Em Essen, sede da Krupp, existia uma Comissão Militar do Governo do Brasil, para a resolução de assuntos relativos aos contratos afirmados.⁷

As armas fornecidas pela Alemanha seriam importantes se de fato fossem enviadas em sua totalidade, ao necessário reequipamento militar do Brasil. Já os produtos primários fornecidos



pelo Brasil faziam parte do plano alemão para o início de uma próxima guerra, quando necessitavam possuir, em estoque, uma boa quantidade destes artigos.

Este comércio com a Alemanha deixou extremamente preocupado o governo dos EUA. A documentação do Departamento de Estado dos EUA mostra como a intensificação das atividades comerciais entre o Brasil e a Alemanha não era do agrado das autoridades norte-americanas. Para eles, depois da compra de armas, poderiam vir assessores militares para atuarem junto às Forças Armadas do Brasil.

No final dos anos de 1930, o Exército, incomodava-se com o precário estado de armas, equipamentos e com a imensa dificuldade para a mobilização e treinamento dos soldados visando à defesa contra inimigos internos e externos. A situação da Marinha também não ficava atrás. Além disso, o momento internacional era de acelerados preparativos, em determinadas

nações, para o conflito que se aproximava⁸.

Quanto às ameaças internas ao poder de Vargas, em 1938, os integralistas, partido extinto pelo presidente com a implantação do Estado Novo em 1937, tentaram um golpe de estado que acabou fracassando. Após o fim da ameaça integralista, Getúlio teve condições de iniciar seu governo ditatorial sem adversários internos. Os problemas para o país passaram a estar relacionados à guerra que se aproximava cada vez mais célere.

No final de 1938, a nova política de defesa do hemisfério fez com que os planejadores militares dos EUA passassem a enxergar a importância do Brasil. Caso o país fosse ocupado por inimigos, e que, no futuro, estes poderiam ameaçar todo o continente americano, inclusive os EUA⁹.



A APROXIMAÇÃO MILITAR COM OS ESTADOS UNIDOS

Após a Primeira Guerra Mundial, a nação que teve uma maior aproximação militar com o Brasil havia sido a França. A Missão Militar Francesa (MMF) atuou junto ao Exército Brasileiro durante muitos anos (1919-1939), tendo uma enorme influência sobre esta instituição e seus comandantes.

Quanto aos contatos militares com os EUA, desde 1934 e além do adido militar no Rio de Janeiro, havia enviado a chamada Missão Militar Americana (MMA), que prestava assistência em assuntos ligados à artilharia de costa (defesa costeira). A MMA contribuiu para que, aos poucos, houvesse uma substituição do pensamento doutrinário prussiano e francês pelo norte-americano, que acabou por se consolidar ao final da Segunda Guerra Mundial.

O contrato da MMA foi renovado em 1936, para cooperar

com o Estado-Maior do Exército junto a Inspetoria de Defesa e Costa, e também no desenvolvimento e funcionamento do Centro de Instrução de Artilharia de Costa. Eram suas atribuições também a instrução nos funcionamentos nos cursos de Fortificação Permanente e Guerra Química¹⁰.

Contudo, a atuação norte-americana junto à artilharia de costa, e a da Missão Militar Francesa, estavam longe de resolver a questão defensiva do Brasil, e do hemisfério ocidental, frente a uma ameaça de invasão. Era necessário fazer um imenso esforço, inclusive diplomático, para que, de fato, uma melhoria defensiva acontecesse. Isto somente passou a acontecer, mesmo que de maneira lenta, após a visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, aos EUA, em fevereiro de 1939.

A partir de 1938, autoridades civis e militares dos EUA, visualizaram que o mundo se encaminhava para um novo con-



flito bélico, e que a América estava militarmente enfraquecida contra um ataque externo. Outro ponto muito importante, é que os norte-americanos consideraram o saliente nordestino como um ponto vital na estratégia para a defesa da América, e que este local estava desprotegido. Seriam necessários contatos imediatos com as autoridades brasileiras para o fortalecimento das defesas da América.

Fig. 1 – Saliente nordestino



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

A iniciativa para que houvesse este contato partiu do presidente Roosevelt, pois o mesmo

estava muito preocupado com supostas ameaças nazistas ao Brasil, daí o convite à Oswaldo Aranha para conversações econômicas e militares. Vargas aprovou o início destas negociações. Nesta visita, o Departamento de Estado dos EUA levou o ministro a discutir assuntos militares com o chefe do Estado-Maior do Exército, e com o chefe de Operações Navais. Aranha acabou por convidar oficialmente o general Marshall, futuro chefe do Estado-Maior do Exército norte-americano a visitar o Brasil¹¹.

As negociações tiveram início com os militares brasileiros solicitando o envio de armamentos para equipar as suas Forças Armadas, e os norte-americanos negociando com a perspectiva de enviarem tropas para o território brasileiro.

A ênfase na manutenção da soberania brasileira foi uma constante nas negociações com os norte-americanos. Para os militares, a autoridade legal para



aprovar e cumprir as leis dentro do território brasileiro cabia somente ao governo do Brasil. Para eles, a permissão para a vinda de tropas dos EUA para a ocupação de bases no Nordeste, acarretaria a perda da soberania sobre esta área. E a soberania para os militares brasileiros não era um ponto a ser negociado.

No lento e difícil processo de alinhamento militar entre os dois países, não podem ser esquecidos os muitos problemas nos contatos entre os generais Dutra e Góes Monteiro, com o adido militar dos EUA, general Lehmann Miller. Este não confiava na sinceridade dos propósitos dos militares brasileiros, e foi bastante inábil e indelicado, sendo obrigado no início de 1942, a

retornar para os EUA. A crise no processo de alinhamento militar foi muito séria, e poderia ter levado a um desfecho bastante desagradável.¹²

Felizmente, após a saída de Miller, mesmo que de maneira lenta, a aproximação militar acabou ocorrendo, de uma maneira diferente daquela que o Brasil procurava, pois os norte-americanos descumpriram alguns acordos acertados entre as duas nações¹³.

VARGAS E A CÚPULA DO EXÉRCITO

Durante toda a Era Vargas, foi inegável a atuação conjunta entre os generais Eurico Dutra e

Tabela 2 - Dutra e Góes Monteiro durante a Era Vargas

ANOS	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Ministro Guerra	-	G	-	-				DUTRA					G
Chefe EME	-	-	-	-				GÓES MONTEIRO					-
Pres. Clube Militar	D	D	G	G	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Legenda:	D = Dutra G = Góes												

Fonte: Carvalho, op.cit.



Góes Monteiro. Não há como deixar de concordar com José Murilo de Carvalho quando ele afirma que os dois se completavam, com Góes sendo o estrategista e formulador da política do Exército da época, e Dutra o implacável executor desta política¹⁴.

Durante a Era Vargas, os dois ficaram todo o período ocupando postos na mais alta hierarquia do Exército.

Também é interessante verificar que, apesar de ser mais moderno, ou seja, promovido depois, em 1935, Dutra era ministro da Guerra e Góes, mais antigo hierarquicamente, “apenas” chefe do Estado-Maior, o que hoje não seria permitido. Com certeza houve um acordo com o presidente Vargas, e os dois fizeram o acerto entre si. Góes Monteiro foi quem indicou ao presidente nome de Dutra para a ocupação do Ministério da Guerra.

A opinião de José Murilo de Carvalho sobre o relacionamento entre os dois pode ser reforçada

pelo depoimento de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha do presidente Vargas:

Seu sonho sempre foi implantar no Brasil, não direi uma ditadura militar, mas um governo tutelado pelo Exército do qual seria ele o fiador. [...] Em 1934 tentou ser o amigo perigosamente indispensável e não a Presidência, como supus inicialmente. Em 1935, se apresentou, como salvador, o conselheiro desprezado, mas sempre imprescindível. Em 1937, está enfim pronto para receber o fruto de seu longo trabalho e persistentes estudos. Solapou todos os ministros da Guerra que interferiam em seus planos e destruiu todos os generais que podiam lhe fazer sombra. O ministro da Guerra de 1937, o general Eurico Dutra, era por todos os motivos para ele o homem ideal. O que faltava ao general Góes sobrava ao general Dutra: coragem pessoal e capacidade de execução. Podia fazer agora quantos planos quisesse, como chefe do Estado-Maior, na certeza de que o ministro da Guerra os executaria¹⁵.



Góes Monteiro escreveu em 1930:

O Exército é uma entidade essencialmente política; e virtualmente todos os aspectos da política nacional o interessam, pois é dela que, até certo ponto emana a doutrina de preparação para a guerra. A política em geral, a política econômica, o sistema de comunicações, a política internacional e todos os tipos de atividades da coletividade, inclusive de instrução e educação do povo, da produção, e do regime político social, tudo em síntese, afeta a política militar do país... A forma mais racional de estabelecer a segurança nacional em bases sólidas com o objetivo supremo disciplinar o povo e de obter o máximo de produção é precisamente o de adotar os princípios da organização militar¹⁶.

A verdade era que o Exército do Brasil no governo Vargas havia deixado de ser, como afirmou Edmundo Campos Coelho, apenas uma força pretoriana ou miliciania a serviço de facções polí-

ticas civis e sendo utilizado como força meio policial. A política do Exército, a partir de então, passou a ser a preparação para a guerra¹⁷.

Fig. 2 - Dutra, Getúlio Vargas e Góes Monteiro.



Fonte: Arquivo Nacional

O Exército e a Marinha são, por conseguinte, os responsáveis máximos pela segurança interna e externa da Nação, precisando para este fim serem evidentemente tão fortes quanto possível, de modo que nenhum outro elemento antagonístico à sua finalidade possa ameaçar os fundamentos da Pátria. Nestas condições, as forças militares têm de ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a



força é que se pode construir, visto que com fraqueza só se constroem lágrimas ¹⁸.

Ainda com respeito ao relacionamento entre Vargas, Dutra e Góes Monteiro, observa-se que em algumas ocasiões os dois generais pediram a exoneração de seus postos, e o presidente não as aceitou em nenhuma oportunidade. Durante as negociações com os EUA, Vargas teve a chance para demiti-los, o que não fez. Talvez a explicação mais convincente seria a gratidão do presidente com os dois chefes militares, pois a sua permanência na presidência, em grande parte, devia-se à atuação decisiva de ambos em momentos conturbados do período getulista de 1930 a 1945.

A RELAÇÃO COM A ARGENTINA

A questão da defesa continental que tanto preocupava os EUA, particularmente a situação defensiva do Nordeste do Brasil,

em fins dos anos de 1930, poderia ter sido facilitada se os norte-americanos tivessem aceitado a oferta de cooperação na área militar feita pelo Brasil alguns anos antes, pois o governo Vargas havia proposto a construção de uma base naval¹⁹.

Oswaldo Aranha era incrédulo quanto à possibilidade de o Brasil conseguir algum apoio em um país europeu quando escreveu ao presidente que: “Não temos neste continente um país amigo, capaz de nos ajudar, e sabemos de vários capazes de tudo fazer pelos nossos possíveis inimigos”. Quanto à possibilidade de encontrar aliados na América, afirmava:

No nosso continente, não é mais favorável à nossa posição internacional. Os países indo-espanhóis são os nossos inimigos naturais, não nos podem inspirar confiança e, ainda hoje, não tenhamos dúvida, guardam para conosco as reservas herdadas das lutas ibéricas, acrescidas das rivalidades continentais.



Escreveu também a Vargas sobre o que pensava da Argentina: “A Argentina não tem motivos para ter modificada sua convicção de que nos pode vencer”, além de destacar a melhor situação financeira e militar dos argentinos em relação ao Brasil. O citado anteriormente justificava, para Oswaldo Aranha, a necessidade de um relacionamento mais estreito com os EUA. Ele observava que a situação internacional se encaminhava para uma nova guerra²⁰.

Quanto à proposta da cessão da base aos EUA, McCann sintetizou bem a respeito da mesma brasileira não ser aceita pelos EUA:

A sugestão não deu em nada, porque os EUA não estavam preparados, aquela época, para ir tão longe. Irônico como possa parecer, menos de dois anos depois, os EUA estavam buscando desesperadamente a cooperação que o Brasil generosamente oferecera em 1937²¹.

A prioridade do Exército na defesa da Região Sul se devia à difícil postura da Argentina frente aos acontecimentos da América, como por exemplo, a Guerra do Chaco. Os argentinos procuravam também comprar material bélico nos EUA e na Europa, junto à Alemanha nazista. Eles não viam com bons olhos as tentativas do Brasil em reequipar suas Forças Armadas. Os argentinos inclusive já haviam atrapalhado as negociações entre Brasil e EUA, para a compra de dez cruzadores²². Em 1937, ocorreu outra interferência da Argentina na negociação para a aquisição de seis velhos contratorpedeiros²³.

Em fins de 1939, o EME apresentou um relatório geral a respeito do mesmo ano, em que se ressalta que o principal problema militar do Brasil, além da falta de material bélico moderno, que estava localizado na região Sul, colocando esta área como a mais sensível quanto às possibilidades de uma invasão, por sua



riqueza econômica, pela presença de colônias estrangeiras e pela deficiência de transportes e comunicações desta região com o centro de gravidade do país.²⁴

Quanto à política externa, o documento diz que o EME não traçava uma política exterior, mas planos de guerra de acordo com as hipóteses mais perigosas e prováveis desta política. Sobre a política externa do Brasil, opinava que esta tinha dois caminhos simultâneos: um de captação de forças e o outro de preparação de posições vantajosas para o desenvolvimento da guerra. O primeiro, a íntima cooperação com os EUA. O segundo, a penetração econômica nos pequenos países da fronteira sul, principalmente, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Esta penetração econômica baseava-se em entendimentos e tendências pan-americanas. Vindas com sentido de comunhão, na verdade também ocultava objetivos de ação contra a Argentina.²⁵

O documento diz que os EUA representavam na sequência da história e dos interesses brasileiros o termo mais constante para a constituição de nosso primado de forças no continente. Entre os países americanos, Brasil e EUA eram as duas únicas nações não espanholas e que, ao contrário das outras, não se fracionaram.²⁶

Colocava também que, pela identidade de fisionomia geográfica, pela aproximação crescente dos objetivos políticos, como pelo desenvolvimento de uma permuta comercial que nos transforme em indispensáveis e recíprocos fatores de prosperidade, o Brasil encontrava nos EUA o seu indefectível companheiro de eixo para uma política exterior.²⁷

No documento, o EME afirma que o Brasil interpretava de maneira diferente dos países de língua espanhola a política externa dos EUA, e neste ponto para ele é que se entrelaçavam as tendências das políticas externas dos dois países.



Ressaltava que, para os EUA, o Brasil era a chave da influência continental e a base do equilíbrio e da paz das Américas e da defesa comum, podendo usar o seu prestígio em outras áreas do mundo, particularmente, na competição imperialista com o Japão na Ásia.²⁸

Diz ainda o documento:

Em troca dessa seque e invariável fidelidade da nossa política exterior, os Estados Unidos compreendem e secundam a nossa posição no Prata, e os inevitáveis esforços brasileiros por uma assimilação lenta ao seu sistema econômico, atrair no futuro países que, como o Paraguai, a Bolívia, o Uruguai afetam a nossa vulnerabilidade militar numa guerra que ainda se venha a ferir nesse setor nevrálgico.

Nossa política exterior está, portanto, traçada sobre duas direções lineares de evidente simplicidade: ao Sul, penetração econômica progressiva acobertada no pacifismo continental; ao Norte, uma íntima cooperação de elementos afetivos e materiais para que

aquela política de aproximação possa escudar-se no seu momento crítico, em uma sanção militar apoiada na amizade e potencial dos Estados Unidos.

É comum encontrar que os generais Dutra e Góes Monteiro tinham tendências germanófilas. Este relatório mostra, em 1939, a posição do Exército Brasileiro, e o caminho da cooperação junto aos EUA em caso de uma agressão ao continente, e no caso de um conflito entre norte-americanos e argentinos. Não existe neste documento nenhuma indicação de uma futura aliança com a Alemanha, em caso de guerra.

Assim como o Exército, a Marinha brasileira também possuía preocupações com a Argentina, durante a 2ª Guerra. Existe um documento do Estado-Maior da Armada do Brasil (EMA), do início de 1942, a respeito de um convênio de cooperação marítima entre o Brasil e os EUA.²⁹



Neste documento, a Marinha Brasileira demonstrava as dificuldades de ordem material pelas quais passava, admitindo a situação de inferioridade em relação à Argentina quanto ao poder de combate e de velocidade. Está escrito:

3 – É de consenso geral que no estado atual das nossas Forças Navais, o Brasil se encontra hoje, em lastimável situação de inferioridade potencial, em relação a República Argentina”.³⁰

O EMA declarou que, se fosse assinado um convênio com os EUA, deveria ser considerada a possibilidade de o Brasil vir a ser atacado pela Argentina, tendo em vista a postura deles com relação ao momento pelo qual se encaminhava a 2ª Guerra Mundial.³¹

O documento foi finalizado com o EMA afirmando que, em caso da assinatura do convênio entre os dois países, os EUA deveriam deixar uma força naval no Atlântico Sul, e que esta medida teria como efeito fazer a Argenti-

na ser mais cautelosa, sabendo de antemão que em guerra contra o Brasil este teria o apoio norte-americano. Claramente o objetivo desta preparação militar era fazer parecer arriscado para os argentinos o uso da força militar, poupando o Brasil de ter de fazer uso da mesma.

1942: O BRASIL ENTRA NA GUERRA

O processo de aproximação militar entre o Brasil e os Estados Unidos foi bastante lento e cheio de dúvidas de ambas as partes, conforme visto anteriormente. Entretanto, em nenhum momento, o Brasil esteve perto de se tornar um aliado do Eixo, algo que algumas vezes é apresentado como uma verdade.

A partir da visita do general Marshall ao Brasil no início de 1939, e logo a seguir, a do general Góes Monteiro aos EUA, as negociações foram intensificadas, mas, nada de produtivo veio a



ocorrer, pois, os dois países tinham muito a pedir, e pouco a oferecer. O Brasil não possuía recursos e nem meios para fazer altos investimentos na sua defesa, e os EUA, precisavam primeiro aumentar a sua produção industrial voltada para a guerra, e aumentar os seus efetivos militares, que naquela oportunidade, início dos anos de 1940, eram minúsculos perto de nações como a Alemanha, URSS e Japão.

A postura brasileira com relação a guerra começou a mudar após o ataque do Japão a Pearl Harbor, em dezembro de 1941. Em janeiro de 1942, após a Conferência do Rio de Janeiro, o Brasil rompeu relações com o Eixo, junto com todas nações americanas, com a exceção da Argentina e do Chile. Nos meses seguintes, submarinos alemães e italianos afundaram diversos navios brasileiros, o que levou o Brasil a declarar guerra ao Eixo, em agosto de 1942.

O convênio assinado entre as duas nações em maio de 1942,

não previa o emprego de tropas brasileiras fora do continente americano. Inicialmente, autoridades militares e civis dos EUA, propuseram o envio de nossas tropas, mas a cúpula militar norte-americana era contra, por questões como a dificuldade para o treinamento e o fornecimento de material bélico para o efetivo brasileiro.

O próprio presidente Vargas somente passou a defender o envio de tropas brasileiras para o front no final de 1942 ³², autorizando o Exército a tomar as medidas iniciais para a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Aliás, todo o processo de formação e preparação da FEB foi muito lento e complicado. Diversas barreiras foram derrubadas até o dia 02/07/1944, quando o 1º escalão partiu para Nápoles, na Itália, quando na verdade era aguardado para receber treinamento, e equipamento bélico no norte da África. A decisão de enviar a FEB para a



Itália veio do governo dos EUA, e ocasionou situações desagradáveis para a tropa brasileira em solo italiano. A FEB superou as muitas dificuldades que se apresentaram, e se transformou em uma unidade que cumpriu com dignidade todas as missões em que participou.

1945: O EXÉRCITO ENCERRA O ESTADO NOVO

O final do Estado Novo, como o seu início, teve a fundamental participação do Exército, a partir do momento em que a cúpula militar verificou que Vargas estava agindo para permanecer na presidência. A atuação do general Góes Monteiro foi decisiva para que isso acontecesse. O interessante é verificar que militares norte-americanos que atuavam no Brasil neste período, achavam que o general Góes era um homem desprestigiado, e sem poder, conforme podemos observar, na pesquisa de Dennison

de Oliveira, realizada no *National Archives II*:

Após longa entrevista concedida por Góes Monteiro em 1944, que, naquela oportunidade, ocupava o posto de representante de embaixador extraordinário do Brasil junto ao Comitê Emergência e Defesa Política da América, com sede em Montevideu, o capitão Vernon Walters, transcreveu e traduziu o documento colocando o seu parecer:
³³“Góes estava em Montevideu para ficar atento aos desenvolvimentos futuros. Apesar de sua má condição de saúde foi impossível recusar o pedido de Vargas”³⁴.

A seguir o adido militar, o major Lincoln O’Brien, fez o seguinte comentário:

Comentário do representante do Adido Militar: o general Góes é um homem em desgraça. Toda sua entrevista reflete seu ressentimento. Ele pode estar sendo motivado por um desejo de interferir com o plano de Dutra para uma Força Expedicionária



Brasileira. Os planos de guerra possivelmente são autênticos. É certo que a Argentina tem planos para conduzir uma guerra contra o Brasil. Não há dúvida de que muitos brasileiros estariam entusiasmados com o prospecto de uma guerra contra a Argentina³⁵.

Os planos de guerra “autênticos” apresentados por Góes Monteiro eram os da Argentina para atacar o Brasil, possivelmente, uma versão alterada do Plano Máximo, em que ao invés da Argentina sofrer um ataque do Chile com o posterior apoio do Brasil, os portenhos eram os responsáveis pela iniciativa do ataque. Este plano foi aceito como verdadeiro pelos EUA. É bom ressaltar que durante boa parte da Era Vargas, o general teve uma enorme preocupação com a postura dos argentinos.

Já quanto a sua ida para Montevideú, isso poderia ser visto como um enfraquecimento de sua posição junto a Vargas, e ao Exército, como entendido pe-

los norte-americanos, ou também como uma forma de ganhar algum dinheiro, pois o general não era um homem abastado. Uma posição sobre o que ele poderia na verdade estar fazendo por lá, afastado do centro dos acontecimentos da época, o Rio de Janeiro, pode ser baseada nas palavras dadas pelo ex-presidente Geisel, que foi adido no Uruguai, em 1947, pouco após a guerra, sobre a importância da capital do Uruguai para o Exército do Brasil:

O Uruguai naquela época não tinha nenhuma relevância militar para nós. Era importante por causa do Perón. Os uruguaios, que eram governados pelo Partido Colorado, viviam preocupados com o Perón, e ali tínhamos mais possibilidades de obter informações sobre a situação da Argentina do que o adido que estava em Buenos Aires. Muitas informações sobre a Argentina eu recebia através de uruguaios, dependendo do grau de confiança e de relacionamento que tinham comigo.³⁶



A avaliação de que o general era um homem em desgraça, é muito séria, e não custa lembrar, foi enviada para os Estados Unidos. Em 1944, e pouco após a entrevista, o “homem em desgraça” saiu do Uruguai, retornou ao Brasil via Rio Grande do Sul, visitou unidades militares tomando informações sobre a situação política do Brasil e, chegando ao Rio de Janeiro, teve uma fervorosa recepção da alta oficialidade do Exército, inclusive do Ministro Dutra. Reuniu-se com Vargas e informou ao presidente que havia voltado para acabar com o Estado Novo.

Em outubro de 1945, o mesmo personagem liderou o grupo que tirou Getúlio do poder, e colocou o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. A eleição presidencial ocorreu, conforme o previsto, e nela o general Dutra, após se afastar do Ministério da Guerra, candidatou-se, e foi eleito como presidente da República.

Fig. 3 - Góes Monteiro e Dutra.



Fonte: Memorial da Democracia

CONCLUSÃO

O período conhecido como Estado Novo, iniciado em novembro de 1937, somente existiu porque o Exército apoiou o plano de Vargas em permanecer no poder. A verdade é que, sem o apoio do Exército, Vargas não teria chegado ao poder em 1930, não teria permanecido nele, em 1937, e graças a perda deste apoio, foi retirado da presidência em 1945.

A importante atuação dos generais Dutra e Góes Monteiro durante toda o período de 1930 a 1945, é inquestionável. Em alguns momentos, ambos pediram



exoneração de seus cargos, mas Vargas, em nenhum momento, teve a iniciativa para aceitar os pedidos realizados, pois, ele sabia que os dois generais possuíam o controle do Exército. Ele também sabia que devia a sua chegada, e permanência no poder aos dois generais. Em um momento de grande turbulência internacional, com o início da Segunda Guerra Mundial, ficar sem o apoio militar seria, provavelmente, o fim de seu governo.

A participação de Dutra e Góes Monteiro nas negociações militares com os EUA foram muito importantes. Os dois sabiam das difíceis condições materiais em que se encontrava o Exército naquele período. A demora no fornecimento de material bélico pelos norte-americanos, e o descumprimento de promessas feitas nas negociações, fizeram com que as mesmas fossem lentas e difíceis, mas que culminaram com o envio da FEB para lutar nos campos de batalha da Itália. Não existe nenhuma base para se

afirmar que os dois fossem simpatizantes do nazismo, como ainda afirmam alguns pesquisadores, pois as fontes disponíveis mostram a intensidade das negociações entre os o Brasil e EUA. Os dois generais também são acusados de atuarem contra a FEB, outra inverdade, assim como são desconhecidas as fontes com possíveis negociações, entre o Brasil e a Alemanha nazista, visando uma aproximação militar durante a Segunda Guerra Mundial.

FONTES

Arquivo Histórico do Exército

National Archives and Record Administration – Nara II

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e*



a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. *The Framework of Hemisphere Defense*. Washington, D.C.: Center of Military United States Army, 1989.

DINIZ, Estevez. *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

LATFALLA, Giovanni. *Segunda Guerra Mundial: Propostas para o emprego de tropas do Brasil*. Juiz de Fora: Editar, 2022.

LATFALLA, Giovanni. *FEB, Missões e Observadores Militares*. Juiz de Fora: Editar, 2023 (a).

LATFALLA, Giovanni. *Relações Militares Brasil/Estados Unidos 1939-1943*. Rio de Janeiro: Bibliex: 2023 (b).

MCCANN, Frank D. *The Brazilian-American Alliance 1937-1945*. Princeton: Princeton University Press, 1973.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria*. História do Exército Bra-

sileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934.

OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil-EU: nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

PEREIRA, Durval Lourenço. *Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2015.

NOTAS

¹ MCCANN, 1973, p. 16

² Ibid, p. 23.

³ O Plano Cohen foi elaborado pelo capitão do EB Olympio Mourão Filho, simpatizante do Integralismo, e previa a tomada do poder pelos comunistas. O plano era falso e foi usado pelo Comando do Exército e por Vargas



como pretexto para a implantação do Estado Novo.

⁴ MCCANN, 2007, p. 547-548.

⁵ DINIZ, 1996, p.215-222.

⁶ Contrato firmado com autorização do Presidente da República, dos Estados Unidos do Brasil, entre o Ministério da Guerra, pelo seu órgão competente, a Diretoria de Material Bélico, e a firma Krupp A.G, de Essen, Alemanha, para o fornecimento de material de artilharia a cavalo ao Exército Nacional. Rio de Janeiro, 19-03-1937. Arquivo Histórico do Exército: documentos das compras da Krupp.

⁷ Contrato firmado com autorização do Presidente da República, dos Estados Unidos do Brasil, entre os Ministérios da Guerra e da Fazenda e a firma Krupp A.G, de Essen, Alemanha, para o fornecimento de material de artilharia ao Exército Nacional. Rio de Janeiro, 25-03-1938, p. 01, 11, 14, e 17 Arquivo Histórico do Exército: documentos das compras da Krupp.

⁸ MCCANN, 2007, p.526.

⁹ CONN; FAIRCHILD, 1989, p.265.

¹⁰ DINIZ, 1996, p.212-213.

¹¹ CONN; FAIRCHILD, 1989, p.268.

¹² LATFALLA, 2023 (b), 163-187.

¹³ LATFALLA, 2023 (a), 136, 154-157.

¹⁴ CARVALHO, 2005, p. 84.

¹⁵ PEIXOTO, 2017, p.228-229.

¹⁶ MONTEIRO, 1930, p. 133,

¹⁷ COELHO, 2000, p. 112.

¹⁸ MONTEIRO, 1930, p. 156-157.

¹⁹ MCCANN, 1973, p.110-111.

²⁰ HILTON, 1994, p.213.

²¹ MCCANN, 1973, p.110-111

²² HILTON, 1994, p.228-229.

²³ PEREIRA, 2015, p.68-69.

²⁴ Relatório Anual do Estado-Maior do Exército Brasileiro em 1939, p.17-20, 153-156. Arquivo Histórico do Exército. Documentos do Estado-Maior do Exército.

²⁵ Ibid., p. 17.

²⁶ Ibid., p.18.

²⁷ Ibid., p.19.

²⁸ Ibid., p.20.

²⁹ Documento do Estado-Maior da Armada (EMA). Exposição dos pontos de vista do EMA para fixar as diretrizes que devem ser adotadas no convênio a estabelecer entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América. Rio de Janeiro, 25-02-1942, p. 1. Arquivo Histórico do Exército. Documentos do Estado-Maior do Exército.

³⁰ Ibid., p.3.

³¹ Ibid., p. 4.

³² LATFALLA, 2022, p.203-204.



³³ National Archives. Record Group 043. Military Intelligence Division. Military Atache Report: Brazil. The Plano Maximo. Interview with general Góes Monteiro. Secret. 27-01-1944, p. 1-5.

³⁴ OLIVEIRA, 2015, p.300.

³⁵ Ibid, p.300.

³⁶ D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p.105.

O Canto Orfeônico do Estado Novo: o orfeão de Orfeu

João Carlos Talina ^a

Resumo: A educação musical, assim como a educação brasileira em sua totalidade, passariam por profundas modificações no período do Estado Novo. Influenciadas ou não por modelos estrangeiros, moldariam-se também, pelos novos imperativos políticos, sociais e econômicos deste período de governo. O Estado Novo, encabeçado por Getúlio Vargas, teria lançado mão da Educação para incutir nas massas populares a ideologia do novo regime. Portanto, a escola neste período se caracterizaria também, por ser um aparelho ideológico à serviço do estado autoritário. Consequentemente, o Canto Orfeônico, como proposta pedagógico-musical, se caracterizaria como um instrumento político ideológico do Estado getulista.

Palavra-chave: Estado Novo, Ideologia, Educação Musical, Canto Orfeônico, Educação Brasileira.

INTRODUÇÃO

Não há música sem ideologia. Os mestres antigos tinham, consciente e inconscientemente, uma orientação política. A maioria deles apoiava naturalmente o domínio das classes dominantes. Apenas Beethoven foi um precursor do movimento revolucionário.

Serguei Prokófiev¹

O presente artigo² aborda o compositor brasileiro Heitor

Villa-Lobos³, em especial, como educador musical no Estado Novo⁴ e seu trabalho frente ao Canto Orfeônico⁵, o qual ainda é uma sombra de mistérios e obscurantismos que o cercam, mas que despertam, da mesma forma, uma curiosidade científica, uma expectativa em conhecer mais sobre como se processou a educação musical durante esse período histórico

^a Capitão Músico do Quadro Auxiliar de Oficiais do Exército, mestre em Ciências da Arte. Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



muito marcante na educação brasileira.

As figuras de Getúlio Vargas e de Villa-Lobos, bem como o relacionamento dos dois no cenário da vida sociopolítica e cultural brasileira, poder-se-ia nos remeter ao mesmo cenário, levando-nos também, a associá-los, de uma forma ou de outra, às figuras de Adolf Hitler⁶ e do compositor Richard Wagner⁷ na Alemanha, a partir da década de 1930⁸.

Tal analogia se fundamenta nas semelhanças de fatos que ocorriam, concomitantemente, tanto no Brasil, quanto na Alemanha⁹, tais como: grandes concentrações humanas com música, nas paradas militares em datas cívicas; manifestações para-militares, cujas composições penetrariam no coração de um povo adormecido, despertando-lhe um sentimento de patriotismo, disciplina, culto à Pátria e à autoridade, entre outros ideais, com o objetivo de se construir uma identidade e uma nacionalidade, em face de

um novo país e de uma nova sociedade que surgiam.

No propósito de conhecer a função do Canto Orfeônico no Estado Novo, faz-se necessário também conhecer alguns aspectos característicos deste período, bem como, a educação brasileira, para que, com isso, tenhamos subsídios para possibilitar o entendimento da função.

Portanto, pretendemos enfocar algumas características da educação musical do Canto Orfeônico, como também da educação brasileira e do Estado Novo.

De forma alguma poderíamos deixar de citar figuras proeminentes do regime, como o próprio Getúlio Vargas, Gustavo Capanema¹⁰, Lourenço Filho¹¹, Fernando de Azevedo¹², Anísio Teixeira¹³ e Heitor Villa-Lobos. Esses últimos, elementos da elite educadora brasileira¹⁴, estavam ligados diretamente ao Estado Getulista e colaboraram para que a educação, bem como a educação musical, fossem



moldadas também segundo suas diretrizes ideológicas, colocando-as à serviço deste governo, constituindo-se ou não como aparelho ideológico¹⁵ do Estado Novo.

[...] os fazendeiros não sofreram a derrota ideológica e política, mas encontraram o Governo menos interessado em manter-lhes os privilégios e mais preocupado em aumentar-lhes a produtividade.¹⁷

O ESTADO NOVO

Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas sobe ao poder. Em 1937, por meio de um autogolpe, proclama o Estado Novo, período de profundas modificações ao nível socio-político, econômico e cultural.

Nesse sentido, Romanelli observa que

A economia brasileira reagia de força dinâmica aos efeitos da crise: o crescimento do mercado interno e a queda das exportações implicaram a transferência de renda de um para outro setor. Essa transferência se fez do setor tradicional para o moderno, ou seja, da área agrícola para a industrial.¹⁶

Segundo Warrean Dean

O governo de Getúlio Vargas surgiu no período em que também se estabelecem os regimes nazifascistas europeus¹⁸, possuindo certas afinidades com eles, principalmente pelo conjunto de ideais e, possivelmente, devido ao sucesso então alcançado pelos mesmos. Portanto, a ideologia do Estado Novo era formada por um conjunto de princípios como: nacionalismo, disciplina, hierarquia, integração nacional, etc. Tais princípios tentaram abranger e nortear todos os setores abrangidos pela política do Estado Novo.

Platão¹⁹, por meio de uma de suas máximas citadas, observava a falsa neutralidade política da educação, posta à



serviço do Estado: “o que havemos de por dentro do Estado, devemos por, antes, dentro da escola.”²⁰

A EDUCAÇÃO NO ESTADO NOVO

A educação no Estado Novo teve um papel importante, possuindo cuidados especiais por parte do Estado. São criados em 1930, o Ministério da Educação e Saúde, e o Conselho Nacional de Educação, órgãos estes, que seriam responsáveis por todos os aspectos pertinentes a educação.

Já em 1933, é criada a Superintendência de Educação Musical e Artística, transformada em 1939, em Serviço de Educação Musical (SEMA). Reunia cerca de 200 professores, os quais ministravam o ensino da música e do Canto Orfeônico nas escolas, nos diversos níveis de educação, na rede oficial.

Com a Constituição Federal de 1934, a Educação passa a ter

um capítulo específico, propiciando assim, o surgimento de uma Política Nacional de Educação. Ao Estado competia-lhe, única e exclusivamente, traçar as diretrizes da educação nacional, como também, implantar o Plano Nacional de Educação. Para isto, desde a instalação do Estado Novo, já estava constituído um grupo de trabalho cujos seus intelectuais na área de Educação ocuparam cargos da Administração Pública. Podemos destacar, pelo menos, alguns nomes os quais vieram a constituir a elite educadora²¹: Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, entre outros.

O fato é que a política também sempre se ocupou da Educação e da Cultura, uma verdade, por isso, ela é incentivada de acordo com os interesses sociais, políticos, econômicos e culturais do país.

Assim sendo, o Estado Novo não fugiu à regra, colocando intelectuais a seu serviço, como também, controlando-os,



afastando-os de suas funções, e chegando ao ponto de até prendê-los, como foi o caso de Graciliano Ramos²², Mário de Andrade²³ e tantos outros, mantendo, assim, o equilíbrio cultural e político: “a escola não pode ser independente de seu ambiente em que a vida política tem uma importante função [...]”.²⁴

Nesse sentido, a educação supostamente neutra politicamente, possui uma ligação, uma relação indissolúvel com sua sociedade, sendo um instrumento de manutenção ou transformação de sua realidade social. Com relação à educação do Estado Novo, Vargas declara:

É de extrema urgência dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional, o mais poderoso instrumento a utilizar, no fortalecimento da nossa estrutura moral e econômica.²⁵

Por meio da declaração acima, em epígrafe, observamos

que o Estado Novo também lançou mão da educação para atingir seus objetivos particulares, seus ideais sóciopolíticos, econômicos e culturais. Com relação à pretensa neutralidade da educação, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema declara

assim, quando dizemos que a educação ficará a serviço da Nação, queremos significar que ela, longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da Nação, e que, por isto estão sob a guarda, o controle ou defesa do Estado.²⁶

Observa-se, acima, que a Educação, longe de ser neutra politicamente, constitui-se em um aparelho ideológico do Estado Novo²⁷ e, como tal, é adequada e ajustada, segundo o interesse Getulista, o qual norteou a Política Nacional de Educação durante o período.



Através de algumas declarações de eminentes personagens como Getúlio Vargas, Francisco Campos e Gustavo Capanema, respectivamente, citadas abaixo, identificamos alguns princípios ideológicos, como o nacionalismo, a disciplina, o ensino profissionalizante, a educação física, o anti-comunismo, entre outras, apregoadas pela cúpula do poder:

Não sendo uma simples fornecedora de noções técnicas mas um instrumento de integração da infância e da juventude na Pátria uma e nos interesses sociais que lhe estão incorporados, a educação da mocidade nos preceitos básicos estabelecidos pelo novo Estado será um elemento, não só eficaz, como até, decisivo na luta contra o comunismo e outras ideologias que pretendam contrariar e subverter o ideal de nacionalidade e as nossas inspirações cívicas, segundo as quais a juventude, agora mais do que nunca, será

formada.²⁸

O ensino é assim um instrumento em ação para garantir a continuidade da pátria e dos conceitos cívicos e Moraes que nela se incorporam. Ao mesmo tempo, prepara as novas gerações pelo treinamento físico, para uma vida sã e cuida ainda de lhe dar as possibilidades de prover a essa vida com aptidões de trabalho desenvolvidas pelo ensino profissional, a que corresponde igualmente o propósito de expansão da economia.²⁹

Nenhuma espécie de ensino no Brasil está exigindo no Brasil, tanto da ação dos poderes públicos como o ensino profissional. É por isto que a Constituição (1934) declara que, em matéria de educação, difundir o ensino profissional é o primeiro dever do Estado.³⁰

Com relação a influência de modelos estrangeiros na Política Educacional Brasileira, cabe citar a declaração do general Góes Monteiro³¹:

Mais tarde, sucediam as paradas das juventudes e as



mocinhas em exibição ítalo-germânicas, de marchas e clarinadas paramilitares. Mais tarde, o ministro da Educação, Sr. Gustavo Capanema, imaginou reformas pedagógicas no ensino, de sentido nazifascistas, isto é, com a mesma disciplina então em voga na época.³²

Ainda a respeito sobre a Reforma Capanema, Lauro de Oliveira³³ declara:

Estando o mundo conflagrado [pela Segunda Guerra Mundial], as democracias enfrentando, numa sangrenta luta de vida ou morte, o nazismo alemão, o facismo italiano e o militarismo japonês, a 'reforma' apresentava um organismo conservado em naftalina, sendo possível que nela tenha influído, decisivamente a reforma Gentil [Ministro da Educação do facismo italiano] da Itália, reforma que em todo o caso, tem as mesmas inspirações 'ideológicas' italiana.³⁴

Existindo ou não uma simpatia por parte dos ideólogos

do Estado Novo, em relação aos Estados nazifascistas, estes, eram fortes economicamente e muito bem sucedidos politicamente, constituindo-se assim, em um modelo a ser seguido pelo Estado Novo Brasileiro.

A EDUCAÇÃO MUSICAL NO ESTADO NOVO: O ORFEÃO DE ORFEU.

Concluindo, gostaria de expressar minha gratidão ao nosso Partido pelas claras decisões da Revolução, que me ajuda a encontrar uma linguagem musical compreensível para o nosso povo, merecedora de nosso povo e de nosso grande país.³⁵

A Educação Musical no Estado Novo, em especial, o Canto Orfeônico no caso, como proposta pedagógico-musical, desempenhou papel muito importante em relação a sua função na vida social e política brasileira.

Nesse sentido, Wisnik



declara:

Aproveitar o sortilégio da música como um fator de cultura e de civismo e integrá-la na própria vida e na consciência nacional - eis o milagre realizado em dez anos pelo governo do presidente Getúlio Vargas.³⁶

Com a reforma educacional promovida por Anísio Teixeira, em 1932, a Música e as demais Artes conquistaram um lugar de destaque, como um dos mais importantes alicerces da Escola Nova. Assim sendo, Villa-Lobos declara:

O canto orfeônico aplicado nas escolas tem como principal finalidade colaborar com os educadores para obter a disciplina espontânea dos alunos, despertando ao mesmo tempo, na mocidade, um sadio interesse pelas artes em geral e pelos grandes artistas nacionais e estrangeiros.³⁷

A educação musical, inserida no macro-universo da educação brasileira, não poderia

deixar de ter a mesma essência ideológica da Escola Nova. Ela não era neutra politicamente, e nunca foi, sendo assim, ajustada e adequada segundo as diretrizes ideológicas que nortearam a Política Educacional no Estado Novo.

Assim sendo, Azevedo Amaral³⁸ declara que

a manutenção da nacionalidade, o seu progresso e desenvolvimento estão presos à questão educacional. É necessário educar-se o povo, despertando-lhes noções de civismo, de culto pela Pátria, de respeito aos seus maiores, de amor as nossas coisas. Paralelamente, o preparo das elites, encaminhando os moços, cultivando-os a serem os sustentáculos do Brasil, garantindo-o sabiamente.³⁹

Em relação ao trabalho de Villa-Lobos como educador, Rosa Fucks declara:

Para Villa-Lobos, a música assumira um caráter social, principalmente a partir de



1930, quando iniciou o seu trabalho de educador. A partir de então, ele se dedicaria a tarefa de organizar o ensino de música nas escolas, no qual enfatizaria o caráter político-ideológico, transformando o canto coral, através de sua regência, no discurso do poder.⁴⁰

O *Canto Orfeônico* foi apresentado como sendo uma nova proposta metodológica para a Educação Musical, uma proposta pedagógico-musical no currículo das Escolas da Rede Oficial⁴¹. Começou a funcionar oficialmente em 1931, no Rio de Janeiro, expandindo-se por todo o país, através da Rede Oficial de Ensino, como também, pelos órgãos de ensino responsáveis. Neste sentido, Rosa Fucks declara:

Durante este regime, o canto orfeônico tornou-se obrigatório em todas as escolas, nas quais passou a desenvolver-se um projeto 'estético-pedagógico-autoritário'.

Ocorreram também, gigantescas concentrações orfeônicas, nas quais a música era o veículo da exaltação do Estado Autoritário.⁴²

Apresentando uma faceta de uma metodologia neutra politicamente, o Canto Orfeônico era comprometido ideologicamente com o poder dominante – o Estado Novo, se configurando em um aparelho ideológico e, como um instrumento à serviço do poder autoritário. Sua função era orientada pelos princípios ideológicos como: nacionalismo, disciplina, civismo, culto à pátria, etc.

Cabe ressaltar as inúmeras concentrações orfeônicas nas comemorações cívico-nacionais, as quais reuniram cerca de 12 a 41 mil vozes. Em relação a estas manifestações, o próprio Villa-Lobos declara:

Fatos como este vem provar a prodigiosa intuição musical das crianças brasileiras, a par da facilidade de submeterem



a um rigoroso espírito de disciplina por meio da música. Essa constatação nos faz descortinar uma era promissora e nos deixa entrever as benéficas conseqüências educacionais decorrentes da implantação do canto coletivo nas escolas brasileiras.⁴³

O Canto Orfeônico mobilizou as massas para o delírio patriótico, para o culto à Pátria e as autoridades. Assim sendo, observamos estas características na declaração abaixo, feita por Wisnik:

Através do canto coral, se quer levar a população ao transe cívico, composto de êxtase e acese, identificação fervorosa e introjeção da autoridade. A música tem de, ao mesmo tempo, desencadear forças afetivas, e representá-las; detoná-las e contê-las; liberá-las e dirigi-las.⁴⁴

Com relação à influência de modelos estrangeiros na educação musical, observamos na declaração abaixo, feita pelo

general Góes Monteiro:

Mais tarde, sucediam as paradas das juventudes e as mocinhas em exibição ítalo-germânicas, de marchas e clarinadas paramilitares. Mais tarde, o Ministro da Educação, Sr. Gustavo Capanema, imaginou reformas pedagógicas no ensino, de sentido nazi-facistas, isto é, com a mesma disciplinarão em voga na época.⁴⁵

CONCLUSÃO

A Educação no Estado Novo, neutra politicamente ou não, e fundamentada também nos princípios ideológicos os quais a nortearam, estaria à serviço do Estado Novo Getulista. Neste sentido, o Canto Orfeônico, como uma proposta metodológico-pedagógica para a Educação Musical, poderia estar adequado e ajustado segundo as diretrizes ideológicas que nortearam a Educação Brasileira neste período. Em relação ao trabalho de Villa-Lobos, Fucks ainda



observa:

Entretanto, a sua grande contribuição ao ensino de música nas escolas foi o espaço por ele conquistado, o que resultou num respeito à educação musical. Mas a ideologia que revestia este canto e que o transformou no discurso do Estado, faz-nos refletir sobre o tipo de respeito que o ensino da música adquiriu a partir do Estado Novo.⁴⁶

Consciente ou não, Villalobos teria assim contribuído, através do Canto Orfeônico, para o delírio cívico, patriótico, ufano, para alienação e manipulação das massas populares, segundo os princípios ideológicos do Governo Getulista, o seu poder dominante⁴⁷. Assim sendo, o canto orfeônico provocaria a liberação afetiva das massas populares, até então reprimidas, ativando assim, as forças dinamogênicas⁴⁸ de trabalho, canalizando-as para atender os objetivos do Estado Getulista, tido autoritário. Neste sentido, o

ministro da Educação e Saúde, Sr. Gustavo Capanema declara:

A coletividade verá de perto os benefícios que o sistema trará ao país criando uma nova mentalidade das classes trabalhadoras, para que melhor exerçam suas atividades, sem ressentimentos e desarmonia, num justo equilíbrio de ação, para melhor estabilidade e grandeza da vida nacional.⁴⁹

CODA FINALE

Pois agora meus irmãos, cantemos; não para deleite do ócio, mas para suavizarmos o trabalho. Como os viajantes estão acostumados a cantar, canta mas anda, cantando para facilitar o trabalho, não ames a preguiça. Canta e anda. O que é anda? Progride no bem [...].⁵⁰

Pode-se observar também, que a Educação Musical, não seria somente o ensino de uma área específica da Arte, tendo ou não uma falsa neutralidade política, mas pode e deve ter



uma função social, uma essência política, posicionando-se ora como um instrumento de preservação, ora, como instrumento de transformação da realidade social no campo educacional. Entretanto, em última análise, o Canto Orfônico⁵¹, como proposta pedagógico-musical do Estado Novo, inserido na Escola Nova, independente ou não de ser considerada um tipo de discurso do poder do Governo Getulista e, impregnada de sua ideologia⁵², nacionalismo, ufanismo, disciplina, civismo, cultura brasileira, também contribuiu de forma indelével para a formação da identidade nacional no imaginário popular da sociedade brasileira, em seu inconsciente coletivo.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido por Heitor Villa-Lobos, *a priori*, por meio do Canto Orfônico, sua metodologia pedagógico-musical baseada em repertório nacionalista⁵³, em especial, com músicas folclóricas, se constituiu

em um processo educacional cuja a ideologia⁵⁴ objetivava a construção de uma identidade de um novo cidadão brasileiro, voltado a sua terra, a sua gente, a sua cultura... por meio do canto coletivo – o Canto Orfônico, para a construção de uma nova sociedade... de um novo país – O Estado Novo Brasileiro.

Em 1930, Villa-Lobos é nomeado superintendente da Educação Musical no Estado do Rio. Realiza, então, uma notável obra pedagógica (provavelmente sem equivalente) que culmina, em 1942, com a fundação do seu Conservatório Nacional de Canto Orfônico e a criação de inúmeros corais populares, sobretudo nas escolas.⁵⁵

Embora a música de Villa-Lobos exprima ainda um fenômeno de aculturação, é ele que nos liberta do modelo europeu. Exorbita, entretanto, Villa-Lobos das pregações e credos nacionalista, porque não precisou esperar pelos manifestos estéticos para que a sua música brotasse e crescesse. Incapaz de



seguir receitas, nunca se curvou ante a utilidade, a vantagem, a necessidade estética de compor música brasileira.

O contato íntimo que estabelece com a música folclórica, ao colhê-la na fonte, impregna-lhe a obra inteira de íntima brasilidade, prodigiosamente diversificada. A vivência extrema, na absorção complexa de materiais, que vão desde o canto urbano carioca ao indivíduo do Alto Purus, corresponde a uma produção inesgotável, a mostrar-nos que Villa-Lobos se alimenta de brasilidade, de todas as nossas vozes folclóricas das cidades e das selvas, mas também do espetáculo dos rios, das matas e das montanhas, da realidade do homem e da natureza,⁵⁶ e político.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Loius. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BENNETT, Roy. *História da*

música. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CANDÉ, Roland de. *Os músicos: a vida, a obra, os estilos*. Lisboa: Edições 70, 1985.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CULLEN, T. *Música sacra: subsídios para uma interpretação musical*. Brasília: Musimed, 1983.

FILHO, L. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FRANÇA, Eurico Nogueira. *Villa-Lobos: síntese crítica e biográfica*. Rio de Janeiro: Arte Moderna/Ministério da Educação e Cultura/Museu Villa-Lobos, 1978.

FUCKS, Rosa. *A música na escola normal: um fenômeno estético*. Rio de Janeiro: IES-Conservatório Brasileiro de Música, monografia, 1988.

JANNIBELLI, Emilia. *A musicalização na escola*. Rio de Janeiro: Poligráfica, 1980.



MACHADO, Lia. *Estado, escola e ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARIZ, Vasco. *Heitor Villa-Lobos: compositor brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/DAC/Museu Villa-Lobos Arte Moderna, 1977.

MORAES, J-J. *O que é música*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

SILVA, M. *A educação brasileira no Estado Novo (1937/45)*. São Paulo: Livramento, 1980.

SQUEFF, Enio; WISNIK, J. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TALINA, João Carlos. *A educação musical no Estado Novo: o orfeão de Orfeu*. Rio de Janeiro: Centro de Pós-Graduação do Conservatório Brasileiro de Música, monografia de conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Educação Musical, 1990.

WISNIK, J. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NOTAS

¹ MORAES, J-J. *O que é música*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 48.

² Resumo da Monografia de conclusão de curso do Programa de Pós-Graduação Lato Senso em Educação Musical do Conservatório Brasileiro de Música IES – CBM, 1989.

³ Sobre Heitor Villa-Lobos, Cf. FRANÇA, Eurico Nogueira. *Villa-Lobos: síntese crítica e biográfica*. Rio de Janeiro: Arte Moderna/Ministério da Educação e Cultura/Museu Villa-Lobos, 1978.

⁴ O Estado Novo, inserido na chamada Terceira República Brasileira, ou Era Vargas, transcorreu no período de 1937 a 1945.

⁵ Canto Orfeônico, proposta de como Método Pedagógico-Musical no Estado Novo, Cf. JANNIBELLI, E A. *A musicalização na escola*. Rio de Janeiro: Poligráfica, 1980.

⁶ Adolf Hitler foi líder do Partido Nazista, de 1921 a 1945; Chanceler do 3º Reich desde 1933; e Führer da Alemanha a partir de 1934 até 1945.

⁷ Richard Wagner, compositor alemão do Período Romântico do século XIX. Cf. BENNETT, Roy. *História da Música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p. 62-64.

⁸ Alemanha Nazista, período compreendido entre 1933 e 1945, cujo governo era exercido por Adolf Hitler,



do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.

⁹ Documentários realizados pelo apresentador Walmor Chagas, da Rede Globo de Televisão, em 1970, na série “Europa em Guerra”.

¹⁰ Gustavo Capanema Filho, político brasileiro, foi ministro da Educação e da Saúde Pública no Período do Estado Novo.

¹¹ Manuel Bergstroem Lourenço Filho foi educador, pedagogo, sociólogo brasileiro, pertencente ao movimento escolanovista – Escola Nova, com viés de uma educação igualitária e estatal.

¹² Fernando de Azevedo foi educador e pedagogo brasileiro, também pertencente ao movimento escolanovista – Escola Nova.

¹³ Anísio Teixeira foi um educador e pedagogo brasileiro, também pertencente ao movimento escolanovista – Escola Nova.

¹⁴ Elite educadora, é um termo aqui utilizado, para designar algumas eminentes figuras que se destacaram pela produção intelectual, como também, pelo desempenho em cargos na administração pública no Período do Estado Novo, como por exemplo, Gustavo Capanema, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, entre outros, ligados à Escola Nova, bem como, Heitor Villa-Lobos.

¹⁵ Sobre o conceito de Aparelho ideológico de Estado, Cf. ALTHUSSER,

L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

¹⁶ ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1983, p. 48.

¹⁷ Ibid., p. 51.

¹⁸ Regimes nazifacistas europeus, ou seja, Alemanha e Itália, durante a 2ª Guerra Mundial.

¹⁹ Platão, filósofo e matemático grego do Período Clássico da Grécia Antiga.

²⁰ FILHO, L. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. v. II. São Paulo: Melhoramentos, 1978, p. 28.

²¹ Elite educadora, pertencente ao Governo do Estado Novo.

²² Graciliano Ramos foi político, romancista e jornalista brasileiro.

²³ Mário Raul de Moraes Andrade foi romancista, historiador de arte, musicólogo e etnomusicólogo brasileiro.

²⁴ Quanto à Escola Nova, ou movimento escolanovista, teria influência nas correntes pedagógicas europeias e dos Estados Unidos, movimento este baseado em uma educação renovadora, gratuita, laica, igualitária – um instrumento de transformação social. Cf. FILHO, op.cit., p. 29.

²⁵ SILVA, M. *A educação brasileira no Estado Novo (1937/45)*. São Paulo: Livramento, 1980, p. 25.

²⁶ Ibid., p. 25.

²⁷ ALTHUSSER, op.cit., p. 66-72.



²⁸ SILVA, op.cot., p. 28.

²⁹ Ibid., p. 29. Cf. BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988; e CHAUI, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

³⁰ Ibid.

³¹ Pedro Aurélio de Góes Monteiro foi um general e político brasileiro.

³² SILVA, op.cit., p. 34.

³³ Lauro de Oliveira Lima, foi um político, educador e pedagogo brasileiro.

³⁴ SILVA, op.cit., p. 35.

³⁵ MORAES, op.cit., p. 48.

³⁶ WISNIK, J. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 175.

³⁷ Ibid.

³⁸ Antônio José Azevedo Amaral foi um ideólogo, político, escritor, jornalista e tradutor brasileiro.

³⁹ SILVA, op.cit., p. 26.

⁴⁰ FUCKS, R. *A música na escola normal: um fenômeno estético*. Rio de Janeiro: IES-Conservatório Brasileiro de Música, monografia, 1988, p. 28.

⁴¹ A partir de 1937 surge a Iniciação Musical, proposta metodológica que foi desenvolvida em algumas escolas da rede privada do Rio de Janeiro.

⁴² FUCKS, op.cit., p. 31.

⁴³ WISNIK, J. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 183.

⁴⁴ Ibid, p. 188.

⁴⁵ SILVA, op.cit., p. 34.

⁴⁶ FUCKS, op.cit., p. 31.

⁴⁷ Quanto ao conceito de Poder dominante, Cf. BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

⁴⁸ Cf. ANDRADE, Mário. *Música e feitiçaria no Brasil*. Belo Horizonte: Instituto Nacional do Livro, 1983.

⁴⁹ SILVA, op.cit., p. 34.

⁵⁰ CULLEN, T. *Música sacra: subsídios para uma interpretação musical*. Brasília: Musimed, 1983, p. 3.

⁵¹ Ainda sobre o Canto Orfônico, como proposta pedagógico-musical Cf. JANNIBELLI, Emilia. *A musicalização na escola*. Rio de Janeiro: Poligráfica, 1980.

⁵² Cf. conceito de ideologia. MACHADO, Lia Z. *Estado, escola e ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1987; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 183-187; CHAUI, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁵³ Repertório Nacionalista baseado em composições de compositores ligados ao Período Estético-Musical Neo-Nacionalista/Nacionalista do Século XX. Cf. BENNETT, op.cit., p. 68-69.

⁵⁴ Sobre o conceito de ideologia, Cf. BOUDON, Raymond. *A ideologia*. São Paulo: Ática, 1989.

⁵⁵ Cf. CANDÉ, Roland de. *Os músicos: a vida, a obra, os estilos*. Lisboa: Edições 70, 1985, p. 221.



⁵⁶ Cf. FRANÇA, Eurico Nogueira. *Villa-Lobos: síntese crítica e biográfica*. Rio de Janeiro: Arte Moderna/Ministério da Educação e Cultura/Museu Villa-Lobos, 1978, p.4-6; MARIZ, Vasco. *Heitor Villa-Lobos: compositor brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/DAC/Museu Villa-Lobos Arte Moderna, 1977, p. 83-91.

**REVISTA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**



ANO: 84 N° 115 ESPECIAL 2025
ISSN: 0020-3890